



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Tecnologia e Ciências

Instituto de Geografia

Rita Helena Miranda Cardia

**As pautas do movimento feminista na cidade do Rio de Janeiro de
2015-2018: as possíveis escalas de abordagem**

Rio de Janeiro

2018

Rita Helena Miranda Cardia

**As pautas do movimento feminista na cidade do Rio de Janeiro de 2015-2018:
as possíveis escalas de abordagem**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial.

Orientador (a): Prof.^a Dra. Mônica Sampaio Machado

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

C267 Cardia, Rita Helena Miranda.
As pautas do movimento feminista na cidade do Rio de Janeiro de 2015-2018: as possíveis escalas de abordagem / Rita Helena Miranda Cardia – 2018.
203f.: il.

Orientadora: Mônica Sampaio Machado.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia.

1. Geografia feminista – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Feminismo – Rio de Janeiro (RJ) – 2015-2018 – Teses. 3. Geografia humana – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 4. Movimentos sociais – Rio de Janeiro (RJ) – 2015-2018 – Teses. 5. Direito das mulheres – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 6. Espaços públicos – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. I. Machado, Mônica Sampaio. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. III. Título.

CDU 911.3:141.72(815.3)

Bibliotecária responsável: Taciane Ferreira da Silva / CRB-7: 6337

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Rita Helena Miranda Cardia

**As pautas do movimento feminista na cidade do Rio de Janeiro de 2015-2018:
as possíveis escalas de abordagem**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial.

Aprovada em 25 de maio de 2018.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Mônica Sampaio Machadfo (Orientadora)
Instituto de Geografia – UERJ

Prof.^a Dra. Mariana Araújo Lamego
Instituto de Geografia – UERJ

Prof.^a Dra. Cleier Marconsin
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof.^a Dra. Luciana Boiteux de Figueiredo Rodrigues
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2018

DEDICATÓRIA

Dedico esse estudo às mulheres trabalhadoras que lutam contra o machismo e por seus direitos e pela emancipação de homens e mulheres contra a exploração capitalista e à memória de Marielle Santos, brutalmente assassinada na cidade do Rio de Janeiro no dia 14 de março de 2018.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a todas minhas camaradas e amigas do grupo de mulheres Pão e Rosas do Brasil que estão comigo nas batalhas diárias contra o machismo e o capitalismo e que estiveram lado a lado comigo na Primavera Feminista. Também aos camaradas do Movimento Revolucionário de Trabalhadores que há dez anos caminham junto comigo pela construção de um partido revolucionário brasileiro dos trabalhadores.

Aos meus pais Rosana e Marcelo por sempre me questionarem sobre as decisões da vida, por terem respeitado e apoiado minhas escolhas, e me ajudado sempre que precisei e quando a saudade ou os percalços da vida bateram na porta. Ao meu irmão mais novo Luiz Roque, é um exemplo para mim na ânsia de buscar o conhecimento e a teoria para transformar a sociedade.

À Mônica Sampaio que sempre me incentivou a vencer as inseguranças na escrita e pela orientação, sugestões construtivas e conversas sobre a busca pelas saídas no momento atual que vem passando a UERJ e a conjuntura política estadual e nacional.

À Luciana Boiteux, Mariana Lamego pelas contribuições na qualificação e por aceitarem participar da banca juntamente com a professora Cleier Marconsin.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), professoras/es, secretárias/os atenciosas/os e colegas de mestrado, principalmente a Nubia pela força e ideias debatidas.

As ativistas entrevistadas, pela disponibilidade de contribuírem para a pesquisa.

À Marcia Turolla pelo excelente trabalho de transcrição.

Aos meus amigos de graduação Maytê, Lulis, Lelê, Alberto, Gui e Fábio que pelo grupo de whatsapp me incentivavam e faziam dar risada nos momentos de tensão. E às conectadas Carú, Camis e Baiana.

Às minhas amigas de infância e colégio, Erika, Laurinha, Ju, Pati, Má e Laura que mesmo à distância sempre estão presentes.

Aos meninos da equipe de professores de Geografia do Colégio Pedro II de Caxias, Léo, Leandro e Renan, que contribuíram para eu ser uma melhor professora e por todo carinho e amizade que daí surgiu. Ao Fábio pelas várias conversas sobre teoria, política e educação nos intervalos de aula e volta do trabalho. Ao Higino pela amizade e bom humor que rendeu muitas risadas.

Às queridíssimas amigas de vida Carol e Belle, por sempre estarem ao meu lado nos momentos mais difíceis e os mais engraçados da vida.

RESUMO

CARDIA, Rita Helena Miranda. *As pautas do movimento feminista na cidade do Rio de Janeiro de 2015-2018: as possíveis escalas de abordagem*. 2018. 203f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Em resposta aos efeitos da crise econômica internacional e os planos de austeridade em vários países com avanço da direita e grupos políticos que incitam valores conservadores e misóginos, as mulheres passaram a se organizar em escala global e sair às ruas contra a violência machista, pela igualdade salarial e em defesa das liberdades democráticas, como o direito à livre sexualidade e ao aborto, legal, seguro e gratuito. Expressões disso são os movimentos “Ni Una Menos” na América Latina e as greves de mulheres na Europa. No Brasil em 2015, a onda de manifestações de mulheres para protestar contra o Projeto de Lei (PL) 5069/2013, de autoria do então deputado federal Eduardo Cunha (PMDB/RJ), e a grande repercussão de campanhas contra a violência e assédio nas redes sociais que pautou a sociedade, ficou conhecida como Primavera Feminista. O objetivo dessa dissertação foi analisar a articulação do movimento feminista e suas pautas e a organização das manifestações na cidade do Rio de Janeiro no período entre a Primavera Feminista em 2015 a março de 2018, quando ocorreu a segunda Greve Internacional de Mulheres. A base conceitual desse estudo encontrou suporte nas geógrafas Joseli Silva, Rosa Ester Rossini, Linda Macdowell, Susana Maria Veleza da Silva, traçando o panorama do desenvolvimento epistemológico e as vertentes do subcampo Geografias Feministas e de Gênero. E na teoria feminista de perspectiva marxista em base as leituras de Andrea D’atri, Heleieth Saffioti e Diana Assunção. Do ponto de vista geográfico as manifestações ocorreram no espaço urbano e foi analisado os lugares na escolha do trajeto. Constatou-se a importância da realização das manifestações no espaço público em frente de lugares que representam o poder público da metrópole do Rio de Janeiro. A partir das pautas identificadas, realizou-se uma breve reflexão sobre as escalas e a possibilidade do “salto escalar” com a articulação a partir da Greve Internacional de Mulheres, tendo como fundamentação a teoria esquemática da produção da escala, elaborada pelo geógrafo Neil Smith. Um dos resultados observados a partir das entrevistas de ativistas de coletivos feministas, é que uma porcentagem representativa da geração atual entre 16 e 24 anos se declara feminista, sendo as redes sociais consideradas um espaço de formação, de troca de informações e articulação de campanhas virtuais e atos que se expressaram nas ruas. As pautas do movimento feminista foram analisadas a partir da premissa de que o fator decisivo da história é a produção e reprodução da vida, segundo a teoria materialista, e a importância do estudo de gênero pela Geografia se dá pelo fato de que o espaço geográfico é a materialização da sociedade e toda a existência humana é espacial.

Palavras-chave: Feminismo. Violência de gênero. Direito ao aborto. Primavera Feminista.

Direitos das Mulheres. Geografias Feministas. Lugar. Escala.

ABSTRACT

CARDIA, Rita Helena Miranda. *The agendas of the feminist movement in the city of Rio de Janeiro 2015-2018: the possible scales of approach*. 2018. 203f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

In response to the effects of the international economic crisis and the austerity policies in several countries with the advance of the rightwing and political groups that incite conservative and misogynistic values, women started to organize themselves on a global scale and take to the streets against sexist violence, for wage equality and in defense of democratic liberties, such as the right to a free sexuality and legal, safe and free abortion. Expressions of this are the “Ni Una Menos” movements in Latin America and the strikes of women in Europe. In Brazil in 2015, the wave of demonstrations by women to protest against the bill 5069/2013, authored by the federal deputy at the time Eduardo Cunha (PMDB / RJ), and the great repercussion of campaigns against violence and harassment in the social networks that guided society, it became known as Feminist Spring. The objective of this dissertation was to analyze the articulation of the feminist movement and its agendas and the organization of the demonstrations in the city of Rio de Janeiro in the period between the Feminist Spring in 2015 and March 2018, when the second International Strike of Women took place. The conceptual basis of this study found support in geographers Joseli Silva, Rosa Ester Rossini, Linda Macdowell, Susana Maria Veleza da Silva, outlining the panorama of epistemological development and the aspects of the Feminist and Gender Geographies subfield. The feminist theory from a Marxist perspective is based on the readings of Andrea D’atri, Heleieth Saffioti and Diana Assunção. From the geographical point of view, the demonstrations took place in the urban space and the places were analyzed when choosing the route. It was found the importance of carrying out the demonstrations in the public space in front of places that represent the public power of the metropolis of Rio de Janeiro. From the identified agendas, a brief reflection was made on the scales and the possibility of the “scalar jump” with the articulation from the International Strike of Women, based on the schematic theory of scale production, elaborated by the geographer Neil Smith. One of the results observed from interviews with activists of feminist collectives is that a representative percentage of the current generation between 16 and 24 years old declares to be feminist, with social networks being considered a space for training, exchanging information and articulating virtual campaigns and acts that were expressed also in the streets. The agendas of the feminist movement were analyzed from the premise that the decisive factor in history is the production and reproduction of life, according to materialist theory, and the importance of gender study by Geography is due to the fact that geographic space is the materialization of society and all human existence is spatial.

Keywords: Feminism. Gender-based violence. Right to abortion. Feminist Spring. Women's Rights. Feminist Geographies. Space. Scale.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Tradições na Pesquisa Geográfica Feminista.....	45
Figura 1 –	Fiéis da Jornada Mundial da Juventude e mulheres na Marcha das Vadias em Copacabana (2013).....	58
Figura 2 –	Manifestante na Marcha das Vadias no Rio de Janeiro em 2013.....	59
Figura 3 –	Cartaz virtual do evento do ato Mulheres Contra o Cunha em 28/10/2015 no Rio de Janeiro.....	62
Figura 4 –	Mulheres no ato na Cinelândia em 28/10/2015.....	63
Figura 5 –	Ato da Primavera Feminista na frente da ALERJ.....	64
Figura 6 –	Mulheres no ato da Primavera Feminista na escadaria da ALERJ em 28/10/2015	64
Figura 7 –	Secundaristas fechando o cruzamento da avenida Faria Lima com a Rebouças em São Paulo em 30/11/2015.....	66
Figura 8 –	Ato “Por Todas Elas” na Av. Paulista em São Paulo em 01/06/2016.....	68
Figura 9 –	Concentração do ato Por Todas Elas em frente à ALERJ em 27/05/2016.....	68
Figura 10 –	Ato 8 de Março em São Paulo na Greve Internacional de Mulheres em 2017.....	72
Figura 11–	Ato 8 de Março no Rio de Janeiro na Greve Internacional de Mulheres em 2017.....	73
Figura 12 –	Concentração na Candelária do ato 8 de Março no Rio de Janeiro na Greve Internacional de Mulheres em 2017.....	74
Figura 13 –	Militantes do grupo de mulheres Pão e Rosas no 8 de Março de 2017 em ato pela Av. Rio Branco.....	74
Figura 14 –	Bloco do grupo de mulheres Pão e Rosas no 8 de Março de 2017 em São Paulo.....	75
Figura 15 –	Primeira reunião de preparação do 8 de Março de 2018 na sede da CAMTRA.....	76
Figura 16 –	Militantes do grupo de mulheres Pão e Rosas no 8 de Março no Rio de Janeiro em 2018.....	76

Figura 17 – Campanha “Um olhar aberto te define” da Avon lançada em 2016.....	82
Figura 18 – Trajeto do ato da Primavera Feminista em 28/10/2015 no Rio de Janeiro.....	90
Figura 19 – Praça Floriano- Cinelândia no centro do Rio de Janeiro.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
CAMTRA	Casa da Mulher Trabalhadora
CCDC	Centro Comunitário de Defensoria e Cidadania
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
COOTRAM	Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DEGASE	Departamento Geral de Ações Socioeducativas é um órgão vinculado a Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro.
DETRAN	Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro
EFLAC	Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe.
ELLA	Encontro Latino Americano de Mulheres
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica do Governo do Estado do Rio de Janeiro
FCDDHBR	Fundação Centro de Defesa de Direitos Humanos Bento Rubião
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
ISHTAR	Grupo de apoio à gestação e ao parto ativo
MNLM	Movimento Nacional de Luta Pela Moradia
MR8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MTST	Movimento dos Trabalhadores sem Teto
ONG	Organização não governamental
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
REDEH	Rede de Desenvolvimento Humano, Organização não governamental no Rio de Janeiro.
SEPIR	Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial
SLAM - POETRY SLAM	(traduzido literalmente do inglês, "batida de poesia") é uma competição em que poetas leem ou recitam um trabalho original (ou, mais raramente, de outros). Estas performances são, em seguida, julgadas por membros selecionados da plateia ou então por uma comissão de jurados.

(Wikipédia)

STF	Supremo Tribunal Federal
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	A GEOGRAFIA E O FEMINISMO	24
1.1	O feminismo no Brasil	24
1.2	O feminismo na Geografia e as Geografias feministas	34
1.3	A importância da questão de gênero na produção do espaço	45
2	MOVIMENTO FEMINISTA: AS RUAS E AS REDES	52
2.1	As manifestações feministas do período de 2015-2018 no Rio de Janeiro..	52
2.2	Marcha das Vadias	56
2.3	Primavera Feminista	61
2.4	Por Todas Elas	66
2.5	Greve Internacional de Mulheres	69
2.6	O movimento e o papel das redes	77
2.7	O feminismo como nicho de mercado na atualidade	81
3	RIO DE JANEIRO: CONTEXTO CULTURAL, POLÍTICO E GEOGRÁFICO PARA A LUTA DAS MULHERES	84
3.1	O trajeto e o lugar da manifestação	84
3.2	História dos Três Centros de Poder no Rio de Janeiro	91
3.2.1	<u>Largo do Paço: Praça XV e ALERJ</u>	92
3.2.2	<u>O campo de Santana</u>	94
3.2.3	<u>Reforma Pereira Passos</u>	94
3.2.4	<u>Praça Floriano: a Cinelândia, lugar das manifestações</u>	95
3.3	Rio de Janeiro e as possíveis escalas de abordagem das pautas da Primavera Feminista	97
	CONCLUSÃO	114
	REFERÊNCIAS	119
	APÊNDICE A – Termo de Autorização de Uso de Entrevista	126
	APÊNDICE B – Entrevistas com Lideranças dos Movimentos de Mulheres..	127

INTRODUÇÃO

A questão de gênero e o feminismo na atualidade no Brasil estão cada vez mais inseridos nas pesquisas acadêmicas. Assim também, nas redes sociais, na mídia, têm se fortalecido os movimentos de mulheres e sua organização, com o surgimento de uma série de novos coletivos e grupos feministas, principalmente entre as mulheres jovens e uma militância muito ativa nas redes sociais. Recentemente, o relatório do Google BrandLab¹ dedicado à diversidade, abarcando temas como empoderamento feminino, racismo e a comunidade LGBTQIAP+², demonstrou que a busca por feminismo via Google na internet aumentou 200% no Brasil. Sendo os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, onde se constatou mais buscas de informações sobre feminismo no Google desde 2016.

O Brasil apresenta um alto índice de feminicídio. Segundo o Mapa da Violência (2015) organizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), o país ocupa o 5º lugar no ranking de índice de violência contra a mulher, ficando atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia. Estima-se que ocorrem 13 assassinatos de mulheres por dia. Outra pesquisa, realizada pelo Instituto Avon (2015) em parceria com o Instituto Data Popular, afirma que 3 em cada 5 mulheres já sofreram violência doméstica. Sendo que 50% das mortes violentas de mulheres são atos cometidos por familiares.

Além do feminicídio, as mulheres seguem morrendo por abortos clandestinos, sendo que na sua maioria são negras e trabalhadoras. Segundo a Pesquisa Nacional do Aborto (2016) do Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero (ANIS), 1 milhão de abortos induzidos ocorrem todos os anos e levam 250 mil mulheres à hospitalização devido a procedimentos inseguros de interrupção voluntária da gravidez. Em 2016, o aborto inseguro causou a morte de 203 mulheres representando uma morte a cada 2 dias.

A crise econômica mundial que se iniciou em 2008, evidenciou - pelos efeitos sociais e econômicos - que os grupos oprimidos, como as mulheres, são os que mais sofrem com a retirada de direitos dos planos de austeridades que se iniciaram na Europa e que atingem hoje o Brasil e toda a América Latina. Também colocou em questionamento a ideia de que as conquistas das mulheres devem ocorrer de forma cumulativa e progressiva, ou seja, a

¹Disponível em <<https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/tendencias-de-consumo/dossie-brandlab-diversidade/>> Acesso em: 10 nov. 2017.

² É uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, e mais.

perspectiva reformista da luta das mulheres foi questionada diante das consequências da crise, momento no qual os direitos são retirados com uma política de austeridade por parte dos governos. Não só não avançam essas conquistas, como podem retroceder ainda mais os direitos. (DATRI, A. 2015)

O avanço da direita e grupos conservadores no sistema político, que resultaram no golpe institucional no Brasil em 2016 e a ascensão de governos de direita na América Latina, a eleição de Donald Trump nos EUA, representantes dos discursos machistas e xenófobos do imperialismo, faz com que políticas xenófobas, misóginas e LGBTfóbicas possam se fortalecer no contexto nacional e internacional, evidentemente também afetando as conquistas e os direitos das mulheres.

Em resposta, as mulheres passaram a se organizar em escala global e sair às ruas em vários países contra a violência machista, pela igualdade salarial e em defesa das liberdades democráticas, como o direito à livre sexualidade e ao aborto, legal, seguro e gratuito. Expressões disso são os movimentos *Ni Una Menos*³ em toda América Latina e greves de mulheres na Europa. No Brasil em 2015, a onda de manifestações de mulheres pelo país e a grande repercussão de campanhas pelo direito ao aborto legal, contra a violência e assédio nas redes sociais pautou a sociedade, e ficou conhecida como “Primavera das Mulheres”.

Os empresários tentam dar uma resposta a estas mobilizações incorporando a pauta de igualdade de gênero em suas campanhas publicitárias. Criam nichos de mercado e ao mesmo tempo incorporam conceitos e a linguagem pertencentes ao movimento feminista atual, como “empoderamento” e “representatividade”, como forma de conciliar com o potencial transformador deste movimento, oferecendo “soluções” de emancipação individual ou a busca de espaços por dentro dessa estrutura política e social vigente. (ASSUNÇÃO, D., VALLE, F., 2015)

Ao mesmo tempo em que no Brasil o tema dos direitos das mulheres está cada vez mais presente em diferentes esferas da sociedade, as condições de vida da grande maioria das mulheres trabalhadoras ainda são de miséria e precarização do trabalho. São inegáveis os avanços que as mulheres conquistaram ao longo do século XX, principalmente a partir das ondas feministas. O sistema capitalista ao mesmo tempo investe no avanço científico, o que

³ “O coletivo *Ni una menos* iniciou sua formação em março de 2015 e tem atuado fortemente junto à sociedade argentina, reivindicando a promoção de políticas públicas (leis, projetos, destino de verbas públicas) que promovam uma maior igualdade de gênero e de preservação do bem-estar das mulheres argentinas. Ele está especialmente engajado em pautas como a legalização do aborto e a implementação da Lei 26.485 - que prevê proteção integral para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra as mulheres em todos os âmbitos nos quais existam relações interpessoais. (...) O estopim para tal mobilização foi o assassinato da jovem Chiara Páez, uma adolescente grávida de 14 anos, pelo próprio parceiro”. (LIMA-LOPES, Rodrigo Esteves de; GABARDO, Maristella, 2018: 82)

permitiu que as mulheres pudessem dispor de seus corpos, mas, este direito ainda não pertence às mulheres. Essas contradições se justificam no que D´ATRI (2017) chama de casamento bem sucedido entre o capitalismo e patriarcado. D´ATRI (2017: 38) explica que “(...) apesar de não ter surgido com o capitalismo, a opressão das mulheres adquire sob este modo de produção traços particulares, convertendo o patriarcado em um aliado indispensável para a exploração e a manutenção do *status quo*”.

No Brasil, as mulheres possuem remuneração mais baixa que os homens dependendo do cargo que ocupem e, em condições mais precárias. Segundo o IBGE, em 2015 as trabalhadoras brasileiras ganhavam 23,6% a menos que os trabalhadores homens. E de acordo com o IPEA, as mulheres negras brasileiras ainda não conseguiram alcançar nem 40% do rendimento total dos homens brancos. As trabalhadoras negras, ainda são maioria na classe trabalhadora que ocupa os postos de trabalho terceirizados, e são maioria entre as empregadas domésticas, evidenciando resquícios da herança estrutural da escravidão em nosso país. Essa é a ocupação de 5,9 milhões de brasileiras, o equivalente a 14% do total das ocupadas no país, e destas, cerca de 65% são negras. Segundo o IPEA, a renda média das mulheres negras trabalhadoras domésticas é de R\$ 788,00.

A experiência a partir de 2010 do governo com uma mulher à frente da Presidência da República pela primeira vez no país deixou claro que não basta ser mulher, pois apesar da opressão atingir as mulheres de todas as classes, os contornos da opressão são indissociáveis da classe à qual cada mulher pertence. (DATRI, A. 2017)

Pode-se afirmar que algumas expressões feministas antecederam a Primavera Feminista no Brasil e foram importantes na formação política de muitas mulheres, principalmente as mais jovens, em relação à compreensão do feminismo. Dois exemplos importantes são as Marchas das Vadias em 2011 e nas “Jornadas de Junho de 2013”, as manifestações de mulheres que ocorreram contra o projeto de lei do Estatuto do Nascituro. Mas foi em 2015, no movimento e manifestações conhecidas como Primavera Feminista ou Primavera das Mulheres, que se aprofundou a amplitude das pautas⁴ feministas e as incipientes mudanças de comportamento em setores da sociedade brasileira sobre o reconhecimento da luta das mulheres e o combate ao machismo.

Este movimento no Brasil se insere em um contexto internacional como parte de um fenômeno político global. Em 2017, o Dia internacional de luta das mulheres (8 de Março) foi marcado por uma Greve Internacional de Mulheres (que em 2018 se repetiu), ocorrendo em

⁴ Chamamos de pauta todas reivindicações, demandas e/ou temas à qual um movimento político ou manifestação política se organiza em torno.

mais de 150 países⁵. No Estado Espanhol⁶ foi significativa a quantidade de mulheres que aderiram à histórica Greve Internacional de Mulheres com manifestações sem precedentes. Segundo os sindicatos espanhóis, estima-se que cinco milhões de pessoas, entre homens e mulheres, paralisaram suas atividades.

O interesse em estudar as pautas e expressões nas manifestações de rua do movimento feminista do Rio de Janeiro do período entre 2015 e 2018, está relacionado com o fato do Rio de Janeiro ser uma das capitais do país em que ocorreram os maiores atos. Junto com São Paulo, chegou a reunir mais de dez mil mulheres em cada cidade, assim como nos atos *#Por Todas Elas* no ano de 2016 contra a cultura do estupro. É no Rio de Janeiro também que tem figuras políticas que representam o conservadorismo de direita como Jair Bolsonaro, Eduardo Cunha, Silas Malafaia, e que tentam avançar em projetos de lei que retrocedem nos direitos das mulheres. O Rio de Janeiro é ainda a cidade aonde a violência de gênero escancara a responsabilidade estatal, seja na repressão, como na aliança público privado que privilegia os interesses do capital, enquanto as condições de moradia e vida precárias atingem em geral a maioria das mulheres, que representam 53,17% do total da população segundo o Censo do IBGE (2010).

O interesse em estudar o movimento feminista na atualidade à partir das manifestações no Rio de Janeiro tem origem na minha própria experiência como militante do movimento de mulheres e por ter participado de todas as manifestações do período estudado. Há dez anos milito no movimento internacional de mulheres Pão e Rosas⁷, organizado em onze países, sendo no Brasil um coletivo reconhecido no movimento feminista de esquerda e que atua em

⁵ <<http://www.esquerdadiario.com.br/Midia-esconde-historicas-manifestacoes-do-8-de-Marco-no-Brasil-e-no-mundo>>. Acesso em: março de 2018.

⁶ <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/03/milhoes-participam-de-greve-em-apoio-as-mulheres-na-espanha.shtml>>. Acesso em: março de 2018.

⁷ “O grupo de mulheres Pão e Rosas se formou na Argentina, a partir das jornadas de luta em 2001, inspiradas pela luta operária das mulheres da fábrica têxtil Brukman e prestando solidariedade ativa no combate à patronal. Impulsionado pelo PTS (Partido dos Trabalhadores Socialistas, partido na Argentina que é irmão do Movimento Revolucionário de Trabalhadores- MRT- no Brasil) e estudantes e trabalhadoras independentes, a agrupação se colocou em marcha atuando junto às comissões de mulheres dos encontros de fábricas ocupadas e já em 2003 se colocava ativamente no enfrentamento com a Igreja e os setores reacionários pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito. De lá pra cá a agrupação cresceu na Argentina e em poucos anos se expandiu por toda América Latina (Chile, Brasil, México, Venezuela, Peru, Bolívia, Uruguai, Costa Rica), Europa (Estado Espanhol, Catalunha, França, Alemanha e Itália) e nos Estados Unidos. Homenageando as operárias têxteis do início do século passado que lutaram por seus direitos, as mulheres do Pão e Rosas lutam pela emancipação das mulheres de toda a opressão, com uma perspectiva socialista e revolucionária. Nas fábricas, nos locais de trabalho e estudos batalhamos pela auto-organização dos trabalhadores e da juventude para lutar contra o sistema capitalista, que se sustenta a partir da opressão e da exploração, por uma revolução socialista”. Para saber mais: <https://www.esquerdadiario.com.br/Isso-e-Pao-e-Rosas-companheiras>. Acesso em: abril 2018.

universidades, escolas e categorias de trabalhadoras efetivas e terceirizadas da esfera pública e privada.

A resistência passada em me reivindicar feminista, baseava-se na compreensão de que a luta pela emancipação das mulheres era indissociável da luta contra o sistema capitalista, e de que o patriarcado se tornou um sistema funcional para a exploração capitalista e muito menos, por não reconhecer a importância e legitimidade da luta das mulheres. No Grupo Pão e Rosas encontrei uma estratégia que contemplava minha inquietação e pude compreender que eu era sim, feminista, mas uma feminista socialista e revolucionária. E que não bastava estar organizada em um coletivo feminista, mas era necessária a organização ao lado das mulheres trabalhadoras e dos trabalhadores pela construção de um partido revolucionário que defendesse as bandeiras dos grupos oprimidos. Assim, a frase, “o socialista que não é feminista carece de amplitude. Mas, quem é feminista e não é socialista carece de estratégia” de Louise Kneeland, feminista e socialista norte-americana (1914), fez todo o sentido para minha nova perspectiva.

Ao longo de minha militância no Pão e Rosas, participei todos os anos das tradicionais reuniões unificadas para organizar as manifestações referentes às datas tradicionais de luta das mulheres como o “Oito de Março”, “O Vinte Oito de Setembro”⁸ e “O Vinte Cinco de Novembro”⁹. Primeiro na cidade de Campinas-SP, aonde vivi de 2008 até o final de 2013, e participei da Marcha das Vadias e das “Jornadas de Junho” de 2013, e também de algumas massivas manifestações na cidade de São Paulo. No Rio de Janeiro desde 2014, sempre estive com as estudantes e trabalhadoras do Pão e Rosas, participando das reuniões unificadas do movimento feminista carioca e das manifestações.

O que pude perceber é que nas reuniões unificadas do movimento feminista o método por consenso na tomada de decisões para a realização das manifestações não se diferencia no fundamental das reuniões realizadas na cidade de Campinas para a cidade do Rio de Janeiro. Inclusive porque em ambas cidades, muitos coletivos são vinculados a setoriais ou grupos de

⁸ Dia latino-americano e caribenho pela legalização e descriminalização do aborto foi criado em 1990, 28 de setembro. A data foi criada durante o 5º Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho na Argentina e desde então é um dia de luta pela vida das mulheres que decidem realizar um aborto, que hoje é ilegal e arriscado em vários países.

⁹ No dia 25 de novembro de 1960, as irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa, conhecidas como “Las Mariposas”, foram brutalmente assassinadas pelo ditador Rafael Leónidas Trujillo, da República Dominicana. As três combatiam fortemente aquela ditadura e pagaram com a própria vida. Seus corpos foram encontrados no fundo de um precipício, estrangulados, com os ossos quebrados. As mortes repercutiram, causando grande comoção no país e internacionalmente. Em 1999, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas instituiu 25 de novembro como o Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher, em homenagem às “Mariposas”, e se tornou um dia de luta do movimento feminista em vários países do mundo.

mulheres dos mesmos partidos políticos de esquerda. O que muda são alguns coletivos locais. Ou seja, como militante não se apresentaram tantas novidades do ponto de vista da forma de organização, mas o novo estava no peso do ativismo feminista nas redes, que se potencializou com a Primavera Feminista, ou melhor, foi fundamental em sua articulação, principalmente pelo facebook de algumas manifestações de rua e por organizar campanhas virtuais que viralizaram a partir de hashtags¹⁰.

Apesar de estar inserida no movimento há sete anos, o que me intrigou foi pensar na importância política e no potencial que este fenômeno nacional (também de certa maneira um fenômeno conectado com o movimento internacional) tem seu rebatimento na organização do movimento feminista e de luta pelos direitos das mulheres em uma cidade tão complexa, de importância política, cultural e econômica nacionalmente como o Rio de Janeiro. Algumas referências que a Primavera Feminista trouxe para a sociedade mostram um enorme potencial na luta do movimento feminista, não apenas por suas demandas e direitos, mas espera-se que possa se aliar ao movimento de trabalhadores e outros setores da sociedade para lutar contra as reformas da previdência, em tramitação, e trabalhista, já aprovada.

Além disso, ser inspirada pelas jovens na linha de frente do movimento de ocupações de escolas em São Paulo na luta pela educação e, 2016, impondo o combate ao machismo, foi grande fonte de inspiração, o que culminou no acreditar no potencial de uma juventude mais livre e menos pressionada com os valores individualistas e preconceituosos do final dos anos 90 em que vivi minha adolescência. A experiência como professora de Geografia no Colégio Pedro II durante dois anos reforçou a visão acerca do potencial de uma juventude que questiona as regras conservadoras de uma educação sexista.

O objetivo geral dessa pesquisa é entender a articulação do movimento feminista e suas pautas e a organização das manifestações impulsionadas na cidade do Rio de Janeiro no período entre a Primavera Feminista em 2015 até março de 2018. Considerando que as manifestações ocorrem no espaço urbano de uma metrópole um dos objetivos específicos da pesquisa foi analisar a importância do lugar na escolha da realização das manifestações a partir de entrevistas com lideranças de diferentes coletivos e da própria experiência como militante também do movimento feminista.

A partir das pautas identificadas, de alguns dados da realidade das mulheres na cidade do Rio de Janeiro, e a partir das entrevistas, outro objetivo foi ensaiar uma breve reflexão sobre as possíveis escalas das pautas do movimento de mulheres e como essas escalas se

¹⁰ Hashtags são compostas pela palavra-chave do assunto antecedida pelo símbolo cerquilha (#). As hashtags viram hiperlinks dentro da rede, indexáveis pelos mecanismos de busca.

relacionam tendo como fundamentação teórica a teoria esquemática da produção da escala elaborada pelo geógrafo Neil Smith.

As Ciências Humanas de um modo geral, assim como a Geografia, têm a colaborar na compreensão das consequências do processo de globalização, das políticas neoliberais e da crise estrutural do capitalismo na vida das mulheres em diferentes lugares do mundo. Ao mesmo tempo em que contribuem para analisarmos os movimentos de resistência e reivindicações feministas e suas manifestações no espaço, seja ao refletir sobre o direito à cidade e ao acesso a serviços sociais básicos como saúde, transporte, moradia e educação, direitos trabalhistas, democráticos e civis, também contribuem para pensar as distintas estratégias dos movimentos sociais, como o movimento feminista. Diante disso, é necessário o diálogo com outras ciências como a Ciência Política, a Sociologia, ou seja, a pesquisa possui um caráter interdisciplinar. Busquei traçar uma contextualização teórica resgatando parte da vasta literatura sobre movimentos feministas, em especial no que tange à discussão da relação patriarcado e capitalismo, gênero e espaço.

Além disso, busquei na Geografia através do conceito de *lugar* como valor simbólico para tratar da escolha do trajeto e o local das manifestações, e protagonismo das mulheres na ação coletiva política no espaço público. Ademais utilizei o conceito de escala a partir da concepção de Neil Smith para refletir brevemente as pautas das manifestações do movimento de mulheres no Rio de Janeiro e também analisando como as manifestações expressam conexões entre distintas escalas no que diz respeito à vida e espaços de vivência e resistência das mulheres.

A metodologia a ser adotada terá continuidade a partir da leitura e análise da bibliografia pesquisada, não apenas com relação ao tratamento da questão feminista, mas, igualmente sobre a condição socioespacial de desdobramento desse movimento realizada nos campos da Geografia, da Ciência Política e da Teoria Feminista. Nesse sentido, as pautas feministas e manifestações de rua entre os anos de 2015-2018 na cidade do Rio de Janeiro, serão fontes centrais para este estudo. Também foram utilizadas como fontes, informações da imprensa e das redes sociais.

Para cumprir com os objetivos propostos nesta dissertação, propus uma pesquisa qualitativa subdividida em dimensões complementares, análise de dados levantados pela via das redes sociais, sondagem, e dados colhidos em campo através de entrevistas com ativistas, também “in locus”, da minha própria experiência nas manifestações do período escolhido para o estudo. A forma de coletar dados em campo foi a partir da utilização da observação participante, quando o pesquisador deixa de ser um observador externo dos acontecimentos e

passa a fazer parte ativa deles, como neste caso a pesquisadora ter participado de reuniões unificadas para organizar as manifestações, assim como participar com o coletivo feminista que faz parte das mesmas. (BONI; QUARESMA, 2005).

Como método de procedimento, realizou-se contato e entrevistas no início de 2018 com lideranças feministas de diferentes gerações e coletivos no campo da esquerda na cidade do Rio de Janeiro sobre o assunto em estudo, reconhecendo, porém, que tal método possui limites que precisam ser superados através de outros métodos e técnicas de pesquisa. Utilizou-se o método de entrevistas semiestruturadas, combinando perguntas abertas e fechadas, por considerar que permite certa organização dos questionamentos, ao mesmo tempo em que pode ser ampliada à medida que as informações vão sendo fornecidas. Optou-se por uma dinâmica em que uma abertura e proximidade maior entre a entrevistadora e entrevistada permitiu desenvolver assuntos mais complexos e opiniões havendo interação entre ambas as partes. Além do fato de que as respostas espontâneas das entrevistadas com maior liberdade fizeram surgir questões inesperadas à entrevistadora sendo de utilidade para a pesquisa.

Buscou-se analisar opiniões sobre as pautas e estratégias para o movimento feminista, o sentido do lugar escolhido para as manifestações e práticas por meio do discurso das ativistas. Foram definidos eixos norteadores que foram utilizados em todas as entrevistas:

- a) Apresentação livre da entrevistada com seu histórico e especialização de vida e militância no movimento feminista.
- b) Participação na Primavera Feminista no Rio de Janeiro e opiniões sobre as pautas.
- c) O papel das redes sociais como ferramentas na articulação, organização e visibilidade na luta das mulheres, suas vantagens e limites.
- d) A escolha e o significado do lugares e trajetos das manifestações realizadas no Rio de Janeiro.
- e) Opiniões sobre as pautas das mulheres no contexto nacional econômico e político atual.
- f) Opiniões sobre as pautas do movimento e estratégias a partir da atuação de seus coletivos.

Foram escolhidas 8 militantes do movimento feminista que atuam em frente única para organizar as manifestações. Cada uma, militante de distintos grupos, coletivos e frentes de atuação, além de pertencerem a diferentes gerações. Priorizou-se esta diversidade para expressar a distintas vertentes, estratégias e concepções das mulheres organizadas em grupos

que atuam em frente única na organização das manifestações do movimento feminista na cidade do Rio de Janeiro.

As entrevistadas foram:

- a) Eleutéria Amora, 61 anos, nascida no Ceará, mora no Rio há 30 anos, professora de história, é coordenadora da Casa da Mulher Trabalhadora (CAMTRA);
- b) Teca, trabalhadora do Centro Comunitário de Defensoria e Cidadania (CCDC) no bairro de Manguinhos, vinculado à Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro.
- c) Tainá de Paula, arquiteta com atuação na área de urbanismo, no movimento de moradia e ativista da PartidA;
- d) Schuma Schumacher, 65 anos, nascida no interior do estado de São Paulo, mora no Rio de Janeiro desde 1988. Foi uma das fundadoras do “SOS Mulher”¹¹ e desde 1991 atua na REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano, Organização não governamental no Rio de Janeiro;
- e) Luciene Nogueira, nascida em Nilópolis na Baixada Fluminense, mas cresceu no Rio de Janeiro, psicóloga aposentada, trabalhadora da UFRJ, ativista do movimento negro organizado, é militante do PSOL e participa dos setoriais de mulheres, de negros e negras, Eco socialismo e de Saúde, é uma das coordenadoras da campanha “*21 dias de Ativismo contra o Racismo*”;
- f) Ana Carolina Bondezan Nogueira (Cacau), 29 anos, nascida em São Paulo mora no Rio de Janeiro desde 2011, professora de Geografia na rede do Estado do Rio de Janeiro em Nova Iguaçu, estudante em Serviço Social na UERJ, campus Maracanã, e militante do grupo de mulheres Pão e Rosas e do Movimento Revolucionário de Trabalhadores (MRT);
- g) Gopala Miron, 22 anos, nascida em Petrópolis, é estudante da UERJ, campus Maracanã, foi uma das organizadoras de um dos eventos do

¹¹ Nos anos 80, o tema da violência doméstica contra as mulheres foi central na agenda das reivindicações feministas no Brasil. O assassinato da Ângela Diniz, em 1976, e a absolvição do agressor que usou o argumento de tê-la matado em legítima defesa da honra foi um dos fatores importantes que impulsionaram as primeiras grandes campanhas públicas das feministas no Brasil. Segundo Célia Pinto, “estava inaugurada uma nova fase na história da violência contra mulher no país” (PINTO, 2003, p. 80). Surgiram várias organizações cujo principal objetivo era o atendimento à mulher vítima de violência, sendo o SOS-Mulher, uma das primeiras.

primeiro ato da Primavera Feminista no Rio de Janeiro e é militante do coletivo feminista Coletivo Clã das Mulheres.

- h) Clarice Luiza Cruzeiro dos Santos, 17 anos, estudante do pré-vestibular na UFRJ, participou da ocupação do Colégio Estadual Visconde de Cairú em 2016 e é militante do grupo de mulheres Pão e Rosas.

Duas das entrevistadas não participaram das manifestações da Primavera Feminista, Teca, trabalhadora do CCDC e Clarice. A intensão em entrevistar a Teca foi abordar a opinião de uma mulher que não está inserida diretamente no movimento feminista, mas que lida todos os dias com várias mulheres moradoras do território de favela em Manguinhos e auxilia em temas que diretamente recaem na responsabilidade das mulheres. No caso de Clarice, é que mesmo não estando diretamente nas manifestações é parte de uma geração jovem que reivindica o feminismo e foi ativa num importante processo de luta recente da juventude carioca.

As entrevistas com Gopala Miron e Clarice foram através de perguntas escritas, pois não foi possível encontrá-las e marcar por algum programa de comunicação via internet. Mas optou-se por realizar mesmo assim pela relevância da participação da primeira entrevistada na organização de um dos grandes atos da Primavera Feminista no Rio de Janeiro e da segunda pelo fato de ser uma jovem que participou de uma das ocupações de escola que ocorreu na rede estadual do Rio de Janeiro em 2016. .

No que diz respeito ao campo, não encontrei resistência para marcar as entrevistas, e tais conversas deram-se de forma tranquila. Algumas ocorreram próximas ao local de trabalho da entrevistada, como fui a Manguinhos e outras em locais variados como bares, locais públicos e por Skype. É importante ressaltar que já conhecia a maioria das entrevistadas devido ao fato de também ser militante no movimento, mas o contato anterior à pesquisa havia sido em debates nas plenárias e reuniões unificadas do movimento, inclusive algumas das vezes expressando divergências de opiniões, nas questões organizativas e em relação aos eixos¹² dos atos.

Acompanhou-se pelo Facebook as principais atividades nas páginas e evento das ações unificadas do movimento feminista para identificar as pautas e trajetórias dos atos. É por meio de tais redes que se articulam, certamente interagindo com a ocupação do espaço público urbano através das manifestações de rua, dentre outras atividades ligadas à luta das mulheres.

¹² Chamamos de eixo a pauta central do ato.

A associação entre feminismo e Geografia guia os passos desta pesquisa e pretende-se desenvolver essa dissertação de mestrado em três capítulos.

No capítulo 1 buscar-se-á referenciais no campo da ciência geográfica, e será realizado um breve levantamento histórico sobre a produção das pesquisas de gênero na Geografia. Apesar da diversidade de abordagens metodológicas, e por isso, esse campo é chamado por alguns autores como Geografias feministas no plural, pôde ser observado que uma das vertentes mais expressiva está associada à perspectiva culturalista. Além disso, também faremos um breve histórico do feminismo no Brasil e acontecimentos marcantes da história do feminismo e luta das mulheres no nível internacional. E por fim, dissertar sobre a importância da questão de gênero da produção do espaço.

No capítulo 2 faremos um levantamento das pautas, das campanhas e das manifestações de mulheres a partir da Primavera Feminista e nos dias atuais (2015-2018) na cidade do Rio de Janeiro. Também será abordado o papel das redes sociais na articulação das manifestações mais expressivas que ocorreram, e uma breve análise do ativismo virtual cada vez mais exercido nos anos recentes e também sobre o avanço de como os empresários inseriram a pauta feminista como nicho de mercado com o objetivo do lucro.

No capítulo 3 vamos fazer uma análise sobre as escolhas do movimento de mulheres do lugar e trajetórias das manifestações no período estudado no Rio de Janeiro e traçar um panorama histórico dos três centros de poder no Rio de Janeiro. Além de ensaiar uma breve reflexão sobre as possíveis escalas de abordagem das pautas da Primavera Feminista na cidade do Rio de Janeiro.

1 A GEOGRAFIA E O FEMINISMO

1.1 O feminismo no Brasil

No ano de 2017 se comemorou o centenário da Revolução Russa, uma das principais revoluções em que a classe operária “tomou o céu de assalto” e protagonizou uma das maiores revoluções da história da humanidade na era contemporânea, na qual, a questão da mulher foi um dos grandes temas debatidos pelo partido bolchevique (GOLDMAN, 2014).

Leon Trotsky dizia que “é necessário enxergar a realidade com o olhar das mulheres”. A partir do método marxista entendia-se que a opressão da mulher era uma consequência da sociedade dividida em classes e do surgimento da propriedade privada na História, situação agravada pelo modo de produção capitalista. Dessa forma, a luta pela emancipação das mulheres colocava-se como uma das tarefas centrais da revolução socialista, com o objetivo de assentar bases econômicas para transformar estruturalmente a sociedade do modo de produção capitalista para uma sociedade sem classes que não utilizasse a opressão histórica das mulheres para manter a exploração e dividindo a classe trabalhadora ideologicamente.

Leon Trotsky (2011) dizia que era necessário realizar uma revolução permanente, ou seja, uma revolução dentro da revolução, que correspondia também aos costumes e relações que eram marcadas pela velha moral semifeudal e capitalista. Alexandra Kollontai também dirigente do Partido Bolchevique e Comissária do Povo para a Assistência Social entre 1917 e 1918, organizou o I Congresso de Mulheres Trabalhadoras e Camponesas Russas e em 1920 apresentou o texto “A família e o Comunismo”.

Neste texto, a preocupação era mostrar a origem da família baseada na obra de Friedrich Engels, “A origem da família e da propriedade privada” de 1884, e refletir sobre a evolução das formas da família ao longo da História e no futuro comunista, após as medidas que seriam garantidas pelo estado socialista de transição, com a preocupação de fazer com que as mulheres se libertassem da família patriarcal e do fardo da tripla jornada de trabalho que as mulheres operárias casadas e mães exerciam.

A mulher casada, a mãe que é operária, suas lágrimas de sangue para cumprir com três tarefas que pesam ao mesmo tempo sobre ela: dispor das horas necessárias para o trabalho, o mesmo que faz seu marido, em alguma indústria ou estabelecimento comercial; dedicar-se depois, da melhor forma possível, aos afazeres domésticos e, por último, cuidar de seus filhos. O capitalismo carregou sobre os ombros da mulher trabalhadora um fardo que a esmaga; a converteu em operária, sem aliviá-la de seus

cuidados de dona de casa e mãe. Portanto, a mulher se esgota como consequência dessa tripla e insuportável carga que com frequência, expressa com gritos de dor e lágrimas (KOLLONTAI, 2013, p.24).

Alguns teóricos soviéticos e integrantes do partido bolchevique afirmavam que sob o socialismo a família definharia e sob o comunismo deixaria completamente de existir. Nas palavras de Kollontai:

a família- privada de todas as obrigações econômicas, sem carregar a responsabilidade pela nova geração, sem mais prover às mulheres sua fonte básica de existência – deixa de ser família. Estreita-se e é transformada em uma união marital baseada em contrato mútuo (apud GOLDMAN, 2014, p.29).

Segundo Goldman (2014) a visão bolchevique sobre a emancipação das mulheres era baseada em quatro preceitos: união livre, emancipação das mulheres através do trabalho assalariado, socialização do trabalho doméstico e definhamento da família.

Em 1918 criou-se o Código Civil que, num certo sentido, estava à frente do seu tempo, e garantia direitos mínimos as mulheres, como o direito ao aborto e o direito ao divórcio, além de garantir restaurantes e lavanderias públicas para que as mulheres estivessem libertas das tarefas domésticas e estas fossem socializadas e industrializadas pelo Estado operário. Segundo a historiadora estadunidense Wendy Goldman, na sua obra “Mulher, Estado e Revolução”:

O Código varreu séculos de leis de propriedade e privilégio masculino ao abolir a ilegitimidade e garantir a todos os filhos o direito de serem sustentados por seus pais. Todos os filhos, nascidos dentro ou fora de um casamento registrado, tinham direitos iguais (GOLDMAN, 2014, p.72).

Parece ser contraditório pensar-se que após cento e um anos de uma experiência histórica cheia de lições no que diz respeito à participação das mulheres na Revolução Russa e os avanços proporcionados na vida das mulheres, muitas democracias capitalistas até hoje não garantiram direitos elementares como o direito ao aborto. Faz-se necessário uma reflexão sobre quais estratégias devem ser desenvolvidas para conseguir conquistar esses direitos e estudar as lições de experiências históricas para se avançar na luta pela verdadeira emancipação das mulheres.

Apesar das mulheres historicamente quase sempre terem sido protagonistas, nos movimentos de reivindicações por melhores condições de vida, nos processos da luta de classes, processos revolucionários e por mudanças de regimes políticos, foi ao longo do século XX que se desenvolveram as diferentes ondas feministas e suas variadas teorias, trazendo como centralidade o reconhecimento da opressão de gênero.

As "ondas" feministas são identificadas ao longo da história, por diferentes prioridades e marcos nos movimentos em defesa dos direitos das mulheres. A primeira onda pode ser datada do final do século XIX e início do século XX como um movimento que tinha como objetivo a luta das mulheres por igualdades de direitos civis. O movimento sufragista é um marco desta onda, onde mulheres de diversos países, as da elite, mas também trabalhadoras, lutavam pelo sufrágio universal (PINTO, 2003).

O feminismo que eclodiu nas décadas de 60 e 70 nos Estados Unidos e na Europa, está relacionado com a efervescência política e cultural que essas regiões experimentaram na época, dentro de todo um cenário cultural propício para a formação de movimentos sociais.

O capitalismo norte-americano pós a Segunda Guerra Mundial prometia o *american way of life*, através de uma suposta prosperidade econômica, o consumo de bens duráveis e reforçava os valores familiares e o estereótipo da mulher dedicada ao lar e a manusear os eletrodomésticos que o *boom* econômico pós-segunda guerra trouxe, reafirmando a moral protestante (PINTO, 2003).

Mas, as guerras do Vietnã e da Coreia, foram responsáveis pelo fim do sonho americano, ao mesmo tempo em que nos anos 60 o acirramento dos conflitos raciais expunha nesse momento também, que o mito que na sociedade havia um lugar certo para cada um atingir a felicidade era uma falácia.

Na Europa, a ascensão de lutas operárias e estudantil, como o “Maio de 1968” francês, abriu uma perspectiva de que, a luta da classe trabalhadora no ocidente contra os governos imperialistas, no Leste europeu contra a burocracia stalinista e nas semicolônias¹³ contra as burguesias pró-imperialistas, fortaleceram as tendências de que poderia haver um enfrentamento à ordem estabelecida pela Conferência de Yalta (ALBAMONTE, 2011).

Essa tendência se expressou na auto-organização com independência de classe dos trabalhadores e setores populares como os cordões industriais no Chile, a Assembleia Popular Boliviana, o Cordobaço na Argentina, os conselhos de moradores e soldados na Revolução Portuguesa, entre outros. Mas, a ordem de Yalta e as direções que a sustentou, ainda que tenham se debilitado, não haviam sido derrotadas por esses processos. Pelo contrário, o que ocorreu foi uma visão de que o socialismo era o regime assumido pela burocracia estalinista, o socialismo real, e as lutas da ascensão operária foram sendo entregues pelas direções de partidos e sindicatos que conciliavam com a ordem de Yalta.

¹³ Uma semicolônia é, na teoria marxista, um país que é oficialmente uma nação independente e soberana, mas que na realidade é muito dependente e dominado por outro país (imperialista) (ou, em alguns casos, vários países imperialistas) (TROTSKY, 2009).

Ao mesmo tempo em que ocorreu essa ascensão das lutas operárias e estudantis, ocorria um processo de radicalização política que atravessou várias partes do mundo que também deu lugar não só para outros questionamentos radicais sobre a vida cotidiana da segunda onda do movimento feminista, mas também para o movimento pela libertação sexual que teve como expoente a batalha de Stonewall. (D'ATRI, 2017)

Os negros afro-americanos também se insurgiam gritando sua rebeldia e assumindo os blackpowers, e nos centros universitários os espaços se convertiam em ambientes de deliberação política e filosófica, e se colocava em questionamento à família tradicional, à heterossexualidade monogâmica e todas as relações eram questionadas pelo amor livre e a vida comunitária.

A chamada segunda onda feminista surge nas décadas de 1960/70, em especial nos Estados Unidos e na França. A perspectiva mais geral do movimento feminista nos anos 70 é anti-institucional, que ocorreu neste marco do movimento insurrecional vivido nas décadas.

Em 1966, a feminista estadunidense Betty Friedman, funda nos EUA a Organização Nacional das Mulheres (NOW, sigla em inglês), que reunia centralmente mulheres casadas e com filhos da classe média. A NOW tinha como uma de suas bandeiras que o governo dos EUA cumprisse o Título VII dos Atos de Direitos Civis, que tornava ilegal qualquer discriminação de raça ou sexo. Nesse mesmo ano ocorre uma ruptura de mulheres jovens e solteiras que fundam um movimento mais radicalizado chamado Movimento de Libertação das Mulheres (WLM, sigla em inglês), conhecidas pelo episódio *A Queima dos Sutiãs (Bra-Burning, em inglês)*, um protesto com cerca de 400 ativistas do WLM contra a realização do concurso de Miss América em 7 de setembro de 1968.

Em 1971, a NOW passou a ter mais de 10 mil integrantes e uma das conquistas que o movimento de mulheres teve, impulsionada pela NOW e a WLM, foi a decisão judicial imposta às companhias de telégrafos e telefones para que pagassem as diferenças retroativas de salário (em relação ao salário masculino) correspondente às mulheres empregadas desde o seu ingresso à empresa.

A segunda onda também foi marcada por temas que até então não eram debatidos, como as políticas sobre direitos reprodutivos, aborto e violência sexual. Para além das lutas pelos direitos democráticos, o movimento feminista se interessou pela reconstrução da história das mulheres, a investigação sobre as origens da opressão e as implicações das diferenças de gênero em todas as áreas de conhecimento. Em 1976 ressurgem os laços internacionalistas, e feministas de diversos países que se reúnem no Tribunal Internacional de Denúncias de Crimes Contra as Mulheres em Bruxelas.

Segundo o geógrafo Marcio Ornat:

[...] as feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade (feminismo de igualdade), as francesas postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada (feminismo de diferença) (ORNAT, 2008, p.304).

Enquanto os movimentos feministas eram massivos nos países centrais, na América Latina formavam-se grupos de reflexão e ativismo pelos direitos das mulheres. Mas, os movimentos nunca chegaram a ser massivos como nos países centrais, como nos EUA e França, por exemplo.

O surgimento desses grupos na América Latina se deu pela agudização da luta de classes que se manifestou com a ascensão do movimento operário e popular, sendo as principais expressões desses movimentos, os cordões industriais chilenos, a semi-insurreição do Cordobaço na Argentina, as mobilizações estudantis e os numerosos movimentos de guerrilhas urbana e camponesa. Assim também no Brasil trava-se também uma luta contra a ditadura militar e um ascenso dos trabalhadores em regiões que eram pólos industriais como o ABC paulista.

Nos anos 70 na América Latina a derrota do ascenso da luta de classes a partir da contra-revolução sangrenta nos países latino-americanos inaugurou-se o curso de uma nova ofensiva imperialista na região. Os regimes ditatoriais que ocorreram na América Latina de modo geral impediram o desenvolvimento do movimento feminista no continente, e a polarização social ocorrida também se traduziu na visão do feminismo. Por um lado, a direita reacionária considerava as feministas subversivas e contestatórias e de outro lado, a esquerda, as chamavam de “pequeno-burguesas”. O movimento feminista latino-americano vai recuperar o protagonismo logo no início dos anos 1980, com a derrubada das ditaduras e a instauração de regimes democráticos no Cone Sul e mais tarde em países também da América Central.

Os estudos sobre gênero no Brasil tomaram importância a partir da década de 70. Muitas mulheres brasileiras nesta época já lutavam por direitos como o direito à creche, por melhores condições de vida, e muitas pesquisadoras nas universidades já vinham se preocupando com a temática feminista que englobavam centralmente os temas sobre a mulher e o trabalho.

Diante deste cenário, muitas pesquisadoras já demonstravam preocupação pela temática feminista e os principais trabalhos versavam sobre mulher e trabalho. Mas é nos anos

oitenta que se começa a ter um maior ativismo de grupos feministas e um número maior de estudos realizados na academia.

O cenário na América Latina foi distinto do que ocorria nos EUA e na Europa. Era o contexto das ditaduras militares. Enquanto nos EUA e na Europa ocorria uma efervescência política, de revolução de costumes, renovação cultural, no Brasil ocorria perseguição política, repressão e morte. Mas, mesmo assim, no Brasil foi neste mesmo período, na virada da década de 70, que começa a se desenvolver o feminismo (PINTO, 2003).

Antes mesmo da década de 70, já ocorriam no Brasil, movimentos de mulheres de classe média e dos setores populares que lutavam contra a carestia no final da década de 40 e início da de 1950. Segundo PINTO (2003) encontravam-se nesta luta mulheres da Federação de Mulheres do Brasil, que eram influenciadas pelo Partido Comunista, que em 1953 impulsionou a passeata da Panela Vazia, e também estavam presentes mulheres de classes médias e da elite que se organizavam na Associação das Mulheres de Santa Tereza.

Segundo a autora, esses movimentos serão predominantes no Brasil até os anos 70, principalmente em bairros pobres e populares onde as reivindicações passavam por melhoria em postos de saúde, escolas, creches e serviços públicos em geral. As CEB'S (Comunidades Eclesiais de Base) da Igreja Católica apoiaram as organizações que se formavam nos bairros populares, como os clubes de mães.

PINTO (2003) afirma que os movimentos de mulheres contra a carestia e direitos sociais não podem ser considerados feministas na formação e no propósito, pois na medida em que as mulheres neles envolvidas não lutavam pela mudança dos papéis a elas atribuídos pela sociedade. Mas nas três últimas décadas do século XX, a distância entre ambos passou a diminuir. Soares (2008) observa:

As fronteiras entre o movimento de mulheres e o feminista têm sido sistematicamente ofuscadas, com um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares (SOARES, 2008, p.46).

Nas décadas de 70 e 80 vários grupos feministas se formaram nas grandes cidades, influenciados pelos debates internacionais que ocorreram da segunda onda feminista. Muitas destas feministas tinham vivido nos EUA e na Europa e nas décadas seguintes tiveram importância na academia e no cenário nacional. Formaram-se grupos por todo país com muita força no eixo Rio de Janeiro - São Paulo. Muitos destes grupos se reuniram para debater desde literatura até sexualidade.

Na década de 70 ocorria uma questão paradoxal da difícil condição do feminismo em relação à política, pois muitas feministas eram “mal vistas” e as militantes que lutavam contra a ditadura e faziam parte de organizações de esquerda, e que foram exiladas após 1968, sofriam a resistência de militantes homens que viam no feminismo uma ameaça. Essa ameaça apresentava-se por um lado à unidade da luta do proletariado e por outro o próprio lugar que exerciam nas organizações e também os questionamentos nas relações pessoais.

Uma das entrevistadas desta dissertação diz que, “ (...) era muito chato, você chegava num lugar, numa festa, se você dissesse que era feminista você era alvo de uma piada. Várias pessoas olhavam assim como se fosse um bicho, um bicho estranho de qualquer lugar”. (Schumacher, 2018)

Um dos importantes grupos de mulheres brasileiras no exílio foi o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, que durou de 1975 a 1979. Esse grupo incluía militantes que também defendiam uma luta das mulheres numa perspectiva marxista. Existiam aquelas que pensavam que o feminismo tinha que estar associado à luta de classes e aquelas que associavam o feminismo a um movimento libertário com ênfase à sexualidade, ao corpo, ao prazer.

O ano de 1975 é considerado o ano que inaugura o feminismo no Brasil. A ONU (Organização das Nações Unidas) definiu como o Ano Internacional da Mulher e o primeiro ano da década da mulher, realizando uma conferência sobre o assunto no México. Neste mesmo ano foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, que até 1979 teve um papel importante no movimento de mulheres no Rio de Janeiro. Durante seus anos de atuação abrigou diferentes tendências do feminismo.

É também neste ano que mulheres acadêmicas lançavam publicamente propostas relacionadas à pesquisa científica sobre a condição da mulher brasileira. Nas reuniões anuais da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), muitas mulheres pesquisadoras que também eram feministas se reuniam e desenvolviam um tipo específico de feminismo no Brasil que poderia se chamar de feminismo acadêmico.

Após 1986, os encontros anuais deixaram de estar restritos a SBPC, e perderam seu caráter acadêmico, tornando-se mais militantes e tendo a participação de mulheres de diversos movimentos de mulheres e feministas.

Na segunda metade da década de 70 as questões feministas também foram chegando às organizações operárias, principalmente nos sindicatos. Isso aparece com a realização do I Encontro da Mulher Trabalhadora em 1977, no Sindicato de Aeroviários e o II Encontro no

Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro. Em 1978 ocorreu o I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema. Segundo Pinto (2003), na década de 80

[...] com o processo de redemocratização mais avançado surgia uma nova divisão entre as feministas: de um lado ficaram as que lutavam pela institucionalização do movimento e por uma aproximação da esfera estatal e, de outro, as autonomistas, que viam nessa aproximação um sinal de cooptação (PINTO, 2003, p.68).

A década de 80 traz uma nova relação do feminismo com a política estatal, nesse momento o movimento começa a ter espaços no plano institucional, por meio de Conselhos da Condição da Mulher e criação de Delegacias da Mulher, além da presença de mulheres em cargos eletivos e as formas alternativas de participação política.

Temas que se tornaram centrais na década de 80 para o movimento feminista foram a violência machista, a saúde da mulher, direitos reprodutivos, direito ao aborto e também o tema da sexualidade, que apesar dos anos 70 era parte dos debates dos primeiros grupos que eram influenciados pelas experiências internacionais da segunda onda, mas que no Brasil não debatiam publicamente esta questão por conta da ditadura militar e a falta de liberdade de expressão.

Foi na segunda metade da década de 70 e início dos 80 que a produção da mulher começa a se intensificar na produção acadêmica brasileira. Mas existe um texto fundador em 1967, que é a tese de livre-docência defendida por Heleieth Saffioti com o título "*A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*", orientada por Florestan Fernandes e que teve sua primeira edição publicada como livro em 1969, com o prefácio escrito por Antonio Candido. Esse texto foi fundamental para trazer o tema da opressão da mulher para o debate marxista brasileiro.

Foi nos anos 80 que também se desenvolveu um conjunto de teorias que passaram a trazer com mais força temas que rompiam com uma visão ocidental e eurocêntrica da história, como o pos-colonialíssimo a partir da literatura. Posteriormente foi sendo desenvolvido em outras áreas como o próprio feminismo, assim como vertentes pós-estruturalistas e pós-modernas que também trouxeram debates sobre os sujeitos políticos e deram bastante ênfase em questões como identidade.

Nos anos 80 do século XX no Brasil, foi uma década que trouxe consigo a partidarização e a institucionalização do movimento feminista. Ao lado de ações mais políticas também se firmaram no Brasil grupos autônomos organizados, principalmente em torno de temáticas específicas como saúde e violência. Este um tema anteriormente visto pela sociedade como tabu. É nos anos 80 também que surgem vários debates acadêmicos sobre os

sujeitos sociais transformadores e a temática dos novos sujeitos e novos movimentos sociais que dominaram a discussão sociológica nesta década, e a questão de gênero surge também nas pesquisas acadêmicas como parte deste processo.

O processo de globalização trouxe o avanço tecnológico que resultou numa integração profunda da sociedade capitalista internacional. Essa integração se deu a partir das novas tecnologias de transportes e de comunicação, mas, sobretudo por que a partir desse período tivemos a difusão da informação em tempo real. Hoje, é inimaginável pensar na organização de movimentos de resistência sem pensar-se o uso das redes sociais e a velocidade da informação que permite a articulação dos grupos sociais em pouco tempo, o que permite atualmente a difusão de teorias feministas, articulações para a organização dos atos de rua e campanhas internacionais. É importante considerar os ativismos nas redes como integrador de um movimento mais amplo que se manifesta nas ruas também

Desde que começou a crise econômica mundial em 2008, ocorreram uma série de manifestações de rua e levantes em diferentes momentos e partes do mundo em defesa de direitos trabalhistas, contra planos de austeridade e defesa de direitos sociais como a educação, moradia, movimentos antiglobalização e contra as políticas neoliberais, etc. Foram primeiramente um subproduto das condições econômicas, políticas e sociais marcadas por um desenvolvimento desigual e combinado exacerbado¹⁴, cujas consequências em meio à eclosão da crise econômica internacional de 2008, se agravam.

Segundo David Harvey (2011), existe um aparente caos da diferenciação geográfica, mas ele mesmo é a condição necessária para a acumulação do capital começar. É pelas leis coercitivas da competição e pelas crises que a racionalização “depois do fato” e a reestruturação geográfica da acumulação do capital ocorrem. É por isso que a concorrência e as crises são tão fundamentais para a trajetória evolutiva do capitalismo. Mas isso também explica porque o capitalismo floresce melhor em um mundo geográfico de imensa diversidade de atributos físicos e condições sociais e culturais. Uma vez que não se pode nunca saber antecipadamente se uma empresa com fins lucrativos pode ter sucesso aqui e não lá, então

¹⁴ O conceito de desenvolvimento desigual e combinado foi elaborado pelo dirigente revolucionário do partido bolchevique Leon Trotsky e aparece na obra *A História da Revolução Russa*. Também fez parte em meio aos debates dos quatro primeiros congressos da III Internacional. Posteriormente fora retomado por intelectuais brasileiros, como Florestan Fernandes e Chico de Oliveira. George Novack sistematizou o desenvolvimento desigual e combinado em polêmica com as concepções de um desenvolvimento histórico linear e cumulativo do capitalismo, definindo que entre as nações e no interior de cada uma delas, se combinariam traços distintos. No caso das nações de desenvolvimento capitalista tardio, se combinariam formas de produção pré-capitalistas com outras mais avançadas, o que constituiria o traço de um desenvolvimento dialético, porquanto desigual e combinado (NOVACK, 1988).

sondar as possibilidades em todos os lugares e descobrir o que funciona se torna fundamental para a reprodução do capitalismo (Harvey, 2011)

Diante da crise econômica a luta das mulheres também emergiu em várias partes do mundo. Ocorreu uma série de protestos massivos de mulheres em nível internacional, em defesa de pautas que não são novas. Internacionalmente é expressivo o ressurgir de um ativismo militante após décadas em que o feminismo esteve institucionalizado pelo neoliberalismo.

Na década de 90 se impôs o processo de globalização, o que, para o geógrafo Milton Santos (2000) é, de certa forma, “o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”.

Foram anos de ofensiva imperialista que se traduziu em um incentivo ao consumismo, individualismo, e de teorias como a teoria do “fim da história”. A política neoliberal foi uma resposta à crise econômica da década de 70 e um dos efeitos do regime de acumulação flexível foi a complexificação da divisão internacional do trabalho com o aprofundamento da precarização do trabalho e da terceirização, que atingiu profundamente a vida das mulheres. A burguesia para se recuperar da crise tentou desenvolver estratégias para não perder seu poder de extração de mais-valia. Segundo D’ATRI (2017)

O neoliberalismo não significou apenas marginalização e pobreza extremas para milhões. Tampouco foi apenas culto ao hedonismo e consumismo ilimitado. Foi ambas as coisas simultaneamente, explicando-se de maneira recíproca: as classes dominantes puderam recuperar o equilíbrio, despojando a milhões de seres do mínimo direito à subsistência. E este saque foi possível porque, simultaneamente, se estabeleceu um novo “pacto social” com as classes médias e alguns setores das classes trabalhadoras – especialmente em países centrais e semicolônias prósperas – que tiveram acesso tanto à ampliação de direitos democráticos como a ampliação do crédito e do consumo. A ideologia individualista do “salve-se quem puder” se impôs como consequência lógica dessa nova forma de vida propiciada pelo neoliberalismo. A degradada democracia capitalista se impôs como horizonte único no pensamento e na prática dos movimentos sociais que antes tinham anunciado seu caráter classista, suas exclusões e suas instituições reacionárias a serviço da manutenção do status quo. Da radicalização anticapitalista do feminismo dos anos 1970 à “política de identidade” que levantaram os movimentos sociais nas décadas posteriores, há uma transformação política e ideológica que passa da crítica social ao sistema opressor e uma perspectiva emancipatória coletiva a- nos novos tempos- por em primeiro plano a ideia da emancipação individual, enganosamente assimilada às possibilidades de consumo e apropriação subjetiva do próprio corpo. Da insubordinação e construção de amplos movimentos de luta à criação de uma “contracultura” reduzida a pequenos grupos ou para pressionar, através do lobby de ONG’s às instituições do Estado para a política de “ampliação à cidadania”, isto é, novas batalhas que já não apontam para a subversão do Estado que garante, legítima e reproduz a ordem social e moral que é imposta pelo capital e seu patriarcado, mas optam pelo “reconhecimento” e a inclusão nesse mesmo “Estado democrático” (D’ATRI, 2017, p.48).

1.2 O feminismo na Geografia e as Geografias feministas

Temas como feminismo, mulheres, gênero e sexualidades na ciência têm sido cada vez mais desenvolvidos em grupos de estudos de geógrafas e geógrafos que se identificam com um subcampo chamado Geografia Feminista. As temáticas sobre Gênero e Sexualidade têm sido abordadas pela Geografia desde os anos 80 no Brasil. O desenvolvimento deste subcampo se deu a partir de estudos desenvolvidos pela Geografia anglo-saxônica, britânica e norte-americana e na Geografia da Espanha.

Os estudos na ciência Geográfica que relacionam o espaço com a questão de gênero e sexualidade, enquanto um corpo de reflexão remonta a década de 1970. Foi no início desta década que nos Estados Unidos da América e na Inglaterra se desenvolveu a “Geografia Feminista”. O movimento feminista da “segunda onda” foi fundamental para a influência do desenvolvimento deste subcampo.

Foi a partir da luta das mulheres lésbicas e negras, que a Geografia Feminista passou a ser considerada no plural, pois passaram a ressaltar a pluralidade das feminilidades. A partir de então passou-se a levar em consideração também a necessidade de relacionar categorias tais como classe social, etnia, raça, religião, sexualidade, nacionalidade, considerados elementos fundamentais para a compreensão das realidades espaciais vivenciadas pelas mulheres, pois a partir dessa perspectiva não existe uma unicidade apenas em relação ao corpo-sexo feminino (SPITARELE, 2014, p.22). De acordo com as investigações de SILVA (2009)

(...) o movimento feminista empreendido na história da geografia passou a agir com a finalidade de investigar e tornar visível a relação entre as divisões dos gêneros masculino e feminino e as divisões espaciais, com o objetivo de compreender como as duas se constroem simultaneamente e desvendar os elementos ocultos sob a aparente ordem “natural” da organização da realidade socioespacial (SILVA 2009, p.31).

Entre as geógrafas estadunidenses, inglesas e espanholas, precursoras de trabalhos no campo da Geografia Feminista, encontram-se nomes como Linda McDowell, Gillian Rose, Doreen Massey, Maria Dolors Garcia-Ramón, Janice Monk, Janet Monsen, Pamela Moss, entre tantas outras, que desde a década de 70 vêm produzindo a ciência geográfica na perspectiva de gênero e feminista.

Gillian Rose, nos anos 90, trouxe uma contribuição com o conceito de “espaço paradoxal” que é resultante da intersecção entre sexo, gênero e desejo. Segundo Spitarele

(2014), a geógrafa acredita que não há como tornar as atividades das mulheres visíveis através das categorias explicativas da pesquisa convencional da Geografia.

Essa análise do espaço através do conceito “paradoxal” vai além das abordagens restritas à mulher, pois considera a multiplicidade das identidades dos seres humanos, propondo caminhos que relacionam etnia, classe social, gênero e sexualidade.

Para a geógrafa britânica, que escreveu em 1993 o livro *Feminism & Geography: The Limits of Geographical Knowledge*, o conceito de gênero permite compreender que não são as diferenças biológicas entre homens e mulheres que os posicionam em diferentes âmbitos e hierarquias, mas sim a simbolização que a sociedade faz delas. “Assim, gênero é o conjunto de ideias que uma cultura constrói do que é ser mulher e ser homem e tal conjunto é resultado de lutas sociais na vivência cotidiana” (ROSE apud SILVA, 2003, p.36).

Gillian Rose considera que as cidades formam uma teia multidimensional de inúmeras sociabilidades que possuem suas próprias espacialidades. Para a sua proposta teórica, as mulheres somente alcançam visibilidade no espaço quando observadas através do espaço da luta e resistência. Na sua perspectiva implica ultrapassar o discurso dominante da geografia e reconhecer um particular senso da espacialidade que ela nomeia como espaço paradoxal. Segundo Silva (2009)

A autora reivindica uma relação existente entre sujeito e território e argumenta que a noção de território desenvolvida pela geografia baseada na teoria masculina heterossexual burguesa envolve um tipo de propriedade conquistada historicamente, sempre pela violência, e imaginada e estruturada como uma fortaleza, como proteção de si e a exclusão de outros. Nesse sentido, observa-se que há uma universalidade em termos de conquista espacial e esta não deixa de ser uma estratégia subjetiva de tornar invisíveis os outros oprimidos e capturados dentro do território (SILVA, 2009, p.27).

Para Gillian Rose o espaço paradoxal é uma construção metodológica na geografia, e envolve variadas articulações e dimensões. Qualquer mulher não constitui apenas um gênero, mas também a raça, a religião e a classe social. Todas as formas são experienciadas simultaneamente, podendo, portanto, subverter a ordem de forças entre os mesmos e os outros devido a sua plurilocalização no território.

As características de multidimensionalidade e plurilocalização oscilam e podem constituir assim, inúmeras configurações sociais/territoriais. O movimento pode provocar uma desestabilização da configuração estabelecida e gerar uma nova posição entre os mesmos, considerados como centro da configuração e os outros, considerados margem da configuração, entretanto, sempre compreendidos como simultaneamente separados/conectados. Essa compreensão envolve a separação que está na construção de

identidades diferenciadas, contudo, só se tornam possíveis porque são construídas através de um processo de mutualidade e reconhecimento.

Segundo Silva (2003, p.36), “MacDowell desnaturaliza a diferença sexual e compreende que a sexualidade, as identidades e as práticas sociais são afetadas pelas crenças e ideologias que sancionam os papéis sociais, possuindo, portanto, uma história e uma geografia”.

Para ambas as geógrafas existe uma complexa e paradoxal associação entre gênero e local, entre identidade e lugares particulares tanto para homens como para mulheres

(...) as autoras trazem à tona sua posição crítica ao condenar o simplismo que envolve a análise entre gênero e espaço, associando essas categorias aos tradicionais eixos binários que dividem, por exemplo, espaço público e privado, associando cada um deles respectivamente com homem e mulher. Elas argumentam que o gênero não pode ser estudado separado de idade, classe, raça e que estes elementos são interdependentes e alvo de disputas de poder (SILVA, 2003, p.37).

No início dos anos 80, geógrafas e geógrafos ingleses do Institute of British Geographers (IBG), definiram que a geografia de gênero é “*aquela que considera de forma explícita a estrutura de gênero na sociedade*” (WGSG, 1984, p. 21).

Para as geógrafas espanholas Ana Sabaté Martínez, Juana R. Moya e María de los Ángeles Díaz Muñoz, a Geografia feminista ou de gênero “*têm como objetivo fundamental completar a parcialidade dos enfoques tradicionais*”. E esse objetivo se dá porque a ciência é androcêntrica, ou seja, as experiências masculinas são consideradas como as de todos os seres humanos e reconhecidas como uma norma universal. Este termo estaria relacionado com um sistema patriarcal. Isto é, a ciência, tem sido parcial desde os seus primórdios, desconsiderando a mulher e as relações de gênero.

Por isso, os primeiros estudos na área da Geografia Feminista buscavam dar enfoque em estudos sobre mulheres como forma de conhecer a outra metade da humanidade.

No texto “*As mulheres na pesquisa geográfica*”, da geógrafa espanhola Ana Sabaté Martínez, de 1983, ela afirma que a crítica que se deu ao neopositivismo na Geografia deu lugar a um interesse crescente pelas desigualdades sociais no uso do espaço e pelos comportamentos de distintos grupos da população, tendências que tiveram especial desenvolvimento no âmbito científico anglo-saxão e mais concretamente britânico.

O interesse pela questão da mulher fez desta uma tendência, e coincidiu cronologicamente com as abordagens do pensamento feminista, gerando uma pesquisa geográfica crescente sobre as mulheres, embora com um atraso notável em comparação com outras ciências sociais.

Neste texto, a geógrafa mostra os diversos temas abordados sobre a questão da mulher principalmente entre as geógrafas anglo-saxônicas, principalmente as britânicas. Entre os primeiros trabalhos empíricos desenvolvidos, os temas abordados eram mobilidade, trabalho e níveis de bem-estar.

Os trabalhos sobre mobilidade retratavam a diferença da mobilidade entre as donas de casa e mulheres que também trabalham fora de casa, e por sua vez entre as últimas e a população masculina.

As pesquisas sobre o tema trabalho, no final da década dos 70 e início dos anos 80, ainda eram escassas, ainda que a diferença de trabalho entre homens e mulheres sempre foram presentes. Uma das geógrafas feministas, citada pela autora é Susana Mackenzie (1980) que desenvolve o tema da mulher como elemento de reprodução da mão de obra de uma cidade industrial britânica, um tema clássico na vertente marxista sobre a divisão do trabalho e funções da mulher dentro das sociedades capitalistas. Algumas outras pesquisas citadas por Martinez englobam questões como a utilização da mão de obra feminina como reserva que resulta numa vulnerabilidade em períodos de crise econômica como revela a maior incidência de greve e de emprego em tempo parcial entre as mulheres.

A abordagem sobre bem-estar parte do interesse pelos grupos minoritários que se posicionavam marginais na sociedade urbana e, também nos estudos de geografia na época. A autora cita uma pesquisa de Joey Helms (1974) sobre mulheres idosas nos Estados Unidos e mostra a deterioração econômica e social que sofreu este grupo. Devido a sua maior expectativa de vida, que faz com que a população idosa seja majoritariamente feminina, e com salários muito reduzidos (no caso de pensões de viuvez) e vivendo em bairros degradados, com a possibilidade ínfima de mobilidade (sem meios econômicos, impossibilidades físicas e insegurança), sendo privadas de contatos sociais e familiares.

Outra pesquisa que retratava a situação de “bem-estar” das mulheres nos EUA abordava a “feminização da pobreza” e a utilização do espaço urbano em distintas escalas, desde a casa ao espaço exterior, assim como a situação das mulheres em espaços metropolitanos em geral.

Outro tema que foi abordado pela geografia feminista exclusivamente feminino, está relacionado ao direito ao aborto nos Estados Unidos e a difusão de métodos anticoncepcionais, como exemplos de processos de inovação e difusão. Em conclusão, os trabalhos empíricos se centram em um número muito reduzido de temas, se bem que a maioria deles transcende a mera análise pontual para buscar causas gerais que explicam os processos analisados.

A conclusão comum a todos é um balanço negativo para as mulheres em todos os temas de mobilidade, comportamento espaciais, acesso ao mercado de trabalho, remuneração e bem-estar social. Por isso não se pode estranhar que muitas destas contribuições, ao chegarem a tais resultados, expõem a conveniência de uma interpretação feminista que tenha capacidade de explicação das situações detectadas. (MARTINEZ, 1984, p.277)

No que diz respeito aos trabalhos teórico-conceituais, Martinez cita que foram encontrados uma variedade de trabalhos no sentido estrito ao ensino de geografia e participação da mulher no mundo acadêmico. Ela classifica os trabalhos entre os seguintes grupos:

A mulher investigadora dentro da comunidade científica de geógrafos: quase todos os trabalhos se situam nos Estados Unidos da América, onde a competitividade de suas universidades fazia ainda mais difícil a participação da mulher. Esse tema foi investigado por alguns artigos pioneiros de geógrafos feministas, como Zelinsky, Monk e Hanson (1982). Na Inglaterra, a geógrafa Linda Mc Dowell (1979) fez um estudo similar nas universidades britânicas, comparando a participação feminina no ensino e na pesquisa, e Aurora García Ballesteros (1982) fez uma breve análise histórica e forneceu a única abordagem dessa questão feita na Espanha, na época.

O balanço da geógrafa é de que, em todos os estudos, se aponta a participação da mulher nas tarefas docentes e pesquisadoras de nível universitário eram bem menores que de mulheres que estudam e pesquisam de forma isolada, e que a diferença entre homens e mulheres é maior quanto mais ascende nas categorias profissionais universitárias.

O estudo da mulher em Geografia: a maioria dos artigos analisados por Martinez, empíricos ou teóricos, se referia aos apontamentos gerais acerca de como e porque pode apresentar-se o estudo específico e/ou comparativo da mulher em Geografia. Alguns trabalhos analisavam a aquisição dos conceitos de espacialidade e pertencimento local dos homens e mulheres através do tempo, partindo da sedentarização da humanidade com a agricultura. A maioria dos trabalhos partia de expor o caráter invisível que a metade da humanidade tinha para a maioria dos geógrafos, assinalando orientações que pode dar-se para completar tal aspecto em tema como o estudo sobre população ou evolução econômica.

Nesse grupo também se incluía uma série de trabalhos que se centravam aos conceitos de lugar e espaço, referidos à mulher e ao homem e as mulheres comparativamente. Aqui Martinez cita autoras como a britânica Linda Macdowell, que escreveu o livro “*Género, identidad y lugar. Un estudio de las geografías feministas*” em 1999.

Ensino da Geografia: em 1978 foi publicada a revista *Journal of Geography*, dedicado exclusivamente a este tema, em que se desenvolveram duas linhas de análises diferentes: uma que explicava algumas experiências de cursos desenvolvidos nas universidades norte-americanas que versavam exclusivamente sobre o estudo da mulher em geografia. O outro grupo de trabalho centrava o interesse na necessidade do ensino de geografia não sexista, que também deveria abordar temas como a divisão sexual do trabalho e discriminações como a desigualdade de oportunidade de acesso à educação.

Feminismo e Geografia: a geógrafa espanhola afirmava que, a contribuição teórica mais completa a esses estudos procedia do campo do feminismo, em que uma série de pesquisadores se centrou em analisar contribuições que a ideologia feminista poderia realizar sobre a explicação de determinados comportamentos espaciais, como a competição pelo domínio do espaço em zonas urbanas.

Todos esses trabalhos na época se inscreviam dentro do estruturalismo e eram contribuições de nível teórico, sendo muito escassos os trabalhos empíricos que incorporavam a teoria feminista como fator explicativo dos processos analisados.

Martinez cita como trabalhos pioneiros, os artigos de Bruegel (1973) e Burnett (1973) que fizeram uma revisão aos modelos urbanos positivistas a partir de uma perspectiva feminista, e criticaram com dureza o pressuposto nestes modelos de uma função de acordo com o sexo que não é questionada.

Na década de 80 as principais contribuições procederam do grupo de trabalho “*Woman and Geography*”, dentro do Instituto de Geógrafos Britânicos, que através da revista *Area*, de distintos colóquios se desenvolveram contribuições como as de Bowlby, Foord e Mackenzie (1982), Foord (1980 y 1981), Mc Dowell (1982) y Tivers (1981).

A geógrafa brasileira Susana Velda da SILVA (1998), apresentou a classificação em três grandes áreas na Geografia onde é fundamental o enfoque de gênero, que a geógrafa espanhola Martinez desenvolveu em seu livro *Mujeres, Espacio y Sociedad – Hacia una Geografía del Género*, Madrid (1995), escrito com duas outras importantes geógrafas espanholas do campo da Geografia Feminista, Juana Maria Rodriguez MOYA e Maria Ángeles Días MUÑOZ.

- 1) as relações existentes entre gênero e conceitos chaves na Geografia como são o espaço, o lugar e a natureza;
 - o espaço enquanto construção social e de gênero,
 - o conceito de lugar e a importância que em sua definição introduzem as diferenças de gênero,
 - a relação entre gênero e natureza (o meio ambiente em seu sentido amplo);
- 2) as diferenças territoriais nos papéis e relações de gênero;

3) o uso e experiências diferenciais do espaço entre homens e mulheres, em distintas escalas: desde a escala local (utilização do espaço cotidiano, por exemplo) a global (movimentos migratórios transnacionais) (MARTÍNEZ, 1995, p.18).

Na geografia brasileira os estudos acerca da categoria de gênero foram introduzidos inicialmente na corrente da Nova Geografia Cultural, tendo em vista que esta vertente tem como objetivo abordar os aspectos culturais e os significados e símbolos que diferentes grupos sociais constroem espacialmente. Sendo assim o interesse pelo estudo de gênero na Geografia aproximou as geografias feministas com este campo teórico-metodológico.

Para VELEDA DA SILVA (1998) os estudos do cotidiano são uma base importante para dar visibilidade às relações de gênero. Para MILTON SANTOS (1996b) é no cotidiano que o espaço banal pode ser apreendido com toda a sua plenitude, pois só podemos trabalhar com as três dimensões do homem: a corporeidade, a individualidade e a sociabilidade. Espaço banal é o espaço geográfico que "reúne numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas e formas geográficas" (SANTOS, 1996, p.272).

Na perspectiva da Geografia feminista o estudo do cotidiano permite identificar as desigualdades socioeconômicas e espaciais entre as mulheres e os homens mostrando que as possibilidades de cada indivíduo além de depender “das oportunidades oferecidas pelos lugares” (SANTOS, 1996, p. 271) também dependem das relações de gênero. Para SILVA (2003, p.33), “[...] a abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar atento ao cotidiano, ao micro social e aos grupos sociais marginalizados do poder [...]”.

No Brasil, as geógrafas e os geógrafos que fazem diálogos com as bases das Geografias Feministas e contribuem com a análise e compreensão do espaço a partir da categoria de gênero desenvolvem estudos com temas como Geografia das sexualidades, espaço urbano e gênero, trabalho informal e gênero, divisão sexual e exploração da força de trabalho feminina no campo e na cidade, etc.

A geógrafa Rosa Ester ROSSINI (USP), foi uma das pioneiras dos estudos de gênero no Brasil, desenvolvendo sua tese de livre-docência com o título “*As mulheres na lavoura canavieira paulista*” em 1988, pela Universidade de São Paulo.

Outros nomes de geógrafas e geógrafos que desenvolvem estudos geográficos com a perspectiva de gênero e temas que abordam a sexualidade são Sônia Calió (USP), Benhur Pinó da Costa (UFMS), Joseli Maria Silva (UEPG), Susana Maria Vele da Silva (FURG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Maria das Graças Silva Nascimento Silva (UNIR), Augusto Cesar Pinheiro da Silva (PUC-RJ), Alides Baptista Chamin Junior (UNICENTRO),

Alecsandro José Pridêncio Ratts (UFS) e María Franco Garcia (UFPB), entre novos geógrafos que têm se incorporado nesta vertente. Mesmo com uma produção que cresce a cada ano, a Geografia feminista no Brasil ainda é um campo que está em contínuo desenvolvimento. Para ORNAT

estas/es geógrafas/os têm se colocado na contramão do que é produzido, via de regra, no Brasil, pois este total é pequeno, frente ao número de geógrafos/as que trabalham com outras temáticas já consagradas da geografia humana, como geografia urbana ou geografia política. Isto difere da relevância dada por outros campos do conhecimento às temáticas de gênero e sexualidade, temas que a tempo são trabalhados na Antropologia, Sociologia, Psicologia e História (ORNAT, 2008, p.313).

Veleda da Silva (1998) afirma que, “a Geografia dita feminista é aquela que incorpora as contribuições teóricas do feminismo à explicação e interpretação dos fatos geográficos e o gênero é um dos resultados dessas contribuições, ou seja, uma categoria útil à análise geográfica”. ORNAT também expressa que

partindo da afirmação de que a Geografia está em toda parte, as discussões sobre gênero, sexualidade e espacialidade podem ser um interessante caminho para que levantemos nossos olhos de nosso pequeno mundo, para este grande, rico e complexo mundo (ORNAT, 2008, p.310).

VELEDA DA SILVA (1998) defende que introduzir a questão de gênero na ciência geográfica se justifica pelo fato de que a Geografia estaria considerando de maneira geral a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo. Para ela a compreensão de que o espaço não é neutro do ponto de vista de gênero e por isso torna-se necessário incorporar as diferenças sociais entre homens e mulheres e as diferenças territoriais nas relações de gênero.

A Geografia brasileira apesar de já estar consolidando grupos que estudam a questão de gênero e sexualidade, ainda tem dado pouca atenção à dimensão espacial destas temáticas.

A geógrafa Rosa Ester Rossini, importante no campo da Geografia de População, participou como membro efetiva por duas gestões da Comissão de Geografia da população da União Geográfica Internacional – UGI, entre 1980-84 e 1984-88, indicada pela geógrafa Elza Keller. Nesta Comissão teve a oportunidade de conhecer pesquisadores de todo o mundo que trabalham com o tema de sua especialidade. Em função da vinculação com a Comissão de Geografia da População, organizou em 1982 uma reunião em São Paulo.

A criação do Grupo de Trabalho da UGI sobre Geografia e Gênero, da qual ela participou desde o seu início, possibilitou nova frente de envolvimento, pois a mulher até então não era uma categoria de análise na ciência Geográfica.

Rossini iniciou sua primeira pesquisa sobre o tema em 1977 sobre a realidade das mulheres trabalhadoras da cana de açúcar, mas como a mulher ainda não representava uma

categoria de análise para a Geografia, a geógrafa ficou todo esse tempo buscando um caminho para fazer essa integração. Constatou na época, que apesar de ter feito uma grande quantidade de questionários, não saberia dar continuidade porque não tinha base suficiente e acabaria fazendo uma péssima sociologia ou antropologia.

Rossini fez um tour internacional entre 1983 e 1984, para buscar bibliografia e entrar em contato com pesquisadores que estavam estudando a questão de gênero. Foi à Londres comprar o primeiro livro *Geography and Gender: an introduction to feminist geography* de autoria de Women and Geography Study Group of the IBG, publicado por Hutchinson in Association with the Exploration in Feminism Collective, London, 1984.

Em Paris, após o congresso da UGI, em 1984, entrou em contato com as pesquisadoras do Instituto de Geografia e do CNRS (Centro Nacional de Pesquisa Científica), organismo público de pesquisa francesa, e foi à Portugal e conversou com pesquisadoras da Universidade de Lisboa para discutir sobre o avanço dos estudos e pesquisas sobre gênero na Geografia. Todas as pessoas com quem ela conversou, estavam trilhando o mesmo caminho a respeito do estudo que realizavam. Rossini afirmou que foi “[...] através da categoria trabalho que conseguiria inserir o tema na Geografia, isto é, o trabalho de mulheres e de homens produzia espaço [...]”.

A partir desse novo referencial teórico ela voltou a campo em 1985/86, e aplicou o mesmo questionário e como havia guardado a pesquisa anterior, pode comparar o que havia acontecido com a mulher como força de trabalho no período de 1977 a 1985/86.

Em seu memorial Rosa Ester afirma que ali encontrou o fio condutor de sua pesquisa, seria a categoria de trabalho que faria a integração. Além disso, antes de fechar sua análise, assistiu um curso sobre população e nele um dos palestrantes era Paul Singer, que insistia na importância do estudo da composição da família para melhor entender a questão da renda.

A partir dos novos conhecimentos conseguiu concluir sua tese de livre docência defendida em 1988 com o título *"Geografia e Gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista"*. E da banca participaram os professores José Ribeiro de Araújo Filho (presidente), Milton Almeida dos Santos, Manuel Correia de Andrade, Antonio Olívio Ceron e Lêda Maria Pereira Rodrigues.

Rossini, então, começou a participar como pesquisadora em reuniões na Itália - Cagliari, e estabeleceu intercâmbio com pesquisadores da Inglaterra, dos Estados Unidos, da Suíça, da Itália, da França, de Portugal. Em abril de 1989, foi realizada a primeira reunião do grupo de estudos sobre Geografia e Gênero da UGI em Durhan, da qual foi criado em 1988, e ela foi convidada a participar pela geógrafa britânica Janet Momsen, da Inglaterra.

No Brasil, desde 1985, por iniciativa da professora socióloga Eva Blay, os professores da Universidade de São Paulo criaram o Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais do Gênero (NEMGE), do qual Rossini participa até hoje.

De 1984 a 87 coordenou o curso de Pós-Graduação em Geografia Humana no Departamento de Geografia. Ainda na coordenação do curso, já com mais conhecimento das formas de obtenção de financiamento para vinda de professores, foi possível contar com a presença de importantes geógrafos, como a dos professores Manuel Correia de Andrade e Pedro Pinchas Geiger.

Foram ainda financiados pela FAPESP os professores Jean P. Damais, Daniel Noin, Alain Lipietz, da França, os professores Carlos Carreras e Eugênio Garcia Zarza, da Espanha, e a professora Maria Nazaré Roca, da Iugoslávia. Não mais na coordenação, Rossini, foi ministrar cursos e proferir conferências os professores Manuel Araújo de Moçambique, Maria Beatriz Rocha-Trindade de Portugal e Maria Aparecida de Moraes de São Carlos.

Rossini e a maioria das geógrafas e geógrafos brasileiros que abordam a questão de gênero e sexualidade na Geografia citam que ainda é uma área nesta ciência que precisa ser desenvolvida. Rossini diz que atualmente trabalhar com o tema de gênero traz menor discriminação. E que o passo para a divulgação e apoio econômico teve sua maior expressão com a criação da Secretaria das Mulheres do Governo Federal¹⁵ que, em integração com o CNPq e com o Ministério da Reforma Agrária, tem possibilitado a realização, divulgação e realização de cursos interessados aos estudos de gênero. Para a geógrafa (2016),

a maior dificuldade da inserção da questão de gênero na Geografia brasileira encontra-se na própria Geografia, isto é, entre seus pares. A barreira é enorme e para diminuir a distância é preciso que todas as pessoas que trabalham com o tema tenham uma boa formação teórica conceitual tanto de Geografia como da especificidade do tema que quer inserir na Geografia. (ROSSINI, 2016, p. 214).

Observa-se no quadro apresentado que a Geografia Feminista conta com uma complementariedade de múltiplos métodos de pesquisa que são apropriados a partir de contextos e finalidades a serem atingidas. Mas segundo SILVA (2007) a abordagem da nova Geografia Cultural tem sido um campo fértil de evolução da Geografia Feminista.

A Geografia Feminista tem contribuído sensivelmente com a Geografia Cultural contemporânea através da incorporação de gênero, identidade e representação no espaço social. Marcante nessa contribuição foi o avanço da ciência com a integração das abordagens pós-coloniais, pós-estruturalistas e as teorias gays e lésbicas de identidade e espaço. O foco das discussões tem sido a interseção entre identidade / espaço / poder, notadamente nos trabalhos cuja abordagem revela elevada atenção para as transformações de identidades relacionadas com os diferentes espaços que

¹⁵ O Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos criado pelo governo petista foi extinto em 2016 pelo governo Temer-PMDB, se incorporando ao Ministério da Justiça e Cidadan

podem instituir diferentes performances de corpo. Várias pesquisadoras geógrafas, como Massey (1991), estão constantemente refletindo sobre a complexidade que envolve as identidades fluidas e sua relação com o espaço, argumentando que ambos os termos são inseparáveis e simultaneamente (re) criados discursivamente (SILVA, 2007, p.100).

Muitos geógrafos feministas brasileiros têm se pautado em nos trabalhos de Foucault e nos estudos “queer”, cujos estudos têm explorado as relações entre a sexualidade e espaço para revelar a vasta disposição de negociação constante entre corpos e lugares.

A chamada teoria “Queer”, fortemente desenvolvida nos anos 90, compreende abordagens que privilegiam um novo olhar para os enfoques sexuais e de gênero, argumentando que não há posições binárias entre gêneros, mas complexidades de relações que constroem identidades paradoxais. Tem como ponto central a crítica à oposição hetero/homossexual que organiza o conhecimento e as ações dos sujeitos no mundo. Advoga uma política identitária de sujeitos que podem, de forma relacional e processual, transgredir e sustentar os sistemas. Para as geógrafas (os) desta vertente, a identidade sexual não é automaticamente derivada de certos organismos, práticas ou gêneros, mas é, ao invés disso, ‘um espaço de transitividade’ (OBERHAUSER, Ann M., 2003 apud SILVA, 2007, p.101).

O campo das Geografias Feministas, como se pode observar, tem como base em seu desenvolvimento a segunda onda feminista que trouxe uma série de questões democráticas no debate dos direitos das mulheres e do ponto de vista da ciência geográfica. A partir da terceira onda em que os debates acadêmicos começaram a dialogar mais profundamente com a questão de gênero e sexualidade.

A questão da mulher e o feminismo sempre se entrecruzaram com as questões políticas vigentes de determinada época. Apesar de existir uma série de vertentes no feminismo e muitas pautas comuns aos diferentes coletivos e grupos do movimento de mulheres, existem diferentes concepções metodológicas e estratégicas do feminismo em como encarar a luta pela emancipação das mulheres.

Quadro 1 – Tradições na Pesquisa Geográfica Feminista

TRADIÇÕES NA PESQUISA GEOGRÁFICA FEMINISTA			
Perspectivas	Abordagens Teóricas	Referências metodológicas	Tópicos selecionados para pesquisa
Mulheres na Geografia	“Recenseamento” das mulheres, a geografia das mulheres, empirismo feminista;	Mapeamento de padrões espaciais de atividades das mulheres e desafio da perspectiva positivista	Mulheres e a cidade, Mulheres e emprego, Mulheres e desenvolvimento;
Feminismo Socialista	Feminismo socialista, marxismo, gênero e desenvolvimento;	Materialismo histórico, Combinação de teoria e prática;	Relações entre patriarcado e capitalismo, Estruturas sócio espaciais da casa e local de trabalho, Papéis de Gênero no Terceiro Mundo;
Terceiro mundo/ feminismo e políticas da diferença	Pós-estruturalismo, Pós – colonialismo, Teoria racial;	Análise do discurso, Pesquisa Participativa, Histórias de vida, Políticas de trabalho de campo;	Desafio às formas absolutas e eurocêtricas do conhecimento, Planejamento e desenvolvimento de gênero, Diferenças no curso de vida;
Feminismo e “nova” geografia cultural.	Teoria “Queer”, Pós-modernismo; Teoria Psicanalítica, Representação Cultural.	Posicionalidade e reflexividade, Análise textual, Narrativas, Etnografia.	Produção do conhecimento é relacional, Espaço e sexualidade, O corpo e as políticas de identidade, Espaços imaginários e simbólicos.

Fonte: JOHNSTON et al.2000, JONES, NAST and ROBERTS 1997, WCSC 1997 apud OBERHAUSER, Ann M., RUBINOFF, Donna, BRES, Karen De, MAINS, Susan and POPE, Cindy 2003. (reprodução)

1.3 A importância da questão de gênero na análise e produção espacial

A geografia como toda ciência possui alguns conceitos-chave, capazes de sintetizarem a sua objetivação, ou seja, o ângulo pelo qual a sociedade é analisada e que faz da ciência geográfica uma ciência que possui sua autonomia em relação às outras ciências. Como ciência

social, o objeto de estudo da geografia é a sociedade, que é objetivada em cinco conceitos chave que estabelecem relação entre si, pois todos estão relacionados à ação humana modelando a superfície terrestre. Eles são paisagem, lugar, território, espaço e região (CORRÊA, 1991).

A Geografia enquanto ciência busca conhecer e compreender a diversidade das relações sociais sob a ótica espacial, assim o espaço geográfico se apresenta como objeto central de análise. Ao longo do processo de construção da base teórica e epistemológica da análise geográfica, o conceito de espaço foi abordado com diversas concepções de pensamento pelas distintas correntes do pensamento geográfico, como a Geografia Tradicional, a Geografia teórico-quantitativa, a Geografia crítica, e a Geografia Humanista-Cultural.

Partiremos da concepção de espaço, abordada pela Geografia crítica a partir dos anos 70. Não é nosso objetivo, no entanto, abordar os diversos debates que surgiram nos anos 70 entre os geógrafos marxistas e não marxistas sobre espaço, que reapareceu como conceito-chave nessa década.

A análise marxista sobre espaço apareceu efetivamente na obra de Henry Lefebvre. Em sua obra *Espacio y Política* (1976) ele afirma que o espaço “desempenha um papel ou função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema”.

O espaço passa a ser concebido como *locus* da reprodução das relações sociais de produção, ou seja, a reprodução da sociedade.

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção (LEFÉBVRE, 1976, p.34).

Segundo MARX e ENGELS, em *A ideologia Alemã*, a primeira condição da história é manter os homens vivos e a segunda é assegurar a sua reprodução. Esse processo acontece numa relação dialética sociedade-natureza em que cada elemento se transforma no outro e pelo o outro, produzindo assim a vida e o espaço, ambos como criação real. Para CARLOS (2013), o ato da produção da vida é, conseqüentemente, um ato de produção do espaço, além de um modo de apropriação.

Nesse raciocínio, afirma-se que o espaço como condição, meio e produto da reprodução social: produto resultante da história da humanidade, reproduzindo-se ao longo do tempo histórico e em cada momento da história, em função das estratégias e virtualidades contidas de cada sociedade (CARLOS, 2013, p.63).

Podemos afirmar que existem várias noções de espaço geográfico, e ao longo da história da ciência geográfica a evolução do conceito foi se dando como localização dos fenômenos, para o de “produção social”. Nos anos 70, a partir da Geografia crítica se deu a passagem da noção de “organização do espaço” para a de “produção do espaço”. Isso se desenvolveu pela orientação das bases do materialismo histórico. Essa perspectiva, tendo como método a dialética, permite pensar o espaço como mercadoria, como consequência de sua produção na totalidade da produção social capitalista.

No sistema capitalista a produção expande-se espacial e socialmente, incorporando todas as atividades do homem e redefinindo-se sob a lógica do processo de valorização do capital - o espaço tornado mercadoria sob a lógica do capital fez com que o uso (acesso necessário à realização da vida) fosse redefinido pelo valor de troca. A produção do espaço se insere na lógica da produção capitalista que transforma toda a produção em mercadoria.

Esse espaço-mercadoria atinge diretamente a vida das mulheres, pois a expansão da mercadoria penetra profundamente na vida cotidiana, reorientando-a sob sua estratégia. A propriedade privada invade a vida cotidiana, redefinindo o lugar de cada um no espaço, ou seja, é um momento histórico em que a existência generalizada da propriedade privada reorienta e organiza o uso do lugar.

Segundo SANTOS (1990), o espaço é reconhecido como resultado da produção de sucessivos modos de produção determinados historicamente, onde o trabalho é o eixo central da relação de homens e de mulheres com a natureza, não sendo somente palco das atividades dos grupos humanos. As transformações que ocorrem em função das necessidades humanas estão vinculadas ao contexto histórico, mediante esta noção de espaço social construído pelo trabalho. Ou seja, as relações são elementos centrais na estruturação do espaço geográfico, estando intimamente ligada com as relações de gênero.

O espaço como uma totalidade é produzido essencialmente pelas relações sociais existentes, que possuem importância fundamental na compreensão do processo de reprodução espacial, de acordo com seu momento histórico.

Ainda na concepção de SANTOS (1993), o espaço é uma instância da sociedade. Isto significa que o espaço contém e está contido pelas demais instâncias, do mesmo modo que cada uma delas contém e por ele estão contidas. Neste sentido, a economia está no espaço, assim como o político institucional e o cultural e ideológico, tudo isso elucida a essência social do espaço.

De acordo com SANTOS (1993) o espaço geográfico é produzido pela sociedade, representado pelas relações sociais e de produção, e que o próprio processo de produção

condiciona a reprodução deste. Assim, considera o espaço geográfico como uma condição e um resultado da evolução social, uma instância da sociedade, o que o caracteriza de forma eminentemente social, contribuindo para análise do trabalho das mulheres na produção do espaço.

O espaço produzido dentro da sociedade capitalista encontra-se intensamente hierarquizado, conforme a divisão em classes, raças, etnicidade, gênero o que configura a sua diferenciação política dinâmica e multifacetada (SMITH, 2002).

Algumas autoras consideram o debate conceitual de gênero e sua relevância na análise espacial dos fenômenos através da escala geográfica. Baseado nas ideias de pesquisadoras que situa a epistemologia feminista como elemento importante para o estudo da sociedade e seu espaço, pois, homens e mulheres estão situados de modo diferente no mundo e sua relação com os lugares na qual desenvolvem suas vidas também é diferente.

Assim, Franco (2004), assinala que uma das implicações importantes do reconhecimento de que o espaço é uma parte integrante de vida social é que esse espaço está sempre aberto à contestação por diferentes indivíduos ou grupos, muitos dos quais estão tentando questionar e redefinir os significados e limites de espaços particulares.

A partir desses estudos, verifica-se que o enfoque do conceito de gênero na visão feminista da produção do espaço possibilita uma leitura atenta do cotidiano, dos grupos sociais marginalizados, em que suas representações se constituem em uma ordem socioespacial específica envolvendo tempo, espaço e escala. De acordo com SILVA (2003):

A abordagem de gênero exige uma relação entre o universo micro e macro, envolvendo as relações de caráter familiar e social e, portanto, análise do espaço privado e público (...). A utilização do conceito de gênero na geografia deve levar em consideração que é dinâmico, que constrói e é construído pelas experiências e vivências cotidianas espaciais a partir de representações (SILVA 2003, p.41,42).

A Geografia Humana, até recentemente, preocupada apenas com os lugares, distâncias e locais, não percebia que na natureza de todo fenômeno geográfico tem um componente de classe social, sendo esta, articulada as questões de gênero e raça/etnia. Mas, o enriquecimento é mútuo: a partir da Geografia, o feminismo reconhece a base geográfica da vida social, que não pode ser completamente explicada sem conhecer o contexto espacial em que eles aparecem. Do Feminismo, a Geografia aprende a reconhecer as relações de gênero na sociedade e para o Feminismo a Geografia possibilita apreender na análise espacial as estruturas e padrões territoriais que têm consequência direta na vida das mulheres.

Como dissemos anteriormente, o movimento feminista e de mulheres não é homogêneo, ele é composto por grupos que tem estratégias e métodos distintos em como

interpretar a realidade, mas mesmo assim, os diferentes tipos de feminismos se unificam ao redor de pautas de reivindicações em torno dos direitos das mulheres considerando que existe uma opressão de gênero na sociedade.

Partindo da definição marxista de que vivemos em uma sociedade de classes no capitalismo, afirma-se que as mulheres constituem um grupo policlassista, ou seja, existem mulheres de distintas classes e que ocupam papéis distintos no modo de produção capitalista, mas todas sofrem com a opressão machista.

Na perspectiva marxista, considera-se a exploração como a relação entre as classes que faz a apropriação do produto do trabalho excedente das massas trabalhadoras por parte da classe possuidora dos meios de produção. Ou seja, trata-se de uma categoria que tem suas raízes nos aspectos estruturais econômicos. E pode-se definir a opressão como uma relação de submissão de um grupo sobre o outro por razões culturais, raciais e sexuais. A categoria de opressão se refere ao uso das diferenças para colocar em desvantagem um determinado grupo social; a diferença transformada em justificativa para o domínio de um setor social sobre outro.

No caso das mulheres, suas características físicas e biológicas, serviram de fatores para sua inferiorização, mantendo-a subjugada e, dessa forma, mais disponível à exploração. De naturais, as diferenças entre os sexos passaram a ser culturais, e por isso a categoria de gênero é útil para compreender essa construção social, sobre o que é entendido como feminino ou masculino, e desnaturalizar a opressão feminina, ao revelar as bases materiais e simbólicas das desigualdades entre homens e mulheres. (REIS, 2015, p.4)

Por isso, consideramos que as mulheres integram diferentes classes sociais e não constituem uma classe diferente dos homens (como alguns feminismos consideram, como o feminismo radical que citamos), sendo assim, é um grupo policlassista. A opressão e a exploração se combinam de diversas maneiras. E o pertencimento de classe de um sujeito, no caso das mulheres, delimitará os contornos de sua opressão.

A análise de gênero sob a perspectiva marxista permite desvincular a ideia de que a subordinação feminina tem uma gênese essencialista, ou seja, a dominação masculina sobre as mulheres ocorre de forma natural. Mas ao contrário, as relações e as práticas sociais são diretamente influenciadas pelos processos históricos e materiais, desencadeados a partir das relações que homens e mulheres estabelecem com vistas à produção e reprodução de suas vidas e de suas necessidades.

O patriarcado é o conjunto de relações sociais da reprodução humana que se estruturam como domínio masculino perante as mulheres e as crianças. Na perspectiva

marxista, a submissão das mulheres na esfera da reprodução é logo transferida ao mundo da produção, fazendo com que a participação das mulheres no processo produtivo se dê em condições de inferioridade.

Na obra de Engels, *A origem da família da propriedade e do Estado*, a partir dos estudos do antropólogo Morgan, em base ao método materialista histórico dialético, Engels demonstra a relação orgânica entre as primeiras sociedades divididas em classes (com a aparição da propriedade privada e o surgimento, portanto do Estado) e a transformação dos grupos familiares (hordas, clãs e tribos) na clássica família monogâmica, ou seja, um tipo de reclusão em um espaço (privado) para garantir a legitimidade da descendência. Portanto, na hipótese sustentada pelo marxismo, o patriarcado apareceria historicamente ligado a uma necessidade de classes dominantes para garantir a perpetuação de seu domínio.

Engels coloca como premissa histórica que segundo a teoria materialista, o fator decisivo da história é, ao final das contas, a produção e a reprodução da vida imediata. [...] Por um lado, a produção dos meios de existência, de produtos alimentícios, de roupa, de moradia e dos instrumentos necessários para produzir tudo isso; por outro lado, a produção do próprio homem, a continuação da espécie.

Para ENGELS, a opressão às mulheres surge do mesmo processo que institui a propriedade privada e a divisão das classes como núcleo da organização social. O que forja como instituição concomitante às formas de família, que buscaram assegurar como se herdariam as riquezas acumuladas, e as formas do Estado, que perpetuariam a nascente divisão em classe e o direito da classe possuidora de explorar a não despossuída. Ou seja, como no restante dos fenômenos sociais que os seres humanos forjaram, não há na milenária opressão às mulheres nada de “natural”. De acordo com Araújo (2000)

A primeira divisão de trabalho, entre homens e mulheres, institucionaliza-se como relação opressiva quando as mulheres perdem o controle sobre o trabalho e se tornam economicamente dependentes do homem. Assim, a primeira forma de opressão origina-se por contingências materiais, e não por uma essência masculina dominadora. A família moderna nada mais é do que a expressão dessa “derrota histórica” das mulheres, ou seja, algo construído e mediado pelas relações socioeconômicas ao longo do tempo e do espaço. (ARAÚJO, 2000, p.66)

Partindo desta concepção em como encarar a origem da opressão das mulheres e sua funcionalidade e legitimação na sociedade capitalista, entende-se que a mulher na sociedade de classes cumpre um papel na produção e reprodução da vida no espaço geográfico.

Após esse resgate sobre a relação entre a teoria feminista e a Geografia e o surgimento das Geografias Feministas como subcampo da Ciência Geográfica a partir de distintas vertentes nosso ponto de partida será a partir do método materialista histórico para abordar as

manifestações da Primavera Feminista até 2018 localizando o ascenso do movimento das mulheres em escala nacional e internacional como reflexo dos efeitos da crise capitalista e das políticas de austeridade, além de abordar as escalas das pautas das mulheres no Rio de Janeiro a partir da relação dialética entre as distintas escalas.

2 MOVIMENTO FEMINISTA: AS PAUTAS, AS RUAS E AS REDES

2.1 As manifestações feministas do período de 2015 a 2018

O período escolhido para fazer a análise das manifestações de rua do movimento feminista no Rio de Janeiro foi entre outubro de 2015 e março de 2018. Essa escolha se justifica pelo fato de no ano de 2015 ter ocorrido a *Primavera Feminista*¹⁶ ou *Primavera das Mulheres*, pois esse fenômeno acarretou numa expansão do debate sobre as reivindicações feministas e dos direitos das mulheres em várias esferas da sociedade brasileira, principalmente entre a juventude, com maior protagonismo nas redes sociais através de campanhas, ativismo virtual e também em atos expressivos, com centenas de milhares, nas grandes capitais do país, organizado pelo movimento feminista, que não se via nas últimas décadas.

Mas para analisar o contexto político que influenciou o desenvolvimento desse fenômeno é preciso se remeter ao ano de 2013, pois foi um ano em que se abriu uma nova etapa política no Brasil com as “Jornadas de Junho” que ainda não se fechou caracterizada como uma etapa de “crise orgânica”¹⁷, categoria desenvolvida pelo marxista italiano, Antonio Gramsci. Segundo Lanfredi (2017), a crise orgânica é uma crise da “autoridade estatal”, uma

¹⁶ O termo “Primavera Feminista” ou “Primavera das Mulheres” que também foi utilizado, é uma referência à “Primavera Árabe”, que se refere a onda de protestos e revoltas que ocorreram no Oriente Médio em 2010. Os levantes da primavera árabe tiveram um caráter complexo e marcado por múltiplas determinações. O termo Primavera vem de uma analogia com a primavera dos povos, ocorrida em diversos países na Europa no ano de 1848, devido a similitude do rápido contágio existente entre os diversos países do mundo árabe. No caso da “Primavera Feminista” as manifestações foram as maiores após as “Jornadas Junho de 2013” no Brasil. As manifestações massivas de Junho de 2013, ocorreram centralmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, com 1 milhão de pessoas nas ruas, mas também em várias capitais e cidades do interior e litoral do país, que começaram contra o aumento dos transportes e posteriormente por outras demandas.

¹⁷ A categoria de crise orgânica em Gramsci tenta dar conta de combater qualquer visão pacifista desta *crise do Estado de conjunto*. Para Gramsci, ela não é meramente uma separação entre representantes e representados como vivamente se expressa no Brasil, mas uma crise no Estado com claros impactos no regime (forma como se organiza o Estado burguês, p.ex ditadura, democracia burguesa, democracia burguesa degradada etc). Para ele a crise orgânica é também o perigo de soluções de força: “Em certo ponto de sua vida histórica os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, ou seja, os partidos tradicionais naquela forma organizativa determinada com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, já não são reconhecidos como a expressão de sua classe ou fração de classe. Quando essa crise acontece a situação se torna delicada e perigosa, porque o campo fica aberto a soluções de força, à atividade de poderes ocultos representadas por homens providenciais ou carismáticos. Com do terreno dos partidos (organizações partidárias em sentido estrito, campo eleitoral-parlamentar, jornalístico) se reflete em todo organismo estatal, reforçando a posição relativa do poder da burocracia (civil e militar), da alta finança, da Igreja, e de todos organismos relativamente independentes da flutuação da opinião pública?” (GRAMSCI, Cadernos 13, § 23).

crise da hegemonia sem ainda tornar-se uma crise revolucionária, mas que justamente nessa crise de hegemonia abre espaço à ação da classe trabalhadora. A etapa de crise orgânica ocorre devido geralmente a falência de um projeto político. Nas palavras de LANFREDI (2017), “a falência de um grande empreendimento, a entrada em cena confusa e díspar dos ‘subalternos’ que saíam subitamente de um período de passividade são alguns disparadores de uma situação de *crise orgânica* em Gramsci”.

O “grande empreendimento” a que se refere o autor foram os anos do governo petista calcados num projeto político econômico de conciliação de classe que se esgotou fazendo eclodir a crise do regime e o golpe institucional no ano de 2016.

Segundo a geógrafa Ana Fani de Carlos (2014), as manifestações de Junho de 2013 ganharam força e grande visibilidade na imprensa devido ao seu tamanho, ao tempo de duração e a sua intensidade, tendo por mote inicial o transporte público: seu preço, qualidade, ineficiência.

Expressão paradigmática, todavia, é o caso de Istambul, onde a construção de um empreendimento imobiliário numa área pública levou imensa quantidade de gente às ruas. Os corpos, aqui e ali, ganham o espaço – como aquele da esfera pública –, chamando atenção para o sujeito e seu destino. Reunidas, essas e outras lutas que vêm acontecendo em espaços e tempos diferenciados, pelo mundo, apontam uma crise urbana, exigindo dos pesquisadores um esforço coletivo para sua compreensão, transcendendo, sem o excluir, o discurso político. (CARLOS, 2014, p.479)

A pauta contra o aumento da passagem que motivou as manifestações em várias capitais do país, desnudou uma crise social em que nas ruas, o mote, “*Não são só pelos 20 centavos*” expressava um questionamento e reivindicação por uma série de demandas sociais. Segundo Carlos (2014) essa crise aberta, combinada com um contexto de crise econômica internacional que começava a dar seus sinais no país, revelava um conteúdo social e expressava a “produção de um urbano no qual os acessos à cidade, como lugar da vida urbana, acham-se subsumidos ao valor de troca e às estratégias políticas”. Ou seja, a constituição do urbano como um negócio orientado por alianças entre a esferas pública e privada, contra os interesses do conjunto da sociedade, tendo como consequência a segregação que tem na propriedade privada um pilar de estruturação social, “mediando e moldando todas as relações entre os indivíduos (por meio de várias formas contratuais) e destes com o espaço da vida (pela apropriação privada do solo urbano)”.

Em junho de 2013, além das pautas sociais, também apareceram a denúncia da desigualdade de gênero e reivindicações aos direitos civis e democráticos das mulheres. Pode-se observar que as expressões nas redes sociais com campanhas contra o machismo, contra a

violência as mulheres e pelos direitos das mulheres se tornaram cada vez mais frequentes com um alcance na escala nacional.

O movimento feminista, assim como a maioria dos movimentos sociais, não está alheio ao contexto político e econômico de determinada época, mesmo diante de sua diversidade estratégica em como lutar contra o machismo e os agentes antagônicos às suas pautas e direitos e pela emancipação das mulheres. A agenda política feminista não mudou tanto nos últimos 20 ou 30 anos – direitos reprodutivos, autonomia pelo corpo, maternidade voluntária, salários iguais entre homens e mulheres para o mesmo trabalho e combate à violência contra a mulher (GONÇALVES; PINTO, 2011).

Neste contexto, as bancadas conservadoras aproveitaram para tentar avançar em projetos de lei que retrocedem nos direitos das mulheres e LGBT'S, como o projeto de lei Estatuto do Nascituro¹⁸, que reconhece a vida desde a concepção e proíbe a realização do aborto mesmo em casos legais, como casos de estupro. Projeto que ficou cunhado no movimento feminista como “bolsa estupro”, porque oferece uma remuneração por parte do Estado para mulheres levarem adiante a gravidez em casos de estupro.

Em meio as Jornadas de Junho ocorreram atos nas capitais do Rio de Janeiro e São Paulo que expressavam a luta contra este projeto e pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito e que também incorporavam as pautas gerais defendidas por setores da esquerda e progressistas nas grandes manifestações que ocorriam. A palavra de ordem “*Cadê o Amarildo!*”, diante do desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza que foi levado por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha e nunca mais apareceu.

Para atacar os direitos do grupo social LGBT, também houve por parte da bancada de parlamentares conservadores, uma tentativa de avançar no projeto que ficou conhecido como

¹⁸ O Projeto de lei 478/2007 foi apresentado em 19/03/2007 tendo como autores os então deputados federais Luiz Bassuma - PT/BA e Miguel Martini - PHS/MG. O deputado Luiz Bassuma foi filiado ao PT de 1995 à 2009. Em 2009, enquanto presidia a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e Contra o Aborto, ocorreu uma manifestação antiaborto em Brasília que havia sido financiada com dinheiro público garantida por ele por uma emenda parlamentar. O deputado Henrique Afonso também filiado ao PT, foi autor de um projeto de lei que “propõe sustar a norma técnica de 1998 que instrui aos hospitais do SUS (Sistema Único de Saúde) a praticarem aborto seguro em caso de gestações decorrentes de estupro até o quinto mês”. Apesar das posições de ambos serem dignas de expulsão do partido já que apresentaram projetos de lei contra um direito que sempre foi parte do programa do PT, foram apenas punidos por suas posições contra a descriminalização do aborto. Bassuma foi suspenso pelo partido por 1 ano enquanto Afonso foi suspenso por 90 dias. Posteriormente eles se desfilaram do PT e se filiaram ao Partido Verde (PV).

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2009/09/625663-pt-pune-dois-deputados-por-contrariar-descriminalizacao-do-aborto.shtml>> Acesso em: 10. Agosto de 2017

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2009/08/615027-fundo-do-governo-banca-marcha-antiaborto.shtml>> Acesso em: 10. Agosto de 2017

“Cura Gay”¹⁹, apoiado pelo então deputado Marco Feliciano (PSC-SP), que na época era presidente da Comissão de Direitos Humanos. Mas, naquele ano a forte mobilização nas ruas impulsionada pelo movimento LGBT e setores progressistas, principalmente de juventude, conseguiu fazer com que fosse engavetado. No entanto, o atual avanço do conservadorismo na pauta do Congresso coloca novamente a ameaça de sua aprovação.

Também foi em julho de 2013 (no dia 24) que foi lançada a campanha “Chega de Fiu Fiu” de combate ao assédio sexual em espaços públicos lançada pela ONG Think Olga²⁰. A jornalista brasileira Juliana de Faria, de 30 anos, que está à frente do grupo, espaço virtual para discutir questões femininas, impulsionou o movimento *Chega de Fiu-Fiu*, que começou com uma pesquisa sobre as cantadas que as mulheres ouvem nas ruas. Das 8 mil entrevistadas, 99,6% relataram já ter passado por situações constrangedoras²¹, por assédios. Têm sido frequentes campanhas que combatem assédios sexuais, violência contra as mulheres.

Desde 2013 então se pode observar que aumentou o número de mulheres que participaram de manifestações de rua, tornando-se atos mais expressivos do que em duas décadas anteriores. Ao analisar as pautas das manifestações de rua observa-se que geralmente são temas que correspondem a questões democráticas, e à luta contra a violência de gênero, o direito ao corpo e a legalização do aborto, luta contra o estupro, contra o assédio, motivada por casos que ocorrem cotidianamente no país e que causaram indignação. São também pautas de resistência à retirada de direitos, como por exemplo, o Estatuto do Nascituro, o Projeto de Lei (PL)5069²² e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 181²³ que ficou conhecido entre o movimento feminista de “Cavalo de Troia”²⁴

¹⁹ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/comissao-de-feliciano-aprova-projeto-que-permite-cura-gay-8732339>>. Acesso em: 10 ago.2017.

²⁰ Disponível em: <<https://thinkolga.com/2018/01/31/chega-de-fiu-fiu/>>. Acesso em: 10 fev.2018.

²¹ Dados retirados da Revista Época. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html>> 19>. Acesso em: 16 abr.2017.

²² O Projeto de Lei 5069/11 trata-se de um projeto que tinha como objetivo modificar a Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (Lei 12.845/13) e significava uma série de mudanças como a criminalização do aborto em casos legais e impedir que as mulheres tenham ajuda médica e acesso a contraceptivos, à profilaxia de gravidez, no caso de gravidez indesejada fruto de um estupro, exigindo inclusive comprovação por via de boletim de ocorrência em caso de estupro. Um dos autores deste PL era Eduardo Cunha, símbolo do reacionarismo contra as mulheres em nosso país, e na época também Presidente da Câmara dos Deputados. Além dele, existiam mais 13 autores do projeto, incluindo deputados do PSB, PDT, PSC, PSD, PTB, PRTB, PR, PSDB, PV e PP, há também o presidente do PT de Rondônia, o ex-deputado Padre Ton, que foi candidato a governador de Rondônia pelo PT nas eleições de 2014 e até o momento da finalização dessa dissertação de mestrado o Padre Ton seguia filiado ao PT.
<http://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=3548>. Acesso em 12 de Agosto de 2016.

2.2 Marcha das Vadias

Não é objeto de estudo desta pesquisa, mas é importante resgatar que mesmo antes de 2013, as marchas e atos de rua de mulheres, ressurgiram com mais força com as Marchas das Vadias em 2011.

Os campos de ações do feminismo envolvem uma diversidade de atores individuais e coletivos que utilizam diversas estratégias de como encarar a luta pela emancipação das mulheres e o método de como realizar suas lutas. A Marcha das Vadias, ganhou uma visibilidade política na contemporaneidade. E o corpo, é uma marca desta expressão feminista como instrumento de luta contra o patriarcado e as regras sociais comportamentais relacionadas ao gênero

A primeira Marcha das Vadias aconteceu em fevereiro de 2011 no Canadá, como protesto de estudantes da universidade de Toronto em repúdio ao pronunciamento de um policial em uma palestra sobre segurança no campus. Ele sugeriu que as estudantes evitassem se vestir como "vadias", para não serem vítimas de assédio sexual. Neste mesmo ano marchas semelhantes também ocorreram nos Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Grã-Bretanha, Holanda, Suécia, Argentina e Índia. E no Brasil aconteceram em capitais como Brasília, Belo Horizonte, São Paulo, Florianópolis, Recife, Fortaleza, Porto Alegre, Natal, Salvador.

A primeira Marcha das Vadias que ocorreu no Rio de Janeiro foi no dia 2 de julho de 2011 na praia de Copacabana e reuniu aproximadamente 1500 pessoas e entre as

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_autores?idProposicao=565882>. Acesso em Agosto de 2016.

²³ A Proposta de Emenda Constitucional PEC 181/15 teve como autoria do texto original o então senador Aécio Neves (PSDB-MG) que tinha como objetivo alterar o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal para dispor sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro. A duração de 120 dias poderia se estender a até 240 dias, de acordo com o período de internação da criança. Posteriormente foi o deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP) propôs outras emendas que interferiam na interpretação de todas as leis e portarias que autorizam os serviços de abortamento legal no Brasil. No inciso 3 do artigo 1º da Constituição, que trata dos princípios fundamentais da República, foi inserida a frase: “dignidade da pessoa humana desde a concepção”. No capt. do artigo 5º – o que garante a igualdade de todos perante a lei e a inviolabilidade do direito à vida – acrescentou-se a expressão “a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção”. <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/10/O-que-diz-a-PEC-181.-E-qual-seu-impacto-sobre-o-aborto-legal>>. Acesso em 17/11/2017.

²⁴ A PEC 181/15 foi apelidada de Cavalo de Troia pelo movimento feminista porque além de propor mudança na 7º artigo da Constituição, que trata da licença-maternidade, foram sendo incorporadas propostas de alterações de acordo com projetos políticos conservadores no que diz respeito ao direito ao aborto legal. Por essa razão foi chamado de “Cavalo de Troia”: o grande cavalo de madeira dado de “presente” pelos gregos aos troianos durante a guerra de Troia, segundo a narrativa clássica da obra “Odisseia”, de Homero. Dentro dele, estavam os soldados inimigos que derrotaram de vez os troianos.

reivindicações estavam o fim da violência contra a mulher; o direito ao atendimento gratuito no Sistema Único de Saúde (SUS) para vítimas de violência sexual.

O discurso das Marchas das Vadias em todo o mundo é basicamente o mesmo, mas em cada lugar tem sua especificidade. Segundo Daniela Montper, uma das organizadoras da primeira Marcha que ocorreu no Rio de Janeiro, em entrevista²⁵ para o jornal *O Globo*, as integrantes se interessam por um tipo de “feminismo que defende a mulher autônoma, dona de seu próprio corpo”, contra a cultura de culpar a vítima pela agressão sofrida e justificar qualquer agressão sexual pelas roupas usadas. Esse também seria o elemento que justifica a defesa da “vadia”²⁶.

A Marcha do ano de 2013 no Rio de Janeiro teve uma grande repercussão²⁷ nas redes sociais. A Hashtag #MarchaDasVadiasRj foi a mais utilizada no Twitter Brasil à noite ficando no trending topics. Esta Marcha ocorreu no contexto da visita do Papa Bento XVI ao Brasil, que chegou em 22 de julho de 2013, e também da realização da Jornada Mundial da Juventude (JMJ)²⁸, um evento religioso instituído pelo Papa João Paulo II em 20 de dezembro de 1985, que reúne milhões de católicos de todo o mundo, sobretudo jovens.

²⁵ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/contraviolencia-sexual-marcha-das-vadias-ocupa-ruas-de-copacabana-no-proximo-sabado-2755389#ixzz5EptHQUrw>> Acesso em: 25 set. 2017.
<https://www.facebook.com/pg/MarchaDasVadiasRioDeJaneiro/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 25 set. 2017.
<<http://marchadasvadiasrio.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

²⁶ Somos chamadas de “vadias” nos espaços em que circulamos porque vivemos numa sociedade machista, racista e centrada na heterossexualidade, que quer controlar os nossos corpos”. (trecho do manifesto da Marcha das Vadias Rio).

²⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/marcha-das-vadias-reune-mil-nas-praias-do-rio-e-vira-hit-em-rede-social.html>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

²⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornada-mundial-da-juventude/2013/noticia/2013/07/abertura-da-jmj-reune-400-mil-fieis-em-copabana-para-missa-e-shows.html>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

Figura 1 – Fiéis da Jornada Mundial da Juventude e mulheres na Marcha das Vadias em Copacabana (2013)



Fonte: Silva Izquierdo/AP Photo, 2013.

A Marcha das Vadias de 2013 ocorreu em um mesmo dia que haveria uma atividade da JMJ na praia da Copacabana. Durante maior parte do tempo da Marcha as manifestantes caminharam para o sentido contrário, sentido a praia de Ipanema. Mas em determinado período ocorreu um encontro entre ativistas de ambas atividades, e isso gerou conflitos no sentido de questionamentos sobre o papel das mulheres segundo a ideologia da Igreja Católica. Um grupo de manifestantes que estavam na Marcha das Vadias, como forma de protesto performático, quebraram algumas santas para expressar ao repúdio em relação ao papel de “santas” atribuído as mulheres na sociedade pela ideologia patriarcal. Diante da grande repercussão na mídia e nas redes sociais, a Marcha das Vadias - Rio em seu blog²⁹ se pronunciou sobre o ocorrido.

A Marcha das Vadias (MdV) é um ato pacífico e apartidário que tem como propósito lutar pelo fim de toda violência sexual e de gênero, além de ter defendido, esse ano, outras pautas feministas como os direitos reprodutivos, a descriminalização do aborto, a regulamentação da prostituição e a garantia de Estado laico. A marcha do dia 27/07 foi construída coletivamente e de forma horizontal ao longo do ano em reuniões abertas a todos que quisessem participar. Os temas defendidos também foram ampla e democraticamente estudados em atividades abertas, desde debates a oficinas artísticas, resultando em nosso manifesto, também amplamente divulgado. (...) A polêmica performance com cruzeiros de madeira e estátuas de gesso, que vem sendo debatida na mídia não foi construída pela MdV, que sequer sabia de sua realização e conteúdo, bem como desconhece seus

²⁹ Nota de posicionamento da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro 2013. **Marcha das Vadias Rio Blogspot.** Rio de Janeiro, 07 de Agosto de 2013. Disponível em: <<http://marchadasvadiasrio.blogspot.com.br/2013/08/nota-de-posicionamento-da-marcha-das.html>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

realizadores. A MdV apenas agiu para garantir a segurança daquelas pessoas, o que foi igualmente feito para TODAS as performances realizadas e para TODOS os presentes na Marcha. Esta performance durou apenas alguns minutos e a Marcha prosseguiu por seis horas de muita música, pluralidade, alegria e politização, tanto pelo direito das mulheres como pelo fim do racismo, homofobia e outras violências institucionais. (MARCHA DAS VADIAS RIO, 2013)

As mulheres que compõe a Marcha das Vadias no Rio se reivindicam como “autônomas que lutam contra a violência sexual e de gênero e a favor da autonomia dos corpos”. Reivindicam a construção de um mundo livre de violência para todas as mulheres, incluindo as trans, em que as mulheres não sejam culpabilizadas. Também afirmam combater todas as formas de opressão como o machismo, racismo, lesbofobia, transfobia, bifobia, exclusão das pessoas com deficiência (ou capacitismo), violência de classe, e seus princípios são liberdade, horizontalidade e autonomia.

Figura 2 - Manifestante na Marcha das Vadias no Rio de Janeiro (2013)



Fonte: Tasso Marcelo/AFP Photo, (2013)

Segundo GALETTI (2016) o corpo sempre foi instrumento de luta utilizado há décadas por feministas para dar visibilidade às suas pautas, porém, nos dias atuais, tem sido utilizado de forma singular, principalmente por meio das redes sociais.

A questão do corpo constitui um eixo central para os movimentos feministas, no sentido de se engajar no momento histórico em que vivemos. Momento, este, em que o corpo é um terreno privilegiado das disputas em torno quer de novas

identidades pessoais, quer da preservação de identidades históricas, da assunção de híbridos culturais ou das recontextualizações locais de tendências globais (ALMEIDA, 2004, p.4). O corpo é político, é campo de batalha. O corpo não é apenas matéria, mas uma contínua e incessante materialização de possibilidades e recursos (GALETTI, p.14, 2016).

Para as feministas que participam das Marchas das Vadias, o ato de usar os corpos como parte do desenvolvimento das manifestações é uma estratégia que confronta com os valores baseados no patriarcado como a objetificação dos corpos das mulheres, trazendo um sentido libertador. As ruas passam a ser o lugar das manifestações e dos questionamentos de como os corpos são experienciados no espaço urbano. Quebrar estereótipos e questionar padrões de beleza hegemônicos impostos pelo sistema patriarcal e a lógica capitalista em que tudo vira mercadoria são alguns dos objetivos.

Pode-se afirmar que este ativismo se tornou claramente uma forma das mulheres se imporem nas ruas e nas redes com o objetivo do enfrentamento contra os padrões e comportamentos impostos calcados por uma ideologia patriarcal, e se por um lado várias empresas e meios de comunicação tiveram que “reconhecer” a luta das mulheres pelo direito ao corpo, contra os estereótipos, por outro lado esta necessidade só ocorreu como fruto da mobilização das mulheres nos últimos anos em escala internacional.

As Marcha das Vadias, que pode ser considerado um movimento social composto principalmente por uma grande parcela de jovens, brancas, universitárias, em sua maioria de classe média, foram precursoras no uso das redes para organização de suas marchas nas diferentes cidades do país. As discussões são fomentadas nas redes, que segundo GALETTI (2016, p.80), “ (...) tem sido explorada como instrumento de ativação de movimentos sociais e culturais como é o caso da Marcha das Vadias”.

2.3 Primavera Feminista: potência nas redes e nas ruas

Em 2015 o conjunto das diferentes formas de expressões feministas nas ruas, nas redes e nas lutas por direitos ficou conhecido como “*Primavera Feminista*”. Em outubro e novembro de 2015 ocorreram atos de mulheres que saíram as ruas contra o PL5069, de autoria do ex-presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha (PMDB) e outros deputados, que tinha como proposta retirar o direito ao aborto em casos permitidos pela legislação brasileira.

A dissertação de mestrado *“Primavera das Mulheres: Internet e Dinâmicas de Protesto nas Manifestações Feministas no Rio de Janeiro em 2015”* realizada por Priscilla Caroline de Sousa Brito (2017) na Universidade Federal do Rio de Janeiro teve como objetivo analisar as mensagens e interações nos eventos nas redes sociais, devido a centralidade do papel na convocação de atos que repercutiram rapidamente nas redes sociais e tiveram grande expressão nas ruas nacionalmente, principalmente em capitais como Rio de Janeiro e São Paulo.

Os atos no Rio de Janeiro ocorreram entre os dias Vinte e oito de Outubro³⁰, Doze³¹ e Vinte e Cinco³² de Novembro de 2015 e foram mobilizados de início principalmente através da internet pelo facebook. O ato do dia 28 teve três eventos criados, mas que acabaram se unificando após uma reunião que foi realizada nas escadarias da Câmara de Vereadores na Cinelândia. Um dos eventos, chamado *“Mulheres contra Cunha - Abaixo o PL 5069/2013”*, contava com 27.418 mil confirmados no evento e 4.193 pessoas interessadas.

Uma das jovens entrevistadas para a presente dissertação, Gopala Miron, 22 anos, estudante da UERJ, quem fez um dos eventos do ato do dia 28/10/2015, o *“Fora Eduardo Cunha- Na Cinelândia”* (que teve seu link excluído no facebook) nos contou o que a motivou:

Nesse momento era administradora de uma página no facebook chamada "Fora Eduardo Cunha"³³ que vinha lançando eventos online que denunciavam sua conduta enquanto presidente da Câmara. Antes de lançar o ato contra o PL 5069, vínhamos denunciando sua conduta moralista, religiosa, assim como seus envolvimento com escandalosos de corrupção. A página servia como um porta-voz diário do que acontecia na Câmara. E quando vimos a votação do PL5069, com certeza não íamos deixar passar de graça. Tinha a dimensão do que isso representava para as mulheres. Então dessa maneira resolvi usar desse espaço que tinha criado para denunciar mais essa ação conservadora de Cunha. (MIRON, 2018)

A reunião que foi convocada na Cinelândia tinha como objetivo definir questões logísticas da manifestação como o horário e trajeto. Segundo pesquisa de Brito (2017) que se baseou em entrevistas com as organizadoras dos eventos para este ato, elas se conheceram na própria reunião e antes haviam se comunicado virtualmente para poder pensar como unificar

³⁰ PATRÍCIO, M. **Mulheres contra Cunha - Abaixo o PL 5069/2013 concentração na ALERJ**. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/528964083935686/>>. Acesso em: 15 de Jun.2017.

³¹ Fórum de Combate a violência as mulheres. **Mulheres contra o PL 5069/2013, pela legalização do aborto, Fora Cunha!** 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1678789059011584/>>. Acesso em: 15 de Jun.2017.

³² Fórum de Combate a Violência contra as Mulheres. **Ato Dia Internacional de combate a violência contra as mulheres RJ**. 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/166401470379981/?active_tab=discussion>. Acesso em: 15 de Jun.2017.

³³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/ForaEduardoCunha/>>. Acesso em: 15 de Jun.2017.

os eventos. E segundo relata em um dos eventos no facebook, reuniram-se 66 pessoas nessa reunião de vários coletivos diferentes e ativismos, e foi aí que deliberaram a unificação para o ato e a divulgar o evento de nome “*Mulheres contra o Cunha*” como o central. Nesta reunião também deliberam que haveria uma concentração na porta da Alerj para se manifestarem contra a votação do relatório final da CPI do Aborto. A relatoria dizia que:

* Nos concentraremos na ALERJ às 14hs, quando se reunirão os membros da CPI do Aborto para a discussão e votação de seu Relatório Final.

* A partir das 17hs, seguiremos em cortejo rumo ao ESCRITÓRIO DO CUNHA, para o merecido escracho.

* Chegaremos, então, a Cinelândia que será um verdadeiro palco de intervenções artísticas, performances e debates sobre a diversidade e a desigualdade de gêneros. Vamos dizer ao Eduardo Cunha que nem ele, nem qualquer outro machista que queira legislar sobre nossos corpos passará!!!

As mulheres unidas vão as ruas dizer basta a violência, basta de conservadorismo!

O conservadorismo não irá nos calar!

#MulheresContraCunha

#ForaCunha

#NãoAoPL5069

#OConservadorismoNãoIráNosCalar

Figura 3 – Cartaz virtual do evento do ato “Mulheres Contra o Cunha” em 28/10/2015 no Rio de Janeiro



Fonte: Facebook (Divulgação), 2016

O ato foi muito expressivo e suas imagens repercutiram nas redes sociais e na imprensa brasileira, sendo uma das fotos mais marcantes e que foi amplamente divulgada foi da performance de uma mulher nua com o corpo pintado nas escadarias da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro.

Figura 4 – Mulheres no ato na Cinelândia em 28/10/2015



Fonte: MÍDIA NINJA, 2015.

Algumas palavras de ordem foram bastante usadas nos atos como “*Pilula Fica, Cunha Sai*”, e na internet várias hashtag como, por exemplo, #ForaCunha. Um dos eventos do ato do dia 12 de novembro, diferentemente do primeiro ato, que surgiu em resposta diante do anúncio da votação do PL5069 por perfis pessoais de ativistas, e surpreendeu a quantidade de pessoas nas ruas, em sua maioria mulheres, sendo comparado às Jornadas de Junho, foi criado pelo Fórum de Combate a Violência contra as Mulheres (FEM)³⁴. Os outros dois eventos criados pelas páginas do facebook “*Fora Eduardo Cunha*” e “*Fora Eduardo Paes*”. Além de o foco ser a luta contra o PL 5069 e Eduardo Cunha, agora entrava em cena a figura de Pedro Paulo (PMDB) candidato à sucessor de Eduardo Paes à prefeitura do Rio de Janeiro acusado de agredir fisicamente a esposa.

³⁴ Segundo a página do facebook “tem por objetivo a construção de estratégias conjuntas para o enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, combatendo o machismo, o racismo e a lesbofobia”. Ele é constituído por grupos de organização de esquerda. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ForumdeCombateaViolenciaContraAsMulheres/>> Acesso em: 18 de Outubro 2017.

Figura 5 – Ato da Primavera Feminista na frente da ALERJ



Fonte: MIDIA NINJA, 2015.

A reunião de organização para o ato foi realizada no dia 3 de novembro de 2015, contou com a participação de mais de 50 mulheres, que definiram questões como o trajeto do protesto, a organização das falas e as performances e os documentos a serem distribuídos (uma carta de repúdio a Pedro Paulo e um documento falando dos retrocessos do PL 5069).

Figura 6 – Mulheres no ato da Primavera Feminista na escadaria da ALERJ em 28/10/2015



Fomte: CHRISTOPHE SIMON, AFP/Getty Images, 2015.

Diferentemente da primeira reunião para organizar a manifestação do dia 28/10/2015, a segunda reunião foi marcada pela forma organizativa tradicional do movimento de mulheres, com a criação de uma coordenação para o ato, presença de carro de som para as falas e agitação das palavras de ordem. O tema da violência contra as mulheres é, claro, importante para o movimento, mas também era estratégico contra a candidatura de Pedro Paulo.

Como já dissemos, o dia 25 de Novembro é um dia tradicional de luta do movimento feminista desde 1999 quando foi criado. Este evento não foi tão compartilhado nas redes sociais como o da primeira manifestação e nem teve tantas confirmação, foram 3,1 mil confirmados e 2,9 mil interessados.

Em 2015, nas redes sociais também ocorreu um forte ativismo contra o machismo, como a campanha expressa pela hashtag #meuprimeiroassedio, campanha também impulsionada pelo Think Olga e o governo federal também abordou o tema sobre a igualdade de gênero na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e usou citações da filósofa Simone de Beauvoir, autora referência da segunda onda feminista.

Também foi bastante expressiva a luta nacional da juventude secundarista com a “onda” de ocupações de escolas organizadas por estudantes da rede estadual de SP contra o projeto de reforma educacional do governo estadual de Geraldo Alckmin (PSDB). A imprensa destacou o papel das adolescentes mulheres que foram protagonistas desta resistência e pautavam os debates políticos, sendo a questão de gênero um tema debatido pelos jovens nas ocupações, assim como a importância da organização das jovens mulheres. Nas redes sociais e nos atos aparecia frequentemente a palavra de ordem “*Lute como uma garota!*”.

Figura 7- Secundaristas fechando o cruzamento da avenida Faria Lima com a Rebouças em São Paulo em 30/11/2015



Fonte: M. BERGAMO / FOLHAPRESS, 2015.

É inegável que as mulheres têm se organizado cada vez mais para reivindicar seus direitos, sejam democráticos ou de condições de vida e trabalho, num contexto de crise econômica e retirada de direito e reformas, como a trabalhista e da previdência. Assim como a tentativa de retirada de direitos democráticos, como a tentativa da aprovação na Câmara dos deputados da PEC 181, que acaba com o direito ao aborto em casos que já são legais, como em casos de estupro, o que significaria um grande retrocesso e uma violência contra as mulheres.

2.4 Por Todas elas

No ano seguinte, novas marchas de mulheres ocorreram pelo país, no dia 1 de junho de 2016 dezenas de milhares de mulheres saíram às ruas contra a “*cultura do estupro*”³⁵,

³⁵ “O termo foi cunhado na década de 70 por feministas americanas e, de acordo com o Centro das Mulheres da Universidade Marshall, nos Estados Unidos, é utilizado para descrever um ambiente no qual o estupro é predominante e no qual a violência sexual contra as mulheres é normalizada na mídia e na cultura popular. Ao disseminar termos que denigrem as mulheres, permitir a objetificação dos corpos delas e glamurizar a violência sexual, a cultura do estupro passa adiante a mensagem de que a mulher não é um ser humano, e sim uma coisa. “*Vivemos em uma sociedade patriarcal que considera que nós mulheres somos ou sujeitos de segunda categoria, ou em alguns casos, que não somos sujeitos e podemos ser utilizadas ou destruídas*”, explica Izabel Solyszko, que é professora, assistente social e doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)”. Disponível em <<http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/06/6-coisas-que-voce-precisa-entender-sobre->

sendo as marchas mais expressivas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Essas marchas foram impulsionadas após uma articulação entre coletivos feministas, mulheres de partidos políticos de esquerda e de direitos humanos para protestar diante de um estupro coletivo realizado por 33 homens, que ocorreu contra uma adolescente de 16 anos em uma favela do Rio de Janeiro, que pautou a opinião pública brasileira. As manifestações ocorreram nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Campinas, Brasília, João Pessoa, Natal, Recife, Vitória, Bauru, Maringá, Limeira, Bertioga.

O facebook é a rede social onde geralmente são lançados os chamados para os atos, e é por onde também pode-se ter um “termômetro” da adesão às campanhas que vão se tornar manifestações de rua. Um exemplo bem ilustrativo disso foi o ato do dia 1 de junho de 2016, “Por Todas Elas”, em São Paulo, em que 34 mil pessoas, entre homens e mulheres, chegaram a confirmar presença no evento do facebook e 40 mil pessoas marcaram a opção interessados. No Rio de Janeiro, o evento³⁶ do ato do dia 1 de junho de 2016 teve 25 mil confirmados e 28 mil interessados.

Palavras de ordem³⁷ que foram cantadas neste ato expressavam a força política “Fora Pedro Paulo e leva junto Bolsonaro”, “Se cuida, se cuida, se cuida seu machista, a América Latina vai ser toda feminista” “Eta, eta, eta, eta, o Eduardo Cunha quer controlar minha buceta”, “Não é Não!”, “Feminismo é revolução, feminismo é revolução”, “Legaliza, o corpo é nosso, é nossa escolha, é pela vida das mulheres!”, “Fora Temer e Eduardo Cunha!”.

cultura-do-estupro.html>. Acesso em: 27 nov.2017. Existem feministas que se preocupam numa generalização do termo como se existisse cultura machista e opressiva em si mesmo (por fora das bases econômicas, ou seja, da exploração capitalista) e que poderia levar a uma saída que propõe uma "revolução nos costumes" sem transformar as estruturas econômicas na sociedade. Por outro lado, expressam o risco que este termo também é carregado da ideia de que tudo é estupro, ou seja, um olhar atravessado é parte da "cultura do estupro", significa que o homem quer te estuprar e, portanto, todo homem é um estuprador em potencial.

³⁶ FERNANDES, Luciana; MACHADO, Andrea M.; MAIQUES, Liliana. **Por TODAS ELAS (NÓS)! 2016** Disponível em: <https://www.facebook.com/events/1752031391678244/?active_tab=about> Acesso em: 13 de Ago.2017.

³⁷ AGORA JUNTAS. **Ato 1º de junho**. Rio de Janeiro, 5 de Junho 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/agora.juntas/videos/1632237420429628>> Acesso em: 7 de Abril de 2017.

Figura 8 – Ato “Por Todas Elas” na Av. Paulista em São Paulo em 01/06/2016



Fonte: Paulo Ermantino/ Raw Image/ Estadão Conteúdo, 2016.

Figura 9 - Concentração do ato Por Todas Elas em frente a ALERJ em 27/05/2016



Fonte: Rudy Trindade/Framephoto/Estadão Conteúdo, 2016.

O perfil da manifestação era uma maioria de jovens secundaristas e universitárias. Sobre este perfil jovem do feminismo atual, a Maria Amélia Teles, a Amelinha, ex-presença política da ditadura militar e autora de livros sobre a história do feminismo no Brasil opinou em entrevista³⁸ para a Rede Brasil que:

O feminismo cresceu muito, principalmente, através das adolescentes. Hoje, o feminismo é muito jovem. As meninas estão buscando a afirmação do feminismo, a partir de suas próprias vivências, o que é importante. Elas estão dando voz às

³⁸ Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/02/2018jovens-fizeram-o-feminismo-crescer-em-quantidade-e-qualidade2019-afirma-pioneira-2127/>> Acesso em 20 de abril de 2016.

mulheres da periferia, às mulheres negras, feministas lésbicas, então, o movimento cresceu o numericamente e também na qualidade. (TELES, 2016)

A entrevistada dessa dissertação, Schuma Schumacher, 62 anos, ela também ressaltou na importância da nova geração de jovens feministas:

(...) vem as filhas das nossas filhas que são vocês que estão ai nesta Primavera Maravilhosa, muito mais colorida, é muito mais feminista, porque vem com a força do feminismo negro. A força do feminismo lésbico e então eu acho que é impressionante de como vem, travestido de outro colorido e com outra maneira de fazer. E outra maneira que eu falo assim, a forma de se juntar para poder protestar, reafirmar uma causa, lutar e poder reafirmar uma causa, para lutar por uma ameaça, ela é feita de menos, mais solta, (...) não individualista, porque escolhe isso, mas, isso vem pelas redes sociais. (SCHUMACHER, 2018)

2.5 Fenômeno internacional: Greve Internacional de Mulheres

Após 2008 foram expressivas as massivas manifestações de mulheres em escala internacional contra a violência machista e os feminicídios, como as que ocorreram na Argentina, Chile, México e Itália; pelos direitos reprodutivos e o direito ao aborto como na Polônia, Irlanda e Coreia do Sul; contra a diferença salarial entre mulheres e homens como na França e Islândia e mobilizações contra discursos misóginos de Donald Trump, eleito presidente dos Estados Unidos em 2016, que não apenas foram massivas em diversas cidades norte-americanas, como também em cidades europeias, como Londres, Barcelona, Berlin, Amsterdã, Budapeste e Florença.

Estas lutas das mulheres expressaram, também, a resistência à crise capitalista em curso que vem tendo efeitos sobre as condições de vida da classe trabalhadora e dos setores mais pauperizados, nos quais a maioria são mulheres. Segundo dados da ONU³⁹, 70% da população mundial que passa fome é composta por mulheres.

Na Índia em dezembro de 2012, mulheres junto com os homens e familiares saíram às ruas protagonizando marchas para exigir o fim da violência contra as mulheres e punição de seis rapazes que estupraram uma jovem de 23 anos dentro de um ônibus na cidade de Nova Délhi, capital da Índia. Depois desta marcha, a notícia do suicídio de uma jovem por ter sido estuprada também motivou a organização de uma nova marcha.

³⁹ Disponível em <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2016/03/mulheres-compoem-70-da-populacao-mundial-que-passa-fome/#.WiGMSkqnHIU>. Acesso em: 8 de out.2017.

Em países europeus também ocorreram manifestações como a greve de mulheres da Polônia⁴⁰, em outubro de 2016, contra um projeto de lei, que tramitava no Parlamento e tinha como objetivo banir totalmente a possibilidade do procedimento de interrupção de gravidez (aborto) no país. As polonesas chamaram o protesto de “Black Monday” (“Segunda-feira preta”) e em Varsóvia chegou a reunir 50 mil pessoas nas ruas. Segundo o The Guardian: “Em Czeszochowa, talvez a cidade mais católica em uma nação predominantemente católica, o governo municipal informou que 60% das trabalhadoras não entraram ao trabalho”.

Na América Latina também houve um fortalecimento do movimento de mulheres que voltou a se organizar com mais força nas ruas. Na Argentina em 2015 ocorreu a primeira grande marcha conhecida como “Ni Una a Menos”⁴¹, convocada por um grupo de jornalistas diante de um assassinato de uma jovem de 14 anos.

A estatística em que, a cada 30 horas uma mulher é vítima de feminicídio, chocou a sociedade argentina que aderiu à grande marcha. Esse movimento criou uma coordenação com outros países da América Latina como o Chile, Uruguai e México, que também aderiram à convocatória. A primeira marcha “Ni Una a Menos” na Argentina em 3 de junho de 2015, chegou a reunir milhares em todo o país em mais de 70 cidades. Na capital portenha de Buenos Aires, calculou-se que se reuniram entre 300 e 500 mil pessoas, com o protagonismo das mulheres.

O ano de 2017 foi marcado também por grandes manifestações internacionais de mulheres. Nos EUA, em 21 de janeiro de 2017, ocorreu uma grande marcha⁴² convocada por intelectuais e ativistas feministas e de direitos humanos, lideradas por Angela Davis (ativista reconhecida pela defesa dos direitos civis, e antiga militante do Black Panthers), Nancy Fraser, Cinzia Azzura, entre outras, em protesto à posse do atual presidente Donald Trump. As organizadoras acreditam que aproximadamente 2,5 milhões de pessoas foram às ruas em mais de 600 marchas realizadas no exterior, em países como Finlândia, Itália, Holanda, França, República Tcheca e África do Sul. Em Londres, a maioria dos manifestantes eram mulheres, que saíram em passeata da embaixada dos Estados Unidos até a Praça Trafalgar, e aproximadamente 100 mil participaram da marcha.

⁴⁰ Disponível em <http://www.esquerdadiario.com.br/Entrevista-com-Justyana-ativista-polaca-pelo-direito-ao-aborto>. Acesso em: 3 set.2017.

⁴¹ Disponível em <http://niunamenos.com.ar/>. Acesso em: 5 ago.2017.

⁴² Disponível em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/manifestacoes-defendem-os-direitos-das-mulheres-em-diversos-paises.ghtml>. Acesso em: 5 jun.2017.

A “*Women’s March*” (Marcha das Mulheres) reuniu na capital do EUA, Washington DC aproximadamente 500 mil pessoas, com a presença de artistas, intelectuais, e ativistas que discursaram contra os pronunciamentos de cunho sexista e machista de Donald Trump e em defesa dos direitos civis das mulheres, imigrantes, negros e negras e LGBT.

Após essa grande marcha nos EUA, foi realizada uma convocatória publicada originalmente na Viewpoint Magazine, em 03/02/2017, com o título “*Beyond Lean-In: For a Feminism of the 99% and a Militant International Strike on March 8*”⁴³. Ocorreu uma articulação internacional entre o movimento de mulheres de vários países com um chamamento a partir de docentes de universidades, intelectuais e ativistas feministas norte-americanas, que publicaram uma convocação a uma greve geral internacional das mulheres para o dia 8 de março, Dia Internacional das Mulheres. O texto foi assinado pela militante feminista Angela Davis, e a filósofa professora na New School University, em Nova York, e ativista, Nancy Fraser, entre outras, que participaram também da marcha contra o presidente Donald Trump.

Neste chamado, os movimentos defenderam que após as marchas de janeiro poder-se-ia marcar o início de uma nova onda de luta feminista, mas propuseram que é necessário debater com o “feminismo empresarial” hegemônico nos EUA e os limites impostos por esse tipo de feminismo, para construir em seu lugar um feminismo para os 99%, de base anticapitalista; solidário com as trabalhadoras, suas famílias e aliados em todo o mundo. O texto do chamamento inicia-se assim:

As grandes marchas de mulheres de 21 de janeiro [nos Estados Unidos] podem marcar o início de uma nova onda de luta feminista militante. Mas qual será exatamente seu foco? Em nossa opinião, não basta se opor a Trump e suas políticas agressivamente misóginas, homofóbicas, transfóbicas e racistas.

Com este objetivo, o primeiro passo foi a construção de uma plataforma para a greve internacional convocada para o 8 de março deste ano que foi aderida em mais de 40 países, em todos os continentes, com marchas expressando uma luta internacional pelos direitos das mulheres e contra a opressão.

O feminismo do ‘faça acontecer’⁴⁴ e outras variantes do feminismo empresarial falharam para a esmagadora maioria de nós, que não têm acesso à autopromoção e ao avanço individual e cujas condições de vida só podem ser melhoradas através de

⁴³ Disponível em <https://www.viewpointmag.com/2017/02/03/beyond-lean-in-for-a-feminism-of-the-99-and-a-militant-international-strike-on-march-8/>. Acesso em: 5 mai.2017.

⁴⁴ “Faça acontecer” [Lean-in] é uma referência ao movimento inspirado no livro de Sheryl Sandberg, *Lean in: Women, work, and the will to lead* (New York: Random House, 2013. Versão em português, *Faça acontecer: mulheres, trabalho e a vontade de liderar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013). A principal característica do movimento é a ênfase no empreendedorismo feminino (N. Da T. Daniela Mussi do Blog Junho).

políticas que defendam a reprodução social, a justiça reprodutiva segura e garanta direitos trabalhistas. Como vemos, a nova onda de mobilização das mulheres deve abordar todas essas preocupações de forma frontal. Deve ser um feminismo para 99% das pessoas. O tipo de feminismo que buscamos já está emergindo internacionalmente, em lutas em todo o mundo: desde a greve das mulheres na Polônia contra a proibição do aborto até as greves e marchas de mulheres na América Latina contra a violência masculina; da grande manifestação das mulheres de novembro passado na Itália aos protestos e greve das mulheres em defesa dos direitos reprodutivos na Coreia do Sul e na Irlanda. O que é impressionante nessas mobilizações é que várias delas combinaram lutas contra a violência masculina com oposição à informalização do trabalho e à desigualdade salarial, ao mesmo tempo em que se opõem as políticas de homofobia, transfobia e xenofobia. Juntas, elas anunciam um novo movimento feminista internacional com uma agenda expandida – ao mesmo tempo antirracista, anti-imperialista, anti-heterossexista e anti-neoliberal.

No Brasil, o movimento de mulheres também aderiu à greve internacional de mulheres, em 2017 sendo debatido em reuniões de organização do “Oito de Março” Dia Internacional das Mulheres em capitais como em São Paulo e Rio de Janeiro, aderindo à articulação internacional.

Figura 10 – Ato 8 de Março em São Paulo na Greve Internacional de Mulheres em 2017



Fonte: ESQUERDA DIÁRIO, 2017.

No Rio de Janeiro, o ato que ocorreu reuniu quase 30 mil mulheres. A concentração ocorreu na Candelária e seguiu pela Avenida Rio Branco entrando na Rua da Assembleia a caminho da Rua Primeiro de Março e terminou na Praça XV, aonde ocorreram uma série de performances. Apesar de em 2017 haver tido uma adesão nacionalmente à paralisação internacional de mulheres, isso não significou que ocorreram paralisações ou greves nos

locais de trabalho e que as centrais sindicais ou sindicatos tivessem convocado e organizado essas greves. Esse debate ocorreu nas plenárias unificadas do movimento feminista em 2017 em que estive presente e foi tema polêmico entre militantes do PT e sindicalistas da CUT, que afirmavam que não era possível convocar greves nos locais de trabalho, e militantes de coletivos que diziam ser uma grande oportunidade para fazer uma grande mobilização nacional. Carolina Cacau, 29 anos e militante do Pão e Rosas que entrevistamos disse

(...) no ano passado teve uma greve internacional de mulheres que a gente batalhou para ser efetivamente construída, nos locais de trabalho e estudo e não só uma formalidade simbólica, para e além deste elemento simbólico, e também para disputar isso para que não seja uma paralização só das mulheres, mas do conjunto da classe trabalhadora, para poder lutar em defesa dos direitos das mulheres contra a violência e para legalização do aborto, mas de conjunto contra a reforma trabalhista, a reforma da previdência, que são elementos que vão atingir profundamente as mulheres e uma das emendas da reforma trabalhista é que as mulheres grávidas por exemplo, podem passar a trabalhar em condições insalubres (CACAU, 29 anos, 2018).

Figura 11 – Ato 8 de Março no Rio de Janeiro na Greve Internacional de Mulheres em 2017



Fonte: Sara Fernandes, 2017.

Figura 12 - Concentração na Candelária do ato 8 de Março no Rio de Janeiro na Greve Internacional de Mulheres em 2017



Fonte: ESQUERDA DIÁRIO, 2017.

Figura 13- Militantes do grupo de mulheres Pão e Rosas no 8 de Março de 2017 em ato pela Av. Rio Branco



Fonte: Sara Fernandes, 2017.

Figura 14- Bloco do grupo de mulheres Pão e Rosas no 8 de Março de 2017 em São Paulo



Fonte: ESQUERDA DIÁRIO, 2017.

Em São Paulo a única categoria de trabalhadores que paralisou no local de trabalho foram as trabalhadoras da Universidade de São Paulo (USP) que saíram de seus locais de trabalho e realizaram uma manifestação junto com os estudantes fechando o portão de acesso à universidade em um período do dia.

No Oito de Março de 2018 se repetiu a Greve Internacional de Mulheres que dessa vez se fez sentir muito mais forte, mas contraditoriamente no Brasil foi diferente. No Rio de Janeiro este ano o movimento de mulheres unificado não aderiu à convocação. Apesar disso, a primeira plenária de organização das cinco que houveram estiveram presentes aproximadamente cem mulheres, algo que só nas reuniões de preparação do Oito de Março de 2017 ocorreu, muito pelo impacto de ser parte de um movimento e articulação internacional que se fez bastante atrativo, não teve acordo em aderir à Greve Internacional.

Figura 15- Primeira reunião de preparação do 8 de Março de 2018 na sede da CAMTRA



Fonte: AUTORA, 2018.

Figura 16- Militantes do grupo de mulheres Pão e Rosas no 8 de Março no Rio de Janeiro em 2018



Fonte: Juan Pablo Diaz Vio/ Esquerda Diário, 2018.

2.6 O movimento e o papel das redes

Apesar dos atos ocorrerem na sua maioria em cidades de todos os estados do país, existe uma expressividade maior em grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro. As manifestações do #ForaCunha e Por Todas Elas, segundo os dados das imprensas e da organização desses atos chegaram a reunir mais de 10 mil mulheres.

As manifestações contra a PEC 181, o Rio e São Paulo também se destacaram por terem maior concentração de mulheres manifestantes. Seriam ambas as cidades polos de concentração de maior expressão dos atos de ruas do movimento feminista, por serem centros políticos e econômicos em que se expressam maior tensão entre interesses do Estado e de setores populares e da classe trabalhadora e também por existir maior fluxo de informação e de articulação entre coletivos de movimentos sociais, como no movimento feminista.

Mas atualmente falar sobre o dinamismo do movimento feminista no Brasil não se deve medir unicamente pela quantidade de pessoas nos atos de rua, mas também buscar compreender o ativismo que tem sido gerado nas redes e que tem sido responsável por ser formador de opinião e de formação de várias mulheres, principalmente as jovens.

Com a viralização das hashtags (#), meninas e mulheres que tinham enormes chances de nunca entrarem em contato com os ideais do feminismo redefiniram sua dimensão e alcance. O movimento transbordou para além daquele que costumava ser seu lugar, entre universitárias e intelectuais e tomou as conversas nas ruas, metrô, ônibus, bares, escolas, etc.

Cada vez mais a internet e as novas tecnologias têm se transformado em ferramentas de engajamentos espontâneos de adolescentes e mulheres. Com isso, as formas de participação na política contemporânea vêm sofrendo modificações, não só no que diz respeito à pluralização dos atores/atrizes políticos, mas também no que se refere aos espaços onde tais processos são exercidos.

As distâncias não são mais as mesmas, são redefinidas e transpostas, e o alcance de informação se acelerou. Nessa perspectiva, tanto a Marcha das Vadias, que antecede as mobilizações de 2015 no Brasil via redes sociais, quanto o movimento #ForaCunha oferecem pistas das representações e manifestações do feminismo contemporâneo.

Enquanto um território simbólico e virtual, as redes de comunicação digital se tornam um componente indispensável na prática e organização, enquanto um território simbólico virtual. Segundo Takara (2013, p.22) os territórios midiáticos “são permeados de relações de poder e de processos de subjetivação que caracterizam suas experiências e suas produções”.

Neste sentido falar das campanhas de cunho feminista nas redes sociais e na internet é falar de disputa de narrativa e de formação de opinião e por isso é uma relação de poder e tem um caráter político.

A comunicação em rede tem sido explorada como instrumento de ativação de movimentos sociais e culturais. Com o propósito de driblar os meios de comunicação tradicionais, os ciberativistas usam a internet para se manifestarem e ampliarem o espaço de difusão de suas ideias, superando fronteiras. “A cyberdifusão de determinadas informações e/ou repertórios de conflito é uma das grandes características que diferenciam a internet de outros meios de comunicação de massa” (PEREIRA, 2011, p.8). A maneira como a mídia hegemônica faz a cobertura dos movimentos sociais é afetada pela estrutura da indústria da mídia.

Segundo CASTELLS (2009), a influência da mídia sobre a percepção das ações dos movimentos é uma linha tênue, pois há interesse em passar uma imagem que desmobiliza o movimento, dando prioridade aos aspectos violentos muitas vezes. Dessa forma, a mídia “acentua as tensões entre militantes que existem em qualquer conjunto de ativista”, incentivando elementos disruptivos ou violentos em movimentos que, de outra maneira, seriam pacíficos (CASTELLS, 2009, p.152). Como resposta a tais questões, dentre outras que englobam a mídia hegemônica, e como os movimentos sociais são retratados, a mídia independente, os softwares livres têm sido utilizados por coletivos, grupos, com o intuito de difundir informações e reivindicações sem mediação.

Os meios de comunicação alternativos e independentes dos grandes monopólios de comunicação são importantes pois permitem que os movimentos sociais possam ganhar autonomia com relação aos meios oficiais e podem levar pautas com uma perspectiva de abordagem a partir dos movimentos sociais, ou temas que a mídia tradicional não dava espaço.

O papel da internet e os softwares sociais permitem também ser um palco para a disputa e articulação política, já que podem desenvolver uma rede entre os sujeitos motivados por uma mesma causa e pauta.

CASTELLS (2013) diz que os recentes movimentos que ocorreram à partir de 2011 como o movimento dos Indignados na Espanha, o Occupy Wall Street são exemplos da capacidade dos movimentos em rede de subverter estruturas de poder e construir alternativas relativas à transformação social. O autor apresenta uma série de características comuns entre os movimentos, uma delas seria a conexão em rede de múltiplas formas, que apesar do uso

das redes sociais e da internet terem sido fundamentais, as a forma de conectar-se é multimodal, envolvendo redes sociais on-line e off-line.

Há um esforço por parte das ativistas de não ficarem restritas aos espaços virtuais, de equilibrar a militância nas redes com as ruas. CASTELLS, sobre esse aspecto, afirma que

O espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protestos”. (CASTELLS, 2013, p.160)

É um híbrido de cibernética e espaço urbano. Assim, as distâncias não são mais as mesmas, são redefinidas, recolocadas. CASTELLS (2013) afirma que esse híbrido constitui um terceiro espaço que ele chama de *espaço da autonomia*, a autonomia só poderia ser garantida pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação; mas também a autonomia pode exercida como força transformadora que desafia a ordem institucional e reivindica o espaço da cidade.

Em suas palavras, “(...) O espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede”.

É possível afirmar que a Primavera Feminista se encaixa na característica de conexão em rede de múltiplas formas, pois ao mesmo tempo que as redes sociais cumpriram um papel fundamental para a articulação do primeiro ato, posteriormente foram sendo criadas outras redes para organizar e seguir com a articulação aos atos seguintes.

Outra característica importante é que os movimentos são simultaneamente globais e locais. A greve internacional de mulheres, por exemplo, adquire essa característica, pois o chamado iniciou por um motivo específico próprio, mas se conectou com o movimento feminista em outras partes do mundo.

No Rio de Janeiro, por exemplo, a partir da convocatória, criou-se uma página no facebook chamada 8M RJ que ficou responsável em ser organizadora dos eventos do Oito de Março que tiveram em 2017 e 2018. E as ativistas que são administradoras da página possuem relação com ativistas de outros países, como da Argentina, que também estiveram articuladas na greve internacional de mulheres.

As entrevistas por essa dissertação em geral opinaram em geral de maneira positiva sobre o uso das redes como forma de articulação e difusão das campanhas das mulheres, e entre as jovens, também como informação por considerar o principal meio de comunicação hoje, a internet. Mas algumas ressaltaram que esse ativismo não pode virar um fim em si mesmo.

(...) eu vou fazer 62 anos, talvez a minha visão vá perpassar por essa vivência. Eu vejo que tem um feminismo pautado pelas mídias sociais, eu acho que ele tem um papel muito importante. O que não pode acontecer, é a negação do que existia, porque nós só somos o que somos, porque tiveram antes outras, vieram outras antes de nós. E existe uma preocupação, porque as mídias sociais, nós devemos usá-las, mas nós não podemos perder de vista que elas nos usam, para nos conhecer, para o comércio. E ao mesmo tempo eu não posso jogar a minha estratégia de luta, de resistência de enfrentamento, toda nas mídias sociais. Eu acho que nós acabamos e muitas nós acabam fazendo isso. E ainda têm mais, as companheiras, digamos, vão pensar na Primavera Feminista, muito importante, lotou esta cidade e levou gente para a prisão, como o Cunha, denunciou, disse que o corpo é meu e ninguém manda, é isso. Agora, estas companheiras, que hoje na juventude se colocam como feministas e se assumem como feministas, é super importante mas quando nos vamos tratar da questão trabalhista, da política mais geral, da Reforma da Previdência, do esvaziamento das políticas públicas que afetam diretamente as mulheres, eu acho que, não cria o mesmo tom. Eu acho que este é o desafio que está colocado para nós. Assim, como aprofundar este processo formativo e não jogar todas as nossas fichas nas mídias sociais, sem deixar de usá-las. (AMORA, 2018)

Então, mas muita gente não passou por isso, agarrou o feminismo como uma coisa bacana, como se fosse um selo, um carimbo de alguém que vai tomar conta da vida, e tendo um carimbo positivo, ele está positivado socialmente. Por isso, que você também tem ao mesmo lado as reações, porque pode ter reações brutais de forma violenta, e quanto mais ele crescer e quanto mais o governo usar, maior vai ser a atenção, óbvio. Então, eu acho que esta coisa diferencial da internet tem isso. De ela ser capaz de chegar aonde a gente tinha chegado, de uma forma tradicional de se organizar e de convocar e de mobilizar eu não tenho a menor dúvida e fico achando que quando há a convocação e mesmo e não ter uma construção coletiva, quando eu confirmo ou quando eu digo que tenho interesse, eu estou pactuando de certa maneira que iremos para a rua para determinada questão ou algumas determinadas questões. E hoje quando eu chego lá na rua eu já sou participante obviamente desta proposta. Tem lá uma convocatória para resistir ao projeto, contra o aborto e vamos para a rua para esta resistência se eu sou a favor daquele projeto absurdo.

Obviamente este pacto se constrói à medida que eu tenha interesse. Mas a iniciativa, a curiosidade, daquilo muitas vezes parte de um projeto individual. E tem uma questão e eu não sei se é uma questão geracional, mas eu tenho e penso num tema e depois ouço todo mundo falando deste tema, mas, você se identifica como feminista ou como “zapista”. Porque tem gente que acha que está no “zap”, dia e noite debatendo uma reação, uma política atravessada, uma violência, uma calamidade dessa e que ela já fez o seu papel. Então, também tem o outro lado que a internet também ilude ou então alivia o seu compromisso cidadã, de construir movimento forte, de fortalecer movimento e ajudar nesta transformação, entendeu? Então, é quase que, você pensa que está fazendo revolução e ativismo, mas, ele sozinho eu acho que ele é só escrevendo no grupo do zap, eu acho que ele tem certa ilusão. Fico com o pezinho atrás. Eu não estou querendo ser uma pessoa que acha que não pode ser isso, mas, na verdade, eu compreendo o comprometimento e que valor tem isso e dele nesta nossa demanda do País, mas também tem uma parcela enorme que não foi para a rua e acha que está fazendo um novo movimento lá no “zap”, acho que não se pode banalizar isso. (SCHUMACHER, 2018)

A internet, em especial o facebook, se mostrou um meio muito importante de comunicação pra realização de atos. Principalmente a possibilidade de se criar "eventos" que conseguiram propagar a mensagem de que haveria ato na rua. Além disso, muitos movimentos têm se organizando por meio de redes que usam como suporte a internet, por exemplo whatsapp. Sem dúvidas a internet veio como um meio de interação que uniu muito as pessoas neste último tempo. Talvez seu uso tenha decaído, devido a diversos outros fatores. Mas a princípio a internet foi o meio principal de comunicação. Quero dizer, tanto para organização interna dos movimentos, como pra alguma ação externa. (MIRON, 2018)

Acho importantíssimo, a forma como as informações circulam pela internet é fantástico, a internet tem um papel fundamental no acesso a informação, ainda mais sobre feminismo, pois é o principal meio de comunicação e troca de informações, hoje em dia. (CRUZEIRO, 2018)

2.7 O feminismo como nicho de mercado na atualidade

A historiadora formada pela PUC-SP Diana Assunção, escritora do prólogo do livro *“Mulher, Estado e Revolução”* da Wendy Goldamn e do livro *“A precarização tem rosto de mulher”* e, a mestranda em educação na UFMG, Flávia Valle (2016), chamam a atenção para a necessidade de um debate estratégico no seio do movimento feminista sobre como conduzir a luta das mulheres na atualidade.

Alertam que a incorporação de símbolos e termos do feminismo que representam o protagonismo das mulheres por parte de empresas capitalistas, é parte do desenvolvimento de um nicho de mercado e a tentativa de uma cooptação capitalista diante do fenômeno feminista atual, principalmente após a Primavera Feminista. Elas afirmam que a necessidade das empresas buscarem consultoria para ter maior visibilidade com um público sensível às pautas relacionadas aos direitos das mulheres é a expressão distorcida da luta das mulheres.

(...) É uma expressão porque a crítica ao papel da mídia na superexploração do corpo feminino, na objetificação e heteronormatividade do sexo e no incessante bombardeio de ideias por um padrão de beleza inalcançável é parte de um combate decidido a uma sociedade que utiliza seus meios de comunicação como forma de legitimar o patriarcado. Mas também é distorcido porque longe de concordar com a necessidade de real emancipação das mulheres, a classe dominante frente aos descontentamentos sociais não irá concordar com as bandeiras dos oprimidos e explorados, senão que irá buscar se apropriar parcialmente delas até esvaziá-las de seu conteúdo subversivo e revolucionário. É por isso que muitas empresas mundo afora organizaram suas agendas para surfar nesse espaço progressista de expressão de luta das mulheres contra a opressão machista e patriarcal, buscando ressignificar algumas bandeiras feministas para uma apropriação padronizada e mercantilizada, cooptando a luta das mulheres para a criação de nichos de consumo com um “feminismo de mercado” que ao mesmo tempo em que se apropria da luta das mulheres para vender uma marca, tira o aspecto político e emancipatório da luta contra a opressão (ASSUNÇÃO; VALLE, 2016).

Exemplos nacionais não nos faltam como por exemplo as propagandas da empresa Avon, que buscaram figuras do mundo “pop” nacional para expressar um tipo de “empoderamento” e “lacrção” das mulheres negras valorizando sua autonomia, inclusão e confiança com o lema, “olhar de quem tem coragem, faz o que acredita e diz a que veio”, “eu sou minha própria fonte de inspiração”, “beleza que faz sentido”. Não é objetivo desta pesquisa analisar os reflexos do fenômeno da luta feminista na atualidade entre as empresas

do mercado voltado as mulheres, mas apenas constatar que essas empresas capitalistas estão atentas para esta força que demonstrou a capacidade de pautar a opinião pública.

Figura 17- Campanha “Um olhar aberto te define” da Avon lançada em 2016



Fonte: AVON/ Divulgação, 2016.

Além de vender seus produtos e expandir o mercado, existe um objetivo de criar a imagem mostrando um estilo de vida que requer o sistema capitalista, que é “a exaltação de pessoas com atitude e flexíveis para dar conta da intensa volatilidade do capital”. Além dos anseios de lucro dessas empresas, é importante ressaltar que algumas voltadas para o ramo de “beleza” também são responsáveis pela perpetuação ou criação dos padrões que são impostos às mulheres, financiando suas publicidades e pensando todas as estratégias de marketing nas novelas, revistas e programas de TV.

Essas mesmas empresas perpetuam a exploração da força de trabalho de mulheres em suas fábricas ou através de relações de trabalho informais como a venda direta das revendedoras da Avon, sendo submetidas a uma atividade precarizada, desprotegida quanto aos seus direitos trabalhistas e que não lhes garante uma perspectiva de futuro. Assunção e Valle (2016) afirmam que a venda de forma “autônoma” por parte das revendedoras é uma cara da retirada de direitos e o que Marx chamava de “salário por peça”, já que não teria uma jornada de trabalho específica, não tem direitos garantidos e existe uma enorme rotatividade.

Para conhecer esta discussão é possível ler pesquisas como a da socióloga Ludmila Costhek ABÍLIO (2014), “Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos”, sobre a atividade de revenda como trabalho e seu papel no processo de acumulação capitalista da empresa Natura. E no artigo “A apropriação pelo capital do trabalho informal feminino na venda direta da empresa Avon” como parte da pesquisa de

doutoramento em curso na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) da assistente social Maria da Conceição Silva Felix.

ASSUNÇÃO E VALLE (2016) também constatam como algumas empresas buscam um nicho de mercado na luta das mulheres, tem como parceria para melhorar suas campanhas publicitárias ONGs feministas⁴⁵ quem tem entre seus objetivos fazer consultorias para as empresas “melhorarem” sua imagem para terem uma maior aceitação entre as mulheres e um suposto posicionamento em defesa da igualdade de gênero.

Toda uma camada de um feminismo “empreendedor” criou uma identidade de um “feminismo cool”, que levanta temas e campanhas em geral progressistas e democráticas acerca das opressões de gênero, que decerto despertaram amplo interesse e empatia nas mulheres, mas que tinham como objetivo sempre terminar por pensar a relação entre as empresas e o público feminino. É um feminismo diretamente incentivado pela ONU (ASSUNÇÃO; VALLE, 2016).

⁴⁵ (...) Seguindo esses exemplos estão ONGs e variados tipos de um feminismo empreendedor, como é o caso da página ThinkEva. Esse projeto que se reivindica feminista visa, segundo elas, usar as redes sociais como forma de empoderamento de mulheres para terem mais escolhas. Suas parcerias passam por Avon, Nestlé, heads., Bloomberg e o próprio Facebook, entre outras (ASSUNÇÃO; VALLE, 2016).

3 O RIO DE JANEIRO COMO CONTEXTO CULTURAL, POLÍTICO E GEOGRÁFICO PARA A LUTA DAS MULHERES

3.1 Trajeto e o lugar da manifestação

Quando analisamos a Primavera Feminista na cidade do Rio de Janeiro, assim como os atos das datas tradicionais de luta do movimento feminista verificamos que estes se realizam na maioria das vezes no trajeto que passa pelas ruas entre dois centros históricos da cidade (SISSON, 2008). Os lugares de concentração e ou de dispersão dos atos, geralmente ocorrem em frente aos órgãos administrativo-políticos, Câmara Municipal de Vereadores localizada na Cinelândia e a ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) ao lado da Praça XV.

O cientista político francês Pierre Favre (1990), diferencia as manifestações de rua do conceito de rebelião de rua, que na maioria das vezes eclode e resulta em barricadas. Para ele a manifestação pode ser transformar em um motim, mas não necessariamente. O autor buscou também discutir os alvos da manifestação, ou seja, para quem as manifestações se dirigem, que segundo ele pode ser o Estado o qual, pode ser um interlocutor mesmo que indireto.

No caso da primeira manifestação da Primavera Feminista na cidade do Rio de Janeiro, pode-se afirmar que o alvo era um projeto de lei de autoria de políticos conservadores que queriam aprovar o PL 5069 elaborado pelo ex-presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha. O trajeto da manifestação, além de se concentrar na frente da Alerj para repudiar a CPI do aborto, tinha como destino uma parada na frente do escritório do Eduardo Cunha, na Avenida Nilo Peçanha, para fazer um escracho⁴⁶ em repúdio à sua figura que representa o conservadorismo e retrocesso em direitos garantidos.

⁴⁶ “O termo escracho ficou conhecido por diferentes coletivos anarquistas e autônomos da América Latina sobretudo a partir de uma ação direta organizada em 1995 pelo coletivo argentino HIJOS (Hijos por la Identidad y Justicia contra el Olvido y el Silencio). Enquanto prática política, a ideia do coletivo era explicitar o absurdo que estava por trás da absolvição de homens envolvidos em esquemas de tortura e corrupção durante a ditadura militar. Acampando na frente da casa de alguns torturadores, manifestando-se em lugares públicos em que os denunciados estariam presentes, o intuito do escracho era basicamente tornar visível aquilo que tentava ser apagado da memória coletiva”. (DA SILVA, 2016, p.1). No movimento feminista este método passou a ser usado como uma forma de expor homens, na maioria das vezes, acusados de abuso sexual ou alguma atitude machista. Coletivos feministas manifestam-se com cartazes, nas redes sociais e/ou falas em locais públicos que publicizam o nome do agressor, para que sejam expostos perante a sociedade. É preciso remarcar que nem todos os feminismos usam esse método para protestar contra alguma forma de violência machista quando o acusado não seja representante do Estado,

As manifestações do movimento feminista, sejam as mais massivas como as da Primavera Feminista, que foram comparadas à “Junho de 2013” denominadas como um “Junho feminista”⁴⁷, ou as manifestações Contra a Cultura do Estupro, ou as manifestações das tradicionais datas de luta por direitos das mulheres, ocuparam o espaço público que corresponde a territórios de sociabilidade por excelência, um caldeirão no qual quase tudo, para não dizer tudo, cabe, e onde a diferença constitui fator de integração e de enriquecimento de sentidos e significados (DE MACEDO E ANDRADE, 2017). Para a geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos (2014)

O espaço público é o lugar da reunião em ato, do encontro, da proximidade entre membros de uma determinada sociedade, sem o qual o discurso e a ação, como momento de decisão em conjunto, não seria possível. É a centralidade que marca e delinea a vida, e dá sentido a ela. É o lugar das trocas sociais de todos os tipos, incluindo aquele que envolve a palavra, o discurso que aponta e define a ação coletiva como embate e luta; identidade e diferença. É o espaço da manifestação que se constitui como forma de ação política e, como tal, não separada das conjunturas que a produzem (Carlos, 2011, p. 125-140). É também o lugar da troca mercantil, do diálogo que ela impõe, das suas regras. É aquele que reúne os diferentes sem motivos definidos, pelo simples fato de existirem (CARLOS, 2014, p.476).

Segundo DE MACEDO E ANDRADE (2017), a praça como lugar sempre esteve carregada de sentidos e representantes de vários momentos políticos, econômicos, culturais e sociais. Para as autoras, a cidade é formada de encontros em territórios de sociabilidade resultante de uma vida cotidiana que os anima da diversidade e da convivência entre diferentes, tornando questionáveis qual seria sua homogeneidade. Neste sentido, a Cinelândia teria um significado diferente para cada indivíduo ou um grupo coletivo que a frequenta. Nas palavras das autoras:

Não existe uma Cinelândia verdadeira; ela é tudo: lugar de passagem, de trabalho, de lazer, de abandono, de manifestação. É complexa, plural, híbrida e em constante construção e reconstrução, assim como os sujeitos que a animam. E seu sentido enquanto território de sociabilidade só é alcançado nas relações de troca que abriga. E são essas relações que dão sentido e significado próprio, colorido, múltiplo à Cinelândia”. (DE MACEDO e ANDRADE, 2017, p.18).

De acordo com a concepção fenomenológica da Geografia Humanista, pode-se considerar a Cinelândia, assim como a Igreja da Candelária, e a Praça XV como lugares.

grandes empresários ou representante de burocracias institucionais. Isso porque parte-se do entendimento que esse método quando utilizado de maneira generalizada contra todos os homens, (como se todos fossem agressores em potencial e não pudessem ser educados para superar a cultura machista), ocorre o aprofundamento da lógica punitivista. E nesse sentido o método do escracho não leva ao processo de superação da cadeia das diferenças formas de violência machista pois não vai na raiz das estruturas da sociedade capitalista patriarcal limitando-se sempre a individualização da questão.

⁴⁷ Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/E-nossa-escolha-e-pela-vida-das-mulheres?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter> Acesso em: 10 de Jan.2018.

Marandola (2016) diz que o lugar é a principal categoria ou essência que expressa as consequências e possibilidades da Geografia Humanista para o conjunto do pensamento geográfico e que isso se deve a Edward Relph, quem colocou o termo no centro da investigação geográfica até então não ainda realizada. Relph defendeu uma tese na Universidade de Toronto (Canadá), em 1973, que tinha como título *The phenomenon of place*, “e é provavelmente a primeira pesquisa dedicada a buscar fundamentos fenomenológicos para a Geografia. Relph fez isso pela ideia de lugar, entendendo-o como fenômeno”. (MARANDOLA, 2016. p. 7)

Relph tenta aprofundar a problemática do lugar em seus atributos essenciais, sociais e culturais, tendo sempre como pano de fundo a dimensão da experiência e da identidade dos lugares. (MARANDOLA, 2016)

O objetivo de Relph ao discutir a identidade dos lugares é entender a forma como nossa experiência dos lugares ocorre e seus componentes. Ele identifica pelo menos três componentes do nosso envolvimento com os lugares: a configuração física, as atividades e os significados. No entanto, os sentidos podem mudar ou serem transferidos para outros objetos. Além disso, os três componentes são compostos, não monolíticos. Segundo Relph, a configuração física envolve tanto a natureza (Terra) quanto o ambiente construído, enquanto as atividades podem ser criativas ou destrutivas ou passivas, coletivas ou individuais. E os significados possuem atribuições e significantes muito distintos e mutantes. (MARANDOLA, 2016, p.8)

Marandola (2016) afirma que é nas rotinas, nos percursos e nas experiências que se encontra o lugar. E neste sentido a memória e o encontro são participantes da construção da identidade, podendo estar presente em várias escalas do vivido como um jardim, uma sala, uma igreja, uma praça. Para ele uma das características do lugar é a ausência *a priori* de escala e da temporalidade.

Os lugares são dotados de significados impregnados de emoções e histórias, enquanto ambientes conhecidos. Ele pode superar o sentido apenas de localização geográfica por meio das memórias, sentimentos, existência e experiência. “Experimenta-se os lugares com os órgãos, com as vontades, com o desejo, mediante as ações sociais do trabalho, afetivas, sensoriais e no logro dos conflitos do mundo”. (CHAVEIRO apud PESSANHA, 2016, p.119)

Milton Santos (2014) em “*A Natureza do Espaço*” traz uma visão do lugar no contexto histórico- ideológico da modernidade e da globalização.

No lugar- um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada um exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática do mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação

comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 2014, p. 322).

Milton Santos em uma das suas últimas obras, *Por uma outra globalização* (2001), define o conceito de lugar como o espaço em que é realizado e revelado o mundo, “tornando-o historicizado e geograficizado, isto é empiricizado”. Para ele, os lugares reproduzem de modos específicos, individuais e diversos o mundo. Ou seja, eles são singulares mas também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares.

O geógrafo está debatendo o papel do lugar no contexto da globalização, então apesar de expressar o lugar também como um espaço vivido, que traz experiências que sempre se renovam, não sendo apenas um quadro da vida, os lugares sempre ganham um bocado da “racionalidade” do “mundo”. Nesse sentido, Santos (2001, p.114) fala da esquizofrenia do espaço “porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos e marginalizados”.

No sentido da esquizofrenia do lugar, Santos (2014) afirma que nas cidades as irracionalidades são mais numerosas que as racionalidades da globalização, sobretudo quando há, paralelamente, a produção de pobreza. E o que faz com que a esquizofrenia do lugar seja resolvida é que cada pessoa, grupo, firma, ou instituição realiza o mundo à sua maneira.

A definição desenvolvida por Milton Santos nos faz pensar que diferentemente da abordagem fenomenológica sobre o lugar como espaço vivido a partir da experiência individual ou coletiva, que para Santos, também pode ser considerado como espaço vivido, mas a existência se faz na relação dialética entre o lugar e o mundo que se materializa com o processo de internacionalização capitalista. Se por um lado os lugares das manifestações da Primavera Feminista e dos atos nas datas tradicionais de luta do movimento feminista no espaço público do Rio de Janeiro expressam significados de importância histórica de uma memória coletiva de acontecimentos marcantes na política nacional ou lugares de passagem, por outro lado, podemos considerar a própria cidade do Rio de Janeiro como um lugar que expressa as contradições do desenvolvimento capitalista e suas expressões sociais e culturais. O significado do lugar se modifica à medida que o capitalismo se transforma.

Neste sentido, analisar as pautas que foram motores da Primavera Feminista em 2015, Por todas elas em 2016, e a Greve Internacional de Mulheres em 2017 nos faz pensar que a magnitude dessas manifestações está conectada com o mundo, que não está por fora por um dado momento histórico do desenvolvimento do capitalismo e como o tema dos direitos das mulheres, apesar das particularidades nacionais e locais, também se conectam com o processo

de decadência de longas décadas de neoliberalismo mundial e a retomada de um movimento de mulheres ativo reconhecido internacionalmente com influências que ultrapassam as fronteiras nacionais.

D'atri (2017) questiona os motivos da “renovada massividade de marchas e protestos que, apenas uns anos atrás estavam reduzidas a uma parcela do ativismo feminista e da esquerda partidária”, e um dos fundamentos centrais apresentado pela autora ativista é como a crise capitalista em curso tornou cada vez mais aguda a “contradição entre a ampliação de direitos conquistada – ao menos nos grandes centros e nos países semicoloniais prósperos – e a materialidade da vida cotidiana da maioria das mulheres”. Isso porque em diferentes países os cortes orçamentários, reformas e ajustes, e o aprofundamento dos números da violência machista e manutenção do controle dos corpos das mulheres, como a criminalização do aborto na maioria dos países, como retrocessos de direitos conquistados contribuiu para elevar as aspirações das mulheres para reivindicar seus direitos, sejam os que são considerados como direitos civis, sejam os direitos trabalhistas que trazem o pertencimento enquanto parte da classe trabalhadora.

D'atri (2017) afirma que “depois de décadas de neoliberalismo, a explosão da crise econômica e suas consequências sociais fez mais palpável que nunca a expressão que ‘a igualdade frente a lei, não é ainda a igualdade frente a vida’”, e neste sentido em diferentes lugares do mundo as pautas das mulheres invadiram as ruas com marchas massivas no 8 de Março de 2017. D'atri afirma que as demonstrações do 8 de março tiveram momentos preparativos com as particularidades dos diferentes países como as mobilizações do Ni Una Menos na Argentina, exigindo ao Estado orçamento e medidas efetivas que possam prevenir os feminicídios; as greves na França e Islândia exigindo que se elimine a diferença salarial entre homens e mulheres; a grande marcha na Polônia, que não estavam dispostas a que se lhes retire o (já restrito) direito ao aborto e os inumeráveis protestos de mulheres contra Trump, nos Estados Unidos. E no Brasil, a Primavera Feminista, iniciou o levante das brasileiras para barrar o Projeto de Lei 5069/2013 que buscava restringir o direito ao aborto previsto em lei, o que inseriu o Brasil como parte de um fenômeno político internacional que tornou visível a impotência do feminismo liberal para responder às contradições vitais que afetam às mulheres em longas décadas de neoliberalismo, com ampliação de direitos e aumento das reivindicações. Nesse sentido, acreditamos que podemos tratar o Rio de Janeiro como o lugar com suas características de importância econômica, política e cultural que traz a ebulição das contradições e resistências no espaço da realidade da crise capitalista mundial.

O lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente (...). Assim, cada lugar se define tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional (Santos, 2014, p.158 & 159).

Nas entrevistas realizadas para esta dissertação, foi comum a opinião de que a escolha do trajeto e dos pontos de concentração e chegada sempre esteve ligado à importância histórica dos lugares no processo de movimentos políticos ao longo do século XX.

Olha só, eu posso falar do tempo que eu conheço e desde que eu estou aqui e desde que eu participo das manifestações desde 88, sempre foi este trajeto. Este é um marco histórico um marco da cidade, a Candelária é um marco histórico da cidade e toda a campanha das Diretas e a retomada da Redemocratização do País, vai acontecer ali também. (SCHUMACHER, 2018)

Mais de uma entrevistada ressaltou que a orla da praia de Copacabana também é utilizada como lugar de manifestação, principalmente aos finais de semana. E isso se deve pelo fato da visibilidade midiática perante a presença de turistas do mundo todo.

Eu tenho a impressão e é engraçado antigamente tinha muita coisa no espaço da beira da praia no final de semana. E isso é uma coisa que aos poucos foi diminuindo. Foram sendo marcados por outras iniciativas. A parada Gay, a questão de intolerância religiosa, a questão ambiental, a legalização da maconha, a marcha das Vadias, elas aconteciam no final de semana no espaço da praia. Mas estas outras manifestações nossas, tem sido na grande totalidade, nesta escolha desta trajetória. (Schumacher, 2018).

Eventualmente tem um ato ou outro que é em Copacabana, na Praia no final de semana, mas estes são mais esporádicos assim, faz tempo que eu não me recordo que tenha algum no Rio (Cacau, 2018).

Schumacher (2018) vai se referir à rua como o palco das mulheres nas manifestações, como “o palco das resistências e das histórias”. E cita a importância de ocupar vias de acesso que ligam a cidade de um lado a outro e desta maneira parar a cidade.

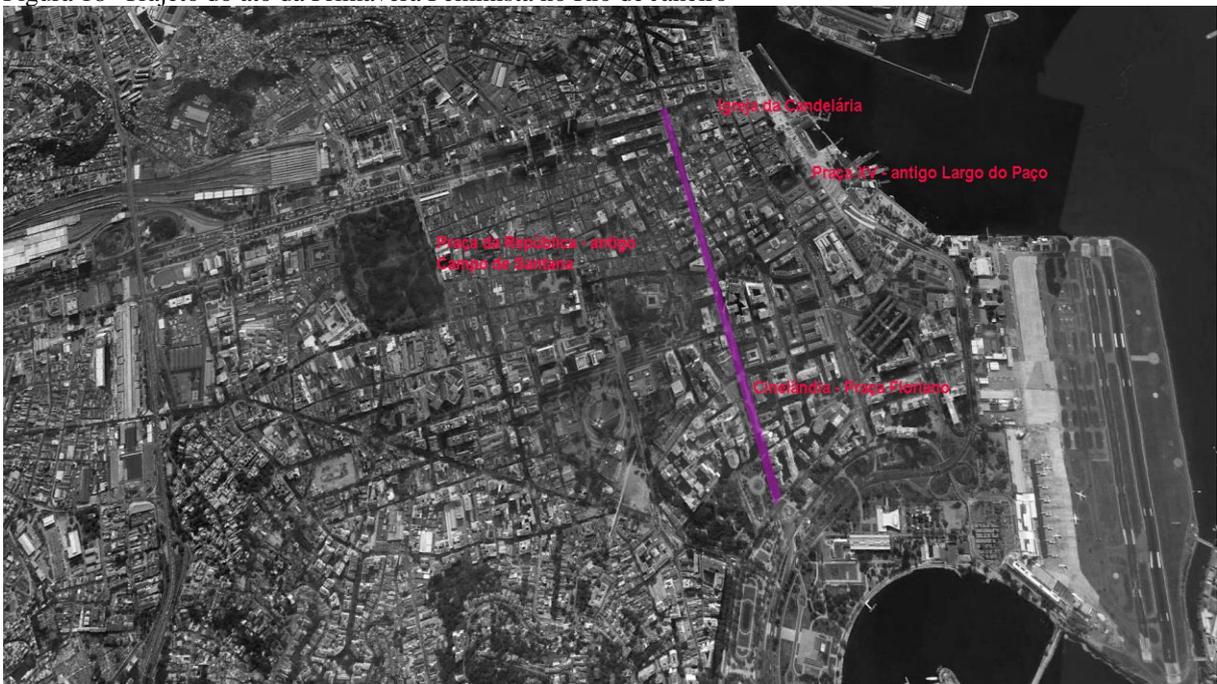
Estas manifestações paravam a cidade. Então o parar é para todo mundo saber. É o reporte falando e o rádio que está falando e não sabe porque a ponte Rio Niterói está parada porque tem manifestação, e estas referências todas é uma forma de irradiar os nossos objetivos e acho isso muito muito muito importante. (SCHUMACHER, 2018)

Carlos (2013) ao analisar o urbano como privação e o direito à cidade à partir do poder do corpo no espaço público, analisando os desdobramentos sociais e espaciais das manifestações de Junho de 2013 no Brasil, afirma que as manifestações de ruas e praças, como reafirmação do espaço público, se desdobram em lutas pela cidade movidas pela necessidade de apropriação do espaço urbano para a realização de um vida, que na atualidade é basicamente urbana. A geógrafa afirma que “nessa situação, entrevê-se a necessidade de ‘mudar a vida’ a partir do questionamento ‘desta vida’.

Apesar de ser um consenso entre as entrevistadas sobre a relevância dos critérios históricos aonde se concentram centros de poder e a tradição da esquerda de movimento políticos como a luta pelo fim da ditadura militar, para definir os lugares e trajetos das manifestações. Mas há questionamentos no que diz respeito à realidade de particularidades territoriais da cidade em que segmentos de movimentos de favela, movimento negro e coletivo de mulheres negras colocam a necessidade das manifestações serem realizadas nesses territórios.

Tem segmentos que questionam o circuito. Porque por exemplo, teve uma movimentação maior lá na Maré, teve mobilização na Baixada, alguns segmentos se dizem muito relegados, já que as violências acontecem muito mais nesses lugares. Mas, a história de aparecer neste circuito, tem a ver primeiro com a visibilidade, a não ser que seja uma coisa muito trágica, como foi a Marcha da Marielle e que a imprensa foi na Maré, para publicar sobre isso. Mas, isto seria um lugar que teria mais gente de todos os lugares. Não tem um lugar, que eu acho que historicamente sobre a questão que envolve as mulheres e a questão racial tem. Por exemplo, nos 21 dias e no dia 21 de março que é o dia Internacional pela eliminação do Racismo, nós pedimos um circuito na Pequena África. Então nós fizemos o circuito, fizemos homenagem lá na Pedra do Sal, fizemos homenagem a Mercedes Batista que tem uma estátua lá e fizemos uma homenagem ao João Candido, então nestes lugares em que tenha esta centralidade, porque o lugar da diáspora, que veio para cá. Mas, na de Mulheres na verdade é um trajeto político. Em que agora anda meio diferenciado e acaba na Praça XV. Eu confesso que teve um 8 de março que teve um trajeto, que eu não entendi até hoje. 8 de Março ou foi do aborto? Foi do aborto. (LUCIENE, 2018)

Figura 18- Trajeto do ato da Primavera Feminista no Rio de Janeiro



Fonte: AUTORA/ GOOGLE, 2017. Nota: O traçado roxo é o trajeto.

3.2 Breve História dos três centros de poder da cidade do Rio de Janeiro

Quando analisamos o lugar das manifestações do movimento de mulheres no Rio de Janeiro, percebemos que se realizam nos mesmos locais das manifestações do movimento sindical, de direitos humanos e democráticos e da esquerda da cidade. Os motivos pelo quais o trajeto e locais são escolhidos podem parecer óbvios, ou seja, devido à presença de órgãos de poder administrativo e político.

Mas, é importante entender que a ocupação destes espaços, não no sentido da esfera destes órgãos, mas, no enfrentamento na rua, estão relacionados com o caráter simbólico que estes lugares correspondem e também à uma disputa na correlação de forças políticas. Algumas vezes para exercer pressão e reivindicar direitos, os quais estão na esfera dessas instituições e sendo que elas são responsáveis em aprovar.

Na chamada Primavera Feminista, ocorrida em 2015, por exemplo, a primeira manifestação que ocorreu no Rio de Janeiro foi no dia 25 de outubro, e as mulheres reunidas em planária decidiram por concentrar-se na frente da ALERJ, pois haveria a discussão e votação parlamentar da CPI do aborto.

A localização geográfica desses espaços de poder é consequência do desenvolvimento histórico das primeiras ocupações da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, fundada pelos portugueses em 1565, e a formação dos seus centros.

A arquiteta e urbanista Rachel Sisson, estudiosa na área da memória do urbanismo carioca, escreveu o livro “Espaço e Poder – Os três centros do Rio de Janeiro e a chegada da Corte Portuguesa” (2008), em que estuda os centros políticos da cidade, dos quais há remanescentes da sua forma espacial no Centro do Rio de Janeiro, formados por marcos representativos do poder para sucessivos períodos político-administrativos e como complementos indissociáveis desses centros, as unidades espaciais neles centradas. Neste livro a autora se baseou nos elementos propostos pelo urbanista Kevin Lynch para analisar a imagem da cidade e suas referências.

De acordo com a autora os três centros seriam o Centro no Largo do Paço, o Centro do Campo de Santana e o Centro na Praça Floriano. Uma das entrevistadas para essa dissertação explicitou a importância da valorização dos centros de poder na escolha da concentração e dispersão das marchas feministas e também da importância de ocupar uma das principais avenidas da cidade que liga à regional central à Zona Norte e que por isso existe a importância da circulação e passagem de pessoas.

Em geral estes atos são historicamente convocados no Centro do Rio de Janeiro que é também onde está localizado e tem dois elementos por estar localizado o centro de poder, por exemplo, Alerj, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, muitos atos são convocados ou terminam lá ou começam lá. A Candelária é um lugar histórico dentro da esquerda, são atos historicamente que a esquerda faz atos ali, para andar pelo centro do Rio de Janeiro. Sempre tem vários argumentos do por que ser lá. Porque é um lugar central e onde passam muitas mulheres, indo e vindo do trabalho e já tivemos atos que andaram inclusive até a Central do Brasil, onde tem uma concentração muito grande, andando por ali pela Presidente Vargas. Mas em geral este é um debate do local e como fazer e tudo mais, mas em geral são feitos nestes locais a maioria dos atos que a gente faz de mulheres. (CACAU, 2018).

3.2.1 Largo do Paço: Praça XV e ALERJ

O Largo do Paço é a atual Praça XV, e lá se localiza o Paço Imperial, que foi inaugurado em 1743 e era conhecido como Casa dos Governadores, cuja ordem para mandar construir foi do Conde Bobadela, Governador da Capitania do Rio de Janeiro. A Casa da Moeda que já se localizava ali se manteve quase que no mesmo local, que já em 1815 ocupou parte do térreo do novo prédio.

A Praça XV já teve diversos nomes e entre eles, o nome de “Terreiro da Polé”, pois, era aonde se localizava o antigo instrumento de tortura no qual se pendurava os punidos pelas mãos e se prendia pesos de ferro nos pés, deixando-os cair com violência.

Esse instrumento era utilizado para castigar os negros escravos. Também ficou conhecida como Largo ou Rossio do Carmo, pois ficava em frente ao Convento do Carmo, e posteriormente como Largo do Paço. Ali se localizou o Paço dos Governadores, Paço dos Vice-Reis, Paço Real e Paço Imperial. Só em 1889 passou a se chamar Praça XV de Novembro, devido a Proclamação da República.

Também considerava agregados ao largo, o edifício da Câmara, construído entre 1630 e 1640, aonde hoje se localiza o Palácio Tiradentes, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Era na Casa de Câmara que também funcionava uma cadeia, pois era muito comum que cidades coloniais da América Portuguesa, que nas Casas de Vereanças também funcionasse as Cadeias Públicas.

Em 1808 a Corte mudou-se de Lisboa para o Rio de Janeiro, que então, se tornou a capital portuguesa, resultando em novos usos dos prédios do Largo do Paço. O Paço dos Vice-Reis se tornou Paço Real da nova capital portuguesa. Segundo Sisson (2008) afirma que o Largo do Paço poderia ser caracterizado como um nó, nas medidas que os nós se definem como encontros de caminhos.

(...) o Largo do Paço pode ser caracterizado como um nó, já que por seu intermédio estabeleceu-se uma continuidade entre as duas mais importantes vias urbanas coloniais- Misericórdia e Direita -, as quais, por esse motivo, integraram-se em um mesmo eixo viário. Era o mais importante à época, situando-se nele, no trecho da Misericórdia, a Santa Casa e respectiva capela, a Igreja de São José (matriz a partir de 1753), a Câmara e a Cadeia; e localizando-se, no segmento da Rua da Direita, a Casa dos Governadores e vários estabelecimentos e entidades importantes para a cidade como centro financeiro e comercial (SISSON, 2008, p.41)

O Largo do Paço, além de ponto de confluência de importantes vias locais, foi também a encruzilhada entre essas vias e um caminho externo que encontrava seu término junto ao cais, que era o caminho marítimo para a metrópole.

Após a Independência do país em 1822, o prédio da Cadeia Velha abrigou a Assembleia Constituinte. Durante todo o período monárquico, a Cadeia Velha foi um lugar de acontecimentos políticos e legislativos, como por exemplo, a votação e aprovação da Lei Áurea, que foi assinada em 1888 e que determinou a abolição da escravatura.

Em 1914, a Cadeia Velha se encontra com infiltrações e rachaduras nas estruturas. E a Câmara foi transferida para o Palácio Monroe, que ficava na Cinelândia. A Cadeia Velha já não condizia mais com a face moderna da cidade que ia se projetando, então, em dezembro de 1921, foi aprovado que esta cadeia seria demolida e os arquitetos Archimedes Memória e Francisco Couchet aprovaram um projeto para demoli-la e construir uma nova sede do Legislativo em seu lugar.

Em 6 de maio de 1926 foi inaugurado o Palácio Tiradentes. O parlamento do Brasil permaneceu no Palácio Tiradentes até 1960, quando a capital do país foi transferida para Brasília. Assim o Palácio se tornou a sede da Assembleia Legislativa da Guanabara (ALEG) e em 1975, com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, passou a abrigar a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), onde funciona até hoje, que seguiu sendo um espaço de poder político-administrativo.

Várias manifestações ao longo da história do século XX ocorreram ao redor deste edifício. Pode se recordar a realização da histórica Passeata dos Cem Mil em 1968 contra a ditadura militar organizada pelo movimento estudantil, a qual contou com a participação de intelectuais, artistas e demais setores da sociedade brasileira. A passeata se concentrou na Cinelândia e posteriormente seguiu passando pela Candelária e chegou posteriormente na ALERJ.

3.2.2 O campo de Santana

No Campo de Santana surge em função do avanço da cidade para a zona norte do Rio de Janeiro e ali aconteceram manifestações importantes da vida política nacional como a coroação de Pedro II e a proclamação da República na casa de Marechal Deodoro. Ali também se localizou a cadeia e o museu antes de se deslocar para a Cinelândia. Era o espaço das grandes festas do Império e se localizou o primeiro edifício do Senado. Também se concentraram várias edificações representativas de diferentes esferas do poder imperial que se agruparam ao seu redor.

3.2.3 Reforma Pereira Passos

As cidades têm sempre sido um reflexo das sociedades que as produzem e a expressão cristalizada no espaço das dinâmicas das diversas relações sociais e de produção e, com a chegada da modernidade, também as da contínua reprodução do Capital.

David Harvey (2006) expressa as contradições que a produção do espaço construído tem dentro do processo de acumulação. Ou seja, os bens imóveis e a própria estrutura espacial de produção podem acabar se tornando um “empecilho” para a reprodução do capital, tendo que se destruir para ampliar o ciclo de reprodução do capital.

As reformas do começo do século XX do engenheiro Francisco Pereira Passos, que foi nomeado Prefeito da cidade do Rio de Janeiro em 1902, pelo então Presidente Rodrigues Alves, expressou a necessidade de ampliação desse processo de acumulação.

Apesar do Rio de Janeiro ter se tornado desde o século XVIII o porto de exportação da mineração brasileira e o ponto de ingresso das mercadorias importados do país, era um porto incapaz de receber os novos navios a vapor que circulavam no Oceano Atlântico. (BENCHIMOL,1990)

Na época as oligarquias perderam o poder para as elites cafeeiras, industriais e do comércio internacional. Então, as cidades brasileiras não respondiam satisfatoriamente aos novos interesses das classes dominantes. Neste sentido, o transporte cumpriria um papel fundamental. Era necessário aproximar o lugar da produção com o do mercado de destino. Era

preciso aniquilar as distâncias e o Rio precisava se atualizar, pois era a Capital da República e também o principal porto do Brasil.

O Presidente Rodrigues Alves, encarregou o Ministro de Viação e Obras Públicas da época, Lauro Muller, de transformar o Porto do Rio e Pereira Passos como prefeito da cidade do Rio para complementar as obras transformando-a em uma cidade moderna, em sintonia com o modelo de capitais europeias, como Paris.

O Prefeito Pereira Passos tentou eliminar práticas sociais que não cabiam no cartão postal da cidade moderna. Sua reforma urbana caminhava de mãos dadas com o controle social, alguns exemplos foram a proibição de quiosques na cidade, proibição da saída de vacas à rua para o comércio de leite, proibição que se cuspiasse nos bondes assim como a ocorrência de pessoas penduradas.

Para além desta cruzada civilizatória de Pereira Passos, o início do século XX foi marcado também por interesses especulativos sobre o valor do solo urbano e dos benefícios que a reforma do centro da cidade traria para o processo de especulação.

O geógrafo Maurício de Abreu (2013) afirma que a mais importante, em termos de transformação da forma urbana da cidade, foi a construção da Avenida Central que é a atual Avenida Rio Branco, cujas obras para executar foram responsáveis pela demolição entre duas ou três mil casas com famílias muito numerosas.

A reforma Passos foi também importante em três outros aspectos. Em primeiro lugar, ela representa um exemplo típico de como novos momentos de organização social determinam novas funções à cidade, muitas das quais só podem ser exercidas mediante a eliminação de formas antigas e contraditórias ao novo momento. Em segundo lugar, representa também o primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano, reorganizando agora sob novas bases econômicas e ideológicas, que não mais condiziam com a presença de pobres na área mais valorizada da cidade (ABREU, 2013, p.63).

3.2.4 Praça Floriano: a Cinelândia, lugar das manifestações

O centro correspondente ao período republicano se formou rapidamente, diferentemente de como foi relativamente gradual o centro do Largo do Paço e Campo de Santana. A Praça Floriano foi batizada com este nome em 1911. O primeiro dos edifícios, próximo ao Obelisco na parte sul da atual Av. Rio Branco foi o Palácio Monroe, e ali funcionou a Câmara dos Deputados de 1914 a 1922, e a partir de 1925 foi o Senado Federal,

que foi dissolvido por Getúlio Vargas na década de 30, como chefe do Segundo Governo Provisório da República.

Em 1910 inaugurou-se a Biblioteca Nacional e o Theatro Municipal, uma réplica da Operá de Paris, projetada por Garnier. O Palácio Pedro Ernesto⁴⁸, onde funciona a Câmara de Vereadores, foi inaugurado em 1923 no contexto histórico do desenvolvimento da Primeira República.

A Praça Floriano, cortada pela Avenida Rio Branco, forma um dos conjuntos arquitetônicos da cidade do Rio de Janeiro, com a maioria dos edifícios preservados, com exceção do Palácio Monroe que foi demolido em 1975, devido ao projeto para as obras de construção do metrô, e era a antiga sede do Senado Federal.

O edifício Pedro Ernesto foi construído entre 1919 e 1923, e sua inauguração ocorreu durante a gestão de Carlos Sampaio, prefeito do Distrito Federal entre 1920 e 1923. Também neste período houve a demolição do Morro do Castelo, e uma série de outras obras para desenvolver áreas para a extensão da cidade, dando continuidade à política de urbanização iniciada por Pereira Passos (sua gestão foi de 1903-1906).

A Câmara Municipal sediou-se em 1977 no Palácio Pedro Ernesto, após sua reinstalação depois da fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro.

A Praça Floriano também é considerada por Sisson (2008) um nó, pois houve ali um adensamento de edificações afins, enquanto, hierarquicamente dominantes, “condição reforçada por ter sido a praça confluência para importantes vias urbanas”.

A praça ficou conhecida popularmente como Cinelândia porque a partir dos anos 1920 sediava as melhores salas de cinema da cidade, como Cine Odeon, Cineac Trianon, Cinema Parisiense, o Império, o Pathé, o Capitólio, o Rex, o Rivoli, o Vitória, o Palácio, o Metro Passeio, o Plaza e o Colonial. Hoje em dia, apenas o Odeon, se mantém presente.

É importante ressaltar que desde o início do século XX, a Cinelândia foi local de protestos, de encontro para a convivência social com os mais diferentes propósitos. Lá se realizam comícios, shows, cerimônias religiosas. Nas Jornadas de Junho de 2013 muitos atos, como o ato contra o aumento da tarifa do ônibus em 13/06/2013⁴⁹ impulsionado pelo movimento estudantil, finalizaram na Cinelândia que foi palco de conflitos da polícia com os manifestantes.

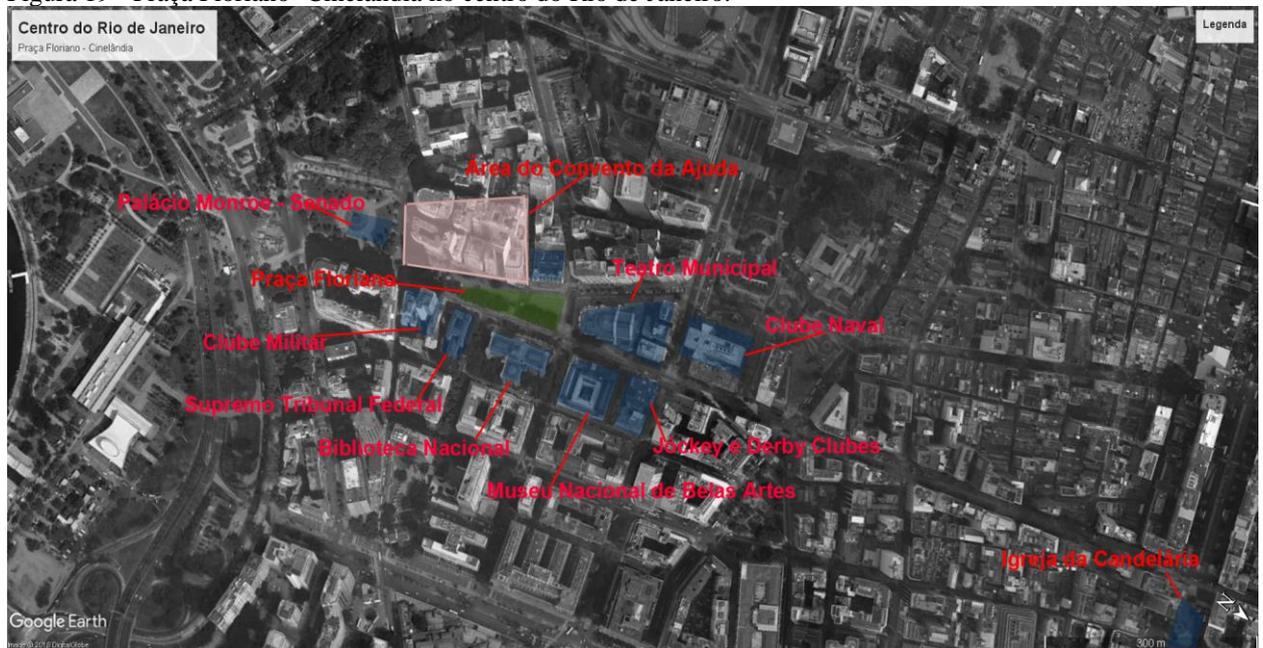
⁴⁸ Disponível em: <http://www.camara.rj.gov.br/palacio_pedroern.php?m1=acamrio&m2=historia> Acesso em: 25 de Abril de 2018

⁴⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/grupo-faz-manifestacao-contr-aumento-da-tarifa-de-onibus-no-rio.html>> Acesso em: 25 de Jun.2017.

Schumacher (2018) enfatiza a importância de como a Cinelândia como parte do espaço público traz a relevância para o fortalecimento da luta feminista.

Simbolicamente nos libertaram dos militares, da ditadura e tem poder de protesto. As grandes manifestações estudantis no Rio de Janeiro também aconteceram na Cinelândia. Eu acho assim, é um ponto de referência, é o centro da cidade, é o lugar de passagem de muita gente, e ele também contribui e isso ninguém pode negar, que a escolha do espaço público, contribui muito para o objetivo da sua manifestação. O caso da manifestação feminista é para além de umas as outras se fortalecer e se olhar e se abraçar e dizer também estou nesta luta, companheira estou contigo, eu não ando só, é como se gritasse para as outras em uma voz mais forte que nos estamos resistindo e etc. E aí o espaço público a escolha dele é muito importante. Ele é muito valioso, valioso para que a mídia também nos encontre, valioso para o acesso, valioso para a visibilidade. (SCHUMACHER, 2018).

Figura 19 - Praça Floriano- Cinelândia no centro do Rio de Janeiro.



Fonte: Google/ SISSON, 2008/ adaptação da autora, 2017.

3.3 O Rio de Janeiro e as possíveis escalas de abordagem das pautas da Primavera Feminista

O Rio de Janeiro vem passando nos últimos anos por um projeto de cidade que representa uma nova fase de reprodução do seu espaço e de sua acumulação de capital, ainda que conserve em essência uma das principais características da construção do espaço urbano sob o capitalismo: a contínua reprodução do excedente de capital.

As reformas urbanísticas em curso nos últimos anos têm como objetivo responder às tendências do capitalismo globalizado. Vainer (2013) diz que a partir dos anos 90 a adoção

das diretrizes e concepções neoliberais reconfiguraram as relações entre Capital, Estado e Sociedade que levaram a profundas repercussões a respeito do lugar e do papel da cidade no processo de acumulação.

O espaço urbano pode ser considerado um conjunto de símbolos e campo de lutas. Ou seja, é a sociedade em uma das suas dimensões mais aparentes, materializada nas formas espaciais. O espaço como dimensão mais material da realidade social nos possibilita a visualização de como as relações sociais de produção reproduzem as desigualdades características do modo de produção capitalista. Para geógrafos como David Harvey (2005), que se apoiam na teoria da acumulação de capital, os processos de desenvolvimento da cidade ou urbanização são as manifestações espaciais do processo de acumulação.

O papel funcional da cidade seria o processo de acumulação. A cidade seria “um nó de interseção na economia do espaço, como um ambiente construído que surge da mobilização, extração e concentração geográfica de quantidades significativas de mais-valia”. O capitalismo depende primeiramente da concentração e, depois da circulação da mais-valia. Esses processos são padronizados e produzem a cidade. O papel que a forma urbana desempenha neles se deve às possibilidades sociais, econômicas, tecnológicas e institucionais que regem a disposição da mais-valia concentrada dentro dela.

Na teoria da relação entre o Estado e o capital no que se refere à intervenção no espaço, Harvey (2005) integra em sua análise o conflito de classes à relação contraditória entre o Estado e a sociedade civil. Harvey (2005) afirma que para estudar o espaço urbano é fundamental que se realize uma análise marxista através do método histórico-dialético, pois a análise espacial está diretamente ligada às transformações da sociedade produzidas pelo esforço de acumulação de capital e pela luta de classes.

O Rio de Janeiro foi se preparando urbanisticamente com uma política de parceria público privada para sediar os megaeventos como a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Esse projeto resultou em diversas consequências sociais como a remoção de mais de 20 mil famílias apenas em áreas informais.

A fragmentação e articulação onde a segregação social expressa a divisão das classes sociais são características do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. Cidade considerada uma das metrópoles do Brasil, com importância histórica por ter sido capital do país e onde se concentrou por muitas décadas o poder político desde a colônia até a independência. Cidade turística conhecida internacionalmente pelo espetáculo midiático do Carnaval, parte de um mercado que envolve o investimento de grandes empresários.

As mudanças na economia e na configuração urbana tem se expressado também em outros aspectos da vida nas cidades, como afirma Harvey (2013), a qualidade da vida nas cidades é agora uma mercadoria acessível só para os que têm dinheiro, "o turismo, as atividades culturais e as baseadas no conhecimento e também o continuo recurso à economia do espetáculo e tem se convertido em aspectos fundamentais da economia política urbana(...)".

Ao mesmo tempo que a cidade é segregada e se tornou mercadoria, é aonde se realizam as atividades do cotidiano e por isso a questão de gênero também é central para entender como é funcional na dinâmica da lógica de acumulação capitalista na cidade e como ao mesmo tempo as condições da cidade refletem na vida das mulheres. E ainda considerar a cidade como o lugar da luta de classes e da manifestação.

Segundo o Censo do IBGE (2010) a população residente no Rio de Janeiro era de 6.320.446 habitantes, e a população estimada para 2014 foi de 6.453.682. A área da unidade territorial é equivalente a 1.197,463 Km² e a densidade demográfica de 5.265,82 (hab/km²). Em relação à distribuição da população por sexo, as mulheres representam o maior percentual com 53,17% enquanto os homens correspondem a 46,83% e a faixa etária com maior percentual foi a de 25 a 29 anos com 9,1% do total da população.

Segundo a classificação do IBGE, aglomerados subnormais⁵⁰ é "um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa".

A quantidade de domicílios particulares total ocupados é de 2.146.322, sendo 426.965 em aglomerados subnormais. A população residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais é de 1.393.314, sendo 679 532 homens e 713 782 mulheres.

Segundo o IBGE, das 50 milhões de famílias que residem em domicílios particulares em 2010 no Brasil mais de 30% tinham as mulheres como responsáveis. Além das jornadas duplas e triplas de trabalho as mulheres ainda hoje recebem menos que os homens, são a grande maioria da massa terceirizada desse país.

A situação de violência e da falta de direitos democráticos e direitos humanos que atingem as mulheres na cidade do Rio de Janeiro expressam o quanto ainda a realidade das

⁵⁰ A favela é "subnormal"? O questionamento proposto por Gondim (2010, p. 5) é um dos autores que critica a denominação proposta pelo IBGE e afirma que "a qualificação de subnormal tem um viés preconceituoso, uma vez que, no Brasil, a habitação precária ou irregular aproxima-se do que seria normal.

condições de moradia e de trabalho combinado com os elementos específicos de machismos é alarmante e só reforçam a legitimidade das pautas presentes nas manifestações do movimento de mulheres do Rio de Janeiro nos últimos anos.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em outubro de 2017, estima-se que uma mulher foi assassinada a cada duas horas em 2016, totalizando 4.657 mortes. Sendo que apenas 533 casos foram classificados como feminicídios, mesmo após a aprovação da lei de 2015 que obriga o reconhecimento no código penal como feminicídio, os assassinatos por motivo de gênero, mas muito provavelmente este dado é muito maior.

Segundo os registros do Ministério da Saúde, mais de 47 mil mulheres foram mortas no Brasil nos últimos 10 anos. No estado do RJ a taxa de homicídios de mulheres subiu de 3,6 por 100 mil mulheres em 2010 para 4,2 em 2015, chegando a 4,6 em 2016. A média foi de 365 mulheres assassinadas por ano. E de acordo com o Dossiê Mulher 2018 lançado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), 11 mulheres foram estupradas por dia no estado do Rio de Janeiro em 2017, num total de 4.173 registros, sendo que 68% dos crimes ocorreram dentro de residências e 66,7% das vítimas foram crianças e adolescentes. O aumento é 3,98% maior que o ano de 2016, quando foram registrados 4.013 estupros de mulheres.

De acordo com o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência 2017, as jovens negras com idade entre 15 e 29 anos têm 2,19 vezes mais chances de serem assassinadas no Brasil do que as brancas na mesma faixa etária. No estado do Rio de Janeiro, a taxa de homicídios de jovens negras é de 6,6 e a taxa de jovens brancas é de 4,2 por cem mil habitantes (2015).

Estima-se que no Brasil ocorram aproximadamente 1 milhão de abortos clandestinos por ano. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a cada dois dias uma mulher morre por complicações decorrentes do aborto ilegal, sendo o quinto motivo de morte de mulheres no país.

O Rio de Janeiro em 2014 foi palco de um dos maiores escândalos recente com a morte de uma jovem, Jandira, que realizou um aborto em uma clínica clandestina e teve seu corpo carbonizado após morrer por complicações no procedimento. Por algumas semanas este tema ficou em destaque na mídia nacional pautando a opinião pública, e uma operação policial revelou uma grande máfia que envolvia policiais, bombeiros, médicos, que lucrava diante desta triste realidade a que estão submetidas as mulheres, sem poder decidir e ter esse direito garantido pelo Estado gratuitamente e de maneira segura pela SUS.

A tentativa da aprovação da PEC 181, que originalmente tinha o objetivo de ampliar a licença maternidade para mães e bebês prematuros, mas em 2017 o deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), realizou diversas audiências públicas com setores reacionários, e em seu

relatório inseriu uma proposta de alteração dos Artigos 1º e 5º da Constituição para inserir o conceito de “inviolabilidade da vida desde a concepção”. Ou seja, criminalizar o aborto em toda e qualquer circunstância, mesmo nos casos que já são legalizados pelo código penal de 1940, como casos de estupro, de risco de morte para as mulheres e casos de bebês anencéfalos (aprovado em 2012 pelo STF).

Mais de 40.000 dos casos de aborto aconteceram na região sudeste do Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2013. E segundo pesquisa encomendada pelo O Globo ao professor do Instituto de Medicina Social da UERJ, Mario Giani, no Estado do Rio de Janeiro, ultrapassou a marca de 67 mil abortos. Ele analisou os registros das internações disponíveis no DATA SUS (que corresponde a 16.886 em 2013) decorrentes de aborto induzidos ou espontâneos e fez uma média de que para cada aborto com complicações que chega ao SUS, outros quatro são feitos de forma clandestina. O pesquisador ainda revelou que no município do Rio, foram 31.756 abortos clandestinos, que resultaram em 7.939 internações oriundas dos procedimentos espontâneos e induzidos, sendo a cidade do estado do RJ com maior quantidade de procedimentos deste tipo no estado.

Apesar de criminalização do aborto atingir todas as mulheres, a maneira que elas sofrem são distintas, as mulheres negras têm risco 2,5 vezes maior que as mulheres brancas na razão de mortalidade materna em consequência de gravidez que termina em aborto.

Em 2015 foi implementada a CPI do aborto na ALERJ, com a justificativa de investigar a prática do aborto no estado, o comércio de produtos e as clínicas clandestinas acabaram por criminalizar ainda mais as mulheres que fazem aborto. Por isso o primeiro ato da Primavera das Mulheres se concentrou na porta da ALERJ no dia da votação do relatório final. Este relatório sugeriu a criação de um PL para que a polícia fosse notificada cada vez que uma mulher fosse atendida na rede pública ou privada de saúde em uma situação de aborto, mesmo que fosse legal ou espontâneo. Em 2016, fruto da mobilização do movimento feminista os deputados da CCJ não votaram no PL recomendado pela relatoria da CPI.

Existem projetos de lei que defendem a legalização do aborto como o PL882/2015 de autoria do deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) e mais recentemente o PSOL ajuizou no STF a ADPF 442, na qual pede que a Corte declare a não recepção parcial dos artigos 124 e 126 do Código Penal pela Constituição da República. Foi convocada pela ministra Rosa Weber, para junho de 2018, uma audiência pública para discutir a questão relativa à recepção dos artigos 124 e 126 do Código Penal, que instituem a criminalização da interrupção voluntária da gravidez, pela ordem normativa vigente.

Esses dados de violência de gênero e sobre a realidade do aborto no Rio de Janeiro ilustram a situação das mulheres no que diz respeito às questões de saúde e violência e acesso à saúde.

No primeiro trimestre de 2017 quase 64 mil postos de trabalho foram fechados no Brasil, e de cada 100 vagas fechadas no mercado de trabalho, 80 eram do Rio de Janeiro. Ou seja, 52 mil foram fechados no estado do Rio de Janeiro, o que significa que 80% do total de vagas perdidas no país estavam no Rio. Os setores que mais perderam vagas foram comércio, serviços, indústria e construção civil, com liderança no comércio e proporcionalmente as áreas de petróleo e gás foi a que mais sofreram.

Como viemos mostrando, a realidade das mulheres negras no Brasil é permeada de violência e de precarização da vida. No momento que se escrevia esta dissertação perdemos brutalmente assassinada a vereadora negra Marielle Franco (PSOL/SJ), a quinta mais votada da Câmara Municipal da cidade, e era uma das duas mulheres em um total de 51 vereadores. Marielle lutava pelos direitos das mulheres e dos setores mais pobres e favelados na cidade, e denunciava a intervenção federal no Rio de Janeiro. Com certeza estará viva na luta de tantas mulheres e foi ativa em todas as manifestações que ocorreram deste a Primavera Feminista, além de representar a luta das mulheres no parlamento e propor projetos de lei que garantissem direitos das mulheres, dos negros e LGBT.

O Rio de Janeiro na sua complexidade como uma cidade contemporânea e como uma “prática social” é espaço-tempo da ação que funda a vida humana na sua objetividade e subjetividade. É lugar da vida humana e condição da reprodução, que envolve o plano individual no ato de habitar e no plano coletivo, da realização da sociedade, como história.

A partir das pautas identificadas das manifestações do período estudado e de alguns dados da realidade das mulheres na cidade do Rio de Janeiro, e análise das entrevistas, buscamos ensaiar uma breve reflexão sobre as possíveis escalas em que se inserem as pautas do movimento de mulheres e a relação entre essas escalas a partir da fundamentação teórica sobre a produção da escala em sua exploração esquemática elaborada pelo geógrafo Neil Smith (2000) que, diz

É possível conceber a escala como uma resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competição e cooperação. A produção e a reprodução contínuas da escala expressa tanto a disputa social quanto a geográfica para estabelecer fronteiras entre diferentes lugares, localizações e sítios de experiência. A construção do lugar implica a produção da escala, na medida em que os lugares são diferenciados uns dos outros; escala é o critério de diferença, não tanto entre lugares como entre tipos diferentes de lugares. Quando comecei a pensar a escala dessa maneira, concebia-a em termos em larga medida políticos e econômicos. (Smith, 2000, p.142) (...) A escala é um progenitor ativo de processos sociais específicos. De um modo tanto literal quanto metafórico, a escala *contém* a atividade social e, ao mesmo tempo,

proporciona uma geografia já dividida em compartimentos, na qual a atividade social *tem lugar*. A escala demarca o sítio da disputa social, tanto o objeto quanto a resolução dessa disputa. Vista dessa forma, a produção da escala pode começar a fornecer a linguagem que torna possível uma política espacial mais substantiva e tangível. (...) É a escala geográfica que define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado (SMITH, 2000, p.144).

Smith fala numa hierarquia entre escalas que explora as fronteiras entre uma sequência de escalas específicas que se concentrou em analisar; *corpo, casa, comunidade, cidade, região, nação, globo*. Ele usa quatro aspectos para a analisar cada escala. A *identidade*, que torna cada escala coerente; as *diferenças internas, as fronteiras com outras escalas; as possibilidades políticas de resistência inerentes à produção de escalas específicas, a revogação de fronteiras e o “saltar escalar”*. Smith (2000) deixa claro que sua intenção exploratória e esquemática não tem o objetivo de determinar uma separação rígida de esferas espaciais.

Um dos nossos objetivos nessa dissertação não foi classificar as pautas observadas na tipologia estruturada pelo geógrafo, mas refletir sobre como as pautas estão relacionadas as diferentes escalas que o autor aborda e consideradas como sociais, são parte do processo de produção e reprodução da vida que se relacionam e determinam as condições de vida das mulheres e na sua relação espacial.

Quando Smith (2000) fala que “é justamente a conexão social ativa das escalas que é vital”, nos faz pensar que a esfera da produção e reprodução da vida no sistema capitalista é o que determina a produção das escalas e a relação entre ambas, e a resistência das lutas feministas e por direitos das mulheres da classe trabalhadora, pobres, periféricas e das favelas é o que permite o saltar escalar que podemos identificar na organização das lutas pelas pautas das manifestações identificadas por essa dissertação. A questão do “salto escalar” também está relacionada aos objetivos estratégicos da luta das mulheres nacional e internacionalmente, e esse seria um grande debate para se fazer entre as diferentes vertentes feministas pois corresponde não apenas à uma escala espacial ou social, mas também à estratégia adotada para o objetivo comum no feminismo, a emancipação verdadeira das mulheres, mas não é o foco desta dissertação.

Quando as mulheres se colocam em resistência e questionam o controle do Estado sobre seus corpos nas manifestações da Primavera Feminista e as mulheres trabalhadoras, pobres, negras das favelas e periferias protagonizam lutas contra a violência policial contra seus filhos nos territórios de favelas, é possível reconhecer dois exemplos de escalas desenvolvidas pelo Smith, o *corpo* e a *comunidade*.

No caso das manifestações da Primavera Feminista, as mulheres lutavam pra poder manter o direito ao acesso da pílula do dia seguinte e também o direito ao aborto legal, seguro e gratuito e expressavam isso com as palavras de ordem: *“Pílula Fica, Cunha Sai!”*, *“Cunha não se meta no meu útero”*, *“Eta, eta, eta, eta, o Eduardo Cunha quer controlar minha buceta!”*. Na escala do corpo é onde a dialética da identidade e da diferença é a mais pulsante. Não é apenas na diferença de gênero, mas também outras formas de diferença social são construídas em torno da identidade do corpo, como por exemplo a diferença de raça, que são usadas de base para opressão e para o “imperialismo cultural”.

A política do aborto em diversas partes do mundo impôs uma luta em escala Global. Ainda são muitos países que o Estado criminaliza o aborto fazendo com que não haja uma fronteira entre o controle individual e estatal sobre o corpo. O #CzarnyProtest (protesto negro) em que as mulheres polonesas tomaram as ruas contra um projeto de lei do governo que proibiria por completo o aborto, teve apoio de mulheres de outros países, como as de Berlim, que realizaram manifestações em solidariedade à luta pelo direito ao aborto legal na Polônia, um dos países com maior restrição na legislação. O ano de 2017, como já relatamos, foi marcado por manifestações em diversos países em defesa do aborto legal. Essa é uma pauta que corresponde diretamente à escala do corpo e que tem uma história de disputa há décadas no movimento feminista.

Uma das entrevistadas dessa dissertação afirma que o controle do Estado ao corpo das mulheres, “coloca as mulheres todas como criminosas, como potenciais criminosas, como potenciais pessoas que vão cometer um crime”. Ou seja, a luta das mulheres na escala do corpo é por liberdade para decidir e também contra a sua criminalização por parte do Estado. Eleutéria Amora (2018) também evidencia que no caso das mulheres negras, a luta e resistência que corresponde a escala do corpo ainda enfrenta o nó entre a opressão de gênero, raça e classe. No caso do aborto é bastante evidente essa resistência contra a violência do Estado.

(...) nós sabemos que as mulheres que mais morrem são as negras, são aquelas que estão em situação mais vulnerável na sociedade. São as que vão procurar o serviço público, e muitas vezes procuram alguém que não tem um clínico, alguém que não tem capacidade técnica, e de conhecimento para realizar determinados procedimentos e acaba com isso indo para o serviço público de saúde. Quem fica lá, sem condições de ser atendida e ser criminalizada e dizendo que a mulher negra não tem dor, são as mulheres negras, são elas que vão morrer. Então é assim, o Estado Brasileiro é criminoso e tem uma dívida imensa conosco, e nós precisamos lutar e reverter essa situação. (ELEUTÉRIA, 2018)

O controle da fertilidade foi uma preocupação para as mulheres ao longo da história. Federici (2017) relata que a transição violenta para o capitalismo, a caça e queima das bruxas

já era uma tentativa de destruir o controle que as mulheres tinham sobre sua função reprodutiva. Qualquer forma de controle de natalidade e sexualidade que não fosse para a procriação seria demonizado.

A chegada da pílula em maio de 1960 nos EUA e sua comercialização em agosto do mesmo ano do primeiro contraceptivo oral, chamado Envoid, permitiu que pela primeira vez na história as mulheres pudessem planejar a gravidez. E poderiam fazer de forma independente sem a participação do homem, e de forma segura. Essa mudança marcou uma reviravolta na vida de milhões de mulheres em vários países que poderiam planejar a vida, seja a quantidade de filhos, mas também projetos de estudo e na vida profissional.

Mas mesmo com essa grande revolução na vida das mulheres a política de controle sobre os corpos das mulheres por parte do Estado capitalista patriarcal se manteve com a negação do direito democrático elementar de decidir sobre a maternidade e decidir sobre o próprio corpo.

Andrea D'atri (2017) afirma que se as mulheres não podem dispor dos próprios corpos, decidir por não ter filhos, ou quando e quantos filhos ter, é pelo fato de que a Igreja, em cumplicidade com o Estado capitalista, continua se impondo sobre as vidas das mulheres. E este motivo se dá porque “a possibilidade de separar o prazer da reprodução leva a uma liberdade que é perigosa para a classe dominante”. O questionamento da maternidade como único destino de auto realização das mulheres, questionar a reprodução como único fim da sexualidade, e assim o questionamento que a sexualidade seja apenas a heterossexualidade, põe em risco as normas com as quais o sistema regula nossos corpos. Segunda D'atri (p.39, 2017) são “os corpos que o sistema de exploração só concebe como força de trabalho, como corpos submetidos aos estereótipos de beleza, como corpos separados e alienados, transformados em uma mercadoria a mais no mundo das mercadorias”.

Outra pauta que esteve presente nas manifestações do período estudado também corresponde à escala do corpo à partir da manifestação “Por Todas elas”, contra a violência sexual e estupro. Segundo Beauvoir (2014) as disputas na escala do corpo são dominadas pelo gênero, mas vamos além e afirmamos que as disputas são realizadas a partir de normas de um sistema capitalista-patriarcal, ou seja, as disputas são dominadas pela relação de gênero em função dos interesses de classe.

No caso da jovem de 16 anos que foi vítima de um estupro coletivo no Rio de Janeiro, que escandalizou todo o país, é possível afirmar que o repúdio da violação do corpo da mulher representou uma luta coletiva contra a “cultura do estupro”. A violência exercida na escala do corpo da jovem foi um fator que mobilizou as mulheres nacionalmente nas marchas “Por

todas elas”. Existe uma cadeia de violência contra as mulheres e os feminicídios, antecedidos pelos estupros, são a pior expressão da desigualdade de gênero. Toda essa cadeia escancara que as mulheres são convertidas em propriedades privadas ou que existem proprietários da vida das mulheres que podem violar o corpo ou ceifar sua vida em base à ideologia patriarcal sustentada pelo sistema capitalista nas suas múltiplas faces.

Essa violência machista, que pode ser fatal, não é exceção, mas rotineira, cotidiana, permanente e mantém a perpetuação de uma ordem social no qual as mulheres estão subordinadas. É o último elo de uma larga cadeia de violências a que estão submetidas as mulheres e que são originadas na sociedade de classe, em que o Estado legitima e reproduz essa violência, suas instituições e sua casta política de administradores.

Outra escala em que podemos identificar a pauta das mulheres na cidade do Rio de Janeiro é a da *comunidade*. Smith (p.148, 2000) diz que “a comunidade é adequadamente concebida como o lugar da reprodução social, mas as atividades envolvidas nessa reprodução são tão difusas que a identidade e as fronteiras espaciais da comunidade são frequentemente indistintas”. A comunidade seria a escala espacial menos especificamente definida, elas são socialmente definidas e podem assumir formas espaciais muito diferentes. Podemos afirmar que na cidade do Rio de Janeiro são produzidas as escalas das comunidades das favelas e as mulheres que vivem nessa escala espacial vivem formas de opressão, como o controle do corpo e violência por parte do Estado, distintas de mulheres que vivem em outras formas de comunidades, como por exemplo, mulheres que vivem em áreas mais valorizadas. Como diz Smith (2000), a classe rica consegue superar o espaço expressando sua liberdade enquanto os pobres ficam mais presos a ele, e “o acesso diferenciado ao espaço leva a diferenças de poder na construção da escala espacial da vida cotidiana, semanal e sazonal”.

Eleutéria Amora (2018), enfatiza que as mulheres com quem convive, tem duas pautas centrais de reivindicações: o emprego e a luta contra a violência nas favelas. Essas mulheres vivem com medo e resistem contra a violência, principalmente o medo do que pode ocorrer com seus filhos e filhas quando saem de casa, que podem morrer com uma bala perdida. Outro tema que é bastante central é o desemprego e a informalidade a que estão submetidas. Além da violência machista que também é parte da vida das mulheres nas favelas.

O tema da violência machista é policlassista, ou seja, perpassa todas as classes, mas a questão da violência policial nas favelas e a realidade do desemprego no contexto de crise econômica mundial, atinge principalmente as mulheres da classe trabalhadora, negras e pobres.

Eleutéria (2018) enfatiza a necessidade de como o feminismo tem que englobar a complexidade dos problemas que envolvem as mulheres no território de favelas, e o papel que as mulheres desempenham na sociedade. “Acho que a gente também tem que colocar a criminalização dos movimentos, a violência às mulheres nas favelas, como parte da luta feminista”.

Como afirma Smith (2000), é na escala do corpo que se dá a fonte imediata da diferença corpórea à apropriada na construção do racismo, é na escala da comunidade que o racismo e qualquer forma de localismo está mais firmemente enraizada.

No caso da violência policial nas favelas do Rio de Janeiro, como as operações das Forças Militares nas favelas do Complexo da Maré em 2014, e também a Intervenção em 2018, o racismo se expressa na escala da comunidade quando a instituição policial faz o controle do ir e vir e com a justificativa de guerras as drogas, tem uma política de repressão indiscriminada que está fundamentada no racismo estrutural do Estado brasileiro e suas instituições. Neste sentido a escala da comunidade das favelas é onde se dá a luta constante pela reafirmação da identidade negra, antirracista, e enquanto favelado e no caso das mulheres essa identidade ainda se entrelaça com as pautas de gênero, mas um gênero que tem uma classe, que são as mulheres da classe trabalhadora.

Smith (2000) diz que o estado-nação se tornou a escala dominante do poder estatal com a emergência do capitalismo, diferentemente do que ocorria em formações sociais anteriores que geralmente se encontravam na escala urbana, como nas cidades-estado da Grécia ou na escala regional, como os feudos. Como dizia Marx (2015) no *Manifesto Comunista*, ao mesmo tempo que o capitalismo se expandiu para o mundo todo, aumentando a escala da atividade econômica e conseqüentemente a acumulação e sua concentração, reforçou as fronteiras nacionais que separam as nações, e que em geral, são produto de guerras, conquistas militares, disputas políticas e tratados. Segundo Marx (2015), a classe trabalhadora deveria se organizar internacionalmente para poder enfrentar as classes dominantes nacionais e internacional. O que tem ocorrido até o momento é que a classe trabalhadora internacional não está em nenhum lugar tão organizada quanto seus adversários para enfrentar a crise econômica numa luta em perspectiva anticapitalista. Essa é uma tarefa que os partidos da esquerda socialistas internacional deveriam se dar.

O poder estatal está nas mãos da classe capitalista dominante, que geralmente são homens, brancos e a extrema direita internacionalmente se utiliza da religião também para tentar impor seus princípios como parte estruturante do Estado, infringindo o princípio de Estado laico de muitas nações. A exploração capitalista, sua divisão de classes e a opressão

baseada em raça, gênero e outras diferenças sociais são institucionalizadas nas estruturas nacionais de direitos civis e leis da propriedade.

O Estado polícia também as fronteiras das escalas espaciais mais baixas; em espacial, o corpo, a casa, e a comunidade, e os desafios ao poder estatal emanam dessas e de outras fontes de opressão (inclusive ambiental), mesmo que não sejam claramente definidas. Foi sobre o Estado patriarcal que Virginia Woolf (1952) tentou saltar quando declarou: Como mulher, não tenho país. Como mulher, não quero um país. Como mulher, meu país é o meu mundo (SMITH, p.154, 2000).

A escala global também é por si uma construção social e com o modo de produção capitalista ela é primariamente uma construção da circulação do capital. O global não seria apenas dividido segundo as divisões políticas do estado-nação mas também de acordo com os níveis diferenciais de desenvolvimento e subdesenvolvimento que o Estado experimentam e alcançam no mercado mundial. Segundo Smith (2000)

(...) a oposição ao poder global contemporâneo emerge de várias lutas de base nacional e internacional e não seriam só os mais evidentes movimentos anti-imperialistas e contra a guerra e as lutas pós-coloniais, mas também os movimentos feminista e ecológico, que podem ter inspiração mais local, mas um potencial global (SMITH, p.155, 2000).

A ideia da greve internacional de mulheres de 2017 abordava pautas nacionais, mas com um grande potencial global a partir da articulação internacional pelo Manifesto dos 99%, e o chamado da greve extrapolou o chamado de coletivos feministas e sindicatos, entidades estudantis de diversos países, resultando em milhares de mulheres nas ruas em diversos países, sejam organizadas ou as que não eram parte de nenhum coletivo de militância.

D'atri e Murillo (2017) afirmam que as enormes demonstrações das mulheres nas ruas em grandes protestos de vários continentes não surgiram do nada. Tiveram antecedência com várias manifestações de mulheres de grandes magnitudes que tiveram repercussão internacional como as mobilizações “Ni Una Menos” na Argentina, que exigiam do Estado o aumento do orçamento e políticas públicas efetivas para prevenir os feminicídios, as greves da Islândia e França que exigiam o fim da diferença salarial entre homens e mulheres, a luta das mulheres na Polônia para que não retrocedesse o direito ao aborto (já restrito no país) e as inúmeras manifestações contra o Trump nos Estados Unidos.

A greve internacional de mulheres significou a possibilidade de enfrentamento com a visão de mundo da classe dominante, que segundo Smith (2000, p.156) ao tentar reproduzir sua visão de mundo, “busca estabelecer uma definição do global lado a lado com a cidadania nacional”. O apagamento da diferença implicado no “sujeito universal” é uma insinuação dessa cidadania global, mas também assume formas mais populares. O geógrafo também afirma que a crítica do sujeito universal também se tornou ela mesma universal e coloca como

um dos grandes desafios como um sujeito político ou a coalização de sujeitos políticos “pode ser reconstruída sem, de um lado, repetir a pressuposição de um sujeito branco, masculino, de classe dominante, e, de outro, sem voltar para um individualismo radical”.

A tentativa do manifesto para os 99% assinado por intelectuais e ativistas de diversos países demonstrou a possibilidade de um movimento, que chegou a ser questionado se surgia uma nova onda do movimento de mulheres, que extrapolasse as barreiras nacionais e tivesse a dimensão e articulação em uma escala internacional. Smith diz que é necessário “pensar globalmente e agir globalmente também”. Obviamente que a ação é feita em uma escala nacional com as devidas particularidades das realidades nacionais, mas os temas e pautas que tocam as mulheres também podem ser definidas em escala internacional, assim como a atuação coordenada que teve a greve internacional de mulheres de 2017. Isso porque o sistema capitalista patriarcal não tem barreiras nacionais quando seu objetivo central é a dominação global de territórios e exploração da classe trabalhadora mundial se apoiando na opressão de gênero, raça, sexualidade, para extrair maior quantidade de mais-valia.

Uma das entrevistadas desta dissertação, Ana Carolina (Cacau, 2018), ressaltou a importância da adesão ao chamado da Greve Internacional de Mulheres em 2017, mas criticou que na realidade no país o sentido de greve foi simbólico pois as mulheres que estão à frente das centrais sindicais como a CUT e CTB e mesmo a esquerda, como o PSOL, que dirige diversos sindicatos, não levaram a pauta da paralisação internacional para seus espaços de militância sindical e na base das categorias de trabalhadores. No máximo orientavam para que as mulheres não realizassem o trabalho doméstico como forma de protesto. Algo muito distinto do que aconteceu no Estado Espanhol, em que ocorreu uma efetiva paralisação no ano seguinte, 2018, quando ocorreu o chamado para nova greve internacional de mulheres:

Este ano, teve um novo chamado, se não me engano, e aqui não aderiram ao chamado, e este ano diferente do ano passado, mas tiveram lugares, como, por exemplo, como no Estado Espanhol, que foi fortíssima a paralisação. A paralisação do transporte, o transporte de vias, e tinha piquetes e atos de mulheres aos milhares assim, por todo Estado Espanhol, em várias cidades, mostrando na verdade como é uma política que tem muita força para ser efetivada em qualquer lugar. O destaque na verdade para o 8 de março, e tiveram outros destaques nacionais importantes mundialmente, mas o Oito de Março no Estado Espanhol foi fortíssimo, inclusive com as mulheres adotando métodos da classe trabalhadora, piquetes e corte de rua, com mobilizações que obrigaram mesmo o País a parar sim (CACAU, 2018).

A greve internacional de mulheres e o Manifesto do feminismo dos 99% recolocou no centro do debate a opressão das mulheres como estrutural no sistema capitalista e desta maneira a única saída possível a que seja por uma transformação radical e coletiva. Neste sentido o Manifesto teve uma grande recepção global e a transformação que é apontada pelas

autoras é que *“o feminismo para os 99% tem como objetivo unir movimentos existentes e futuros em uma insurgência global de ampla base”*.

Isso é basicamente o que diz em torno dos sujeitos, o que nos faz pensar que há uma confiança ilimitada no poder dos movimentos sociais e passa ao largo a necessidade do confronto com o Estado capitalista, que também é um grande ausente do Manifesto, que não só tem o monopólio da força, mas também milhares de mecanismos de cooptação e assimilação dos movimentos contestatórios.

O debate estratégico dentro do movimento feminista internacional não se faz menor diante da potencialidade que mostrou a Greve Internacional de Mulheres de 2017, pois ela concretizou a explosão por ebulição de uma série de protestos de mulheres e feministas em várias partes do mundo como vanguarda da resistência aos efeitos da crise econômica capitalista de 2008 e suas especificidades nacionais. Nesse sentido não basta debater a perspectiva anticapitalista ou antineoliberal, mas qual estratégia e quais sujeitos centrais para a transformação estrutural e revolucionária da sociedade capitalista como uma premissa fundamental diante desta nova onda. Isso porque os interesses das mulheres trabalhadoras, da pequena burguesia ou das burguesias nacionais, que são sócias menores do capital financeiro e no contexto de crise chegam a perder pelas grandes concentrações de capital financeiro (mas vivem da exploração do trabalho de outras mulheres), não podem estabelecer um consenso a partir de uma mesma perspectiva política contra o 1%.

O que nos faz refletir sobre o debate de estratégia em relação ao enfrentamento contra as classes dominantes e o próprio Estado e a relação disso com a escala geográfica, é que os movimentos sociais têm, como o movimento feminista, a capacidade de criar e recriar ativamente as escalas da ação coletiva. De acordo com essa afirmação a professora da Universidade de Ottawa, Dominique Masson (2006) diz que

Desse modo, não só eles se ligam com frequência às “constantes escalas” existentes ou ao reescalamento de projetos de atores estatais e econômicos dominantes, mas também podem desenvolver sua(s) própria(s) lógica(s) relativa(s) ao desdobramento da escala, engendrando-as novamente ou alinhando-se com escalas (definidas de várias maneiras) de, por exemplo, pertencimento e identidades, dano ambiental ou justiça social (Kurtz, 2003; Torres, 2004; Silvern, 1999). Procurar a abordagem construtivista para a escala, sugerida pelos novos desenvolvimentos em geografia política e humana, chama nossa atenção para processos como escalonamento e reescalamento da ação coletiva e, em particular, para a construção da escala do “transnacional”, por meio da ação do movimento social e dentro dela. (MASSON, 2006, p.447).

A autora também chama atenção para uma relação, que ao nosso ver tem um sentido dialético, sobre a ação coletiva dos movimentos sociais no espaço. Ela afirma que se os processos e relações sociais que conformam as atividades e a organização dos movimentos

sociais não só se estendem pelo espaço mas dele dependem, então o espaço e outras dimensões espaciais de ação coletiva são efetivamente importantes para o estudo das políticas dos movimentos: essas dimensões espaciais fazem parte da explicação.

Masson (2006) também traz um elemento interessante sobre como a nova literatura geográfica aborda “o tema da escala e o reescalonamento”, que primeiro é importante ver a escala como uma propriedade espacial das relações sociais, e essas não só se estendem dentro do espaço

(...) os diferentes processos econômicos e políticos que organizam as relações sociais e a vida social se abrangem por diferentes (e variáveis) extensões do espaço. A difusão dessa abrangência é sua escala. O principal ponto a reter-se dessa formulação é que a escala não deve ser pensada dentro de um vazio ou abstratamente, mas sempre como uma dimensão dos processos sociais. (MASSON, 2006, p.447)

O chamado à greve internacional de mulheres mostra que a escala transnacional não existe apenas para ser usada como qualquer outra escala de ação coletiva, mas ela tem que ser construída, materialmente e discursivamente, para possibilitar a ação do movimento de mulheres internacionalmente (MASSON, 2006). No contexto de crise econômica e de ascenso de governos de extrema-direita e misóginos como de Donald Trump, o feminismo liberal demonstrou sua incapacidade de enfrentar as investidas desses governos. Nesse sentido, o surgimento nos Estados Unidos da América, o chamado para construir um novo “feminismo para 99%”, que identifica no binômio "patriarcado-capitalismo" a fonte dos problemas que afetam a maioria das mulheres, é algo sintomático em como encarar a luta das mulheres numa perspectiva anticapitalista. Ao mesmo tempo são esses mesmos setores que apontam com maior determinação o caráter necessariamente internacionalista do movimento das mulheres. D’atri e Murillo (2017) afirmam que

(...) essa é uma retomada da idéia de ações coordenadas internacionalmente como as que foram protagonizadas o movimento anti-globalização ou como aconteceu com marchas contra guerra do Iraque em 2003, e retomam a ideia da greve como a melhor ação para se fazer ouvir as reivindicações. Essa ideia ainda mostra uma série de limitações na prática, como foi visto na forma das paralisações nos diferentes países, mas também abre muitos debates sobre a forma de torná-lo eficaz (D’ATRI; MURILLO, 2017).

Esse potencial de um novo feminismo que traz a possibilidade para recuperar a tradição da aliança entre o movimento de mulheres e a classe trabalhadora em um país imperialista como os Estados Unidos da América traz a possibilidade fortalecer uma ala anticapitalista dentro deste novo movimento de mulheres. Assim como em países como a Argentina, Chile e outros países, a linguagem anticapitalista reconstitui as reuniões do

movimento das mulheres, seus manifestos e mobilizações. Ou seja, essa perspectiva anticapitalista que também pode-se considerar uma pauta que se desdobra em outras pautas nacionais e regionais, faz com que a transnacionalização do movimento seja um processo de construção de possibilidade real da escala geográfica transnacional. Masson (2006) afirma que:

Essa transnacionalização envolve todas as relações sociais que constituem a ação coletiva, que devem ser estendidas para além dos limites nacionais e concretamente estabelecidas de modo mais ou menos institucionalizado para conectar os participantes transnacionais (indivíduos e organizações) por extensões espaciais mais amplas que as anteriores, a fim de habilitar uma ação política além das fronteiras. Se a escala for uma dimensão de processo, então os processos cruciais da ação coletiva, como organização, mobilização e reivindicação de um movimento têm de ser construídos, na sua materialidade assim como no discurso, em escala transnacional (MASSON, 2006, p. 448).

A burguesia em ascensão conseguiu unir diferentes ilhas de poder nacional numa hegemonia global (SMITH, 2000) e isso fez com que envolvidos integralmente estavam não somente projetos de dominação de classe, mas também de opressão- em especial, mas não exclusivamente, com base em gênero e raça: as forças de trabalho do terceiro mundo são compostas, em larga medida, não apenas de trabalhadores como se fosse uma classe que não tivesse identificação de gênero e raça, mas de mulheres trabalhadoras, trabalhadores negros e trabalhadoras negras, por exemplo. Smith (2000) sobre isso diz que

Essas histórias entrelaçadas de conquista- escravidão, roubo, negação do direito de propriedade, privação de direitos civis- buscaram conter as incipientes lutas sociais numa escala geográfica mais baixa, como por exemplo, as lutas pelo corpo ou pelo nacionalismo, ao mesmo tempo em que afirmavam as pretensões globais do capitalismo (SMITH, 2000, p.155).

Neste sentido a Greve Internacional de Mulheres e o chamado ao feminismo dos 99% emergem como oposição ao poder global contemporâneo fazendo com que comece com inspiração local mas que tem um potência global como já afirmamos, o que torna concreta a possibilidade de um “salto escalar”. Hoje um movimento feminista anticapitalista obriga a reconsiderar o sujeito político, sem as mulheres assalariadas que compõem metade da classe majoritária da sociedade não há destino. Além disso, se não é a classe trabalhadora - suas mulheres, mas também os homens - a agitar as bandeiras da emancipação dos oprimidos em sua luta contra o capital, o anticapitalismo não passará de uma expressão de desejos apenas.

Essa breve reflexão sobre a produção das escalas que se relacionam com as pautas do movimento de mulheres e a relação entre essas escalas foi uma tentativa de entender como, não apenas o significado da escala material trabalhada e retrabalhada como paisagem, mas também como abstração para entender as relações sociais (SMITH, 2002). Smith (2002)

afirma que tem sido sugerida uma conexão sistemática entre a divisão do trabalho e o capital e as divisões dentro da escala geográfica. E que apesar de que o esquema que apresenta a ênfase está nas “escalas de capital”, é importante lembrar que é incomum que uma escala geográfica seja simplesmente imposta desde cima.

La construcción de la escala geográfica también resulta de y contribuye con la lucha social basada (y problematizada) en la clase, el género, la raza y otras diferencias sociales. En cuanto los límites de la escala, por ejemplo los de las localidades y los nacionales, contienen literalmente conflictos locales y nacionales respectivamente, la escala se construye en ambos casos como la tecnología e ideología de capitalismo (SMITH, 2002, p. 143).

Pensar nas diferentes escalas que envolvem a luta e as pautas do movimento de mulheres ou movimento feminista como produto das relações sociais na perspectiva que apresenta Smith, expressa a diferenciação mais elementar do espaço geográfico e é em toda sua extensão um processo social. Nesse sentido também é possível identificar que as distintas escalas se relacionam nas diferentes relações sociais numa sociedade específica, a sociedade capitalista. Então apesar das escalas apresentarem uma diferenciação elas se estabelecem através da estrutura geográfica de interações sociais em que a desigualdade de gênero é funcional para a dominação de classe seja pelo controle do corpo, seja na divisão sexual do trabalho. E a relação indissociável capitalismo-patriarcado legitima e sustenta a violência machista, também funcional para manter os atrasos culturais dentro da classe trabalhadora em que na escala da casa as relações de gênero também possam servir como forma de obtenção do lucro com a dupla jornada de trabalho. Fazendo com que, as tarefas domésticas recaiam sob os cuidados das mulheres e assim retire a responsabilidade do Estado ou de empregadores/empresários, que pagam salários baixos insuficientes para a reprodução da vida.

Mas também a produção da escala pode se desenvolver a partir luta emancipatória das mulheres, fazendo com que ocorra o salto escalar, como demonstra o potencial papel que a Greve Internacional de Mulheres poderia cumprir no sentido de quebrar os limites de escalas existentes para que sejam *re-estabelecidos* e *re-desafiados* a um nível muito mais alto para que possam comandar o espaço em outra perspectiva de sociedade. Smith (2002: 144) diz que uma política especializada é “superar a dominação social exercida através da construção exploradora e opressiva da escala, e reconstruir a escala e as regras através das quais a atividade social constrói a escala. A renegociação da competição e cooperação política, tanto como a economia, é simultaneamente uma reconstrução da escala geográfica”.

CONCLUSÃO

A busca para uma reflexão sobre o significado do que a Primavera Feminista abriu para a luta das mulheres no Brasil não pode se fazer fora do contexto político e econômico atual que vivemos. A situação nacional no período de 2015 a 2018 está marcada pelo desenvolvimento do que viria ser o golpe institucional, expressões reacionárias e de retiradas de direitos das mulheres e da classe trabalhadora, mas por outro lado de resistência de setores da classe trabalhadora como a demonstração de disposição para enfrentar essas políticas, como a greve geral que ocorreu dia 28 de abril de 2017.

No que diz respeito às questões democráticas e direitos civis, um dos exemplos é o direito ao aborto que é atacado até em casos já legalizados. No mesmo contexto, os políticos que atendem aos interesses capitalistas tentam retirar direitos trabalhistas das mulheres e dos trabalhadores em geral com a reforma trabalhista já aprovada e com a reforma da previdência, que no momento saiu de pauta na Câmara de Deputados Federal devido à conjuntura nacional marcada já pelos possíveis cenários eleitorais.

É importante ressaltar que a Primavera Feminista e todo ativismo de um “novo feminismo” que surgiu nas redes e nas ruas, principalmente protagonizado por jovens, mostra um potencial muito grande, que não apenas se expressa no Brasil, mas também em vários países do mundo. Em todo esse processo pode-se constatar que não é atribuído apenas ao papel das redes sociais, mas também aos efeitos na vida das mulheres do contexto político e econômico em escala nacional e global.

O significado de o movimento ser parte de uma greve internacional de mulheres expressa por um lado, como o patriarcado oprime enquanto um sistema cultural de desigualdade de gênero em várias partes do mundo. Mas, também diante das diferentes formas que o capitalismo adota para exercer sua exploração de acordo com a cultura local, e pela forma como o Estado nacional atua num mundo globalizado que em momentos de crise também busca saídas. Neil Smith (2002) faz uma indagação coerente no sentido de que o slogan “pensar globalmente, atuar localmente” é pouco ambicioso e conservador, pois a direita (e os capitalistas) atua globalmente, mas segundo o geógrafo há que se questionar porque a esquerda não.

O racismo, exploração de classe, o sexismo e outras formas de opressão- nenhuma delas fundamentalmente “ocorre” básica e simplesmente nas localidades. Os casos específicos de racismo, para tomar um exemplo, obviamente ocorrem em “localidades”, se isso significa em lugares concretos. (SMITH, 2002, p.139)

Observa-se que a globalização ao mesmo tempo em que aprofundou as desigualdades sociais localmente e entre Estados, e sob a forma de uma política neoliberal aprofundou a precarização do trabalho feminino, também permite uma aproximação com o desenvolvimento da tecnologia e a fluidez da informação e possibilidades de articulação em maior escala em tempos mais curtos. Também permite enxergar inimigos comuns como o avanço de governos de direita pautados por uma agenda conservadora e a serviço dos grandes capitalistas e do imperialismo.

A luta das mulheres mostra na atualidade do mundo globalizado, o questionamento de como diz SMITH (2002), de como construir conceitualmente as localidades e a diferença geográfica como foco de investigação e como elas se relacionam com outras escalas de diferença geográfica. O autor diz que “(...) o perigo não é outro que o discurso social se volte universalmente antiteórico ou antiglobal”.

Neste sentido faz-se necessária a reflexão de como as pautas expressas pelo movimento de mulheres se insere na lógica do capitalismo atual e como se expressam as demandas das mulheres com sua diversidade numa luta contra o sistema.

A crise econômica internacional que atinge países da América Latina combinada ao golpe institucional no Brasil, e ao questionamento dos partidos tradicionais diante dos escândalos de corrupção expressa, que direitos que são conquistados por meio da luta estão ameaçados de serem retirados e reformas trabalhistas aprofundam ainda mais a exploração capitalista para garantir a extração de mais-valia.

Neste sentido é preciso também fazer o balanço que apontam Nancy Fraser e Andrea D’Atri (2017), que as décadas de neoliberalismo comprovaram que não garantiram os direitos elementares das mulheres, ainda que se tenha avançado em reconhecer por parte de órgãos internacionais as demandas das mulheres e aprofundado o debate sobre as políticas públicas.

Mas, do ponto de vista do movimento feminista internacional, parte dele que foi protagonista das décadas de 1960 e 1970 da conhecida segunda onda, passou da insubordinação contra o sistema à institucionalização. Processo esse acompanhado do neoliberalismo e sua agenda, que exaltava os novos sujeitos sociais, como os movimentos sociais, e abria-se inclusive o debate sobre o sujeito revolucionário, questionando o papel da classe trabalhadora. Este debate foi bastante vivo na academia assim como entre os partidos políticos e movimentos sociais.

Apesar dos anos 2000, principalmente na América Latina, ter chegado ao poder governos pós-neoliberais que avançaram em políticas públicas em defesa dos direitos das

mulheres, a base de vida das mulheres não teve transformações estruturais, e foram governos marcados com a conciliação de bancadas e políticos conservadores.

E com a crise capitalista em curso desde 2008, se tornou cada vez mais profunda a contradição entre a ampliação de direitos conquistada e a materialidade da vida cotidiana da maioria das mulheres, ou seja, das mulheres trabalhadoras, principalmente no países desenvolvidos e países semicoloniais em desenvolvimento. No entanto, o avanço da ampliação de direitos conquistados teve como consequência o aumento das aspirações a uma vida melhor das mulheres, e essa contradição com a vida material aprofundou a raiva colocando as mulheres em movimento por seus direitos em diversas partes do mundo.

D'atri e Murillo (2017) afirmam que com a explosão da crise econômica e suas consequências sociais ficou mais perceptível que a *igualdade perante a lei, não é ainda igualdade frente à vida* e nessa brecha entre as leis e a vida estão as mulheres. Por isso a Primavera Feminista no Brasil e tantas expressões de um ativismo do movimento feminista e de mulheres, e o despertar de jovens na luta pela igualdade de gênero, são parte de um fenômeno internacional em que as mulheres se colocaram na vanguarda contra as mazelas que a crise econômica impôs e retrocessos nos direitos das mulheres.

As Jornadas de Junho em 2013 são um prelúdio desse sintoma, assim como a Marcha das Vadias questionou mais uma vez a falta de liberdade e autonomia sobre o próprio corpo. Todo esse cenário deve ser considerado para pensarmos a etapa que se abriu e permitiu a ascensão da Primavera Feminista assim como o surgimento das pautas que se popularizaram entre uma nova geração e também chega às diferentes classes, ainda que seja inegável o fato de que, as demandas e necessidades imediatas sentidas pelas mulheres trabalhadoras e as que vivem nas periferias e favelas, não são as mesmas de muitas jovens universitárias de classe média que compõe os atos.

Entre as entrevistas realizadas surgiu um consenso da importância de ir até o lugar dessas mulheres, assim como a rua ser palco tanto das demandas que envolvem a questão de gênero como a questão da luta de classes.

Mas, também se pode observar que em muitas das manifestações também surgiram as pautas políticas, a Primavera Feminista não focou apenas no direito ao aborto, mas reivindicava o “Fora Cunha”, detectando claramente que tanto o fato de sua autoria ao PL 5069 era motivo de pedir sua saída, assim como o momento político de debates sobre a corrupção e o regime político também era parte mais geral de influência aos atos.

No Rio de Janeiro, os dois últimos Oito de Março foram marcados pela abertura dos atos composta de mulheres negras expressando a realidade dessas mulheres que conformam

importante parte da população carioca e que estão na sua maioria em postos de trabalho precários e vivem nas favelas cariocas. Também foi eixo do Oito de Março do ano de 2018 a exigência de saída da intervenção federal e denúncias de violência policial,

Percebe-se ao analisar as entrevistas de ativistas de diferentes grupos e gerações, que as pautas históricas de gerações passadas do feminismo que fizeram parte da “segunda onda” se mantêm vivas, como o direito ao aborto e contra a violência sexual. A reivindicação do direito ao controle do próprio corpo também se impôs no espaço público com palavras de ordem “Meu corpo, minhas regras”, assim como mulheres, na sua maioria jovens, expondo os corpos nus, pintados, evidenciavam a ação decisiva de garantir este controle. O corpo como uma escala, se colocou como um campo de luta nas ruas não apenas como o ato de ocupá-las, mas também como autonomia e decisão pelos próprios corpos.

Como o lugar da reprodução biológica, o corpo tem necessidades específicas – que são igualmente sociais – em definição e distribuição. Como lugar do prazer e da dor, também tem vontades, desejos e medos, e é o órgão biológico em torno do qual as definições de doença e saúde são construídas. O cuidado com o corpo, o acesso físico ao corpo e pelo o corpo e o controle sobre o corpo são as avenidas centrais da disputa nessa escala. Se as mulheres não monopolizam necessariamente a escala do corpo, como Beauvoir sugere, as disputas nessa escala são, todavia dominadas pelo gênero. As políticas do aborto, do estupro, da prostituição, da reprodução e dos cuidados com o corpo (a provisão e a preparação da comida, roupa, abrigo, calor, beleza) concentram-se no acesso ao corpo das mulheres, no trabalho que as mulheres fazem com seus corpos e a fronteira entre o controle individual e estatal sobre o corpo. (SMITH, 2000, p.145)

Quando pensamos em estudar nesta dissertação as pautas do movimento feminista no Rio de Janeiro após a Primavera Feminista, tínhamos o objetivo de entender suas reivindicações e como em uma metrópole com as características do Rio de Janeiro se colocava os problemas e direitos reivindicados pelo movimento feminista.

Também se pode observar que o lugar das manifestações tem um significado simbólico coletivo que rememora as lutas históricas na cidade e reivindicativas em conflito com o Estado e o poder legislativo e executivo.

O peso do patriarcado e a capacidade do capitalismo em se utilizar do machismo para melhorar seus mecanismos de dominação sempre coloca a luta das mulheres em uma encruzilhada. Da necessária constatação de que é fundamental lutar contra a opressão às mulheres, à conclusão de que esta luta só será efetiva se for contra o Estado capitalista há décadas de controvérsias entre o movimento feminista.

A realidade de crise econômica, política e a violência machista apontam para a importância do debate no movimento de mulheres, sobre qual a estratégia necessária para nortear a luta contra toda forma de opressão e violência contra as mulheres de forma que se

possa alcançar a verdadeira emancipação. O potencial do movimento feminista brasileiro numa cidade como o Rio de Janeiro, fragmentada e articulada, coloca a necessidade de aprofundamento do debate estratégico no seio das organizações e movimentos.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. **Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 240p. (Coleção Mundo do Trabalho). 2015.
- ABREU, M. de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. IPP, 4ª edição, 2013.
- ALBAMONTE, E. e MAIELLO, M. **Nos limites da restauração burguesa**. In: Revista Estratégia Internacional, vol.5. São Paulo, Edições Iskra, julho 2011.
- ANDRADE, R. G. N., VAZ DE MACEDO, C. M. **Cinelândia: território de socialidade, movimentos políticos, sociais e culturais**. HumanÆ. Questões controversas do mundo contemporâneo. v 11, n. 2 (Ano, 2017) ISSN: 1517-7606
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3. Ed. Boitempo Editorial, 2000.
- ARAÚJO, C. **Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero**. Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 65-70.
- ASSUNÇÃO, D. **A precarização tem rosto de mulher: a luta das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da USP**. 2ª ed. São Paulo: Edições Iskra, 2013.
- ASSUNÇÃO, D. e D'ATRI, A. **Feminismo e Marxismo**. São Paulo: Edições Iskra, 2017.
- ASSUNÇÃO, D. e VALLE, F. **Feminismo como nicho de mercado e a cooptação capitalista**, p.31-41, in ASSUNÇÃO, D. e D'ATRI, A. **Feminismo e Marxismo**. São Paulo: Edições Iskra, 2017.
- BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: um Haussmann tropical; a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990.
- BLAY, E. e AVELAR, L. (org.). **50 Anos Feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A Construção das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2017.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J.. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas**. in Ciências Sociais Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.
- BRITO, P. C. de S. **“Primavera das Mulheres”: internet e dinâmicas de protesto nas manifestações feministas no Rio de Janeiro**. 2015. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro. 2017. Dissertação de Mestrado.
- BRUEGEL, I. **Cities, women and social class: a comment**, Antipode, 5, pp. 62-65. 1973.

BURNETT, P. **Social change, the status of women and models of city form and development.** Antipode, 5, pp. 57-62. 1973

CARLOS, A. F. A. **Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico.** In. CARLOS, A.F.A., SOUZA; M.L. de; SPOSITO, M.E.B. Org(s). A produção do espaço urbano: agente e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73

CARLOS, A. F. A. **O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade.** GEOUSP – Espaço e Tempo São Paulo v. 18 n. 2 p. 472-486, 2014.

CASTRO, I. E. de. **Escala e pesquisa na geografia. Problema ou solução?** Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 4, N.1, p. 87-100, 2014. ISSN 2237-3071

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, M. **Communication power.** Oxford: Oxford University Press, 2009.

CORREA, R. L. **O espaço urbano, notas teóricas-metodológicas.** GEOSUL, V.88, n.15, Florianópolis, 1993.

DA SILVA HENRIQUE, Juliana. **Violência de gênero e resolução de conflito: A experiência dos movimentos autônomos na Argentina, Brasil e México.** Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, USP, São Paulo, 2016.

D’ATRI, A. **Feminismo y Marxismo: más de 30 años de controversias.** In: CEME – Archivo Chile, v. 3, 2004.

D’ATRI, A. e MURILLO, C. **8 de março: quando a terra tremeu!** In: <https://www.esquerdadiario.com.br/8-de-marco-quando-a-terra-tremeu>, 2 de junho de 2017. (acesso: 10 de Junho de 2017).

D’ATRI, A. **Pão e Rosas: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo.** São Paulo, Edições Iskra, 2017.

DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo.** Nova Fronteira, 2014.

DÍAZ VIO, J. P. **Rio de Janeiro, transformações urbanas, discurso e cultura popular: entre a modernização e a cidade espetáculo.** Universidade Federal Fluminense Instituto de Arte e Comunicação Social. Programa de Pós-graduação in Cultura e Territorialidades. Dissertação de Mestrado. NITERÓI. 2016

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade e do Estado.** 6ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

FAVRE, P. **La manifestation.** Presses de la Fondation nationale des Sciences politiques, 1990.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa.** São Paulo: Elefante, 2017.

FELIX, M. C. S. **A apropriação pelo capital do trabalho informal feminino na venda direta da empresa Avon.** In: 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero. 2012.

GALETTI, C. C. H. **Corpo e feminismo: a “Marcha das Vadias” de Campinas, São Paulo.** Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais Departamento de Sociologia. Brasília, Dissertação de Mestrado. 2016

GARCIA, M. F. **A Luta pela Terra sob enfoque de gênero. Os lugares da diferença no Pontal Paranapanema.** Tese de Doutorado em Geografia, Unesp, Presidente Prudente, 2004.

GONDIM, L. M. P. **Aglomerado subnormal, comunidade, ocupação, assentamento precário – “diga lá, o que é, o que é?”** In: SILVA, Jailson (Org.). O que é favela, afinal? Rio de Janeiro, Observatório das Favelas, 2009. Disponível em: <http://observatoriodefavelas.org.br/>. Acesso em: 16 jun. 2017.

GOLDMAN, W. **Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936.** São Paulo: Boitempo, 2014.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano.** São Paulo: EDUSP, 1993. p. 93-106.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2007

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

HELMS, J. **Old Women in America: the need for social justice.** Antipode, ti. 6-2, pp. 26-33. 1974.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KOLLONTAI, A. **A nova mulher e moral sexual.** Parma, 1979.

LANFREDI, L. **Os trabalhadores entram em cena em meio à crise do sistema político brasileiro.** Ideias de Esquerda. Número 1, maio de 2017. <https://esquerdadiario.com.br/ideiasdeesquerda/?p=199>

LEFEBVRE, H. **Espacio y Política: el Derecho a la Ciudad II.** Barcelona: Península, 1976.

LENIN, W. I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo.** São Paulo, Global, 1979.

LENIN, W. I. **O socialismo e a emancipação da mulher**. Rio de Janeiro: Vitória, 1956.

LIMA-LOPES, R. E. de; GABARDO, M. **Ni una menos: a luta pelos direitos das mulheres na Argentina e suas representações no Facebook**. Rev. bras. linguist. apl., Belo Horizonte, v. 19, n. 4, p. 801-824, Dec. 2019.

MACKENZIE, S. **Wotnen and the reproduction of labour power in tite industrial city: a case study**. University of Sussex, Urban and Regional Studies. Working Paper, n, 23.1980b.

MAGALHÃES, F. R. de. **As Manifestações no espaço público: a rua como lugar da expressão política**. Pensamento Plural | Pelotas [12]: 7 - 35, janeiro/junho 2013 (artigo de revista).

MARANDOLA JR., E. **Identidade e autenticidade dos lugares: o pensamento de Heidegger em Place and Placelessness**. De RELPHI, Edward in GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 41, n. 1, p. 5-15, jan./abr. 2016. (Artigo de revista).

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Boitempo editorial, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Boitempo Editorial, 2015.

MARTÍNEZ, A. S. **La mujer en la investigación geográfica**. Anales de geografía de la Universidad Complutense. No. 4. Servicio de Publicaciones, 1984.

MASSON, Dominique. **ESCALA GEOGRÁFICA E TRANSNACIONALIZAÇÃO: análise sobre movimentos sociais e de mulheres**. Caderno CRH, v. 19, n. 48, 2006.

MCDOWELL, L. **Gender, Identity and Place**. Understanding Feminist Geographies. Minneapolis: University of Minnesota, Press, 1999.

MCDOWELL, L. **Women's place, women's space: reply**. *Area*, n. 11, pp.50 - 51.1979.

MICELI, B. S. **O desenvolvimento do espaço urbano do Rio de Janeiro: principais observações a partir do Paço da Cidade**. Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza – CCMN; Laboratório de Cartografia (GEOCART). Departamento de Geografia - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica- Maio/2011

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOREIRA, R. **Uma ciência das práticas e saberes espaciais**. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 13, n. 2, págs. 26-43, jul. – dez. 2017.

MOREIRA, R. **Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo**. Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas. ISSN 1981-3732. <http://www.uff.br/etc>. 1º de Junho de 2007, n° 1(3), vol. 1

MOREIRA, R. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. In: Milton Santos. (et al.). Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 3a edição. p. 72-104.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Autores Associados, 2004.

NOGUEIRA, C. M. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. Expressão Popular, 2006.

NOVACK, G. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade**. São Paulo: Rabisco, 1988.

OBERHAUSER, A. M.; RUBINOFF, D.; DE BRES, K.; MAINS, S.; and POPE, C. **“Geographic Perspectives on Women” in Geography in America at the Dawn of the 21st Century**. Gary L. Gaile and Cort J. Willmott, eds. New York: Oxford University Press, 2003.

ORNAT, M. J. **Sobre espaço e gênero, sexualidade e Geografia Feminista**. Terr@Plural, Ponta Grossa, 2 (2): 309-322, jul./dez., 2008.

PEREIRA, M. A. **Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital**. Trabalho apresentado no IV Encontro da Associação dos Pesquisadores Brasileiros em Comunicação e Política (Compolítica).

Realizada no Rio de Janeiro, de 13 a 15 de abril de 2011, p. 1-26. Acesso em 11/06/2017.

Disponível em:

<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/MarcusAbilio.pdf>.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo, Perseu Abramo, 2003.

PESSANHA, L. A. **A celebração dos conceitos de lugar e símbolo na geografia humanística**. In Revista Percurso - NEMO Maringá, v. 8, n. 2. p. 111- 135, 2016 (artigo de revista)

REIS, M. L. **Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço**. Espaço e Cultura 38 (2015): 11-34. 2015.

RODRIGUEZ, E. C. B. **Cidade do Rio de Janeiro: Indicadores Censitários – raça e cor – na conformação do espaço urbano**. Dissertação de Mestrado - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca- CEFET/RJ. Programa de Pós-graduação em Relações Etnicorraciais. Rio de Janeiro. Dezembro. 2015.

ROSE, G. **Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge**. Cambridge: Polity Press, 1993.

ROSSINI, R. E. **Contribuições ao estudo do êxodo rural no Estado de São Paulo..** Tese de Doutorado – Programa de Pós Graduação em Geografia. SP: USP, 1975.

ROSSINI, R. E. **As geografias da modernidade – Geografia e gênero – Mulher, trabalho e família. O exemplo de Ribeirão Preto – SP**. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, n. 12, p. 7-26, 1998.

SABATÉ MARTÍNEZ, A. S; RODRÍGUES MOYA, J. M.; DÍAZ MUÑOZ, M. **Mujeres, espacio y sociedade: hacia una geografia del género**. Madrid: Editora Sintesis, 1995.

SADER, E. (Ed.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Boitempo Editorial, 2015.

SAFFIOTI, H.; BONGIOVANI, I. **A mulher na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, E. de O.; CARNEIRO DA SILVA, F. A. **Revisitando o conceito de escala na geografia**. Boletim Geográfico. Maringá, v. 32, n. 3, p. 16-27, set.- dez., 2014

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Livraria Nobel, 1987

SANTOS, M. **Por Uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. 8ª. reimpre. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia à geografia crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1990.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 3. Ed. São Paulo: Editora Nobel, 1993.

SILVA, J. M. **Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica**. Revista de História Regional, Ponta Grossa, 2003.

SISSON, R. **Espaço e poder: os três centros do Rio de Janeiro e a chegada da corte portuguesa**. Arco, 2008.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil na análise histórica**. In: Educação e realidade. Porto Alegre, Julho-Dez, 1986.

SOARES, V. **Muitas faces do feminismo no Brasil. Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 33-54, 1998.

SOLYSZKO. I. **Coisas que você precisa entender sobre a cultura do estupro**. Acesso em 27 nov.2017. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/06/6-coisas-que-voce-precisa-entender-sobre-cultura-do-estupro.html>.

SILVA, J. M. **Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano**. Geosul (UFSC), v. 22, p. 117-134, 2007.

SILVA, S. M. V. **Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações**. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona; nº 262; 2000.

SILVA, S. M. V. **A perspectiva feminista na geografia brasileira**. In: Geografias Subversivas- discurso sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: PR, TODAPALAVRA, 2009.

SISSON, R. E. F. **Espaço e Poder - Os três centros do Rio de Janeiro e a chegada da Corte Portuguesa**. Arco (editora). 1ª edição / Rio de Janeiro 2008

SMITH, N. **Geografia, diferencia y políticas de escala**. Revista Terra Livre. Publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Terra Livre São Paulo Ano 18, n. 19 p. 1-296 jul./dez. 2002.

SMITH, N. **Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção da escala geográfica**. In: ARANTES, A. A. (Org.). O espaço da diferença. São Paulo: Papyrus, 2000.

SPITARELE, A. C. R. **Geografia e gênero: considerações sobre a produção acadêmica Brasileira**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Rio Claro, 2013.

STANISKI, A.; PIREHOWSKI D.; KUNDLATSCH, C. A. **O conceito de lugar e suas diferentes abordagens**. In Revista Perspectiva Geográfica ISSN 1981 – 4801 Unioeste V.9, N.11 2014.

VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano**. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos, 3, 75-103. 2000.

TAKARA, S. **Gênero e blog: problematizações dos discursos de professoras e professores**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Maringá, 2013.

TONELO, I. **A Crise Capitalista e Suas Formas**. In Marx, Lênin e a época imperialista. São Paulo: Edições ISKRA, 2016.

TROTSKY, Leon. **Questões do modo de vida: a moral deles e a nossa**. Sundermann, 2009.

TROTSKY, Leon. **A revolução traída**. Sundermann, 2005.

ZELINSKY, W.; MONK, J. y H. **Women aud geography: a review aud prospectus**. Progress in Human Ceograpity, (en prensa). 5. 1982.

APÊNDICE A – Termo de Autorização de Uso de Entrevista**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE ENTREVISTA**

Eu,(entrevistada).....

RG....., abaixo assinada, autorizo Rita Helena Miranda Cardia, estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Centro de Tecnologia e Ciências - Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), RG 32.981.637-8, a utilizar as informações por mim prestadas em entrevista, para a elaboração de sua Dissertação de Mestrado, que tem como título “As pautas do movimento feminista na cidade do Rio de Janeiro de 2015-2018: as possíveis escalas de abordagem” e está sendo orientado por/pela Prof.(a.) Dr.(a.) Mônica Sampaio Machado do PPGeo/UERJ.

Rio de Janeiro, de fevereiro de 2018 .

(Assinatura da entrevistada)

APÊNDICE B – Entrevistas com Lideranças dos Movimentos de Mulheres**ENTREVISTADA: ELEUTÉRIA AMORA DA SILVA
COORDENADORA DA “CASA DA MULHER TRABALHADORA” CAMTRA**

Rita: Eleutéria, primeiro eu queria que você se apresentasse e contasse um pouco do seu histórico de militância, e profissional também, que é interessante. Eleotéria? Você não conseguiu escutar.

Eleutéria: Não, a pergunta não.

Rita: Eu falei que primeiro seria interessante você se apresentar e falar um pouco do seu histórico profissional e de militância.

Eleutéria: Bom, eu sou Eleotéria Amora da Silva e sou coordenadora da “Casa Mulher da Trabalhadora”, (CAMTRA), sou professora de história e fiz especialização em políticas públicas há 20 anos. Eu moro no Rio há 30 anos. Antes de vir morar no Rio, eu sou do Ceará, já morava na capital e fui militante do MR8, e depois, quando eu sai de lá, em 1987, fui para Brasília e lá dei aula, e em Fortaleza também eu já dava aula, dei aula e depois vim morar no Rio. Interessei-me por um militante do MR8 também e vim morar aqui no Rio com ele. Eu já tinha uma filha, e oito anos depois que eu vim para cá para morar com ele e me separei e já tinha mais duas filhas que são Iara, Yasmim e Iris.

A Iara é de Fortaleza e uma das razões que eu saí de Fortaleza era para conseguir trabalhar e sustentar a minha filha. Já que a Iara é filha também de outro militante que era do MR8. Então, era um desafio e sempre foi um desafio sustentar as filhas. Eu vim morar aqui no Rio e comecei a dar aula e dei aula em várias escolas. E chegou o momento que eu resolvi me separar desta pessoa quando vim morar aqui. Então eu percebi que eu tinha que dar aula, pois ficava complicado com três filhas. Então eu acabei tentando criar um grupo de mulheres, que a gente pudesse deixar as filhas na escola. Só que cada uma ficaria com as crianças um tempo, um dia ou dois, enquanto a outra trabalhava. Na verdade, a CAMTRA vem desta iniciativa.

Então a minha primeira militância mesmo, é uma militância através do teatro amador, eu fui secretária estadual do teatro amador do Ceará, fui tesoureira do teatro amador, lá em Fortaleza. E eu participava de um grupo de teatro. Depois neste ínterim eu conheci o MR8, as resistências que a gente poderia estar fazendo para consolidar a Democracia, consolidar o período pós-golpe, situação crítica, e esta era a minha militância no MR8. E ao vir para o Rio, eu procurei voltar a militar, mas eu tinha que trabalhar para me sustentar, porque meu

companheiro era profissionalizado do partido no MR8 e não recebia. Então alguém tinha que trabalhar, e talvez a Casa da Mulher Trabalhadora esteja muito ligada o tempo todo, por ser uma nordestina e vir para cá e ter que me virar muito para conseguir sustentar as meninas e até hoje este é um dos meus maiores desafios.

A CAMTRA é uma ideia que foi se transformando em Casa da Mulher Trabalhadora. No início, este pequeno grupo que poderia ajudar a outra, que acabou não dando certo e a gente viu que a gente precisava mesmo era de creche e não tinham vagas. Para a gente deixar, no momento e nas condições que a gente precisava. É um pouco esta, a luta. Hoje eu vou completar 62 anos, as meninas já estão criadas, mas ainda estão na faculdade e precisam que eu conclua esta parte. E contribuindo com a formação da nova geração, que aí está, e que trabalha e que luta e que está na resistência. Eu acho que a CAMTRA investe muito na formação e acho que nós vamos fazer isso cada vez mais, assumindo novas sujeitas, dando visibilidade às mulheres negras, às mulheres portadoras de deficiência, às trans, às lésbicas. Eu acho que a gente mesmo trabalhando com as mulheres na sua diversidade, e esta é minha autocrítica, a gente precisa dar visibilidade a estas companheiras que estão na luta. Então é um pouco isso, a minha trajetória, uma trajetória de uma mulher muito simples e de posições firmes e que acredita na luta.

Rita: Eleutéria, tendo em vista que o movimento feminista foi retomado com mais força, e a gente sabe que ele nunca deixou de fato as ruas, mas tendo em vista que ele foi retomado, as ruas e os atos mais expressivos, não só nacionalmente, mas internacionalmente também, se vê uma explosão das mulheres saindo em vários países, inclusive, países imperialistas. Basta ver como foi a posse do Trump e a greve das mulheres. Ou seja, em vários lugares do mundo e aqui vimos desde o movimento “Fora Cunha”, eu queria que você falasse um pouco de quais são as pautas atuais, deste movimento que vem vindo, como você enxerga e quais as principais pautas hoje das mulheres?

Eleutéria: Bom, eu estou aqui olhando para a foto da Marielle e hoje isso é muito marcante, mas acho que as principais pautas nossas, passam primeiro pelo reconhecimento das mulheres como pessoas portadoras de direito. Primeiro a gente precisa continuar vivas, as mulheres ou são mortas pelos ex-maridos, esfaqueadas pelo marido, porque nós contrariamos algum companheiro ou alguém que está próximo à gente, ou até numa luta por direito, e de denúncia de violação de direitos, e estão tirando as nossas vidas. Então eu acho que primeiro, nós temos que continuar juntas e vivas. E segundo nós temos pautas imensas do feminismo para avançar.

A legalização do aborto, que coloca as mulheres todas como criminosas, como potenciais criminosas, como potenciais pessoas que vão cometer um crime. E nós sabemos que as mulheres que mais morrem são as negras, são aquelas que estão em situação mais vulnerável na sociedade. São as que vão procurar o serviço público, e muitas vezes procuram alguém que não tem um clínico, alguém que não tem capacidade técnica, e de conhecimento para realizar determinados procedimentos e acaba com isso indo para o serviço público de saúde. Quem fica lá, sem condições de ser atendida e ser criminalizada e dizendo que a mulher negra não tem dor, são as mulheres negras, são elas que vão morrer. Então é assim, o Estado Brasileiro é criminoso e tem uma dívida imensa conosco, e nós precisamos lutar e reverter essa situação.

Este é um dos grandes desafios e acho que a questão da violência contra as mulheres também é um grande desafio. É um grande desafio, porque nós temos a Lei Maria da Penha, e os equipamentos de atenção às mulheres vítimas de violência, que não funcionam como deveriam funcionar. Nós temos um desafio entre nós de alargarmos a nossa compreensão do que é a violência contra as mulheres. E como nós vamos fazer com os homens que estão sendo encarcerados, por exemplo? Porque, ao mesmo tempo eu sou contra o encarceramento.

E por outro lado, entre nós, enquanto sociedade, nós não construímos outra alternativa de uma mulher que esta sendo esfaqueada, como foi esfaqueada agora no Shopping da Tijuca, para matar mesmo. O que a gente pode fazer com aquela pessoa que, pelo não da outra, quer apagar a vida dela. Acho que é um grande desafio da militância, é um grande desafio para a sociedade. Eu acho que passa pela educação, uma educação que não prioriza um gênero, uma educação que não seja racista, lesbofóbica, e nem transfóbica, que possa construir esta nova pessoa, sendo homens ou mulheres independentes da sua orientação sexual, mas livre nesta sociedade. Quando eu digo que, primeiro, as mulheres têm que ser reconhecidas como portadoras de direitos, eu estou falando exatamente desta coisa, de não ser reconhecida como gente, e eu “posso matar, é a minha propriedade e eu posso fazer o que eu bem entender a este ser”.

Rita: Na verdade, este caso da Tijuca eu nem estou sabendo, aconteceu agora?

Eleutéria: Acho que foi quinta ou sexta feira.

Rita: Mataram?

Eleutéria: Eu sei que foi mais de cinquenta facadas. Eu não sei exatamente.

Rita: Dentro do shopping?

Eleutéria: É dentro da Tijuca. E a polícia para segurá-lo o que o fez? Deu tiro no cara, uma coisa terrível.

Rita: Terrível. Eu queria saber uma coisa, vemos nos últimos anos que as redes têm cumprido um papel, mas existe todo um debate em torno disso. Porque a gente vê muitos atos sendo articulados a partir das redes, principalmente estes do movimento “Fora Cunha”. Existe um feminismo das redes também. Muitas campanhas, elas acabam fazendo com que chegue a um público maior, que se envolve inclusive nas campanhas virtualmente, das hashtag, mas isso não necessariamente se reverte em organização e mobilização nas ruas. Eu queria que você falasse um pouco como você vê isso. Se for uma contradição, se é uma complementação? Como você vê e qual a dificuldade?

Eleutéria: O que eu vejo? Mas, eu vou fazer 62 anos, talvez a minha visão vá perpassar por essa vivência. Eu vejo que tem um feminismo pautado pelas mídias sociais, eu acho que ele tem um papel muito importante. O que não pode acontecer, é a negação do que existia, porque nós só somos o que somos, porque tiveram antes outras, vieram outras antes de nós. E existe uma preocupação, porque as mídias sociais, nós devemos usá-las, mas nós não podemos perder de vista que elas nos usam, para nos conhecer, para o comércio. E ao mesmo tempo eu não posso jogar a minha estratégia de luta, de resistência de enfrentamento, toda nas mídias sociais. Eu acho que muitas de nós acabam fazendo isso.

E ainda têm mais, as companheiras, digamos, vão pensar na Primavera Feminista, muito importante, lotou esta cidade e levou gente para a prisão, como o Cunha, denunciou, disse que o corpo é meu e ninguém manda, é isso. Agora, estas companheiras, que hoje na juventude se colocam como feministas e se assumem como feministas, é superimportante, mas, quando nós vamos tratar da questão trabalhista, da política mais geral, da Reforma da Previdência, do esvaziamento das políticas públicas que afetam diretamente as mulheres, eu acho que, não cria o mesmo tom. Eu acho que este é o desafio que está colocado para nós. Assim, como aprofundar este processo formativo e não jogar todas as nossas fichas nas mídias sociais, sem deixar de usá-las.

Rita: Sim, eu acho bem importante esta reflexão. E Eleutéria, já aproveitando que você tocou neste assunto das questões trabalhistas, a gente vê que tem uma série de ataques que se ligam à questão das mulheres. No Rio de Janeiro, para além destas questões que são mais nacionais, como você vê e quais são as questões, principalmente você, que conhece muitas mulheres de lugares muito diferentes, e aqui a gente tem uma quantidade de favelas e uma quantidade de mulheres que lidam com uma realidade, que é muito diferente de outras partes. Como você vê e quais os problemas que você sente, com as mulheres que você tem contato, a realidade do Rio de Janeiro?

Eleutéria: A primeira realidade, das mulheres que a gente convive, elas querem trabalho, emprego. Muito. E têm duas coisas muito sérias. As que moram na favela, a violência, o medo muito grande, do que pode acontecer, quando os filhos e as filhas saem, porque juventude vai sair mesmo. E elas têm uma preocupação que aquelas crianças, aqueles rapazes e aquelas moças voltem para casa cedo, preocupada com a bala perdida, mas concomitante com isso, tem o desemprego imenso e os homens foram desempregados. E as mulheres estão se submetendo a qualquer tipo de trabalho. Trabalhando muito, muito mais do que antes, para enfrentar este momento terrível que nos estamos vivendo. A violência contra as mulheres, elas têm medo, mas uma parte diz assim:

- “Ah! Lá em casa eu não aceito isso não. Se vier e me empurrar eu vou empurrar” - mas, por outro lado elas dizem: - “A minha vizinha, a pessoa da outra rua” - nunca é com elas, mas tem uma preocupação grande também com elas e com os filhos. O que vai ser das minhas filhas? Como vai ser? A gente fica pensando. Às vezes o namorado é tão gente boa, mas como ele foi fazer isso? Então tem esse desafio. Agora eu acho que as pessoas não sabem da realidade, elas observam a realidade a partir das suas experiências. E ao mesmo tempo, muitas mulheres perdem os filhos, netos, famílias inteiras, são assassinadas e muitas vezes ninguém sabe exatamente o porquê. Alias a morte não tem um por quê? Assassinato, não tem um por quê? Mas esse é o grande desafio que as mulheres têm. A preocupação imensa com o futuro de seus filhos e filhas.

Cruzando violência com trabalho, é um desafio. E eu acho que cabe a nós, que temos uma consciência de que vários elementos dos quais a mulher passa, ela não vai resolver sozinha, e depende da política. Então, como trabalhar estas formações que nos fazemos? E isto é um desafio para a CAMTRA, aprofundando o nível de consciência, as pessoas conhecendo a história do seu bairro.

Eu moro no Catumbi, estou falando com você de onde moro no décimo andar e estou vendo a UPP e a UPA. A UPA eu vejo daqui e se começa um tiroteio eu vou me esconder lá no meu quarto, vou me esconder na cozinha. E essas mulheres que estão aí? Como elas vão fazer? Para fazer este enfrentamento? E seus filhos que estão muitas vezes envolvidos em situações que não permitem nem chegar em casa, em situação de guerra às drogas? Então eu acho isso muito desafiante. Eu acho que o feminismo tem que se abrir para toda complexidade dos problemas que envolvem, e o papel que as mulheres desempenham nesta sociedade. Acho que a gente também tem que colocar a criminalização dos movimentos, a violência às mulheres nas favelas, como parte da luta feminista.

Rita: Aproveitando isto Eleutéria, eu estava conversando com a Tainá de Paula e ela estava falando dos movimentos de moradia, e uma das coisas sobre a qual eu também entrevistei outra moça de Manguinhos, justamente se liga um pouco a isso que você está colocando. As mulheres, muitas delas que são de comunidades, de favelas, de periferia, ou que estão em movimentos, que são claramente movimentos de reivindicação de direitos sociais, essas mulheres se organizam dentro destes movimentos sociais, mas não necessariamente, existe uma consciência de luta pelos direitos em si das mulheres, ou uma consciência feminista.

Eleutéria: É verdade.

Rita: E por outro lado vemos o movimento feminista, que têm as suas pautas, e a gente sabe a multiplicidade de feminismos que se colocam, mas a gente se unifica em datas para tentar fazer um movimento unificado. Mas, existe dentro de um movimento unificado, questões dessas que você está colocando. Precisamos debater a política de uma maneira mais geral, colocar isso dentro do movimento feminista também como parte de sua pauta. E existem grupos que não têm necessariamente esta concepção, acham que são coisas separadas. Mas eu fico me perguntando, você que transita inclusive nestes diferentes espaços, como você enxerga isso? Como você acha que deveria existir esta articulação? Porque eu sinto que as mulheres dos bairros mais suburbanos e das favelas, elas não estão em sua maioria. A gente vê que são mais grupos ou lideranças que são destes lugares, de origem destes lugares, mas elas não estão nas ruas junto com a gente também.

Eleutéria: Eu acho que nem sempre elas virão talvez em momentos muito particulares, mas também nós não vamos. Se eu não vou à tua casa, você não vai vir na minha, correto? Eu não vou fazer um esforço para ir, porque para as mulheres periféricas, para sair do seu lugar e vim para o centro tem que ser por uma boa causa. Todas as causas são boas, mas eu compreendo que aquilo é uma boa causa? Bom, eu vou trabalhar e depois eu vou chegar em casa e eu vou trabalhar mais, e eu tenho risco de chegar em casa tarde, que eu vou trabalhar mais ainda, porque eu vou voltar de madrugada, tarde. Então eu acho que tem esses elementos.

Então, por que não fazer lá onde ela está? Qual o momento que ela pode? E nem todas virão. Mas o nosso desafio é trazer quem se joga e fazer com que aquelas que estão dentro de casa indo do trabalho pra casa, para a escola, resolvendo os problemas, estejam conosco, nos apoiando. Porque tem várias formas de apoio e isso é a minha dúvida. E como nós vamos chegar às mulheres que não virão, por várias circunstâncias, e como nós vamos ganhar outras

para vir. Mas eu acho que é mais fácil organizar as mulheres num bairro ou num território, do que no próprio trabalho de associação de moradores.

Hoje, você sabe, que está se formando um Estado paralelo que existe dentro deste Estado. Não tem condições de ter uma liderança comunitária e hoje não transitar neste mundo. Mas eu acho que as organizações de mulheres, na questão da violência, é claro que a gente encontra resistência em tudo. Mas é o seguinte, ninguém nem sabe o nome. Primeiro, porque que tem medo, segundo, que tem que ter lá alguém que te leve. Então eu acho que se a gente não vai nem numa praça, e como a mulher vai chamar para subir o Morro da Mineira, aqui do meu bairro? Como ela vai subir a Mineira se a gente não faz nem uma panfletagem na praça? Isso é um debate que a gente esta tendo de locais. Se a gente tem que se aproximar mais, porque senão nós vamos ficar fazendo as manifestações e que acaba sendo para uma parte da classe média, das mulheres que vão, e que moram em locais privilegiados.

Rita: Eleutéria, a gente vê que o Rio de Janeiro é uma cidade que esta numa convulsão política e econômica, vivendo uma crise, com a Intervenção. Eu queria que você falasse um pouco como você vê esta questão, estes temas políticos e como isso se liga com a nossa realidade. Até porque no ano passado teve este chamado da greve internacional das mulheres e a gente teve uma adesão enquanto movimento unificado e este ano acabou não havendo.

Eleutéria: Eu acho que este ano tinha mais possibilidade de atender este chamado, mas por questões políticas atravessadas, da política no Brasil, eu acho que se perdeu. O nível de agressividade também e não foi só no Rio, é uma agressividade e uma disputa de quem sofre mais e quem é mais isso e quem é aquilo outro. Claro que tem determinadas companheiras e situações que são históricas de opressões, como as negras, as trans e as lésbicas, quem é pobre, mas eu acho que isso nos atrapalhou. Eu acho que estava muito ligada à questão também, da política, da possibilidade da prisão de Lula. E que a gente tinha isso meio já na mira, se sai candidato ou se não sai.

Então eu acho que a gente também tem que avaliar a política de uma forma mais ampla. Porque se a gente pensa mais amplamente, há dois anos parte das mulheres que estão construindo o oito de março estava ocupando cargos em vários lugares. Estas companheiras todas vieram para dentro destes movimentos, junto com as novas. Então acho que se cria também uma disputa, às vezes que nem existe, mas, a gente acha que tudo é disputa e acabam atrapalhando o chamado.

Mas na CAMTRA nós achamos que é muito importante este componente de ter a ideia de um chamamento internacional. Porque se a gente pensar na Simone de Beauvoir, um dos grandes problemas de nos organizarmos, enquanto mulheres, é que nós não éramos uma categoria, nós

não chamaríamos greve, como seria esta coordenação? A história vem mostrando que é possível se chamar uma greve geral a partir das mulheres. Agora, eu acho que para uma greve geral a gente tem que trabalhar o ano todo, não só no oito de março, trabalhar na perspectiva de avançar a consciência, do avanço de consciência.

Rita: Concordo bastante com isso, a gente também tem esta avaliação no Pão e Rosas, de que internacionalmente se mostrou que se mantém forte.

Eleutéria: Pois é, nós perdemos por conta de tudo que rolou e é muito triste isso, a gente vai perdendo o gosto. E claro que a gente tem compromisso, mas chega uma hora que diz, eu tenho tanta coisa para fazer, porque que eu vou ficar aqui? Isso vai ajudar a quem?

Rita: Sim, e ainda mais que esta semana estava sendo pautado no congresso a questão do aborto na Argentina. Teve um movimento muito grande e a gente sabe que a realidade de lá é muito diferente. É diferente como a gente também consegue ir o ano inteiro, continuando os debates para fortalecer o movimento. Ainda mais agora com este judiciário.

Eleutéria: Isso realmente é uma tristeza.

Rita: Eleutéria, você gostaria de falar mais alguma coisa? Quer colocar mais alguma coisa? Eu acho que já estão ótimos os elementos que você trouxe.

Eleutéria: Eu acho que é o nosso desafio mesmo enquanto feministas, de estarmos juntas construindo alternativas e lutas, pois nós estamos vivendo um momento muito crítico no País. Eu não sei se as pessoas se dão conta do que é isso que nós estamos vivendo. Nós estamos vivendo um momento muito próximo de não ter eleição. A eleição não representa nada, mas como a gente não tem nada, como se diz quando você só tem um olho, ter um olho já é um ganho muito grande.

Então ter eleição será importante? E eu não sei qual é o quadro que vai dar. As coisas estão muito nebulosas, mas, isso tudo pode não acontecer, porque quando eu vejo gerais e não sei quem, falando na televisão, como se agora as vozes foram estas, porque a gente não tem mais governador, na prática não tem. Eu acho muito complicado para onde nós estamos caminhando, e a gente tem que estar juntas e isso é uma coisa que eu sei. Que a gente tem que estar junta, para nos fortalecer e se manter porque nós estamos realmente numa ditadura. Uma ditadura disfarçada, mas, daqui a pouco a gente não pode se reunir nem duas pessoas na rua.

Rita: Está ótimo, Eleutéria. Eu te aviso da transcrição, te mando o papel de autorização que é importante.

Eleutéria: Eu posso deixar gravado, que eu autorizo você a usar a minha fala, colocar no seu material. Eleotéria Amora da Silva, identidade 09082574-6.

Rita: Está ótimo, a gente se vê mais tarde no ato.

ENTREVISTADA: TECA (NOME VERDADEIRO TEREZINHA)

Rita: Teca, eu queria que você se apresentasse e falasse do seu histórico e de onde você é moradora.

Teca: No momento eu sou moradora de Ramos, mas eu fui criada aqui na comunidade da Varginha que é aqui em Manginhos, eu sou a Teca, mas meu nome não é Teca, é Terezinha, mas todo mundo me conhece como Teca e Terezinha eu não gosto. Eu morei 38 anos aqui na comunidade, eu e minha família toda, meus irmãos, todos nós. E, minha mãe fez de tudo para nós estudarmos, e nós estudamos e nos formamos. Eu tenho um irmão que trabalha na Casa da Moeda, tenho uma irmã que é secretária e trabalha na escola, tem outro que é aposentado do Tribunal de Justiça e trabalhou no Tribunal de Justiça, ele é escrivão, e todos nós vivemos aqui na comunidade. Mas, fomos atrás e eu me formei em técnica de contabilidade, não tinha nada a ver com a minha área, mas eu fiz concurso e passei e fui trabalhar no CIEP, como inspetora de alunos.

Eu trabalhei 30 anos e 6 meses até eu me aposentar, na mesma unidade escolar, eu nunca fui transferida. Eu entrei lá em 1986 e saí em dezembro de 2017, dia 14 de dezembro. Entrei dia 15 de junho, entrei antes de inaugurar o CIEP, ele inaugurou em agosto, eu entrei dois meses antes, porque eu faço parte da equipe de apoio, e foi o apoio que arrumou a escola para receber os alunos em agosto, e inaugurou dia 22 de agosto. Eu fiquei lá e toda a direção passou por mim. A direção da escola toda passou por mim e agora eu estou aposentada. Mas continuo na ativa, porque fui nascida e criada aqui e continuo o meu trabalho aqui ajudando as pessoas aqui da comunidade, que na comunidade a vida é muito difícil. Existe, um grande índice de pessoas analfabetas, mesmo com escola dentro da comunidade. Eu trabalhei num projeto a noite que tinha alfabetização e que era um sonho e eu sempre lutei para isso. E neste projeto nós tínhamos muitos adultos.

Rita: O projeto do CIEP?

Teca: Do CIEP não, era de uma cooperativa que tinha aqui da Fundação Osvaldo Cruz, na COOTRAM.

Rita: Aqui dentro?

Teca: É, e ai nós fundamos este projeto, eu fiquei lá treze anos e tem 7 anos que eu saí do projeto, mas o projeto continua. Iniciou dentro do CIEP, mas agora está dentro do Politécnico da Fundação Osvaldo Cruz. E eu fico assim, ajudando as pessoas e vendo as dificuldades das pessoas.

Rita: Neste projeto o que vocês faziam?

Teca: Nós tínhamos da alfabetização ao ensino médio.

Rita: Era ensino mesmo.

Teca: Era ensino mesmo. E neste projeto nós formamos muitos alunos e tem alguns na faculdade, outros se formaram. Esta semana mesmo eu encontrei com uma ex-aluna, lá no prédio da Central, trabalhando lá, e ela esta formada e nossa, eu fiquei tão feliz.

Rita: Eu imagino.

Teca: Parece que é um filho que se formou que é nosso. E é isso, eu saí da comunidade vai fazer 9 anos, mas eu tenho alguns vínculos aqui e não saio daqui e trabalho aqui.

Rita: Você trabalha aqui.

Teca: Eu trabalho aqui e continuo ajudando as pessoas. Você viu o João Vitor aqui? Eu cuido dele desde os 6 meses de nascido. A mãe dele na época queria abortar e me pediu dinheiro emprestado e eu falei para ela que não emprestaria, mas, eu ajudaria a criar ele. E estou ajudando, estou cumprindo a minha parte. Ai depois dele ela teve mais 4 filhos, quer dizer que, se ela queria abortar ele e porque teve mais quatro. Ela tem 7 filhos e ele é um dos que eu apadrinho. Eu e minha filha. Damos tudo para ele, tudo o que ele quer. Você viu ele vem aqui e pede o dinheiro do lanche e deixo o uniforme e a roupinha dele e pergunto para o professor, como ele esta na escola, entendeu? E é isso. Fora as outras pessoas.

Rita: É aqui no CCDC?

Teca: Isso Centro Comunitário de Defensoria e Cidadania, a gente ajuda as pessoas assim, a gente encaminha as pessoas para alguns lugares, tipo assim, orienta, porque as pessoas estão muito desorientadas. Não sabe onde é o CRAS, não sabe alguns direitos e eu mando procurar a defensoria pública, e ajudo ligar para a defensoria pública, eles não sabem como buscar a documentação, como começa, a gente faz mais ou menos isso.

Rita: É da Prefeitura ou do Estado?

Teca: É do Estado. A Secretaria de Ação Social e Direitos Humanos, agora está ligada à Ciência e Tecnologia.

Rita: Que é a mesma da UERJ?

Teca: Isso, isso.

Rita: E aqui tem vários desses CCDC?

Teca: No Rio de Janeiro tem, são 15 no Estado todo. Tem em Campos, tem esse aqui e vai de cada assessor. Tem em Jacarezinho, e este daqui tem 15 anos que eu trabalho aqui, então aqui, metendo dinheiro ou não a gente trabalha, se tem que capinar a grama, a gente faz uma vaquinha e a gente capina. E está grande assim porque estamos com a vaquinha aqui.

Nós fizemos uma vaquinha para capinar, mas o rapaz é que não veio. Quebrou uma porta eu vou ali perto e peço ao homem para soldar, porque eu aqui estou para ajudar eles, então eles têm que me ajudar também. Já que o Estado está sem dinheiro a gente corre atrás.

Rita: Aqui está atendendo a comunidade de Manguinhos?

Teca: Mais a comunidade de Manguinhos, mas, vem gente de longe também. Mas é para atender todas as pessoas do Estado do Rio de Janeiro. Eu atendo mais Manguinhos e Jacarezinho também, porque o de Jacarezinho fechou, Benfica, algumas pessoas da Mangueira vêm. Bonsucesso, Alemão. E nós temos organizações para o casamento gratuito e isenção de segunda via de identidade, óbito, certidão de nascimento, identidade não, eu encaminho, e segunda via de certidão de casamento também. Por que o mais caro é o casamento, o casamento é quase mil reais e aqui a gente dá isenção e você não paga nada.

Rita: E vem muita gente procurando?

Teca: Vem muita gente. Principalmente casamento, a gente tem que agendar, senão os cartórios ficam muito lotados. E tem que ter mais ou menos um controle, porque no cartório é Bonsucesso e Meier, a gente não pode lotar com casamento gratuito, e a gente faz cinco por dia, que o processo também é grande. Agora as insenções a gente faz direto, diariamente. Todas as isenções que as pessoas pedirem. Eu mesmo já fiz duas.

Rita: E aqui tem algum projeto ligado aos direitos das mulheres?

Teca: Não, já teve, mas não tem mais.

Rita: Não tem mais?

Teca: Eu tinha vários projetos ligados às mulheres, eu tenho camisa e tem tudo, eu tenho o material, só que...

Rita: E geralmente era, o que era o projeto?

Teca: Tinha as “Mulheres da Paz” mulheres que iam à comunidade, tinha um grupo de mulheres que iam à comunidade em busca de situação de risco.

Rita: Violência?

Teca: Violência. Iam às casas orientar, trazer as pessoas para cá para as reuniões, elas faziam palestras, elas mesmas da comunidade. Tinha assim, a coordenadora que orientava elas, e a comunidade ficava assistindo. Elas vinham aqui, só que dura dois anos e depois acaba, e entra outra e acaba.

Rita: E você sabe se tem algum tipo de organização das mulheres de Manguinhos, assim? De algum grupo?

Teca: Tem o Forum de Manguinhos que é da Fundação Osvaldo Cruz, mas é lá dentro. Eu acho que este Forum de Manguinhos, em minha opinião, eu acho que está muito

amarrado lá dentro. Acho bom o que acontecia aqui, dentro da comunidade. Lá fica amarrado, eu não vejo muito acesso as pessoas lá não. É muito fechado entre eles. Tem algumas pessoas da comunidade que é a Patrícia que é da comunidade, a Dona Jane. A dona Jane e vou te explicar quem é a Dona Jane. A Dona Jane é mãe, daquele menino que foi preso suspeito da morte daquele médico na Lagoa. Que teve uma repercussão muito grande. A Dona Jane é uma dessas mulheres que luta pelos direitos de Manguinhos e pelas mulheres. E o filho dela está preso até hoje. Não foi provado nada contra ele, mas ele está preso.

Rita: Ele é maior de idade?

Teca: Não, ele está preso no DEGASE.

Rita: Ela organiza as mulheres, ou é uma luta?

Teca: Ela organiza e quando tem uma organização elas fazem. Quando aqui eram as Mulheres da Paz, era melhor, por que quem era a coordenadora era a Monica. Nossa a Monica agitava e a Monica ia à comunidade e acontecia vamos supor, alguém foi baleado, um inocente foi baleado e morreu. Ela pegava o pessoal todo e ela ia para a rua e ia longe e fazia caminhada, o povo cheio de camisa, entendeu. E nesse Fórum eu não vejo muito isso não.

Rita: É um fórum do Estado?

Teca: Não é federal.

Rita: É federal?

Teca: Lá o pessoal faz de tudo e lá tem vários projetos também.

Rita: Eu vou procurar saber onde que é. E eu queria saber assim Teca, você que tem um histórico inclusive com jovens da comunidade, e viu muitas gerações, porque trabalhando em escola é assim, a gente faz parte da vida de muitas famílias, e a gente que é professora acaba tendo esta relação, mas imagino que inspetora é mais ainda.

Teca: Eu ia a casa deles.

Rita: Você está ali conversando...

Teca: Já fui a casa deles, e era mãe que me recebia bem e mãe que queria me bater, porque não gostava.

Rita: Mas é assim, escola é uma contradição sempre. E aqui também você continua tendo contato com muita gente, inclusive gente que você já tinha contato lá.

Teca: As mães me procuram, porque quando eu venho trabalhar eu pego as 8:00 horas e venho uma hora e meia antes porque eu faço academia aqui na frente, e faço academia também ali e depois tomo banho e venho trabalhar. Tomo banho aqui, e encontro com as mães e elas me abraçam e me beijam.

Rita: E eu queria saber uma coisa de você, como meu trabalho enfoca a questão da mulher, como você vê principalmente este contato de você ser daqui e ter este contato, o que você vê que são as demandas mais sentidas pelas mulheres de Manguinhos. Como você enxerga isso?

Teca: Elas têm oportunidade de estudar, a grande maioria, a geração que eu peguei na escola, não têm uma família muito bem estruturada, eu digo assim, a minha mãe me criou assim, eu não nasci na comunidade, eu vim morar com 10 anos, criou de forma que a gente tem que estudar, se formar e trabalhar. Todos nós fomos criados assim. Só que elas não têm isso. As crianças não têm isso. A mãe geralmente põe os filhos para estudar, tem o “Bolsa Família” tem algum benefício do governo, tem o benefício devido a criança estar estudando, mas, não olham o caderno do aluno, aí cresce uns analfabetos. E as mulheres crescem analfabetas, não tem, “eu tenho que estudar porque eu tenho que trabalhar”.

Quando eu for formada eu vou trabalhar para ganhar o meu sustento. É isso que a minha mãe sempre orientou. Ai a maioria cresce analfabeta, não querendo trabalhar, às vezes arruma, trabalha e depois não arruma. E criam famílias e as famílias delas não tem como criar, e tem que jogar, ou deixa com os pais, e têm filhos e mais filhos, cada um de um pai.

A mãe do João Vitor é uma, tem sete filhos, de quatro pais diferentes e é isso que acontece com elas. As que são casadas são raras, que tem companheiro, que ajude a criar os filhos são poucas, as mulheres acabam envelhecendo antes do tempo. Com 30 anos já estão sofridas, porque não teve, tem que ter uma base lá atrás. A família é a base, a maioria não tem na comunidade, são poucas famílias que tem bases aqui. Aí as mulheres crescem e com 30 anos já tem cara de 50 e são sofridas mesmo. Tem vários relacionamentos com pessoas não boas, isso que acontece aqui na comunidade.

Rita: E tem muito caso de violência?

Teca: Tem.

Rita: Contra a mulher?

Teca: Eu não vejo muito assim, violência em geral, mas com a mulher principalmente, eu não vejo isso não. É raro hoje em dia, porque antigamente a gente via muitas mulheres que apanhava muito do marido, eu mesmo via, aqui tem, até tem, tem. Mas não tanto como antigamente, agora tem menos.

Rita: E por que você acha que diminuiu?

Teca: Porque a maioria não tem marido. A maioria é separada.

Rita: São mães solteiras?

Tecas: Mãe solteira, a maioria são chefes de família, elas mesmas são chefes da família delas, a maioria, a maioria mesmo. São raras as que têm companheiro.

Rita: Aí os irmãos mais velhos ajudam.

Teca: Ajudam e os mais velhos não tem muita oportunidade porque tem que ajudar a mãe.

Rita: E acabam também deixando o colégio, os mais velhos.

Teca: Os mais velhos saem da escola e vão trabalhar, porque é pesado, a maioria que você vê, tem muitas pessoas formadas, mas, a maioria, eles trabalham em limpeza, e não é indigno, mas poderia ter alguma coisa melhor.

Rita: Empregada doméstica, ou limpeza?

Teca: ou limpeza.

Rita: Limpeza terceirizada.

Teca: Eu trabalhava à noite na COOTRAM e a na COOTRAM abriu a primeira oportunidade para as pessoas que eram os funcionários deles estudarem para ter uma formação. Eu falava o seguinte, se você pode trabalhar sentada numa mesa ganhando um bom salário, porque você vai limpar o chão. Porque os cargos melhores são para as pessoas que vem de fora, que estudaram. Para você ter um cargo bom você tem que estudar. E tem muito funcionário da comunidade, mas a maioria faz limpeza, jardinagem e essas coisas.

Eu falava, se você pode ter a oportunidade de ficar na mesa, porque você vai limpar o chão. Você não esta sendo mendigo, é um trabalho honesto, mas quanta coisa com formação e se você pode se formar, nós estamos dentro da comunidade, e eu estudei, podia ter estudado mais, mas estudei, fiz concurso e passei, batalhei para trabalhar aqui, e não parei de estudar. Ajudei a formar o projeto da noite, tudo fui eu que lutei para eles terem o melhor. Eu falava para eles, isso não é para mim, isso é de vocês, vamos acabar. Até que o grupo formou o projeto, mas sempre tem um mais esperto e alguém passou a perna no nosso projeto. Mas tudo bem, o importante é que continue beneficiando a comunidade, está beneficiando então está ótimo.

Rita: E uma das coisas que eu estou tentando pesquisar e é uma pergunta mais para você, como mulher e trabalhadora, que tem um trabalho diretamente ligado a várias famílias, social. Como você vê a realidade? Porque é assim, atualmente a gente tem visto muitas manifestações de rua, que estão relacionadas com a reivindicação de direito das mulheres. Vários direitos diferentes, e isso nos últimos anos têm crescido um pouco. Mas, a impressão que eu tenho é que muitas mulheres das comunidades, elas não estão presentes nessas manifestações. As mulheres das comunidades, elas não estão presentes. Você por acaso

participou recentemente de alguma? E atualmente como você vê a realidade das mulheres no Brasil e aqui onde você convive? Como você enxerga? Tem que avançar?

Teca: Olha, aqui na comunidade, eu vejo muitas, as mulheres elas, querem tudo, mas não lutam por nada. Eu quero tudo, eu quero ter os direitos, e elas vêm aqui, porque eu faço duas vezes por mês o “Bolsa Família” aqui e do Alemão e fica difícil porque ela não tem dinheiro para a passagem, e eu pedi e agora nós temos uma parceria, porque aqui atende duas vezes. Aí elas querem vir aqui porque é mais fácil, e aí vem aqui e é de graça e ainda elas querem o troco. Ao invés de lutar. Eu falo, - gente ao invés de vocês lutarem para ter um bom trabalho, vocês vão contar com o Bolsa Família? Elas brigam por uma coisa que elas poderiam ter coisa melhor. E aí me ligam e dizem que o Bolsa Família foi cortado, e eu falo gente não é melhor arrumar um trabalho? Acho que elas são muito acomodadas. A gente convida, quando a Monica estava aqui com Mulheres da Paz, ela ia à comunidade e agitava um pouco e elas vinham.

Rita: Elas vinham para conversar?

Teca: Isso, mas é assim, aí você bota o projeto aqui e aí elas perguntam logo, vão pagar? O projeto é para beneficiar elas, é um custo você sair dali com a formação para você arrumar um emprego, a gente pode até encaminhar para um emprego, mas, pagar não. Porque teve uma época que a gente tinha que pagar para elas vir fazer o projeto. Teve um de chapéu.

Rita: Tipo uma bolsa?

Teca: Isso, senão o pessoal não vem. Para ter formação para elas e não é para a gente. Elas têm que saber que é tudo para eles, o que vem para cá não é para nós, é para elas.

Rita: E esse tipo de formação que você fala para as mulheres é formação de cursos?

Teca: Cursos.

Rita: Tem cursos ligados a economia também?

Teca: Vou explicar para você, nos tivemos curso aqui para fazer pulseiras, boleiros, maquiagem.

Rita: Para gerar uma renda.

Teca: Já é uma renda.

Rita: Maquiagem e o que mais?

Teca: Maquiagem, tivemos manicure, curso de inglês, mas nós tínhamos FAETEC aqui também. Aí tínhamos curso de informática, manutenção de computadores, pedreiro, carteiro essas coisas ligada à mão de obra. Mas não tinha aluno, se ganhassem eles vêm se não for ganhar não vem não. É a resistência, eles são resistentes. Tem que ganhar porque eu venho. Tem que ganhar e você tem que correr atrás. Eu não fui criada assim. Eu fui criada

junto com eles, e os meus filhos também. Eu fui moradora da comunidade, eu fui vizinha de vocês e minha mãe era do Nordeste.

Rita: Sua mãe é de onde?

Teca: Era de Natal, lá do Rio Grande do Norte.

Rita: Você nasceu lá?

Teca: Não, eu não vim de lá não, eu morei com dois anos em Anápolis em Goiás, e o meu pai trabalhava com obras, e era transferido. Eu morei em Rondônia em Porto Velho, e a minha família é toda de lá.

Rita: A minha mãe morou em Ji Paraná.

Teca: Minha tia morou em Ji Paraná e tenho um primo que mora lá. A minha família toda é de Porto Velho. Morei em Vitória no Espírito Santo e quando eu vim para cá eu ia fazer 11 anos, eu vim de Vitória para cá. Do Nordeste tem uns 5 anos que eu fui lá passear, eu não conheço muito o Nordeste. Então a minha mãe tinha isso, tinha que estudar, e era do interior e esse povo morre de trabalhar. Igual a minha filha, eu criei a minha filha na comunidade, dentro da comunidade, e tem que estudar. A minha filha estudou, quando fez 18 anos ela terminou, porque ela fez magistério. Terminou o magistério e foi trabalhar e trabalha até hoje. Ela está com 36 anos e está trabalhando. Está fazendo faculdade.

Rita: Sua filha?

Teca: Minha filha. Ela trabalha no CRAS. Ela não dá mais aula, ela não quer dar aula, porque eu falei, professora é fácil você arrumar emprego, até em casa você trabalha.

Rita: Tem mais possibilidades.

Teca: E aqui na comunidade, sozinha, porque o pai dela morreu ela tinha 10 anos, o meu primeiro marido. O meu marido morreu e ela tinha 10 anos e eu criei sozinha. Ela trabalhava e estudava e eu corria atrás e dava para fazer curso e um dia se formou e foi fazer faculdade e não passou na pública e foi fazer ensino técnico de informática, na escola técnica de apenas um ano e ai foi trabalhar na creche e trabalhou 3 anos. E mãe eu não me identifiquei e não identificou, foi trabalhar no DETRAN e deu aula de informática durante 4 anos na FAETEC. E depois, foi ser secretária na FAETEC e a FAETEC fechou a escola e ela saiu, e agora trabalha no CRAS. Está sempre correndo atrás. Como eu fiz como meus filhos e como irmãos fazem, toda a vida foi assim. E tudo de comunidade, e ninguém morava fora não. Agora não moramos mais, agora estou morando fora da comunidade, mas se precisar voltar eu volto. Eu tenho minha casa aqui.

Rita: Deixa eu te perguntar Teca, o que você acha dos Direitos das Mulheres atualmente? Como você vê isso?

Teca: Eu acho que está crescendo um pouco, mas ainda está meio... os homens são muito machistas. O País é muito machista, tipo assim, a pessoa é mulher, não pode. Se eu sou mulher, eu não posso. Só porque eu sou mulher? O que é isso? Eu posso! Eu sou independente trabalho e agrego e nos somos iguais aos homens. Eu fui chefe de família, durante 17 anos eu morei sozinha com a minha filha. Eu fui chefe de família, eu era o pai e a mãe. E eu fiz o que muito homem não fazia. Então eu era o pai e a mãe. Hoje eu tenho a minha casa e tenho a minha filha. Eu acho que tem que ser iguais, mas não chegamos lá ainda não.

Mas, existe preconceito contra nós e muito ainda. Você pensa que não, e a gente vê nas redes sociais e fala Jesus! Mas a realidade não é o que está ali na televisão. Ah! Não, nós somos iguais! Não, não somos. Nós somos, mas os homens ainda não aceitam. Ainda existe o machismo. A mulher não pode sentar no botequim para tomar cerveja, só porque é mulher, porque eu não posso? Eu trabalho e eu ganho o meu dinheiro e posso pagar a minha cerveja, por que eu não posso? Não é ambiente para mim? Por que não é ambiente para mim? E os homens ainda acham isso, que não é ambiente para mulher. Engraçado né, a mulher é falada, por frequentar o botequim, por ser independente, por ir para um baile, para uma festa, por chegar em casa de madrugada, ou chegar bêbada. A mulher ainda é criticada muito. Na realidade quanto mais pobre mais preconceituosa. É a classe, infelizmente é difícil falar, quanto mais pobre mais preconceituosa.

Rita: Mas por que você acha isso?

Teca: Não sei, não sei se é cultura.

Rita: Acha que é falta de informação, de cultura?

Teca: Não sei, acho que é cultura, informação, elas são mais resistentes.

Rita: Aqui você percebe isso?

Teca: Eu tiro pela minha casa, na minha família mesmo, os menos informados são os mais preconceituosos. E na minha família, a gente sofreu e teve problemas com mulheres. O meu cunhado batia muito na minha irmã, agora não porque ele tem idade. A minha irmã sofreu isso a vida toda e é minha irmã. E nunca quis largar o marido. Engraçado até hoje eu não entendo. Nós demos apoio e pedimos para ela largar e hoje em dia estão de idade os dois, acho que eles não querem mais e acho que nem tem mais força para bater nela.

Rita: Mas o que ela falava na época? Achava que ia mudar?

Teca: Achava que ia mudar e ele pedia desculpa, ela o denunciou várias vezes.

Rita: Denunciou na Delegacia das Mulheres?

Teca: Delegacia e depois ia lá e tirava. O meu irmão ia lá e a gente tirava ela de dentro da casa, trazia pra gente e ela depois voltava de novo. E foi nisso, e o filho mais velho vai fazer 41 anos e até hoje ela esta lá com ele e nunca separou. Até hoje ninguém entendeu. Da família só ela que sofreu esta violência. Hoje em dia estão todos os filhos criados, e ele, não sei se porque ficou velho, mas ela diz que de vez em quando ameaça, e é um velho. Agora você se vinga né. Ele está velho e ela está mais nova que ele, e ela se vinga. Mas não é isso que a gente queria.

Rita: E você acha que você percebe alguma diferença na questão do trabalho, nas condições de trabalho das mulheres e dos homens?

Teca: Ah! Percebo. Eu mesmo, eu faço a mesma coisa que um homem, porque que ele tem mais chance em tudo, ele tem mais chance e é bem remunerado e às vezes nos fazemos a parte deles. Se você parar, para pensar. Eu sei por que eu trabalho com política também e nas campanhas políticas, que eu trabalho, eu faço até mais do que aqueles assessores lá fazem. Mas, na hora que o político ganha e que vai dividir os cargos, os cargos melhores ficam para eles e o cargo que sobra para a gente é lá embaixo. Se eu fiz mais que ele e trabalhei mais, e ganhei mais voto que ele, porque sou mulher e até para ganhar voto às mulheres são melhores que os homens e não sei se você já notou isso. A gente convence mais, mas na hora de dividir os cargos eles ficam com os melhores e nós não.

Pelo menos, eu sou o exemplo, eu faço isso e vou de casa em casa, converso com as pessoas e vou lá e vejo as necessidades das pessoas, entendeu? E os homens não fazem isso. Nós temos que fazer igual a eles, não digo acima deles, mas pelo menos igual, seria o mínimo que poderíamos ter igualdade, porque ninguém pode ser mais que ninguém.

Rita: E você participou de alguma manifestação das mulheres?

Teca: Por enquanto, quando tinha o projeto a gente participava e fazia caminhada pela paz, a gente fazia aqui.

Rita: De mulheres?

Teca: De mulheres, só mulheres e fazíamos muito e até nos jornais saía.

Rita: E era reivindicando o quê?

Teca: Os nossos direitos, paz, segurança para os nossos filhos. Porque nós como chefe de família tínhamos que trabalhar e os nossos filhos ficam em casa sozinhos, e aí a gente pedia isso. Paz na comunidade para não ter violência.

Rita: Isso era em que ano, que teve estas manifestações?

Teca: Em 2012, 2013, até 2014, quando acabou este projeto. Mas antes deste projeto tinha outros, que nós fazíamos também, entendeu? Nós fazíamos de ir ao centro da cidade, lembra em frente à Câmara dos vereadores, na Cinelândia, eu já fui muito lá.

Rita: Mas também era das mulheres?

Teca: Das mulheres, marcava e a gente ia de trem e metrô e vão embora, pegava um lanche e a gente pegava uma bandeirinha e ia lá.

Rita: Mas esse não era o dia 8 de Março?

Teca: Não. A Monica sempre organizava e este projeto que tinha aqui, não tinha só aqui, tinha em vários lugares. E aí o que ela fazia? Ela organizava com todos os outros lugares e aí fazia um movimento grande. Eu não ia sozinha, eu levava 5 ou 6 pessoas. E cada um duplicava. E aí dava um movimento grande. E aí acabou e de lá para cá, eu não participei de nenhum movimento não.

Rita: Como é que é?

Teca: Mulheres da Paz.

Rita: E a Monica é daqui de Manguinhos?

Teca: A Monica não é de Manguinhos, mas a Monica ela trabalha muito com Direitos Humanos e Direitos das Mulheres. Porque ela perdeu um filho na violência. E ela esta sempre em movimento, e ela esta um pouco parada porque ela teve uma doença grave e ela deve estar se recuperando. Mas, daqui a pouco ela volta para a ativa. Ela é muito boa para isso. Por isso que ela lutava pelos direitos nossos, as mulheres, chefe de família. Por quê? Porque, ela era chefe de família e ela perdeu um filho na violência, por ela ter que sair e trabalhar. E ela não é de comunidade, ela perdeu para a violência e nunca morou em comunidade. Aí ela veio, e se identificou muito com a gente aqui.

Rita: Ela é assistente social?

Teca: Ela é assistente social. A minha chefe é assistente social. Acho que eu devia ser assistente social. Eu não sou formada em Serviço Social, e eu trabalhei muito e não tinha tempo.

Rita: Mas tem toda prática.

Teca: Eu trabalhava de manhã no CIEP, de tarde aqui e a noite no Politécnico, não tinha tempo para nada. Final de semana eu estava morta de cansada, mas no final de semana eu chegava na minha casa e vinha e conversava com a minha filha e chegava assim à noite eu conversava com ela e via o que ela estava estudando, e via o que dava na faculdade. Porque ela tinha Síndrome do Pânico, e eu perdi o meu marido, o pai dela, eu vi ele ser assassinado na minha frente. Eu e ela e ela ficou com trauma.

Rita: Era em Manguinhos?

Teca: Aqui em Manguinhos, o meu marido morreu em 1991 de bala perdida. Ele estava chegando do trabalho, teve tiroteio entre traficantes e policiais, e naquela época a polícia entrava meia noite na favela. Agora não entra mais não. Pelo menos nunca vi entrar aqui e não sei se entra. Ele trabalhava à noite e estava chegando meia noite e estava passando, tiroteio e pegou uma bala perdida na perna dele pegou na veia, na veia que vai para o coração e faleceu. Ai chegou em casa baleado, e o sangue jorrando muito e bateu no portão, eu era muito nova, trinta anos, e aí que eu fui abrir e ai ele caiu e ele desmaiou e ai ele foi para o hospital, mas, não resistiu, porque perdeu muito sangue. E a minha filha assistiu tudo isso e ficou traumatizada.

Rita: Ela era criança?

Teca: Ela tinha 11 anos. Ela ficou traumatizada e eu tive que cuidar dela, ela se formou e foi fazer faculdade e eu não sei se voltou alguma coisa e ela teve Síndrome do Pânico. Ela não conseguia, e foi e voltou e foi e voltou. Você esta vendo eu passei tudo isso, esta violência toda de ver meu marido morrer violentamente, nossa foi horrível, não gosto nem de lembrar e saiu em todos os jornais. E nem por isso, eu desisti, eu vou lutar e a minha filha vai trabalhar e vai estudar, vai correr atrás e eu cuidei dela e foi em psicólogo e sou da comunidade tão carente quanto eles. Porque quando o meu marido faleceu, eu trabalhava no CIEP, mas eu não ganhava tão bem naquela época.

E eu trabalhava só no CIEP e fiquei sem a ajuda dele e até corri atrás, mas, naquela época a pensão demorava um ano para sair. Não é como agora que sai em três meses. Eu passei a ter a pensão dele e passei a receber um salário mínimo e era mais do que eu ganhava, e ela sempre estudou em colégio particular e eu nunca tirei e passei a vender salgados, fazia salgadinho em casa. Nunca tive nenhum benefício do governo, porque quem trabalha não tem direito. Aí fazia salgadinho para vender, vendia cachorro quente, e levava salgado para escola, mas, criei sozinha.

Na época que eu consegui arrumar o outro emprego da noite, formamos um grupo e fizemos um projeto e eu fui trabalhar e comecei a ganhar um dinheirinho, um salário era mais uma renda e depois consegui emprego aqui, mais uma renda, e consegui formar ela. E criei assim. Agora não, estou só aqui graças a Deus.

Rita: Teca, tem outro tema que sempre sai na mídia que é a violência sexual de estupro. Aqui nesta convivência que você tem é uma coisa muito falada?

Teca: Não. Não é muito falada não. Você vê algumas coisas aqui, que você vê que está errado, mas você não pode falar. Tem uma menina aqui que é muito pobre, muito pobre,

e ela mal sabe falar direito. Ela tem um monte de filho, tem um monte, ela só aparecia grávida, e quem é? Ninguém sabe quem é o parceiro. Você entendeu? Mas ninguém nunca procurou saber. Eu sempre tive curiosidade, mas, a minha mãe sempre me orientando, não se mete, sabe como é que é, de repente acaba sobrando para você. Porque como a pessoa todo ano fica grávida e não tem parceiro? Quem é? Aí agora, e você não sabe! Ela tem estes sete ou oito filhos e as filhas também. Então deve ser um tipo de violência. Porque as filhas também estão todas tendo filhos também. Aparecendo grávida e ninguém sabe quem é o pai. Um dia ela veio aqui e quem é o pai das suas crianças? Eu estava ajudando ela, ah, ah, não tem pai? O pai? E não fala e as filhas dela também.

E quando eu ganho as coisas e vêm doações, eu sempre dou para ela, porque são carentes e são pobres e pobres mesmo e aí bota para estudar e não vão à frente, porque não tem estrutura de família. Só pode ser um tipo de violência. Mas não pode falar. Como é comunidade você não pode falar muito. Agora se vier uma assistente social do governo e agora se a polícia entrar e fizer uma UPP e fizer o trabalho social. Porque o CRAS faz o serviço social, mas, não tem uma pessoa para fazer isso.

Tem que ter um pai, quem é o pai destas crianças? Alguém fez alguma coisa? Como a pessoa dorme com uma pessoa que não sabe nem falar? Vai lá e dorme e faz a criança e vai embora e às vezes ela nem sabe. Até estava pensando com a assistente social do CRAS fazer um trabalho sobre isso. Pegar algumas mães dessa e vamos sofrer alguma resistência, mas a gente pode fazer.

Rita: Porque fica suscetível a uma violência naturalizada.

Teca: Tem estupro na comunidade? Lógico que deve ter, dentro da comunidade não pode ter isso. Se tiver é muito por baixo dos panos. Não pode ter. Dentro da comunidade não pode ter. Violência dentro da comunidade não pode ter. É uma regra, ninguém quer morrer. Fora é preso, aqui não, aqui não vai nem preso, todo mundo sabe disso. A lei aqui...

Rita: E quando você trabalhava na escola, você acha que existia, porque quando a gente trabalha com criança e adolescente, a gente vê esta reprodução do machismo que você estava falando, muito naturalmente. Tinha algum trabalho dentro da escola para tratar de temas como esse? Ou nunca foi muito presente?

Teca: A escola ela é muito corrida. Não tinha projeto, porque havia preconceito com a condição e opção sexual de alguns alunos.

Rita: E Teca para terminar, o que você acha que deveria ser feito para avançar nos direitos das mulheres no Brasil? Como você vê? E o que você acha que deveria acontecer?

Teca: Ué, os conceitos é tipo assim, nós, a gente ficar igual aos homens, mudar isso. Se nós trabalhamos e nós agora, estamos iguais a eles, iguais eu digo assim, trabalhando, correndo atrás, estudando, independente, chefe de família, então tem que mudar isso. Tem que tirar que só eles podem. O presidente tem que ser homem, e até já avançamos nisso. Mas, ainda tem preconceito, com a Dilma até que tiraram ela. Também foi um pouco de preconceito, mas, também não tiraram os outros, só tiraram ela. Então nós tínhamos que lutar mais, já que nós somos a maioria, nós somos mais mulheres do que homens. Nós que temos que lutar. Nós somos a maioria, os nossos votos são maiores, em números maiores, porque se somos a maioria, nós votamos mais. Eles votam menos, não diminuirmos também.

Rita: Inclusive uma coisa que estas reformas estão passando, a reforma da previdência, não foi votada ainda, mas a gente sabe que aumenta o tempo de idade, de contribuição e muitas vezes não se considera que a mulher tem a dupla jornada de trabalho.

Teca: Dupla jornada, tipo assim, eu estou trabalhando aqui e chega na minha casa eu vou lavar roupa e vou passar e vou fazer comida e vou varrer uma casa, eu vou para academia e eu faço tudo isso. Eu vou ver o que está faltando dentro de casa, eu vou ao mercado e tudo nós que fazemos e por isso que nós não queremos ser mais do que eles, queremos ser iguais. Mas nós fazemos mais do que eles.

Rita: E na reforma trabalhista, que os políticos aprovaram, tem um ponto que eles aprovaram que a mulher, que antes quando ela estava grávida não poderia trabalhar em locais insalubres, ela tinha o direito a uma licença. Agora esta licença, fica submetida a um médico que o patrão ou a empresa vai dar. Então quer dizer que eles podem dar o laudo que eles bem entenderem.

Teca: Mas veja só, se nós somos a maioria, porque nós temos que lutar para derrubar isso. Se nós somos a maioria pelo amor de Deus, será que o povo não atinou? Nós somos quantas mulheres? No Rio de Janeiro mesmo?

Rita: Eu não sei o total.

Teca: Eu também não sei o total, mas é bem mais, porque os homens morrem mais. E você sabe por que tem mais mulheres do que homens? Porque os homens morrem cedo. Por acaso acho que morreu três ou quatro a semana passada, com a Marielle foram quatro. E mataram mais homens, mataram três adolescentes e mataram o homem que foi assaltado então nós temos que ser a maioria. Acho que nós mesmos, estamos pecando por aí. Nós temos o maior número de assinatura, temos o maior número de votos e podemos derrubar tudo isso. E eles que estão no poder estão querendo fazer contra a gente e contra nós mulheres.

Rita: E você acha que para derrubar tudo isso e mudar tudo isso, tem que ser na rua?

Teca: Tem que ser na rua e agora nós temos as redes sociais, as redes sociais e vamos. E a própria mulher é preconceituosa e não vota na mulher. Tem que votar na mulher e vamos eleger as mulheres, para elas lutarem alguma coisa para a gente lá de cima. Por que tem menos mulheres no poder do que homens? Se nós que votamos. É por aí.

Rita: E quanto às redes sociais, você acha que ajuda?

Teca: Ajuda. Porque você vê, esta semana eu fui pegar a apólice do seguro do meu carro. Ai eu estava conversando com a menina que faz o meu seguro e estava conversando com ela na casa dela. E ela falou assim, as redes sociais mancharam a imagem desta menina que morreu a Marielle. Manchou aquela desembargadora, mais aquele deputado e este Feliciano que eu escutei e até apaguei. Ai falando mal dela, que ela era uma lésbica e vagabunda, e que não era, mesmo se fosse. Se eu tiver um marido vagabundo eu mereço morrer? Aí eu cheguei lá para conversar com ela e ela falou assim: Ah! Esta menina não era nenhuma santa não, ela era mulher do Marcinho VP, e eu falei “você viu isso nas redes sociais, mas você viu a difamação e na hora que entrou a informação desmentindo tudo nem perdeu tempo para ler”. Mas a notícia ruim ela tem peso maior, tipo assim ela te mancha tua imagem, e se for desmentido e você prova. Você já reparou que fulano, vamos supor alguma coisa que você fez grave e aí tem uma manchete deste tamanho. Se você provar que era mentira e que te difamou, vão escrever uma mensagem deste tamanho assim. Mas, é isso que acontece, é pequenininha. Ai ela falou eu só li uma parte, e a que estão desmentindo você não leu, né? Se você quer sujar a imagem da mulher, porque eles foram os culpados e para tirar do corpo deles, para tirar as investigações contra eles. É complicado. Espero ter te ajudado.

Rita: Tem muita informação e você quer falar mais alguma coisa?

Teca: Não só isso mesmo, não tem que falar muito mais não.

ENTREVISTADA: TAINÁ DE PAULA

PROFISSÃO: ARQUITETA URBANISTA

Tainá: Meu nome é Tainá de Paula, sou arquiteta urbanista, acho que é do ativismo que você quer saber um pouco, da trajetória?

Rita: Não, pode ser da sua vida também, profissão, sua formação, tudo.

Tainá: Da minha vida, exatamente. Sou mulher negra então acho que o meu ativismo começa a partir dessa percepção da desigualdade de classe e raça na cidade e na sociedade. Eu

sempre fui ativista, e o início do meu ativismo se deu no movimento estudantil, e na movimentação político-partidária. Eu fui filiada muitos anos ao PT, e aí, construí a Secretaria de Negritude do partido. Depois me desencantei um pouco com o Movimento Negro Organizado, me desencantei um pouco com a organização político-partidária.

Rita: Aqui no Rio mesmo?

Tainá: Sempre aqui no Rio, nascida e criada no Rio. E nunca me reivindiquei feminista até 2013, que foi assim o último momento no PT, foi quando eu me desfiliei de 2013 a 2014, que culminou também com a minha gravidez, com a vontade de ser mãe. E quando eu comecei a pesquisar, a maternagem e principalmente a recorrer a lideranças ou a ativistas dentro desta minha trajetória, elas foram me indicando grupos, associações, lugares de acolhimento essencialmente feministas, para além apenas da maternagem.

Aí eu encontrei o ISHTAR, encontrei SAAANTA MÃE e encontrei MÃES QUE VIVEM NA LUTA, e encontrei uma série de grupos que discutiam maternagem, mas também uma perspectiva feminista de ser mãe. Bom, paralelo a isso, no campo da arquitetura e urbanismo eu sempre fui muito ativa, junto aos movimentos de moradia. Hoje eu sou conselheira dentro da Fundação Bento Rubião, mas toda a minha formação, vamos dizer assim, nas lutas urbanas, se deu na Fundação Bento Rubião. Eu fui estagiária lá. Depois arquiteta, fui coordenadora de programas, e hoje sou conselheira lá. Eu trabalhava basicamente com habitação de interesse social e trabalho basicamente até hoje com isso e regulamentação fundiária, e isso me deu uma aproximação muito grande com os movimentos de luta pela moradia.

Quando curiosamente em 2013, a gente resolveu fazer uma revista, lá na Fundação, sobre mulheres líderes, dos movimentos de moradia, “Mulheres e Moradia” é o nome da revista, eu posso até te passar e te mostrar. Eu comecei, não só entrevistar, mas participar das reuniões das mulheres nestes campos. Elas não tinham um debate feminista em si, não discutiam corrente feministas, não era um feminismo teórico, mas, era um feminismo essencialmente prático, de como elas se acolhiam ou como elas se fortaleciam no coletivo, e conseguiam fazer uma resistência em relação ao machismo dos homens, como elas davam conta das demandas de violência do cotidiano. E eu comecei a circular, e aí fazendo uma série de eventos, não só para lançar a revista, mas para colher estes depoimentos. E aí veio aquela capa, quando cai a ficha, e eu acho que parte dos meus problemas é que eu sou mulher na sociedade.

E aí a gente fazia a curadoria destas mulheres e eu me aproximei afetivamente de algumas, até porque eu acompanhava via instituição, por exemplo, o processo de vida de

algumas. Eu lembro que a gente fez o acompanhamento de União da Barra, que era uma favela na Barra da Tijuca, e que sofreu um processo muito parecido com a Vila do Autódromo, Vila do Metrô, enfim, um avanço de remoção muito grande do governo Eduardo Paes. E aquela..., este histórico de resistência e de percepção por ser mulher, era muito mais difícil de lidar com o cotidiano prático, levar filho na escola, lidar com subemprego, o salário menor. Enfim, este pertencimento da cidade, tem um recorte tão assimétrico, tão desigual com as mulheres. Ficou muito latente em mim.

E aí enfim, eu já estava desfilhada e resolvi procurar núcleos coletivos de mulheres que já estavam me organizando e me aproximando, alguma coisa que fizesse mais sentido, para além da luta política, e da luta pelos direitos fundamentais como é a moradia. Bom, eu pari e gastei e pari e amamenteei, e aí quando eu saio daquele paritério louco e profundo que você passa, eu falei: bom a minha vida tem que fazer mais sentido para além do que eu estou fazendo e eu quero me juntar com mulheres. Eu tinha isso claro na minha cabeça. E aí eu pensei muito, que eu podia juntar a minha capacidade de fazer construção política e organização política, para as mulheres.

Porque eu sentia muita dificuldade das mulheres entrarem em ambientes políticos e conseguirem ser protagonistas destes ambientes políticos. Aí, eu fui a uma palestra da Márcia Tiburi aqui no Rio, orientada pela Regina Toscano, que é uma grande intelectual política do PT. Hoje ela é chefe de gabinete do Adida Mouche. E eu falava da minha angústia, e somos amigas fizemos muitos trabalhos juntas, trabalhos do ativismo e fora do ativismo, trabalhamos juntas, e aí numa conversa e numa daquelas reuniões do Frei Betto que eu frequentava. Eu nem falei sobre isso. E por que eu gostei de política? Eu frequentava aos treze anos, eu tenho uma formação católica, e frequentava o grupo “Fé e Política”, e a formação marxista básica e cristã e enfim.

Rita: E isso foi onde?

Tainá: Isso foi no Rio de Janeiro. Eu frequentava a Paróquia da Praça Seca, e eu ia ao grupo “Fé e Política” de Pilares. Que tem uma grande resistência católica da esquerda ali, naquela região. E aí por conta disso, por conta da participação no grupo Fé e Política, eu conheci Frei Betto e foi ele que me apresentou esta ala cristã do PT. E por isso, a filiação ao PT, via política. Então, o vereador Reimont, Frei Betto, o próprio Chico Alencar, enfim, este grupo o Ricardo da Fundação Bento Rubião, o Valério Silva do Bento Rubião, participaram aí, da minha formação política inicial, muito voltada para uma social democracia.

Depois a gente avalia o papel da Igreja Católica na esquerda brasileira. E numa destas reuniões que eu continuei a frequentar, e ainda frequento, claro que esporadicamente, mas

ainda mantenho contato, a Regina Toscano, eu falei desta minha vontade, de construir mulheres, que eu estava cansada de construir machos, porque justo na época a Regina trabalhava com Bittar, na época ele era Secretário de Habitação.

E a gente passou por um período muito difícil com o Bittar, porque a gente tinha uma esperança política, que uma Secretaria de Habitação de esquerda, e até então a gente achava que era isso, fosse segurar todo o avanço de remoções no Rio de Janeiro e foi justamente o contrário. A coisa funcionou como meio para cancelar a política do PMDB no que tangia as remoções. E ai eu falei frustrada, que não dava mais pra a gente ficar construindo homens que depois por vezes acabam nos traindo e que esta estratégia não funcionava mais, e que a gente tinha que pensar um jeito de colocar as mulheres à frente deste processo político, que talvez funcionasse melhor.

Ela falou ah não! E ela é marxista ortodoxa e só existem questões de classe e não existe nada além, e ai falou da Benedita e eu falei que olha, mas não basta ser mulher a gente precisa ter outros componentes, e ai ela mesmo falou: - “Bom, você está falando daquelas malucas feministas?” E ela falou da Márcia Tiburi, e me deu o celular da Márcia. E ai eu liguei para a Márcia dias depois. Márcia, então eu sou Tainá e eu sou ativista do PT de muito tempo e quem me deu o teu contato foi a Regina Toscano que é do PT e ela disse que você esta montando um grupo de mulheres na política, e eu quero começar a participar das reuniões. Cara, a Márcia me enrolou seis meses. (risos).

Rita: Ela estava no Sul?

Tainá: Não ela estava em São Paulo nessa época. E a *Partida* São Paulo e Rio tiveram o início muito próximo assim. E ai ela nunca estava, porque realmente a agenda da Márcia é maluca e agora eu entendo melhor, que realmente ela não dava conta, e não dava como não dá, de fazer esta inserção das pessoas dentro da *Partida*. E ai eu mandei um e-mail lindo, com três páginas de e-mail, falando dos meus anseios e tal e ela respondeu: Que texto lindo! Venha na próxima reunião da *Partida* (risos). E aí eu entrei na *Partida* e me apaixonei e estou até hoje. Isso foi em 2016, no comecinho de 2016. E de fato foi a melhor escolha que eu pude ter.

Hoje, o meu feminismo não está mais, tão voltado ao essencialismo, o fato de ser mulher, de ser mulher negra. É claro, por exemplo, que eu ainda continuo frequentando as reuniões do SAAANTA MÃE, por conta da Aurora, continuo indo a coletivos de mulheres negras, frequento a CASA DAS PRETAS, participo de um coletivo de intelectuais negras que é o JACIN BAGABA que saiu do grupo de intelectuais negros da Giovana. Participei dos encontros da Giovana. Eu gosto do processo de englobamento com mulheres e acho que esta discussão a gente precisa passar.

Mas, hoje, eu acho cada vez mais importante, a gente conseguir um feminismo dialógico e em certa medida interseccionar com outras frentes. Eu vejo que as trans feministas têm debates que é essencial, que é a “não essencialização pode nos tornar mais potente”. Eu acho que essa essência feminina é uma construção ético-política do patriarcado. Não que eu seja a favor da negação do gênero, e sabendo que a radicalização, do que eu estou falando é basicamente isso. Mas, eu acho que a gente precisa conseguir dialogar interfeminismos de uma forma melhor estruturada. Bom, pelo menos é assim, que eu tento construir os espaços ampliados do feminismo no Rio de Janeiro, que se dão infelizmente nos atos. O ano passado eu fui para a Argentina.

Rita: Você foi ao ato no Encontro?

Tainá: Exatamente.

Rita: Eu fui em 2012, 2013.

Tainá: Cara, aquele processo de ideologia e para além do que a gente precisa enfrentar sobre “Ni una a menos” que é o UJS do feminismo argentino hoje, é o centro da América Latina, UJS, desculpa pela crítica, mas a gente precisa enfrentar esta crítica e levar para o debate. É, eu acho que o processo de construção é muito importante. A gente não dá conta deste processo entre atos. E este último 8 de março foi muito pautado, por um enfrentamento de feminismo que não se dialogavam durante um tempo.

Houve um tensionamento entre lésbicas e trans, por exemplo, que acho que parte disso, para além da polarização política que a gente também precisa entender melhor, com calma. Os interesses políticos por trás de algumas personagens ali, mas, tem discussões do campo do feminismo, que não são discutidas e que não foram debatidas em outro espaço. Eu acho que é um pouco isso que falta no Rio de Janeiro. Eu acho, por exemplo, que LESBOS tem uma discussão muito potente e muito importante sobre invisibilização, a gente precisa falar sobre lesbofobias e bifobias, acho que são formas distintas até, mas eu acho também que passa por uma essencialização do ser lésbico e da tipificação lésbica, que é uma discussão antiga da década de 80 que a Butler* já superou por exemplo. Eu não preciso ter um fenótipo, um genótipo lésbico para ser lésbico, para ser bi sexual. E eu vi que algumas ativistas traziam estas discussões nas plenárias.

Ao mesmo tempo, que a gente viu, feministas trans, mulheres trans, em processo claro de transição, de transicionamento e que ainda traziam marcações muito fortes da sua antiga masculinidade. Então, mas, a gente teria que debater isso. Como a gente acolhe uma mana transicionando? Como a gente dialoga com uma lésbica sem pautar a essencialização do

corpo? Eu sinto muita falta de debater estas questões no feminismo no Rio, na atividade feminista.

Rita: Não tem espaço.

Tainá: Não tem um espaço onde a gente consiga debater isso. A gente tem duas frentes que é a frente que é pela liberação e legalização do aborto e precisa até ser ativado porque a gente vai ter uma audiência importante que a Weber** (STF) marcou e a frente estadual pelo enfrentamento do fim da violência contra as mulheres. As duas são muito paradas.

Rita: Não tem muitas atividades.

Tainá: As duas não têm atividades, é claro porque faltam pernas, falta financiamento, falta flexibilidade de algumas feministas, falta uma série de componentes que acabam repelindo um pouco esse processo de agregar as mulheres ao redor das pautas. E eu sinto que a gente ao mesmo tempo em que acumulou alguns ganhos no senso comum, em relação ao feminismo, as pessoas falam sobre isso, e entendem o que é o feminismo de um modo geral, de um modo amplo e aí a gente se deve a esta última primavera, ou a Primavera como a gente queira colocar de 2015 para cá, o “Fora Cunha” para cá a gente pode dizer, mas ao mesmo tempo a gente não conseguiu avançar a formação político feminista. E eu vejo oportunismo.

Vejo um utilitarismo em cima do feminismo no Rio, vejo que os partidos criaram ou fortaleceram seus setoriais de mulheres para legitimar as suas práticas machistas ou a prática machista de determinadas figuras políticas, que se legitima. “Não, o partido tem um setorial de mulheres construído”, e eu vejo partidos utilizando mulheres para fazer disputas políticas no espaço de feminismo, que é grave. Tanto que na hora dos atos a grande maioria, hegemônica maioria são homens que vão, desde segurar bandeiras como pedir para fazer falas. Existem idiossincrasias de entendimento desde o princípio deste feminismo muito grave, e acho que isso se dá pela falta de troca e de entendimento do que seja. Eu sinto muita falta das assembleias por exemplo.

Eu acho que espaços como assembleias, seriam espaços de troca de fato, de possibilidade de construção disso no longo prazo. Eu não fui a última EFLAC, eu fui ao ELLA que é um encontro latino americano mais de feministas jovens e eu era a “coroa” do encontro, mas a gente levou uma comitiva de mulheres negras e até por isso eu fui. Queria muito ter ido ao EFLAC, mas as manas que foram não conseguiram fazer a devolutiva do que aconteceu, e por não terem feito a devolutiva, propuseram coisas para a gente fazer no 8 de março, que não conseguiram ser consensuadas, porque as pessoas tinham total desentendimento e total...não sabiam de fato o que tinha acontecido, e ficou um debate

vazio, a gente não conseguiu nem discutir, qual a importância da internacionalização do processo que a gente estava.

É claro que assim, os países que estão mais próximos, da legalização do aborto, ou de garantias dos direitos trabalhistas de mulheres, se a gente pegar os países de sucesso, Argentina e se a gente pegar Espanha, se a gente pegar Rússia que também foi bem grande, Portugal teve um volume interessante. Todos estes países têm votações ou passam por um processo de algum ganho político de grande escala, de larga escala para as mulheres.

Mas, a gente mesmo tendo, a gente é ao contrário, a gente esta perto de perder o mínimo que a gente tem. A gente não conseguiu construir esta mobilização ao redor destas pautas.

Rita: Então eu vou entrar numa pergunta assim, porque é justamente isso a questão das pautas. Porque na verdade a gente viu que no Brasil é isso que você falou: hoje existe uma subjetividade, existe um senso comum entre aspas, de que a questão das mulheres é um tema que hoje todo mundo discute. Bem ou mal, é parte de um avanço, isso necessariamente não se reverte numa organização política, ou num movimento mais amplo de pautas. E ai eu queria que você falasse como você vê, as pautas hoje e como você vê esta relação entre redes, porque a gente sabe inclusive que as redes permitiram uma maior organização do movimento. Existe um feminismo nas redes.

Tainá: Existe uma maior mobilização.

Rita: Exatamente, existe um feminismo nas redes, existe disputa de opinião pública sobre isso.

Tainá: Várias narrativas.

Rita: Várias narrativas, vemos youtubers e várias nacionalidades inclusive a possibilidade de ter conhecimento destas redes internacional, de um movimento, como por exemplo, a Greve Internacional que a gente vê de dois anos para cá, e como você vê isso e a relação disso com a rua, a contradição disso com a rua e as pautas em si. Quais são estas pautas e porque estas pautas não conseguem também mobilizar? O que falta para ter uma ocupação maior inclusive destes espaços públicos, que não tem como a gente negar, que de dez anos para cá ainda assim, existe mais ativismo, mesmo depois de 2015, mesmo sendo ainda muito aquém do que deveria, mas existe.

Tainá: Claro. Bom depois vou te mandar um artigo do Armando Junior professor do IPPUR.

Rita: Eu queria que você colocasse a partir da *Partida*, como vocês veem as pautas?

Tainá: Ah, legal. Eu fiz esta disciplina com ele justamente para entender, porque a gente não consegue mobilizar gente. Ele dá uma disciplina chamada...

Rita: Ele é arquiteto?

Tainá: Não, ele é sociólogo, ou cientista social, uma coisa assim. Ele dá uma disciplina chamada “*A política e os movimentos sociais*”. E basicamente ele trabalha com..., dá um panorama da Latino-América dos processos de mobilização a partir dos processos vários de democratização para cá e aí no módulo Brasil, ele pega, ele faz como marco zero 1988 em diante. De “diretas já” pra cá como a gente se organizou politicamente e a nossa curva mobilizadora é assim, do céu para o fundo do poço.

Para além de a gente viver uma crise de representação de institucionalidade, antes a gente tinha a voz do Lula na rua e nos postes falando para ir para rua e as pessoas iam. De fato a gente conseguia botar cem mil pessoas na Presidente Vargas, com uma facilidade maior do que a gente põe cinco mil, puxando a greve com dois meses de antecedência. Existe uma crise, não só do associativismo, mas de representatividade. Quem puxa o movimento de aglomeração, de associação, está deslegitimado nesta sociedade que a gente construiu. E não é um processo só no Brasil.

A gente tem, na verdade, um problema sério da pós-modernidade onde as relações estão cada vez mais desestruturadas. Mas por outro lado, e aí eu vou citar outro macho, eu estou falando muito dos machos hoje, tem um carinha, James Scoth ele fala das pequenas superstições cotidianas, que é na verdade o meu grande incômodo em relação aos atos feministas que a gente consegue mobilizar. De modo comparado, os ativistas vão aos atos espontâneos, nos atos da internet, que uma pessoa X cria no facebook, e vai aos atos políticos que são estruturados e pensados de acordo com uma agenda.

Bom, os atos espontâneos dão quinze mil mulheres e os atos organizados politicamente dão dois mil, se derem, e aí precisa justamente resgatar aquela discussão que a gente fez agora pouco. Qual o caldo político, qual a força política que a gente está construindo a partir da “nova onda”, a partir da Primavera? Vou te falar que eu acho muito válido a gente ter construído e ter conseguido esta força neste senso comum, eu acho que os “hashtag” e “os meus professores machistas, o meu chefe machista, o meu professor racista”, enfim foram divisores de água para a gente instituir e estabelecer o novo normal. As pessoas sabem que estão errando pelo menos e a piada machista e a piada racista elas não passam batido, como passavam batido há dez anos atrás. Isso é um super ganho no movimento feminista e se deve a internet, este em geral é um movimento de internet. E não foi o movimento de rua que fez isso, é um movimento contrário.

Mas o movimento de rua, ele te dá a real resposta de potencial de mobilização. Eu para ser sincera eu fiquei feliz com o 8 de março que a gente conseguiu construir, porque ele teve um processo altamente despolitizador, mas, as redes sociais e a nossa capacidade de ecoar via internet está tão boa que garantiu que mesmo com aquela chuva torrencial dez mil mulheres saíssem de casa e isso é um fenômeno inexplicável. Mas, me assusta muito, a gente ter dez mil mulheres na rua, onde no mínimo nove mil querem alguma coisa diferente. E que na verdade a gente sabe que existem pautas que são muito mais urgentes do ponto de vista das lutas das mulheres.

As pequenas subversões, e aí volto ao macho que eu havia citado, James Scott fala, são o exemplo maior de como a gente pode na verdade sim protestar, mas, isso não necessariamente equivale a uma real emancipação. Porque o processo político emancipa e a conquista política, ou a conquista sócio política, ela vem de um crescendo ou de um processo. As grandes rupturas que a gente teve, se a gente pensar na história moderna, vieram de rachas, vieram de grandes mobilizações, mas vieram de novos processos civilizatórios, que começam em determinado momento e que vão crescendo e culminam em algum grande ato. Da queda da Bastilha, até qualquer outra coisa que a gente possa pensar. O movimento feminista também é pontuado por isso. Desde o movimento das sufragistas e estou pensando no Brasil, o movimento da autodenominação na documentação na década de 60, o movimento da Bancada do Baton culminando com os direitos igualitários das mulheres na Constituição de 88.

A gente precisa de movimentos assim para os direitos reprodutivos. E se a gente não tiver muita sorte no STF, uma grande iluminação e ADPF passar, a gente vai precisar deste tipo de mobilização, que é o processo que as argentinas estão tendo e muito provavelmente as Argentinas vão conseguir daqui a dois meses. O Brasil está longe desta mobilização, e só esta mobilização consegue gerar pressão social e clamor social, tal, para gerar a real mudança. E o Brasil está justamente no caminho contrário de retrocesso. Eu acho provável que talvez a gente perca a oportunidade iniciada no Brasil.

Rita: Quando você falou das pautas, o que você estava querendo dizer? Ou seja, nove mil e você fez uma conta assim.

Tainá: A gente tinha dez mil mulheres na rua e a grande maioria, estava lutando ou discutindo, querendo falar, sobre um desejo individual, quando o feminismo e os movimentos feministas pautam as questões coletivas.

Rita: Entendi.

Tainá: A gente precisa se unir em função de uma bandeira.

Rita: E hoje você acha que estas questões coletivas passam por qual pauta? Que a *Partida* vocês colocam como prioridade?

Tainá: Então, a gente tensiona, pensa e reflete muito sobre os direitos que orbitam no Congresso, a gente tem parlamentares na *Partida* e isso do ponto de vista nacional, não falando só daqui do Rio de Janeiro. A gente tem parlamentares e a gente tem gente do judiciário, tem gente que na verdade faz esta disputa institucional do feminismo. E a nossa perspectiva é de feminismo institucionalizado.

A gente não se pretende ser um coletivo de acolhimento, ou um movimento que pautar um feminismo interseccional. A gente até fala da interseccionalidade, mas a gente está falando de direitos garantidos no âmbito ético político. E como a gente garante esta política na institucionalidade. Então a gente acha imprescindível que mulheres ocupem este espaço, para pautar, para que elas possam pautar esta discussão na institucionalidade. Com isso a gente tem duas grandes tarefas, acompanhar as agendas parlamentares, e tem uma espécie de mailing, que alimenta a gente de informação, e algumas frentes pela legalização do aborto, são tocadas por partidos locais.

A gente tem a Frente Catarinense é muito alimentada por integrantes da *Partida* por exemplo. Eles estão com uma discussão boa na Câmara e mandaram um documento hoje e posso até depois te enviar, sobre o que fazer, como alimentar os movimentos locais feministas, para se preparar para os próximos meses que vai ter votação em tais, tais e tais. E o grande tema agora é a gente se preparar para esta audiência pública da Rosa Weber. E quem vai.

Rita: E vai ser quando?

Tainá: Vai ser daqui a duas semanas e aí ela abriu para alguns coletivos feministas e aí organiza a fala, na Rede Nacional Feminista, a gente organiza estrategicamente, quais os coletivos que não falaram e se é interessante levar um coletivo feminista ligado à religião, dependendo do perfil do desembargador que estiver na mesa. Tudo influencia. Na última audiência pública, a gente levou a Sonia Correia, que é atea, e lá pelas tantas ela estava muito nervosa, falou que Deus não existia, e que a gente não podia pautar o útero das mulheres por um Deus que não existe.

Foi um tiro no pé, não vamos levar a Sonia Correia, porque o Fux (STF) era evangélico. Então assim, a gente precisa saber da intimidade do juiz até para conseguir montar uma estratégia. E a ideia que a gente leve as feministas cristãs e que a gente leve pessoas “Católicas pelo direito de decidir” e o “Axé pela democracia”, enfim grupos

religiosos que fazem estes debates em certa medida. Mas eu estou bem desesperançosa. Não estou nada animada não, o STF está totalmente voltado para o problema com o Lula.

Rita: Mas esta audiência vai ser para debater...

Tainá: Debater a ADPF e aí já ficam os dois que já foram o *Amigos Cure* são propostas ou análises da sociedade civil organizada, que o STF recebe. O Nome são Amigos Públicos, amigos do juiz, digamos assim, a grosso modo. E aí para equilibrar a gente enviou o mesmo número de *Amigos Cure* do inimigo. A Associação dos Evangélicos mandou as igrejas Neo Pentecostais todas elas mandaram, e aí algumas coisas estranhas, a Associação dos dentistas mandou. Eles fizeram uma rede deles, do conservadorismo para mandar e a gente fez as nossas. Médicos, Psicólogos, enfim e das associações feministas que tinham peso para mandar.

Rita: E tem alguma movimentação para ter alguma mobilização ou não em torno disso?

Tainá: Então, a gente está puxando e tem um grupo de feministas.

Rita: Seria ótimo se tivesse uma mobilização.

Tainá: O ideal seria ter uma mobilização, mas é aquilo, toda vez que a gente organiza, dá meia dúzia, existe um descompasso de potencial de mobilização muito grande.

Rita: Sim é um momento muito difícil. Mas assim, então o que tem hoje se for pensar Brasil, a questão das pautas. A gente tem aquelas pautas históricas e o aborto nem falar, que é uma coisa urgente e aí fica uma coisa histórica e a gente vê aí com o governo atual, tentativa de retirada de direitos já garantidos, que são mínimos, elementares, mas, que ainda não é o direito de escolha da mulher. A gente vê principalmente na Primavera, e desde a Primavera Feminista, o tema da violência, que é um tema que perpassa inclusive todas as classes e com todas as mulheres que é uma coisa que une, que unifica, e a questão que vem um pouco com a Marcha das Vadias, que é uma questão também que se liga a violência, mas, muito o direito ao corpo, no sentido mais individual.

Tainá: É mais individual, e que é o grande racha.

Rita: E que é uma coisa que nas redes sociais, ecoa muito.

Tainá: Ecoa muito, tem muito peso.

Rita: Mas para, além disso, este ano, claramente a questão da Intervenção, que aí unifica, com pautas que perpassam a questão das mulheres, mas que elas estão na sociedade.

Tainá: E foi uma forçação de barra política. Político-partidário assim. Porque é claro que a gente tem que falar da intervenção e não sou contrária em falar disso, estou focando os meus esforços e depois da morte da Marielle, para a gente debater isso, de uma forma gritante

na sociedade, e organizando socialmente e organizando internacionalmente para ver como a gente trás isso.

Esta semana vou a Embaixada dos Estados Unidos pra pedir ajuda, porque a gente precisa de alguma coisa de fora porque a gente não consegue mais confiar na nossa institucionalidade. Ao mesmo tempo em que a gente sabe que parte desta catástrofe veio de fora, financiado de fora. Mas, do ponto de vista feminista, esta pauta não seria uma pauta a ser travada num 8 de março de 2018. Num momento onde a gente esta perdendo mulher com 4 tiros na cara na rua, onde a gente esta tendo um feminicídio a cada 8 horas, onde a gente só tem um hospital fazendo aborto legal no Rio de Janeiro, onde a gente tem clínica no Jacarezinho de aborto funcionando, matando no mínimo 3 mulheres por dia.

Então é assim, os tensionamentos existentes, o estupro coletivo sendo banalizado, estupro acontecendo na Praça Tiradentes. Nas pautas a grande questão é: o movimento feminista é claro que ele tem que dialogar com as tensões da sociedade, mas, ele é na essência, um movimento que discute e debate, assimetrias decorrentes das modificações dos corpos. A gente precisa pelo menos garantir que nas datas feministas a gente consiga tocar nos temas feministas. A gente poderia fazer uma marcha com contravenção em qualquer época, e a gente não pode falar sobre aborto em qualquer data.

Eu queria muito falar sobre aborto no carro da CUT, mas eles não me deixam falar, sobre aborto no carro da CUT. É e a gente precisa ficar atento também a disputa política, teórico-política que acontece nos movimentos de rua, que é a coordenação, a condução dos atos ser tensionadas pelas pautas que os homens deliberam como mais urgentes.

Um grupo naquele “8 de Março” queria pautar o restabelecimento da Democracia e parte do grupo, entendeu que isso era tencionar e promover um debate que esta muito atrelado a determinado campo. E olha, eu faço parte deste campo que luta pela democracia e fui contrária a colocação do tema Democracia, porque é um tema extremamente genérico e que é facilmente fagocitado pela narrativa do Lula em 2018.

Eu sou muito essencialista do ponto de vista, de garantir as pautas feministas nas datas feministas. Mas ao mesmo tempo de uma forma coerente eu não gostaria que a Intervenção, fosse de grande peso da marcha como foi. Porque a grande maioria das mulheres não estava ali pela intervenção. Foi antes da morte da Marielle, a gente não teve esse feminicídio tão grave, era outro instante, um instante importante de diálogos sobre as nossas pautas?

Então eu acho que inclusive, que a gente precisa fazer este debate e interpretar este debate do ponto de vista político mesmo. O que se quer falar e dialogar com os atos. Houve uma tentativa de despolitização e aparelhamento de pauta muito grande nesse 8 de março, e

foi muito agudo e acho que se tiver balanço e acho que balanço é difícil de sair e se sair a gente precisa enfrentar isso. Não dá para passar para outra agenda de 30 de outubro para, o 25 de julho, para o 25 de novembro deste jeito, não dá.

Rita: Tainá, uma última pergunta só para terminar, que está ótimo. Você que tem contato, com o movimento de moradia em si, é mais uma curiosidade que eu acho interessante saber, existe movimento de mulheres? Ou é na verdade as mulheres são mais só parte da luta social em si e da luta pela moradia? E se estes temas que a gente vê, porque, assim, as redes elas também conseguem na verdade hoje, chegar e permear várias classes sociais, então ela se tornou também uma ferramenta do tipo de uma mobilização que não é só de uma determinada classe. Se este tema, que virou mais progressista, na sociedade, não naturaliza, não é normal, se isso para dentro de um movimento de moradia, por exemplo, destas mulheres que você conhece se também fortaleceu e as fortalece ou não, hoje o que você percebe disso?

Tainá: Não, porque é, e além de ser uma questão geracional, tem um diferencial de formação. A questão de gênero e mesmo com Angela Davis, forçando a barra e querendo pautar um marxismo feminista, a formação dos movimentos de moradia, quando acontece, que também a gente tem que avaliar depois e acho que é uma caixinha a parte. Avaliar o conteúdo político que os movimentos de moradia conseguem construir para as suas bases, são essencialmente marxistas e guerreiristas, quando são guerreiristas.

Então as assimetrias de gênero não são uma pauta, na verdade ela só serve para ela dividir a base na luta maior que é a luta de classe. Enfim, é uma concepção inicial de que existe assimetria de classe e esse é o grande desafio unificador da esquerda. O que acontece, é que na verdade as mulheres apanham para caramba e dão conta de seus filhos basicamente sozinhas, enquanto seus maridos ou somem ou estão em outras ocupações ou estão com as outras mulheres em outras ocupações.

E as mulheres acabam se juntando pelas vicissitudes cotidianas da vida. E aí não raro os movimentos de moradia, fazem cooperativas de mulheres, cooperativas para a produção e para geração de emprego e renda. No Rio de Janeiro, para facilitar a tua vida, e que é um ponto agudo de dificuldade dos movimentos de moradias para se estruturar e aí a gente tem que fazer uma caixinha, e pensar desde a era Brizolista como o grande culpado da desmobilização. Isso não acontece em São Paulo, Pernambuco, e a própria cidade de Salvador, são lugares, onde a luta de moradia está muito mais organizada em conteúdo político dos movimentos é muito mais avançado.

Aqui a gente tem iniciativas como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) que tem cooperativas das ligas urbanas que são cozinheiras que se juntam para gerar

trabalho, tem um Buffet comunitário que presta serviços para fora e são essencialmente mulheres. A gente tem as mulheres da Vila do Autódromo se organizando para tocar o museu de memória da Vila Autódromo. A gente tem as mulheres de pedra de Pedra de Guaratiba, que se juntam para fazer artesanato.

A gente tem recentemente as Manas da lona preta do MTST querendo se juntar ao redor de uma cozinha comunitária em São Gonçalo. Mas não há a discussão feminista. Há uma discussão essencialista, da condição de sobrevivência das mulheres, é diferente, é uma discussão feminista também, claro, mas não é uma auto-titulação feminista. Elas não querem ser emancipadas porque são mulheres, elas querem dar um jeito na vida delas, para além de serem mulheres. É diferente. Mas acho que vale a pena conversar.

Rita: Eu achei interessante, não, é só para ter uma noção, porque eu estava conversando com uma moça que é de Manguinhos e ela trabalha naquele centro de cidadania que é um programa do Estado ali, e é justamente isso também, não tem uma verve feminista ali na comunidade.

Tainá: O que está acontecendo através da arte é que, principalmente da poesia, e algumas mulheres preferem e estão se organizando e falando sobre as assimetrias de gêneros e angariando mulheres para esta discussão, isso tem.

Rita: Sim.

Tainá: Isso tem, mas, para políticas e movimentos organizados os SLAMs shows periféricos em várias favelas tem no Jacarezinho e tem no morro do Alemão, tem na Pavuna. Tem feiras de empreendedorismo feminino.

Rita: Que são organizadas por mulheres das favelas?

Tainá: Isso tem, mas elas não se juntaram porque elas querem fazer uma pegada feminista, nos somos feministas e a gente quer fazer. Não, talvez daqui alguns anos ou em algum momento, elas façam um debate feminista do ponto de vista de que porque os homens, porque somos diferentes dos homens.

Rita: Até porque elas se juntaram para se fortalecer, do que uma condição enquanto mulheres. Não é uma coisa consciente.

Tainá: Você não vai ouvir este debate, entendeu?

Rita: Entendi.

Tainá: Você não vai ver, mas é isso. Depois eu passo com calma os contatos para você falar mais.

ENTREVISTA COM SCHUMA SCHUMACHER

Rita: Primeiro, eu queria que você se apresentasse e falasse do histórico da sua vida militante e profissional.

Shuma: Eu sou Shuma Schumacher, na verdade eu nasci Maria Aparecida, mas eu não curti esse nome, e adotei outro, eu sou uma sertaneja do interior de São Paulo e encontrei com o feminismo na década de 70, em 77, 78, o feminismo paulista. Foi uma reviravolta obviamente na minha vida para melhor, porque no meio de tantas coisas que me incomodavam como pessoa também, eu compreendi aquele ponto solitário que eu tinha na adolescência.

Eu vim de uma pequeníssima cidade do interior, e aí quando eu encontrei o feminismo eu gostei demais porque aprendi o papel de ser mulher nesta sociedade, e compreendi que na verdade eu não tinha respeito pelos homens eu temia os homens.

Então como feminista eu sou capaz de explicar, para todas as pessoas o perfil e ter divergência com elas e não ter medo. Então foi isso, eu comecei em São Paulo em 77, 78 no Congresso da Mulher Paulista e fui uma das muitas outras fundadoras do primeiro SOS Mulher, porque a gente em São Paulo fazia os congressos e isso em 77 sempre na semana de 8 de março e juntava todas as organizações de mulheres. Não existiam ONGs, e as organizações de mulheres e quase todas com sede em São Paulo e elas sobreviviam com mensalidades. O feminismo cobrava uma mensalidade, para manter a sua sede, a luz e as condições mínimas de garantia de um espaço, de garantia de algumas mobilizações e de material, etc.

E neste Congresso da Mulher Paulista, se tirava uma agenda comum, então era como se a gente fizesse o congresso do feminismo carioca e tem os congressos e vem o Pão e Rosas, a Redeh, vem a LB, vem a Marcha Mundial, etc. Todas as organizações que são feministas e que se sentem feministas neste assunto e juntas a gente traçava uma plataforma de pauta comum. Por exemplo, você tem uma prioridade comum e nós seguíamos em frente naquele ano com aquela agenda comum.

E eu lembro que em 79, e, acho que foi em 80, que em uma abertura de um destes congressos nos anos 80, uma das coisas que são mais contundentes foi a questão da violência contra a mulher.

É quando surge hoje como prioridade, pelo que tenho conhecimento, na agenda feminista paulista, e aí nós juntamos as seis organizações nesta ocasião para planejar, como enfrentaríamos a violência contra as mulheres que estava se tornando insuportável, e que apareceu como uma questão muito relevante. A partir disso nasceu a estratégia de se ter um

espaço de atender as mulheres e eu sou uma dessas fundadoras do SOS Mulher, lugar e espaço onde eu estive durante muito tempo. Depois eu fui para o Estado, e fui fazer política pública, eu estava do outro lado, e aí fui ser vidraça, e daí fui fazer chefia de gabinete na assembleia legislativa, e depois eu fui para Brasília, com a primeira leva de mulheres que vão implantar o primeiro mecanismo de política para mulheres neste país.

Então em 1985 eu saí de São Paulo e fui para Brasília, onde eu passei 4 anos, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que naquela época era outra tese por ser um órgão do governo obviamente. E era um órgão híbrido, porque chamava Conselho Nacional do Direito da Mulher, no cenário do contexto político onde o Conselho não tinha o papel que tem hoje.

Ele só abordava a questão de saúde, mas tinha este nome, mas, tinha a parte da participação da sociedade civil e o Conselho não era consultivo era deliberativo, portanto a sociedade civil é que decidia a política e ele tinha uma estrutura que executava uma parte desta política.

Então era um mini Ministério travestido de Conselho, e passei 4 anos fazendo política deste outro lado, institucional. Depois voltei novamente para o Movimento Social. E ao voltar de Brasília eu volto para o Rio de Janeiro.

Eu chego ao Rio de Janeiro em 1988, sou carioquíssima, tenho 65 anos participei, durante uma enorme parte da minha vida no ativismo no Rio de Janeiro, porque saí do interior com dezoito anos e fui para a Capital Paulista, vencer os desafios da vida.

Rita: De que cidade você é Shuma?

Shuma: Eu sou de um lugarejo cidade chamada Santa Fé do Sul, interior de São Paulo. Divisa com Mato Grosso.

Rita: Perto de Votuporanga?

Shuma: Perto de Votuporanga sim.

Shuma: Cheguei e aqui fiz algumas coisas, mas, sempre no ativismo feminista. E depois vim trabalhar na REDEH, onde eu estou até hoje. Entrei na REDEH em 1991, a REDEH é de 1990. Cheguei um ano depois que ela tinha nascido e estou aqui até hoje. E sofro este processo todo em 1994 também fiz parte da articulação das esquerdas que criaram uma articulação de mulheres rumo a Beijing em 1997 e agente tinha um prazo terminar para articulação nacional, China e a gente faz uma Assembleia e faz uma avaliação, e tinha uma articulação nacional também. E nessa Assembleia nos fomos surpreendidas pelo resto do Brasil inteiro, e aí a articulação perdeu rumo a Beijing e ficou a articulação das mulheres brasileiras, onde estou até hoje.

Rita: Gostaria de saber sobre o que temos visto no movimento feminista que sempre esteve aí, mas, nos últimos anos a questão da mulher, apesar dos índices de violência ser ainda muito altos, e a dificuldade de acesso ao direito ao aborto, observa-se que existe um debate mais amplo na sociedade contra o machismo. Essa pauta ganhou certa legitimidade e não só no Brasil, aonde uma série de manifestações vem ocorrendo já há alguns anos, mas também em vários lugares do mundo, inclusive com uma tentativa de fazer o movimento maior, internacional, com a Greve das Mulheres. Como você enxerga este movimento diante da sua experiência do final dos anos 70? Como você vê as pautas de hoje e quais são mais centrais? São as mesmas pautas dos anos 70? E quais são as novas da atualidade?

Shuma: Se temos um consenso, que a nossa pauta nunca saiu de cena, a pauta prioritíssima do feminismo e era também naquele momento, o enfrentamento ao patriarcado, que é o sistema, vem por aí as nossas relações. O machismo é uma expressão dele, o preconceito é outra, o estupro é outra manifestação do sistema, e a violência é outra. Se pensarmos isso, isto quer dizer que esta pauta nunca saiu de cena.

O que acontece é que se têm picos, onde se coloca determinados focos a priorizar. Então, por exemplo, eu tenho um texto, aonde eu vou conto um pouco a história da política das mulheres e tem um texto chamado a “Segunda onda feminista” aonde as pautas vão ficando com força em cada período. Por exemplo, a violência contra as mulheres era uma pauta que chega com muita força nos anos 80. E atualmente ela chega com força, não que nós feministas não déssemos força, e era uma coisa tão naturalizada na sociedade a violência doméstica e a violência contra as mulheres, que era uma coisa, quase assim, como se fosse um assunto privado mesmo.

Neste período, assim como o aborto, um pouquinho mais para frente o movimento entra com força na agenda, assim como o aborto está em andamento na composição da agenda. Assim como esteve na agenda nos anos 77, 78 e 79, a luta contra a carestia, a luta por creche. Então você vai tendo picos de focos, mas, todas na verdade fazem parte de uma agenda para transformar esta sociedade.

Porque acho que querem as duas coisas, não é isso? Transformar a sociedade, no sentido de desnaturalizar aquilo que parece “completamente normal, faz parte da minha biologia”, entre aspas, “do meu destino”. Então desconstruir e enfrentar isso não estavam claro na pauta que tardiamente o feminismo abraçou como a pauta contra o racismo, que também é outro sistema que também regula as relações mais desiguais do ser humano e a gente tem no Brasil.

Então ela vai tendo foco, tendo prioridades diferenciadas ao longo da história. Mas, eu costumo dizer que em dois períodos, com raríssima exceção da nossa história, pelo resto da vida, depois que as mulheres ocuparam as ruas, vão sempre para as ruas, as ruas sempre foi palco das mulheres.

Quando foi lançado o SOS Violência em 1981, lançado em São Paulo também, houve uma grande manifestação, numa sociedade que estava “assustadíssima” com esta história, porque toda a imprensa, toda a mídia e todos os canais de televisão, noticiando na primeira página. Como? Quem são estas loucas? Agora estão falando de violência doméstica? E estão denunciando os assassinatos, que estão pedindo justiça?

Então aquilo que era um ambiente de um lado isso trata de transformar a sociedade, e outro é existir uma cidadania ativa, como direitos, e não falo que esta cidadania seja acessível a todos na qualidade. Então eu acho que, se você mesmo você olhando para o movimento feminista e eu pesquiso desde 97, eu pesquiso a participação das mulheres na história do Brasil. Eu costumo dizer que eu não sou uma pesquisadora, porque eu não sou da academia, não conheço as regras acadêmicas. Eu sou mais um bicho do mato que vai fazendo por vontade, agarrada numa ética e assim eu vou aprendendo com as meninas novas e com os professores, com o que os antigos escreveram, eu vou fazendo.

Eu vou escrevendo sobre isso e pesquisar sobre a trajetória das mulheres e eu fiz há muito tempo atrás uma proposta de um roteiro de um texto que chama “As herdeiras das suas vistas”. Eu achava que era mais uma das nossas filhas, no sentido metafórico, mas, eu acho que nos somos fortes e vamos atrás da Primavera que são as nossas netas, porque era como se a gente tivesse sido um período e as nossas filhas, olharam muito para nós e não reconheciam o que elas já viviam, num mundo e numa sociedade onde muita coisa tinha mudado.

Então o feminismo, este da segunda onda que eu faço parte também não demorou muito tempo para levar uma luta das feministas no Brasil. Que nós não éramos cidadãs. Não é pouca coisa você não ser cidadã. É tudo, é muita coisa. E aí teve um momento e isso aconteceu comigo e aconteceu com muita gente, parece que o feminismo começa no dia que eu encontro com ele, entendeu. Claro que começa para mim naquele dia, mas ele não começa na História naquele dia. Ele tem os seus picos de fortaleza, os seus picos de visibilidade.

Mas isso é para dizer que eu concordo plenamente com isso no sentido de que esprou, o nosso feminismo foi ramificando para tudo quanto é canto. Isso é maravilhoso, porque isso foi um sonho da minha geração, que se lutou tanto e é como se elas tivessem um pouco olhando para nós assim. E aí vem as filhas das nossas filhas que são vocês que estão aí nesta Primavera Maravilhosa, muito mais colorida, é muito mais inclusiva, porque vem com a

força do feminismo negro. A força do feminismo lésbico e então eu acho que é impressionante de como vem, travestido de outro colorido e com outra maneira de fazer. E outra maneira que eu falo assim, a forma de se juntar para poder protestar, reafirmar uma causa, lutar e poder reafirmar uma causa, para enfrentar uma ameaça, ela é feita digamos mais solta, mais individualista, mais individual, não individualista, porque escolhe isso, mas, isso vem pelas redes sociais.

E se você conhece a história de como foi convocada a greve com as mulheres, uma vizinha sozinha foi lá na internet e foi capaz de multiplicar, nem sei ao cubo a progressão geométrica. Nessa coisa de juntar o povo e de estar em vários lugares, e eu sou de uma geração onde era a coisa mais difícil você dizer que era feminista. Era muito chato, você chegava num lugar, numa festa, se você dissesse que era feminista você era alvo de uma piada. Várias pessoas olhavam assim como se fosse um bicho, um bicho estranho de qualquer lugar.

Era muito duro, hoje é difícil, mas, uma jovem querer ser feminista e na minha opinião ninguém mostrou. A minha existência e minha essência como mulher cuido eu. Eu acho que é esse “cuido eu”, no sentido de que eu quero tomar conta da minha vida. Eu quero garantir a minha vida enquanto ser humano nesta sociedade. Eu acho que é impressionante essa compreensão, como ela se alastra, na verdade quando chega aqui nesta fase, na terceira idade, e isso foi só um sonho que eu alimentei todos os anos da minha vida.

Rita: Aproveitando essa ideia de algo que se alastrar, algo que vem dos últimos anos, é o papel que as redes da internet vêm cumprindo. Percebemos que justamente este feminismo que está em vários lugares diferentes, inclusive existe um tipo de ativismo virtual nas redes, acaba se viralizando e se multiplicando. São as campanhas das redes, que não necessariamente são as mesmas campanhas que estão na rua. Na verdade tem várias formas hoje de reivindicar o feminismo para além das históricas diferenças das correntes. Como você vê o fato de a internet em algumas situações também teve uma força para trazer para as ruas as mulheres, por exemplo, em 2015, com a bandeira do “Fora Cunha”. Como você vê este papel da internet na relação com o movimento? Existe uma contradição entre a força que aparece na internet, e o fato de não necessariamente se tornar em movimento em quantidade de pessoas nas ruas?

Shuma: Eu acho que existe talvez uma coisa que é o seguinte, como esprou mesmo o movimento, pregam o movimento todo dia, muita gente abraçou o movimento e a partir de sua compreensão não tem uma vivencia coletiva, não tem uma reflexão coletiva, não constrói uma reação coletiva. É a partir do seu entendimento, e por isso você tem toda razão de dizer

que tem várias maneiras de expressar e achando que esta fazendo feminismo e às vezes você olha para aquilo e eu fico um pouco assustada, porque é uma leitura um pouco atravessada, enviesada, não tem estudo. Por exemplo, eu acredito que tem que se apresentar uma carta, mas, eu acho que tem umas premissas básicas que ao assumir o feminismo, se está comprometido com isto.

Então, mas muita gente não passou por isso, agarrou o feminismo como uma coisa bacana, como se fosse um selo, um carimbo de alguém que vai tomar conta da vida, e tendo um carimbo positivo, ele está positivado socialmente. Por isso, que você também tem ao mesmo lado as reações, porque pode ter reações brutais de forma violenta, e quanto mais ele crescer e quanto mais o governo usar, maior vai ser a atenção, óbvio. Então, eu acho que esta coisa diferenciada da internet tem isso. De ela ser capaz de chegar aonde a gente tinha chegado, de uma forma tradicional de se organizar e de convocar e de mobilizar eu não tenho a menor dúvida e fico achando que quando há a convocação e mesmo e não ter uma construção coletiva, quando eu confirmo ou quando eu digo que tenho interesse, eu estou pactuando de certa maneira que iremos para a rua para determinada questão ou algumas determinadas questões. E hoje quando eu chego lá na rua eu já sou participante obviamente desta proposta.

Tem lá uma convocatória para resistir ao projeto, contra o aborto e vamos para a rua para esta resistência se eu sou a favor daquele projeto absurdo. Obviamente este pacto se constrói à medida que eu tenha interesse. Mas a iniciativa, a curiosidade, daquilo muitas vezes parte de um projeto individual. E tem uma questão e eu não sei se é uma questão geracional, mas eu tenho e penso num tema e depois ouço todo mundo falando deste tema, mas, você se identifica como feminista ou como “zapista”. Porque tem gente que acha que está no “zap”, dia e noite debatendo uma reação, uma política atravessada, uma violência, uma calamidade dessa e que ela já fez o seu papel.

Então, também tem o outro lado que a internet também ilude ou então alivia o seu compromisso cidadã, de construir movimento forte, de fortalecer movimento e ajudar nesta transformação, entendeu? Então, é quase que, você pensa que esta fazendo revolução e ativismo, mas, ele sozinho eu acho que ele é só escrevendo no grupo do zap, eu acho que ele tem certa ilusão. Fico com o pezinho atrás. Eu não estou querendo ser uma pessoa que acha que não pode ser isso, mas, na verdade, eu compreendo o comprometimento e que valor tem isso e dele nesta nossa Primavera do País, mas também tem uma parcela enorme que não foi para a rua e acha que esta fazendo um novo movimento lá no “zap”, acho que não se pode banalizar isso.

Rita: Shuma você que conhece esta realidade do Rio e falou que vivenciou grande parte deste ativismo no Rio de Janeiro, e eu perguntei para todas as mulheres que eu entrevistei, é que justamente o fato de as pautas muito variadas, que se confluem numa unificação destes diferentes feminismos contra o machismo, contra o patriarcado, e quando se chega ao 8 de março a gente vai e discute e na reunião se discute a pauta do momento, mas, no Rio de Janeiro não necessariamente toda as mulheres e principalmente as mulheres que estão nas favelas do Rio, estão participando destes espaços. E, não estão nestes atos tradicionais ou mesmo atos que surgem como aquele contra o estupro coletivo da menina que acabou tendo uma repercussão muito grande nacionalmente e com vários atos nacionais. Mas, dentro do próprio movimento, tem grupos que se direcionam a estas mulheres que não estão ali necessariamente, e levam pautas que estão relacionadas com as mulheres trabalhadoras e as mulheres das favelas. Como você vê quais são as questões mais sentidas pelas mulheres no Rio de Janeiro sendo que você lida com a realidade de várias mulheres diferentes? Qual a realidade e qual a pauta que você colocaria para a maioria das mulheres no Rio de Janeiro? E como você vê isso dessa articulação de realidades tão diferentes das mulheres no Rio? No contexto atual de crise do Estado e de uma violência institucional muito grande, eu queria que você falasse um pouquinho disso?

Shuma: Então isso daí é um treco demais de complicado para falar. Primeira questão, eu acho que você vai lá e você está vendo e vai aparecer lá, deve ter ou relatos que não tem sido fácil organizar o 8 de março no Rio de Janeiro.

Eu acho que em quase todos os Estados você tem um Fórum e você tem uma Frente e elas se colocam para fazer vários enfrentamentos para lançar várias campanhas. Então você vai construindo ao longo do ano, da história, confiança, a construção da confiança, é um investimento, de quem assume aquela pauta e vai tocando, quem de fato que faz a pauta então acaba, que muito desta coisa de processo organizativo do Oito de Março, leva uma coisa de dois meses. E em uma agenda chamada Oito de Março ela vai desde uma reunião com algumas mulheres e vai para as aprovações, e interesses em tudo.

E aí eu acho que é muito difícil, porque é aberto a convocação do 8 de março, agora é muito engraçado dentro destas atividades tem os conflitos que acabam sendo embate por pessoas que não constroem o feminismo pois querem construir o feminismo em um mês, ele enche e elas querem chegar com sua pauta e nos temos aí um problema para ser solucionado. Faz parte e não é de hoje que tem haver este conflito muito desnecessário entre as que vão. Esta é uma questão, entre as que aparecem.

Questão dois, é demais falar em desigualdade e não olharmos que a desigualdade é com nós, você senta na sala de aula e você não sabe com quem você vai para rua, e também tem esta questão. Lidar com a desigualdade, isto também dificulta neste contexto desesperador de ausência de tudo porque na ausência de políticas públicas alguém tem que dar conta daquela necessidade de outra maneira e não só por falta de trabalho, mas, pela questão econômica pela ausência de políticas públicas.

Também tem resistido demais destas mulheres, e essa situação na verdade já emenda. Às vezes, nos pensamos que estamos falando ou fazendo uma pauta que seja de maior interesse para elas. Elas têm necessidades imediatas. Os nossos pobres são pobres em transformação. São pobres, que o que acontece hoje não acontece amanhã e elas tem necessidades especiais. Então eu acho que a gente tinha que pensar o seguinte, se você não tem como resolver o problema, mas a sua pauta é para amanhã e se a pauta dela é para amanhã a nossa pauta é que temos que fazer uma manifestação em frente ao posto de saúde, ou a clínica da família lá de Jacarepaguá, naquela região.

Então outro dia uma mulher toda exagerada e “não pode deixar passar essa comunidade” o problema agora é para vocês porque para nós o problema existe desde sempre. E é verdade entendeu? Muita gente onde eu trabalho, a gente manda fazer umas camisetas amarela com o rosto da Marielle, porque era uma referência para elas, uma referencia de algo que deu certo. A grande importância para todas é que ela é representante de algo que deu certo, ela tem a mesma história que todas e foi vencendo etapa por etapa. E aí você tem a camiseta e só uma comprou porque mora na Lapa e comprou não, aceitou, não mora na comunidade. “E sabe o que acontece? Eu moro lá na Maré e não vou sair na porta da minha casa com essa camiseta”, porque também elas estão sob outro controle. Tem a milícia, a mulher vai descer para vir numa manifestação contra a violência, ela abandona a casinha dela. Então a gente tem uma realidade é muito difícil Rita.

Você pesa isso, o feminismo é bacana é uma força, é uma revolução, é uma transformação, mas a gente também tem que pensar em todas as coisas. Tem que cada momento ir compreendendo e eu acho muito válido que a gente repense isso. Qual é a agenda prioritária? A gente achava que a carteira de trabalho era uma coisa maravilhosa, mas, era, minha mãe e minha avó, sempre foram empregadas domésticas sem nenhum direito a vida inteira, estou dando isso como exemplo, mas vale para muitas outras coisas.

Rita: E Shuma, entrando agora um pouco neste lado mais do espaço, como eu sou da geografia, a gente tem e eu moro aqui no Rio de Janeiro vai fazer 5 anos.

Shuma: E você tem quantos anos?

Rita: Eu tenho 35. E desde, que eu cheguei aqui, eu participo do movimento e das reuniões de todos os atos desde antes de vir morar no Rio e agora todos os anos aqui no Rio de Janeiro. Existe a questão do trajeto dos atos, das datas que marcam a unificação do movimento como 8 de março, 28 de setembro, 25 de novembro e a gente vê que tem um simbolismo muito grande deste trajeto, que é o trajeto onde a gente passa pelos equipamentos de poder, vamos dizer assim da cidade. Que é a ALERJ e a Cinelândia. Eu queria que você falasse, porque é assim, sempre foi ai, desde que eu estou aqui, se historicamente sempre foi este trajeto? E por que é que a gente vê que não é só do movimento feminista, mas dos movimentos sociais em geral no Rio de Janeiro? Principalmente os atos políticos onde os partidos políticos, sindicatos também fazem quando se trata do centro do Rio de Janeiro, se sempre foram estes locais de manifestação do movimento feminista e se é realmente por este elemento político, isso que faz ser ali? Essa escolha do lugar, da visibilidade no Rio de Janeiro?

Shuma: Olha só, eu posso falar do tempo que eu conheço e desde que eu estou aqui e desde que eu participo das manifestações desde 1988, sempre foi este trajeto. Este é um marco histórico um marco da cidade, a Candelária é um marco histórico da cidade e toda a campanha das “Diretas já” e a retomada da Redemocratização do País, vai acontecer ali também. Simbolicamente nos libertaram dos militares, da ditadura e tem poder de protesto.

As grandes manifestações estudantis no Rio de Janeiro também aconteceram na Cinelândia. Eu acho assim, é um ponto de referência, é o centro da cidade, é o lugar de passagem de muita gente, e ele também contribui e isso ninguém pode negar, que a escolha do espaço público, contribui muito para o objetivo da sua manifestação. O caso da manifestação feminista é para além de umas as outras se fortalecer e se olhar e se abraçar e dizer também estou nesta luta, companheira estou contigo, eu não ando só, é como se gritasse para as outras em uma voz mais forte que nos estamos resistindo e etc.

E aí o espaço público a escolha dele é muito importante. Ele é muito valioso, valioso para que a mídia também nos encontre valioso para o acesso, valioso para a visibilidade. Eu tenho a impressão e é engraçado antigamente tinha muita coisa no espaço da beira da praia no final de semana. E isso é uma coisa que aos poucos foi diminuindo. Foram sendo marcados por outras iniciativas.

A parada Gay, a questão de intolerância religiosa, a questão ambiental, a legalização da maconha, a marcha das Vadias, elas aconteciam no final de semana no espaço da praia. Mas estas outras manifestações nossas, tem sido na grande totalidade, nesta escolha desta trajetória.

Agora está maravilhosa, antes era uma via de acesso e uma via com presença de carros, que era uma loucura e uma via de acesso importantíssima que ligava a cidade de um lado para outro. Estas manifestações paravam a cidade. Então o parar é para todo mundo saber. É o repórter falando e o rádio que está falando e não sabe por que a ponte Rio Niterói está parada porque tem manifestação, e estas referências todas é uma forma de irradiar os nossos objetivos e acho isso muito, muito, muito importante. E você, vai perceber que nós não ocupamos espaço público para pichar muros, por exemplo, a época que estava no auge em cada estado foi o assassinato, quando o Doca Street matou a Angela Diniz, muitos muros da cidade foram pichados para passar a nossa mensagem.

A rua é nosso palco e você vai ter o palco das resistências e das histórias.

Rita: E Shuma para finalizar eu queria que você falasse eu que agradeço em pleno feriado, eu não queria deixar passar entrevista com você, muito obrigado.

Shuma: Então vamos lá a última.

Rita: A última é mais livre mesmo, é só para você falar, quais são as expectativas que você vê para a luta feminista no Brasil, no contexto atual que a gente está assim?

Shuma: Uma coisa do espaço urbano pode ser?

Rita: Claro fique à vontade.

Shuma: Olha eu vou falar uma coisa anterior, uma coisa do espaço urbano, sobre um projeto que começou em 2015, era um projeto que tinha uma perna no Brasil e uma perna na América Latina mais especificamente a partir de Córdoba na Argentina, e era um projeto que fazia uma certa mobilização das lideranças da área no sentido de a gente escrever uma carta, um documento de quem pudesse participar para influenciar na Conferência, HABITAT III, que teve em 2016, a conferência do espaço urbano. E a gente fez isso e foi chamada “Pra lá e para cá, o direito das mulheres à cidade”, para as mulheres do Rio e ajudarem por lideranças populares, por conta desta história e como é que a gente não deixa os nossos gestores públicos, o Pezão e o Crivella, neste estado de tranquilidade. A história da mobilidade urbana é impressionante como os gestores públicos totalmente abandonam o direito das mulheres

E Rita sabe como é que uma mulher dessa a gente marca as 7 e começa as 8, tem uma coisa o direito de ir e vir, o problema da mobilidade urbana. Eu acho que é uma dívida que nós estamos tendo na nossa agenda igual das feministas aqui na nossa cidade. Tem sim coisas muito legais e pontuais, entendeu? Gente falando da cidade, de alguns projetos de arquitetos e nas áreas de projetos sociais, mas esse é um assunto bem importante e quando eu cheguei no Rio, lá em 1970, uma pessoa chamada Sonia Carioca, uma geógrafa, comunista muito arretada em São Paulo, e ela naquela época ela foi dar uma assessoria para a Prefeitura de

Santo André, São Bernardo, se não me falha a memória, uma das prefeituras do ABC e ela foi chamada e a primeira coisa que ela foi fazer foi exatamente isso, qual o espaço urbano que a população usava para coletivamente exercer a sua cidadania. Ela começa toda uma política para reformular a praça no sentido de ter espaço de cidadania, foi primeira vez que eu ouvi isso. Sabe uma coisa de condição que faz a diferença, ela foi maravilhosa, foi não, ela é, e eu não encontro ela há muitos anos. Feminista amiga minha.

Agora a minha expectativa e eu acho que as coisas estão com muito cinza, sabe cinza eu acho que lembra tempos nublados. Tempos nublados no sentido de que estamos com certa dificuldade de tomar a iniciativa, entendeu? A gente está muito forte, mas estamos na reação e nossa energia está sendo voltada reativamente.

Porque com tanta desgraça e tanta injustiça, estamos vivendo momentos tão incertos e tão ameaçadores e tão assustadores que também nós estamos naquela situação que nós sabemos disso e não vamos deixar a peteca cair, mas, nós estamos um pouco estagnadas, assustadas que se transformou esta capacidade do capitalismo de se adequar a outras realidades e mostrar sua cara de outra maneira com outras facetas porque aquilo que falamos da internet, também estão nos pegando por ali. Também eles estão nos pegando porque ali é capital puro. Esta lógica da internet caiu de onde? Então eu acho que ele está muito aceso e nos estamos em posição de reação, a questão da segurança hoje em dia, vai piorar muito, mas, eu tenho muita esperança do que vem por aí, das ferramentas, das estratégias que vão ter, das aspirações que a gente deixou.

E tem que estar aberto para fazer como eu quis deixar, demorou um tempo para entender a história para saber, para ir buscar para conhecer o que estas ativistas, que as mulheres eram negadas para a educação e depois as lideranças negras reagindo se juntando contra a escravidão em todas as ruas, parte de estratégias maravilhosas, as sufragistas alugavam, mas elas arrumavam aqueles teco-teco, e sobrevoavam a capital, no norte do Rio de Janeiro soltando filipetazinhas, reivindicando o direito das mulheres de votar, a Leolinda Daltro saiu na rua em 1910 em passeata 67 mulheres de chapéus gritando pelo direito ao voto e elas criaram o partido feminino republicano que elas criaram, criar partido de mulher.

E conhecendo as diferentes histórias de nossas aspirações para além do Brasil, as nossas aspirações e as nossas aspirações europeias, e americanas, então eu acho que tenho esperança, é importante conhecer a história e saber que a gente está seguindo ela e fazendo agora um caminho, vou continuar feminista, não importa a minha idade.

Rita: Está ótimo Shuma, e muito obrigada mesmo, e eu vou te mandando e vou te avisando até para fazer a autorização direitinho para eu poder usar na pesquisa.

Shuma: Então manda autorização e se você achar que esta mais ou menos manda, eu trouxe o afeto comigo nesta luta.

Rita: Você falou que tinha um texto seu ele esta disponível na internet?

Shuma: Eu acho que não, mas eu mando para você.

Shuma: Eu vou mandar para você e tem um texto que eu acabei de escrever e não posso te mandar eu acabei de escrever agora para a UFMG. Este outro está no livro Mulheres do Brasil esta segunda obra.

ENTREVISTA COM LUCIENE LACERDA

Rita: Luciene, primeiro eu queria que você se apresentasse e falasse do seu histórico de militância profissional, para conhecer um pouco da onde você vem, quem você é?

Luciene: Eu sou Luciene Lacerda, eu nasci na Baixada Fluminense, em Nilópolis, fui para Cascadura novinha com 3 anos de idade no subúrbio norte. Depois fui para Quintino e Região Novo, Dona Leopoldina, e agora, já morei no Grajaú, e agora estou em Quintino. Estou falando geograficamente, porque você é da Geografia. Eu sou psicóloga me aposentei o ano passado, mas continuo ativa na Universidade onde eu trabalhei 31 anos.

Sou psicóloga formada na UFRJ, com mestrado em saúde coletiva, e estou fazendo o doutorado em Educação. O meu objeto são as docentes negras da UFRJ e a perspectiva delas sobre as novas cotistas. Eu milito, sou militante partidária do PSOL, sou participante de quatro setoriais no partido de mulheres, Negras e Negros, Eco socialismo, e Saúde, isso tudo tem a ver com as mulheres negras.

Sou do Fórum de Mulheres Negras Estadual, eu componho o Diálogo das Mulheres Negras com a Alerj e sou uma das cinco integrantes do diálogo, sou coordenadora da campanha dos 21 dias de ativismo contra o racismo, sou do Instituto Búzios. E na Universidade embora aposentada ainda coordeno a Comissão dos Direitos Humanos de combate a violência na universidade. E integro a coordenação da comissão de cotas raciais, hoje chamada de Hetero Identificação, dos concursos públicos da UFRJ.

Rita: Eu vou fazer umas perguntas, e, na verdade é um dialogo e aí a gente vai desenvolvendo. Nos últimos anos, parece que houve um assenso do movimento de mulheres, mas, acho que não se trata de uma retomada do movimento feminista, porque na verdade, o movimento feminista sempre esteve aí. Mas, as pautas das mulheres e o reconhecimento do Direito das Mulheres, inclusive tem uma visibilidade muito maior em várias esferas da

sociedade, e a gente vê que isso também se traduziu em alguns atos e manifestações de rua, como a Primavera das Mulheres, ou Primavera Feminista que foi chamada a partir da pauta da questão do aborto, daquele projeto de lei do Eduardo Cunha, que inclusive também se ligou ao movimento, Fora Cunha, na qual compareceram várias mulheres. Mas mesmo assim, a gente vê que não só nacionalmente, mas internacionalmente, a pauta das mulheres tem repercutido muito, inclusive com tentativas de uma articulação internacional, como aquele chamado que teve há 2 anos da Greve de Mulheres, a partir de algumas norte americanas. E aí eu queria saber de você, como enxerga esse movimento e as pautas e como você vê hoje a expressão do movimento feminista perante esta visibilidade maior, e particularmente esse movimento na cidade do Rio de Janeiro? Como você vê esta articulação? Como você enxerga hoje o movimento feminista no Rio e também nacionalmente?

Luciene: O movimento cresceu muito na década de 70, e eu fui integrante do movimento a partir do final da década de 80, e era interessante, porque foi um crescente que culminou com setores populares e partidários sobre esta questão. As minhas amigas negras também fizeram uma movimentação importante sob a responsabilidade da comunidade, que são as mulheres que são mães sozinhas, e também com a questão de esterilização de mulheres negras. Estes são movimentos importantes desta década, e foi um crescer e começou a se fortalecer e construir a ideia das cotas das mulheres nas eleições e aí os movimentos sociais, nesse caso nos sindicatos, nos partidos.

Então, a participação concreta, das mulheres foi importante e para as mulheres negras, foi um dos momentos muito específico. Em 1995 teve uma marcha do movimento negro, “60 anos Zumbi”, fez com que o governo respondesse de que é preciso realmente concordar que tem que ter políticas públicas específicas, para questão racial, porque montava um GTI, um trabalho interministerial e que não avançou muito, e na marcha teve Fernando Henrique Cardoso, dizendo que realmente que é um país racista e que ele tinha um pé na cozinha.

Então ele está falando dos dois segmentos, primeiro ele está falando para a mulher do negro e na cozinha são as mulheres. Em 2004, foi “Zumbi mais Dez”, mas, a grande questão importante do Zumbi mais Dez, foi que as mulheres negras fizeram um encontro em que tiraram uma pauta de políticas públicas de todos os temas, sobre as mulheres negras. Então sobre o inter-relacionamento, a saúde, a educação, empreendedorismo, que era uma coisa muito em voga, e que significa isto hoje, no estado capitalista, mas enfim todos os temas, segurança, direito a terra, então foi um momento grande sobre isso.

Dez anos depois, as mulheres negras fazem uma Marcha em 2015, uma marcha nacional com mais de 50 mil mulheres, em Brasília e eu acho que foi um diferencial, porque o

tempo todo, a gente ficava atrelada, e, fazem 30 anos que tem encontro de mulheres negras desde 1998, e tem esta questão. Então, nesse segmento em 90, teve a questão a trabalhar, a questão sobre o aborto, eu acho que eram momentos muito vivos, mas que a partir de 2004, no governo Lula, isso passou a virar pautas específicas nos agrupamentos. São pautas de políticas gerais e públicas.

O movimento começou a se dividir, a gente tinha no Rio de Janeiro duas marchas, dois encontros no dia “8 de março” e não tinha ainda a movimentação de 25 de julho, Consciência da mulher negra, coisa que a gente faz nos últimos 5 anos, das mulheres negras aqui, mas, principalmente fortaleceu mais ainda a partir da Marcha das Mulheres de 2015.

E há uma movimentação também, de integrar a luta negra dentro das pautas feministas. Por que é muito interessante e não se pode falar de movimento feminista sem tratar disso, mas em compensação ainda tem alguns segmentos que tratam isso como uma coisa marginal, não deixam de falar, mas, é assim e as mulheres negras, e não as duas pautas, você vê a diferença entre fazer a legalização e fazer a descriminalização, e a grande diferença é a questão de classe quando não se consegue fazer. Mas há, e mesmo a Primavera Feminista, ou mesmo naquela, que não é só pelos dez centavos, aquela discussão, as mulheres negras...

Rita: Em 2013.

Luciene: Em 2013, isso na Primavera feminista, a questão de Cunha e as mulheres se colocaram muito para falar das suas situações, dos seus filhos, para falar mais sobre a esterilização e até sobre o aborto me parece que tem esta grande diferença. Na luta pela vida, são as mulheres negras que estão em primeiro lugar, e na questão de direito ao corpo e ao aborto, muitas vezes são as feministas brancas que se colocam para ir majoritariamente. Não que não seja importante, mas parece que tem uma diferenciação muito específica aí, nesta situação. Então eu acho que no último período, houve um crescimento sobre isso, de falar mais geral e conseguimos até fazer o evento o “8 de março” junto. Então significa que estamos vendo que tem finalmente um inimigo comum.

Rita: Quando você falou de dois “8 de março”, até quando isso acontecia? Era um 8 de março onde estavam mais as mulheres negras organizando e outro?

Luciene: Não, a diferença não era com as mulheres negras, a diferença era, porque é assim, depois de um tempo que o Lula ganhou, os movimentos sociais, depois de um tempo esses movimentos foram todos complicados, parar dentro do governo, para se ter duplicidade e não conseguiam expressar as desistências dos questionamentos ao governo e se dividiu, um movimento questionava o governo não lançar as pautas, e até hoje a gente não teve a

aprovação do aborto e a questão da violência é muito limitada ainda. Houve um limite muito grande.

Mesmo as pautas negras das mulheres negras, sempre tinha tanto a SEPIR, que era a Secretaria de Segregação Racial, tinha a Secretaria de Políticas das Mulheres. As mulheres negras eram muito pouco trabalhadas, tanto quanto o outro, embora fosse um setor que estaria nos dois.

Os questionamentos passaram então a existir, a gente começou a discutir quem já era contra a cooptação que o PT estava fazendo, e começou a se espalhar, porque a gente não conseguia e estava cada vez mais difícil fazer um texto único. E a gente começou a se diferenciar, então tinha um que vinham as mulheres do PT do governo ou atividades com a Dilma, e quando fizeram a atividade com a Dilma separado, mostrava que havia problema sério. E a gente fez um ultimato em outro lugar.

O acirramento da situação do Rio de Janeiro, em que o ataque foi grande, e aí deixou-se de ser só o governo, mas as pautas nossas que nos eram caras e aquelas que a gente não queria que tivesse qualquer prejuízo, começou a ser atacada independente daquilo que o governo e começava a ser arrolado e as cotas começavam a ser destruídas. E fomos fazer o 8 de março, com as mulheres negras sempre houve uma tentativa de conjunção, talvez porque a gente não estava no ápice do poder. Porque sempre teve uma movimentação, por mais questionamentos que tivesse. Então eu acho que esta questão se deu no Rio de Janeiro, mas se deu muito também a nível nacional. Mas, no Rio é muito olhado e deslumbrado, com esta situação.

Mesmo na questão de 2013 as mulheres negras fizeram um agrupamento das mulheres do turbante foi usado como marco para dizer o que as mulheres negras tinham muito a dizer sobre morte e esterilização e sobre os poucos anos de estudo. Então acho que teve esta movimentação grande, deste segmento. E, é interessante como no Oito de Março deste ano a gente fez um grupo de mulheres negras, que era necessário para que deixassem de ser falar de nós, e não é esse o termo, mas isso era necessário para marcar uma questão que não era só para colorir a marcha.

Rita: E quando você fala das pautas, atualmente assim, quais são as pautas principais que você enxerga que unifica no movimento? Que você vê quais as importantes assim?

Luciene: Por exemplo, a questão das mulheres no poder, somos muito poucas mulheres, mas, nesse caso quando a gente vai falar de uma campanha, sobre as pautas, somos menos ainda mulheres negras. Então não basta ser mulher, porque por mais que, a gente apoie estes segmentos que falam que apoiam, na sua representatividade, é só mostrar o que foi a

Marielle. A Marielle foi morta, mas o tiro que atingiu a Marielle era para atingir as mulheres negras da comunidade. Então qual a representação? Você me diga o nome de uma mulher branca que foi assassinada porque poderia alcançar o poder?

Não tem. Então, esta representatividade, este papel, e falar disso é importante, nesta questão do poder. Unifica quando a gente vai falar o poder das mulheres, ela começa a ter problemas quando, a gente vai falar que mulheres são. Teve uma movimentação do agrupamento LGBT “Ser candidato em vários segmentos”, deixou se de discutir a pauta sobre a questão capitalista para priorizar a questão LGBT. O problema é que não são todas as situações, e não são todos os segmentos e partidos que vão respeitar a pauta, e alguma hora você vai ter que votar conforme o partido que esta. Então tem estas coisas, acho que tem a pauta da educação que é preciso ter creche, é uma pauta para todas as mulheres, mas, a pauta sobre a educação e os anos de estudo e a pauta da retirada do fechamento das escolas públicas, pega mais para as mulheres negras.

Então a questão da creche pega todos nós, mas diminuir as creches nas comunidades elas pegam mais as mulheres negras. Que tipo de educação se dá quando se fala da questão de gênero nas escolas? Ela afeta todas as mulheres, mas quando se começa a falar de determinadas situações como a lei 10069 que fala da história da África que conta a história, afeta as mulheres negras e a população negra porque existem escolas que dizem que isso é do demônio.

Então atacam mais este segmento e também atacam a questão do gênero, e quando você cruza esta história a gente fica muito mal, porque são estas escolas mais, e daqueles lugares nas comunidades e na baixada onde estes segmentos se sentem com poder. Porque não são lugares que são vislumbrados, não é uma escola no meio de Copacabana, mas, são esses lugares onde tem menos, são menos vitrines, então atinge mais.

Agora sobre esta questão, e não sei se se pode chamar de liberdade político-racista-religiosa, ele pega muito as mulheres, porque ele trabalha com esta questão de não só de você ter essas escolhas, mas também suas vestimentas, neste caso, porque você mostra mais de que religião você é. E isso vai pegar estas mulheres e são estas mulheres que foram apedrejadas, que tiveram e que até cortaram e teve uma mulher que foi atacada em seu terreiro teve que engolir suas coisas.

Rita: Aquela que teve um vídeo, não foi? Era uma senhora, não era? Terrível, chocante aquela cena.

Luciene: Então estas cenas atingem demais a gente. Então isso é um ataque, sobre a sua liberdade, entendeu. E a gente esta numa situação hoje de que você fala das suas

propostas e você fala das suas pautas, mas a resposta sobre elas está vindo muito fortemente também. O fascismo está aparecendo com tudo, você propõe a sua pauta de forma forte e o fascismo vem e atropela os fascistas, os machistas, e com muito mais força. Estes setores do movimento social se sentem fragilizados com sua saúde. As mulheres negras, hoje e depois da morte da Marielle como se encontram, elas se abraçam fortemente mesmo que não sejam tão amigas. Isso é um conforto, entre essas mulheres e pela morte da Marielle. Então isso é muito forte.

As que têm a questão da saúde e talvez a grande pauta agora sobre a mortalidade materna, a gente tem agrupamentos coletivos dentro da saúde, dentro das ativistas sobre isso. Mas, nesse caso da mortalidade materna a gente viu um número enorme de mulheres negras, e essas dados muitas vezes eles vão ter com os dados do quesito cor, que é ignorado como se esta questão não fosse importante e você está fazendo uma crítica para o Rio.

Então estas questões são muito marcantes e são pautas absolutamente importantes para a gente como no caso do encarceramento, não só para os jovens negros, em que é feito com os nossos filhos, maridos e isso acaba deixando a mulher sozinha. São estas também que vão à fila para visitar estes homens, sejam filhos ou maridos, mas para as mulheres encarceradas, tem pouca visita, eles não vão e abandonam e elas não têm cuidado de saúde, e raramente tem cuidado, como ou então o encarceramento dos jovens negros que se fuma um cigarro de maconha, são considerados traficantes e o jovem branco com 300 quilos de cocaína é um jovem que teve um problema sério, quer dizer um desvio de conduta.

Então, temos pautas muito importantes nas mulheres que falam da saúde, falam da educação, da segurança, e que ao mesmo tempo pra gente continuar colocando na rua, estas pautas a gente precisa se cercar também de certa segurança destes ataques que estão se colocando. Seja por um acaso cabal, seja por um ataque de desqualificação, hoje, ao mesmo tempo em que você tem a internet neste mundo e que você encontra coisas, você também é atacado dentro do seu segmento e você é perseguido da vida das mulheres.

Rita: Aproveitando isso que você falou da Internet, eu queria saber qual a sua opinião, sobre o papel das redes na internet, nesta articulação dos movimentos inclusive dos movimentos feministas, e também as campanhas que surgem de internet? E se você vê uma contradição do que surge na internet e o que se materializa como movimento físico nas ruas, assim, como você enxerga?

Luciene: A internet é uma contradição por si só. Ela consegue reunir mais de 5 mil pessoas numa luta combinando tudo o encontro e quando você chega no lugar no dia e hora marcada, você encontra vinte. Tem isso e ao mesmo tempo, é onde as ideias podem se

expandir, mas você também pode dar a deixa de como te encontrarem. Então é uma contradição, e uma falta de segurança também, por este caminho. É uma via que você consegue atingir, quase todo mundo, o quase, é porque se tem que lembrar que nem todo mundo tem internet.

Então por mais que tenham pautas gerais que atinge determinado segmentos, este segmento pode não ser atingido, porque ou não tem dinheiro da passagem para ir ou não tem internet para saber, podem estar falando da sua luta e pode ser aquela que falam de você tentando defender a sua pauta. Mas, esse segmento pode não ser atingido para essa informação se não chega.

Então é assim, a morte da Marielle, por exemplo, ela atingiu muito e foi importante porque pegou o mundo. Quem matou Marielle, com certeza não sabia que isso chegaria desse tamanho, e em compensação foi através da internet que os ataques à pessoa dela, ataques a determinados segmentos, também pegou pela própria internet. Isso é uma coisa interessante, ao mesmo tempo em que você consegue, vamos fazer um evento, você pode de repente chamar e chegar lá e levar um susto, mas, por exemplo, a rede. A campanha dos 21 dias, eu pensei em 7 amigos, para fazer alguma coisa na universidade, um trabalho na universidade e chamei as pessoas da Uni Rio e da Rural e da UERJ e vamos pensar em fazer coisas.

E as pessoas, nossa que legal, chama fulano e chama fulano e começaram a chamar tanta gente e começou o questionamento. Por que o segmento tal não está aqui? E hoje a gente tem um grupo no facebook com mais de 200 pessoas do grupo do facebook tem quase 900 pessoas e no Zap tem mais de 200. E vamos fazer reunião, e fazer reunião para pensar e a data e pensar. E a gente foi fazer avaliação do evento, e estivemos em 8 pessoas, mas, as pessoas querem estar e este ano em 2017 foram 102 atividades no Rio e em São Paulo, e este ano teve atividade até na Europa, em Portugal, entendeu. Foram 176 atividades.

Ao mesmo tempo em que tem isso a ideia de aglomerar pessoas, e ficar atenta a estas situações, mas, também tem a situação de grupos individuais. Aquela coisa que, olha, eu estou neste grupo aqui, mas ela esta fazendo lá naquele lugar, que tem uma coisa interessante, de poder espalhar e que durante 21 dias as pessoas vão a todos os lugares falar sobre a questão racial e o racismo. Mas a gente não conseguiu fazer um evento em novembro. Então acho que tem essa coisa interessante de você espalhar a ideia, mas nem sempre significa que você vai armar para uma luta coletiva de frente a uma situação. Por exemplo, tem 800 pessoas para este grupo, e a gente não podia ir para a Secretaria da Educação? Tem que fazer o **139** funcionar, tem que ter dinheiro para anemia falciforme, tem que ter o medicamento da diabetes.

Rita: Mas você acha que não se concretiza desse jeito que você falou, e você falou dos aspectos positivos das pessoas estarem ali fazendo no local delas, no lugar onde ela pode. E por que você acha que isso não vira?

Luciene: Nem sempre, às vezes vira. A história da Maré virou. Então tem o que realmente chama para se levantar do computador onde estão do seu celular para irem, entendeu? Então isso é algo que mobilizou. Então existem situações que sim, a passeata de 8 de março do ano passado foi linda, enorme e foi aquele momento que juntou todo mundo, todo segmento. Mesmo aquele que tem um problema sério. Teve um momento que as pessoas faziam o 8 de março em suas ONGs. Então era um 8 de março que justificava financiamento. Não era um 8 de março que trabalhava as mulheres coletivamente. Não deixava de aquela ONG trabalhava o segmento do seu quintal, falava para as mulheres, mas deixava de mostrar, que aquilo não era somado individual, o daquele espaço geográfico, mas isso significava também uma coisa maior. Então eu acho que tem algumas diferenças. O que faz o pavio acender?

Rita: Esta é questão. E você acha que o ano passado, o 8 de março foi assim por quê?

Luciene: Eu acho que teve a história da Dilma, teve a história do ataque do Eduardo Cunha, eu acho que teve uma avalanche de coisas e as pessoas iam e a gente estava sendo sacudida com um ataque de um retrocesso quase que você está assim num plano e de repente muda e você tem que se segurar e tem uma segurança, que nem que você está, e eu me lembro da cena de quando eu estava no mar de Saquarema, eu meu pai e estava a minha irmã e mais umas duas ou três pessoas e de repente começou a vir uma onda e o que fez a gente não se afogar, nos seguramos e enfiçamos o pé no chão e ficamos lá até conseguir sair dali. Então acho que teve isso, as pessoas começaram a se segurar antes que nos atropelem. Então foi lindo e foi mais lindo porque foi o meu primeiro 8 de março que eu levei a minha enteada.

Rita: Ela tem quantos anos?

Luciene: Ela tem 15 e ela fica e ai tia, nós as feministas.

Rita: A geração nova que já se reivindica.

Luciene: E foi a mãe dela que deu a dica para ela. Você quer ir numa passeata, fala com a Luciene. Mas eu acho que teve uma junção de coisas de ataques que fez com que a gente fosse para lá. E o que me incomodou na época é que só tinha, e pelo menos que eu vi, só tinha a nossa bandeira dos 21 dias das mulheres negras. Então havia várias mulheres negras de várias gerações junto com a nossa bandeira. Com a nossa bandeira não, com a nossa faixa. Por que precisa disso para se juntar que somos mulheres.

Quando houve o primeiro encontro das mulheres negras em 1988, o movimento negro questionou vocês estão dividindo o movimento. E as mulheres feministas brancas, questionaram: vocês estão dividindo o movimento. E o que foi respondido era: estamos acrescentando o movimento. Que para as mulheres que não existe raça e para as negras que não existe gênero. Então eu acho que teve esta questão de fortalecer gênero, de fortalecer isso. Mas, este Oito de Março foi importante, foi interessante, mas a do ano passado foi mais forte.

Rita: Mas você acha que este ano não foi igual aquele por quê? Por quais motivos? Porque você falou uma coisa interessante de que tinha um momento político que confluiu uma série de pautas das mulheres que estavam sendo tentativas de retiradas, mas a gente vê que continuam os ataques. Por que este ano, não teve este efeito? O que mudou? O que você acha e por quê?

Luciene: Olha, eu acho que também foi pelo momento político do Rio de Janeiro.

Rita: Do ano passado?

Luciene: Não, deste ano. Por exemplo, questões estruturais. No ano passado havia esta questão das verbas de pagamento, mas este ano o resultado não se pensou que fosse tão horrível, não se imaginou algo como que está hoje. As pessoas estão desestruturadas e tem a questão da intervenção militar, e a questão das comunidades que estão em risco, as pessoas não podem chegar muito tarde em casa, então acho que teve um misto de muita coisa, um cansaço no Rio e se mantém o questionamento das pautas, mas não tem o Eduardo Cunha, pelo menos não afetando diretamente.

Tem outros segmentos e chega uma hora que eu acho que as pessoas, pelo menos quem não é da militância, porque a militância continua, e se faz reunião por mais que se tenham divergências terríveis. Terríveis e ainda assim aconteceu. Mas eu acho que não foi tão forte. Mas eu acho que os últimos acontecimentos têm chocado as pessoas de forma a estarem nas ruas.

Rita: Eu queria aproveitar e perguntar uma coisa para você, inclusive porque você tem bastante experiência, de muitos anos, eu acho interessante isso. Esse simbolismo dos atos de serem feitos sempre na Candelária, e Cinelândia, Alerj, obviamente tem um sentido político. Historicamente e mesmo atualmente, porque estes lugares sempre? Você acha que existe também um sentido mais histórico, e várias vezes eu vejo nas manifestações ou mesmo esta questão contra os ataques que tiveram de setores reacionários, vários parlamentares de esquerda também colocando a importância de estar reunido nestes locais. Como você vê isso? Porque a gente sempre vê.

Luciene: Este Circuito?

Rita: É este circuito, eu acho que é interessante pensar.

Luciene: Tem segmentos que questionam o circuito. Porque por exemplo, teve uma movimentação maior lá na Maré, teve mobilização na Baixada, alguns segmentos se dizem muito relegados, já que as violências acontecem muito mais nesses lugares. Mas, a história de aparecer neste circuito, tem a ver primeiro com a visibilidade, a não ser que seja uma coisa muito trágica, como foi a Marcha da Marielle e que a imprensa foi na Maré, para publicar sobre isso. Mas, isto seria um lugar que teria mais gente de todos os lugares. Não tem um lugar, que eu acho que historicamente sobre a questão que envolve as mulheres e a questão racial tem. Por exemplo, nos 21 dias e no dia 21 de março que é o dia Internacional pela eliminação do Racismo, nós pedimos um circuito na Pequena África.

Rita: ah! Legal.

Luciene: Então nos fizemos o circuito, fizemos homenagem lá na Pedra do Sal, fizemos homenagem a Mercedes Batista que tem uma estátua lá e fizemos uma homenagem ao João Cândido, então nestes lugares em que tenha esta centralidade, porque o lugar da diáspora, que veio para cá. Mas, na de Mulheres na verdade é um trajeto político. Em que agora anda meio diferenciado e acaba na Praça XV. Eu confesso que teve um 8 de março que teve um trajeto, que eu não entendi até hoje. 8 de Março ou foi do aborto? Foi do aborto.

Rita: Que entrou mais para lá na Carioca ali?

Luciene: É, foi na Carioca e um lugar escuro e queriam acabar a atividade ali.

Rita: Eu lembro, não sei se foi o 28 ou o 25 de novembro. Mas eu me lembro disso.

Luciene: Não, foi 28. E aí acabou na Praça Tiradentes sem ninguém. Isso foi uma votação muito complicada, e eu não estava nesta votação, então eu já falei que depois daquele dia que eu fui não falo mais sobre isso e continuo achando estranho. Enfim, teve este circuito que é para todos os lugares, mas ou menos, tem que falar para alguém. Tem que falar só para falar para meia dúzia fala dentro de uma sala. Não precisa andar tanto, então acho que falta isso. Mas de qualquer maneira a sensação que eu tenho é que estas mudanças aqui também restringiram as nossas passeatas históricas.

Rita: Você fala do VLT?

Luciene: É, mas de qualquer maneira permanecemos na rua e eu acho que a gente precisa encontrar como fazer para manter esta chama e realmente fazer mudanças. A sensação que eu tenho é que 2013 era um quase lá, não estou falando de revolução não. Mas, algo de enfrentamento e a resposta foi avassaladora.

Rita: Muita repressão.

Luciene: Não só repressão, a resposta veio pelas leis que a gente nunca achou que podiam ser mudadas, a gente viu um monte de coisa que parecia concretizada, desrespeitar o que esta escrito na constituição. É algo que valia muito, e vale o que está escrito. Agora a gente não sabe mais o que está escrito, porque não vale. E fora as questões que a gente quer que esteja escrito como a questão do aborto, coisas que a gente quer que esteja concretizada como a questão da violência contra a mulher. É algo que realmente porque estas questões de política foram pensadas, e foram construídas e foram aprovadas. Eu acho que tem esta coisa. Já se colocava pouco dinheiro na educação, mas agora, está um conta gotas. Já não se financiava tanto a saúde, mas agora está terrível, terrível. E ao mesmo tempo em que o governo diz assim, nos recuperamos o dinheiro, e então o que acontece que não reverte para isso.

Rita: E aquilo que a gente estava comentando vindo para cá, sobre a composição destas manifestações, esse elemento que apesar de ter sido, manifestações algumas muito grandes, a gente vê que a composição das mulheres trabalhadoras e a sua maioria das mulheres negras, não estão nestes atos.

Luciene: Não, depende do ato.

Rita: Então, isso que eu queria saber, como você enxerga isso e como você vê esta articulação com estas mulheres?

Luciene: Por exemplo, na passeata do dia 28 do aborto, tinha pouquíssimas mulheres negras, para o tamanho que foi e para quem atinge, mais do que a questão da violência e da segurança, tem muitas mulheres negras, muitas. Então acho que depende muito. Quando você vai tratar de uma manifestação sobre educação, tem muita gente negra. Sobre a saúde, depende do tema. Se for uma saúde geral da política da saúde, não tem. Se for uma doença específica como a questão do sangue que tenha a ver com anemia falciforme você vê algumas pautas. Enfim tem determinados temas que pegam muito mais. Tem outros que você vê que literalmente tem uma diferencial de classe e de raça, entendeu?

“O meu corpo me pertence”, essa é uma frase de quem? É de todas as mulheres, mas, ela é muito mais usada pelas mulheres brancas. Isso é muito mais de um segmento específico. Então eu acho que às vezes, não se enxerga determinadas questões. Quando vai começar uma reunião e quando vai terminar uma reunião, ou se isso vai defender só daquele segmento. Quando falta condução e, por exemplo, para quem pega trem e eu pego trem, e para quem pega trem no sábado acaba mais cedo, o trem acaba às dez e quarenta.

Rita: Você estava terminando o raciocínio em relação às pautas, da condução que muitas vezes é difícil a mulher estar nos lugares, justamente pela falta de viabilidade e da

mobilidade. Mas assim só para finalizar, eu queria que você contasse um pouco da ideia dos 21 dias e como foi.

Luciene: A ideia dos 21 dias surgiu, quando eu estava muito incomodada, que a gente não está fazendo grandes atividades do movimento negro em si. Embora a questão do encarceramento, da morte da Claudia e da prisão do Rafael Braga, tenham sido pautas que tenham sido difíceis, isto não é especificamente das pautas. Porque falar da questão racial, pega um monte de coisas e que a gente não tem espaço para 25 de novembro.

Ai eu chamei 7 amigos, de universidade e outros segmentos começaram a se interessar. E o que eu percebi é que as pessoas estavam precisando se reunir em torno de alguma coisa, para falar dos seus interesses e das suas dúvidas, ou de apresentar o trabalho que faziam. E foi interessante porque juntou pessoas da área de educação, que tinham temas muito parecidos e montaram debates por causa disso. Então a gente montou pequenas comissões de mulheres e de educação, de saúde e tiveram vários temas e a questão religiosa e a gente e aí tiveram um símbolo que foi usado e a gente fazia um período de recebimento destas atividades e foi interessante que foi se espalhando isso e os interesses, por exemplo, houve escolas que queriam discutir a questão racial, mas não tinham ninguém para falar sobre isso.

Então mandavam e-mail para a gente e a gente respondia indicando alguém para poder ir lá e falar. E foi muito legal isso, teve Contação de história no meio da praça, teve atividade dentro da maternidade, teve discussão na escola, na universidade e foi onde mais teve atividade a questão da educação. Mas teve em praça, a nossa primeira atividade foi na rua e foi muito interessante. Três mil panfletos na Carioca e nenhum jogado no chão, nenhum.

Isso sim, o interesse está explícito de ler e guardar e levar, e a gente falando, e vinham outras pessoas com o microfone aberto e as pessoas foram falando sobre isso, e ao longo do tempo a gente foi construindo estas atividades com vários temas, inclusive empreendedorismo. A questão das mulheres negras, da juventude e a gente pegou pouco e apesar do grande interesse a própria juventude não conseguiu estabelecer. Porque era auto gerenciável, não é a comissão que monta as atividades, são as pessoas que fazem a atividade no seu local. E se precisam de ajuda, eu tenho pessoa que fala disso e a gente indica pessoas. A gente começou na Carioca e terminou em defesa da UERJ quando a gente não imaginou que ia ser assim e tudo podia piorar, em defesa do primeiro lugar que teve cotas raciais.

E uma coisa importante do ano passado para cá, é que foi falado em um monte de lugar e chegou a sair no jornal, e o interessante é que isso virou uma coisa importante ao

ponto de seis municípios e parte dos seus gestores começou a vincular o seu município com a campanha dos 21 dias.

E nós estamos na campanha e uma coisa que a gente vetou, não. O papel do gestor é na política e não participar da nossa atividade, nem os dizeres e nem fazer como atividade dentro do seu trabalho como uma atividade, tem que ser na política. Já se sabe que políticas existem então nos precisamos desautorizar, dizer que tinha que tirar o nosso anúncio, se fosse fazer atividade, não em nosso nome. Então teve dois municípios que tiraram a nossa luta e a gente exigiu dizendo que iríamos denunciar e teve uma que não e antes de fazer perguntou e não colocou.

Então teve estas situações. Porque é muito cômodo alguém dizer que no seu governo e na sua gestão esta fazendo uma atividade de debate. A gente já passou do tempo do debate e a gente precisa de implementação de políticas. A marcha das mulheres negras falava isso, já temos as leis, já temos a aprovação dos projetos e já temos isso, a questão agora é implementar isso. Então é importante que isso se faça, as pessoas viram como algo a ser feito, porque o 21 dias, ele está construído porque o dia 21 de março que foi uma data criada pela ONU é a data mundial do racismo e que foi uma data que por conta da morte de 63 jovens negros no período do Apartheid na África do sul.

Eles lutavam contra o Apartheid e também contra a arbitrariedade de ter que aprender a língua do opressor. Então muita gente e tem mais pessoas que foram feridas e então foi o modo de lutar também contra o Apartheid contra a situação. E a ideia era principalmente que não dá para falar só em novembro, com 54% da população, não dá para a gente falar só em novembro. 25% de toda a população brasileira é a mulher negra e nós somos o maior segmento, o maior número político e o menor, numa minoria de poder político que o País tem. Bom, falta os indígenas.

A ideia era poder falar mais vezes sobre a questão racial. Num tempo que não era um debate de um dia, e não era uma data específica, não era fazer num lugar. Era espriar a discussão em todos estes lugares. Então a gente fez e a ideia era 21 dias de ativismo contra o racismo, para não ser só uma semana, porque tem 20 novembro tem a semana do Zumbi e não é uma semana é 21. E é interessante que por conta da ideia do 21, houve uma ideia da Marina que é uma pessoa que trabalha lá no EMBASI, e mora na zona oeste. Ela não mora mais lá, mas a base de trabalho dela com a juventude e com as meninas negras era na zona oeste, de fazer os 25 dias de ativismo contra o racismo sexista por causa do 25 de julho.

Então já teve gente falando vamos fazer os 20 dias, mas a ideia era basicamente esta e foi uma ideia que gerou e nos fizemos camisetas e o que era interessante, por exemplo, eu vi

na foto e teve uma menina que recebeu o premio Nobel, com a camiseta dos 21 dias. A gente teve muita gente falando e fazendo a defesa dos 21 dias e falando disso. Tanto que era só um movimento do ano passado e tem gente falando, que o ano que vem e agora...

Rita: Vai ter edição anual.

Luciene: Agora vai ter edição anual. A gente já está pensando em fazer para edição anual, o dia da Claudia Ferreira, o dia que é 16 que ela foi arrastada.

Rita: 16 de março.

Luciene: 16 de março é, porque são 21 dias.

Rita: Começa dia primeiro?

Luciene: Não até então não. Quando a gente foi fazer a avaliação a gente resolveu que ia começar dia primeiro, e terminasse o grande fechamento sendo dia 21. Que a gente deixasse o 21 no meio para fechar. Mas a gente viu que este ano terminou dia 23, então a gente teve que gastar energia com o 21 e gastar energia com o 23. Então é melhor fazer uma coisa só. Agora, qual o problema do ano que vem? O Carnaval.

Rita: Vai ser em março?

Luciene: No início de março, o dia 8 de março é pleno carnaval. Eu não me lembro de qual o dia, mas é março. Mas é assim, uma ideia que pintou de a gente poder falar sobre o racismo e das suas lutas e como as pessoas lutam, das mais diversas formas. Então na educação e na questão da saúde, e na questão do encarceramento e pera ai olha o som, carnaval.

Rita: Dia 5, terça-feira, mas é a semana inteira geralmente. Deve começar quinta ou sexta, dia 28, dia primeiro.

Luciene: Começa no dia primeiro e isso a gente falou, e o que a gente vai fazer? A gente vai fazer um bloco. Eu como já me vesti de Luisa Marrine, se a gente se fantasia com os nomes da história negra. Ou um tema, sei lá, mas a gente esta pensando em fazer isso. Então fazer a nova edição e ai as pessoas tem espaço e mesmo que o rigor não seja especificamente acadêmico, mas para falar da experiência, para falar destas coisas, a gente fez um livro com 22 autores e dezoito artigos. Então é importante para falar desta experiência. Mas, ao mesmo tempo têm umas coisas muito esquisitas, as pessoas. De começar a falar o que era 21 dias e dizer que era financiado por isso ou aquilo.

Rita: Criaram teorias.

Luciene: Criaram várias teorias e assim.

Rita: Só para finalizar.

Luciene: Dos 21 dias a ideia principal da gente é pensar nas datas que envolve a população negra, reavivar todos estes personagens que fizeram a gente chegar até aqui, se a gente não conseguiu tudo e se falta muita coisa, de fato foram essas pessoas que começaram. Então, a gente relembrar a história e a gente relembrar as questões que foram vistas até agora e incentivar para que as políticas sejam implementadas e aprovadas. É principalmente reforçar esta juventude que no ultimo período tem falado sobre os seus cabelos e sobre as cotas e seu fortalecimento, sobre a destruição da sua subjetividade. Então é preciso colocar estas questões em pauta. Então é para isso que serviu os 21 dias.

Para este acolhimento e fortalecimento coletivo desta pauta de discussão. Porque não dá para fazer isso em um dia, em um tema, mas nesse período. Então a gente tem um grupo que a gente decide a coordenação, tudo é muito votado, é auto gestado, a gente no máximo já recebeu financiamento de alguns parlamentares, mas, que o acordo é que não é para a gente fazer campanha deles, e se eles colocam em sua pauta que apoiam a luta antirracista, que é disso que se fala a gente não precisa fazer campanha, porque eles mesmos fazem sobre suas pautas, sobre suas leis. Então eles podem chamar para as nossas atividades, mas, na nossa atividade não vai ter nenhum documento de o apoio de.

Não tem isso e quando isso apareceu na gestão de três dessas prefeituras e eu não vou falar aqui para não fazer propaganda deles, porque senão isso reverte a situação, tinha como se fosse apoio para a situação deles e não e isso que a gente quer. A gente quer, a gente perguntou para eles, porque vocês não implementam ai, e vocês podem acrescentar. Ah, eu não sei, se você não sabe é papel seu saber. Você sabe se o quesito cor é preenchido corretamente? Não. Então é o seu papel ir lá à secretaria de saúde e exigir que isso seja coletado. Então é disso que se trata e se quer realmente fazer parte disso faça o seu papel. Está ali ganhando e recebendo para fazer isso, então faça. Então é essa questão que a gente quer.

E como disse a Angela Davis, “Quando as mulheres negras estão nos lugares e nos movimentos é onde as coisas são mudadas”. Então a gente precisa fazer isso, e precisa se acolher. E nesse último período e principalmente depois do tiro que atingiu a Marielle e era para todas nós, nós estamos nestes afetos muito coletivos, porque é uma tentativa de um retrocesso duro, e um corte em nossas vidas de todas as formas e a gente tem que estar juntas para lutar contra estas formas.

Então a campanha dos 21 dias muito provavelmente vai começar no dia primeiro de março, e terminar no dia 21 que é o dia internacional de legalização do racismo e vai homenagear estas mulheres. Marielle no dia 14, e a Cláudia Ferreira no dia 16. E todas nós que somos antirracistas e como diz de novo Ângela Davis, “Não basta ser contra o racismo,

tem que ser antirracista”, é a mesma coisa do preconceito, o preconceito você só olha e tem um conceito sobre a questão, mas não age que é a discriminação. Então você precisa agir contra ela e aí o ser racista é isso, é essa a ideia que a gente tem.

Rita: Ótimo quer falar alguma coisa?

Luciene: Eu acho importante, sobre estes lugares e você estava falando sobre os lugares, onde atinge muitas das mulheres, é preciso para fortalecê-las, ir nestes lugares, então você fala geograficamente tem a coisa de ser um caminho que é feito aqui histórico, mas é um caminho que é feito pelos movimentos sociais, principalmente movimentos de esquerda, os caminhos históricos. E é preciso também ter a gente caminhe para estes pedaços da história como a gente fez nos 21 dias a gente fez a caminhada pela Pequena África de onde esta história começou ali, com isso. Então, eu acho que este desenho geográfico das mulheres esta em todas as partes precisa ser desenhado também, segmentos de luta.

Rita: Está ótimo Luciene, ajudou muito.

ENTREVISTA COM ANA CAROLINA (CACAU) – GRUPO PÃO E ROSAS

Rita: A gente esta iniciando a gravação e eu queria que você primeiro se apresentasse, dissesse seu nome e falasse da sua trajetória militante e profissional.

Ana: Eu meu nome é Ana Carolina, as pessoas me chamam de Cacau, eu sou professora da rede estadual do Rio de Janeiro, dou aula de geografia e sou estudante de Serviço Social da UERJ e milito há 7 anos no movimento, 8, é 8 anos no Movimento de Mulheres Pão e Rosas que é um grupo Internacional de mulheres. Eu comecei em 2007 a militar no movimento estudantil, mas a primeira agrupação da qual fiz parte onde me organizei foi a partir da discussão de mulheres e foi com um grupo de mulheres do Pão e Rosas. Foi aí que eu comecei a minha trajetória militante.

Rita: Eu queria que você falasse sobre o fato de que nos últimos anos tem tido uma retomada, não uma retomada, do movimento de mulheres, porque o movimento de mulheres sempre esteve aí. Sempre tiveram organizações principalmente nas datas que foram históricas de luta das mulheres, sempre fizeram atos ou algum tipo de manifestação. Mas, se você vê no último período um fenômeno, nacional, mas, também no contexto internacional de mulheres que culminou em algumas grandes manifestações e o Rio de Janeiro foi um grande palco destas manifestações.

Desde a questão do “Fora Cunha”, mas, que era também pela retirada do projeto de lei que o Cunha queria passar contra o Direito do Aborto, o uso de contraceptivos, e depois outras manifestações que tiveram, como a questão contra o estupro coletivo e também contra um movimento internacional em vários países com ascensão de setores da Direita, que também tem interesse de retirar o direito das mulheres, então teve a Greve de Mulheres e aí eu queria que você falasse sobre a perspectiva destas manifestações. E de como elas unificam diferentes tipos de feminismo também, por algumas pautas? Eu queria que você falasse de quais são as pautas atuais, e a perspectiva do próprio grupo que você faz parte na atualidade no Brasil desta luta.

Ana: Então, eu acho que a gente pode dizer que as pautas principais do movimento de mulheres, ou pelo menos que se expressaram de forma mais massiva nas mobilizações e nos atos e nos últimos 8 de março é a questão da violência, violência sexual, assédio, violência doméstica, que é um dos principais dramas das mulheres.

A questão da legalização do aborto, que voltou a ser um tema com muito mais peso, nos últimos anos. Eu não lembro nos primeiros atos das mulheres de isso ser um canto, por exemplo, mas isso passou logo e mais presente e com bem mais força nos últimos anos assim. Eu acho que estas são as duas pautas que estão mais colocadas hoje. Mas existem várias outras que estão sempre permeando estes espaços, e esta discussão. Enfim falo da luta da creche e coisas assim.

Mas, a gente vê também nos últimos anos e essa também é a perspectiva que a gente adota na disputa dentro do movimento unificado de mulheres e tenta colocar esta perspectiva como movimento de conjunto, das pautas de conjuntura do momento político que a gente esta vivendo. Desde o golpe institucional e no ano passado teve uma greve internacional de mulheres que a gente batalhou para ser efetivamente construída, nos locais de trabalho e estudo e não só uma formalidade simbólica, para e além deste elemento simbólico, e também para disputar isso para que não seja uma paralização só das mulheres, mas do conjunto da classe trabalhadora, para poder lutar em defesa dos direitos das mulheres contra a violência e para legalização do aborto, mas de conjunto contra a reforma trabalhista, a reforma da previdência, que são elementos que vão atingir profundamente as mulheres e uma das emendas da reforma trabalhista é que as mulheres grávidas por exemplo, podem passar a trabalhar em condições insalubres.

Enfim, a gente sabe que parte dos setores mais precarizados da classe trabalhadora, por exemplo, os setores terceirizados, eles são majoritariamente mulheres negras e isso também tem se expressado nos atos de mulheres e essa batalha que a gente também tem dado

para não se fechar em torno de nossas pautas, até porque as nossas pautas não estão separadas, desta conjuntura política e econômica que a gente está vivendo. E, este ano o ato 8 de março, aqui no Rio de Janeiro, expressou a luta contra a Intervenção Federal, que veio logo depois do carnaval, pela medida do Temer que “instalou” um governador, um governador específico para a questão da pauta de segurança, e também expressou isso com mais força.

Rita: Cacau, já que a gente está falando das pautas, e mais especificamente do movimento feminista no Rio de Janeiro, eu queria que você falasse como você enxerga os dramas, a realidade das mulheres no Rio? Sabemos esta cidade é uma metrópole bastante importante politicamente, economicamente do País, onde tem uma segregação socioespacial muito grande, inclusive aonde muitas mulheres não necessariamente participam dos atos. A grande parte das mulheres, que estão nos bairros mais periféricos, nos subúrbios e nas favelas. Então, eu queria que você falasse de como você vê a realidade das mulheres, e como enxerga essa relação do movimento feminista com o drama da maioria das mulheres no Rio de Janeiro, como é que seu grupo pensa esta perspectiva?

Ana: Eu acho que a Intervenção Federal ajuda a gente a enxergar um pouco de como é a vida das mulheres no Rio de Janeiro e as contradições que estão colocadas para as mulheres trabalhadoras negras e moradoras de favelas. Porque a intervenção vai se dar exatamente em bairros controlados pelo tráfico de drogas, onde tem intervenção policial constantemente.

Várias imagens no início da intervenção federal mostravam mães e crianças, na ida ou na volta da escola, sendo revistadas pelos policiais. Isso é um elemento gráfico para ser mostrado numa situação de violência que se apresenta para o conjunto dos moradores destas áreas, mas, que se expressa nas estatísticas como um aumento da violência policial contra as mulheres e principalmente contra as mulheres negras.

Depois você coloca os dados direito, mas tem dados que mostram que a violência e o número de mortes das mulheres brancas diminuíram, mas, a violência e o número de mortes das mulheres negras aumentaram nos últimos anos. Essa situação da relação do tráfico tanto da polícia como o Estado faz com que se não me engano 40% das mulheres que estão hoje nos presídios que em sua maioria são mulheres negras e cujas acusações estão vinculadas a questão do tráfico de drogas.

E muitas delas sem nenhum tipo de julgamento é uma expressão de como elas são tratadas. Mas, na verdade a gente sabe que as piores condições vão estar colocadas para estas mulheres, seja no transporte público, que é bastante precário, que é uma máfia que controla isso no Rio de Janeiro, seja na dificuldade de conseguir creches, na dificuldade de ter saúde, educação e moradia de qualidade, para estas crianças.

Aumentou inclusive nos últimos anos o número de mulheres que são chefes de família, ou seja, elas são responsáveis pelo sustento da família inteira, são todos os elementos que mostram para a gente, a situação de precarização na vida dessas mulheres. Que vão ser domésticas, terceirizadas, que vão ter trabalhos precários e que vão estar colocadas no cotidiano de violência constante tanto do Estado quanto do tráfico de drogas.

O que a gente entende no Pão e Rosas é que essas demandas das mulheres, a violência, a questão de legalização do aborto, que são sentidas por todas as mulheres do Rio de Janeiro, mas que vão se expressar com mais profundidade nas mulheres trabalhadoras, com as mulheres negras, a própria questão do aborto é uma expressão clara disso. Teve uma CPI do aborto no Rio de Janeiro nos últimos anos e acho, que esta rolando ainda, que fechou várias clínicas de aborto. As mulheres que morreram nestas clínicas são mulheres trabalhadoras, mulheres negras, que recorrem a esta situação porque não querem seguir com uma gravidez, que elas não têm condições financeiras de arcar, ou não tem vontade ou desejo de arcar.

Não é a mesma condição que se apresenta para as mulheres que podem efetivamente pagar por um aborto clandestino, que faz também com que o Brasil seja um País onde as mulheres mais morrem por aborto clandestino todos os anos.

Entendemos é que essas pautas vão se expressar mais profundamente para estas mulheres trabalhadoras e ainda que hoje em dia o feminismo seja uma coisa que passa a ser mais compreensivo, massivamente e as pessoas começam a entender mais e vão ter uma visão ou distorcidas ou um pouco mais simples do que é o feminismo.

Trata-se, na verdade de a gente disputar nos locais de trabalho, de estudo, nos sindicatos, e centrais sindicais, a necessidade de ser pautado e não só nos dias de calendário, como é o 8 de março que é uma data histórica, mas que não pode ser um debate que a gente faz, só quando tem uma mulher que é violentamente atacada ou quando tem um ato histórico do dia das mulheres.

É uma pauta que tem que ser discutida no nosso cotidiano, entre homens e mulheres, inclusive é parte para combater os elementos machistas, que vão ter na classe trabalhadora. Mas esta é inclusive a principal via de poder defender as mulheres da classe trabalhadora, defender o direito delas, ligadas aos ataques que estão colocadas e ligadas contra a luta da lei da terceirização restrita da reforma trabalhista e da reforma da previdência, sempre tentando mostrar como as mulheres trabalhadoras vão ser atingidas, nestes ataques.

Rita: Cacau, eu queria justamente tocar num ponto que você falou que hoje o feminismo está mais reconhecido pela sociedade. Vemos que as pessoas pautam muito mais os direitos das mulheres e nos últimos anos, as redes sociais tiveram um papel nesse

desenvolvimento desta concepção feminista e hoje se vê as jovens todas falando, da juventude, e como você é professora e acho que você pode até falar sobre isso, jovens que se reivindicam como feministas, coisa que há 10 anos atrás não se via. E mesmo na organização destas manifestações, desde a chamada Primavera Feminista em 2015 nestes últimos três anos, a gente viu o papel que as redes cumpriram? Então eu gostaria que você falasse sobre isso e sobre outra questão que é assim. Várias campanhas que estão nas redes sociais.

As Hashtag, vários tipos de campanha. Queria que você desse a sua opinião sobre o papel das redes, neste sentido, e qual a relação das redes com a rua? Se existe uma relação disso virar um movimento ou não? Você poderia falar sobre isso. E depois se você puder emendar e falar de como se organiza o movimento, dos vários grupos no Rio de Janeiro com perspectivas diferentes, mas justamente este movimento unificado, como ele se organiza? Como é feita esta organização? E qual o local destas manifestações? Aonde que elas ocorrem e o por quê? Se existe um sentido do porque elas ocorrem em determinado lugar?

Ana: Bom, as redes sociais de conjunto elas cumprem um papel progressista, de poder permitir com que as pessoas tenham acesso a informação e tenham acesso a denúncias, que elas possam inclusive se expressar, possam denunciar coisa que a gente não via antes. Possam denunciar agressões casos de machismo, de assédios, possam ver outros exemplos de mulheres, para além das questões dos atos, de como eles também em si cumprem também um papel de organização e atratividade em torno dessas pautas. A questão das hashtag, elas acabam sendo elementos assim que chegam a ser massivos, de várias delas.

Rita: Você lembra-se de exemplos?

Ana: Eu me lembro da campanha do “Meu primeiro assédio”, e qual a outra que teve? É eu me lembro dessa, “Meu primeiro assédio”, “Chega de fiu fiu”, e “Não é não” que foi agora do Carnaval, contra o assédio que cresce muito no Carnaval. E na verdade eu acho que ela amplia este espaço, das mulheres se sentirem parte desta luta e de alguma forma estarem militando por isso e expondo as suas posições. Eu acho que tem vários elementos progressistas aí, e que ajuda o feminismo chegar a mais gente.

A pauta das mulheres chegarem a mais gente. As artistas também hoje no mundo todo são e se reivindicam muito mais feministas do que antes. Colocam muito mais esta questão até por sua representatividade e, se colocam mais neste campo. Acho que isso progressivamente ajuda as pessoas mais comuns a poderem ter algum nível de contato com isso.

Certamente a sala de aula é um exemplo de como o feminismo passou a ser uma coisa mais massiva e mais popular, de alguma forma. Porque as alunas acompanham o debate na

internet, elas se reivindicam e às vezes não se reivindicam feministas, mas várias reivindicam, mas, se incomodam com os elementos de machismo, e conseguem perceber melhor os elementos de machismo no seu cotidiano, e isso cumpre o papel progressista.

Agora também expressa contradições, também expressa muitas vezes como se isso fosse um fim em si mesmo, de que este trabalho, esta militância nas redes. E enfim o movimento de mulheres ele é muito diverso, existem diversas vertentes dentro do feminismo e muitas delas acabam transformando o facebook meio que em um tribunal. Como se todas as discussões e julgamentos sejam feitos dali, daquela maneira e muitas vezes inclusive, ignorando a possibilidade de que o homem possa avançar e refletir. Ou seja, como se a gente, o combate ao machismo não fosse se dar na realidade a partir de discussões e reflexões profundas.

Entra num âmbito que é punitivista muitas vezes, e que não resolve até o final, o problema do feminismo não, os problemas do machismo e do patriarcado contra as mulheres, porque eles não são problemas individuais das pessoas, e são problemas estruturais. E estão muito bem casados dentro do Capitalismo do qual ele se obtém inclusive não só para ter uma ideologia opressora contra as mulheres, mas também para tirar mais lucro e ter empregos que a gente receba menos.

Permitir uma ideologia que nos ataques de frente e de diferentes formas e impeça que nos tenhamos direito ao nosso próprio corpo. Eu acho que muitas vezes no âmbito da internet, se perde esta perspectiva histórica. Esta perspectiva de classe, esta perspectiva de transformação social que esta colocada. De não separar o feminismo e a luta das mulheres, das batalhas que a gente tem que dar dentro do Capitalismo.

Esta é um pouco a contradição, de vários setores que tenham dentro do movimento das mulheres. Assim, e que inclusive são um empecilho eu acho para poder e muitas discussões eu acho que elas são em certa medida até elitista, porque elas são difíceis de ser compreendidas até entre as mulheres que dirá entre as mulheres trabalhadoras assim. E na verdade eu acho que também em alguma medida, elas acabam por reforçar, um papel que não é o nosso que é de nós vitimizar, ou seja, transformar e deslocalizar a discussão da mulher e colocar sempre como se para além do que eu estou defendendo, eu preciso primeiro defender o meu local de fala, e que eu estou sendo mulher e algumas correntes inclusive instrumentalizam isso, transformam qualquer discussão política em discussão de machismo.

E eu acho que isso é um retrocesso para o movimento de mulheres, é um retrocesso para o feminismo, porque inclusive a luta das mulheres se forjou num embate muito profundo para ter direitos básicos como o direito ao voto, direito ao divórcio e além de outras coisas,

que se deram com o enfrentamento muito profundos. Ainda estão num local de vitimização, que não nos cabe na verdade. Eu acho importante colocar isso.

No Rio de Janeiro os atos de mulheres, historicamente são organizados, geralmente convocados por setores de mulheres de movimentos sociais, partido de esquerda, ongs, movimento de mulheres, centros acadêmicos, entidades sindicais, que comparecem as reuniões e existem várias reuniões. As primeiras reuniões geralmente são para debater a conjuntura e qual vai ser o mote do Oito de Março daquele ano e são reuniões longas, muitas vezes até conflituosas, porque tem muitas opiniões, muitas posições diferentes e é um movimento bem diverso, mas ao mesmo tempo dos poucos movimentos dentre os movimentos de opressão que consegue se manter minimamente coeso, para poder ter um ato unificado e para assim, tem muitos mais atos do movimento de mulheres, do que do movimento negro ou do movimento LGBT, anualmente.

É muito mais histórico e muito mais organizado de alguma maneira. Então sempre tem reuniões e estas reuniões têm grupos de trabalho, que vão organizar as demandas do ato, carro de som e quantas falas, se vai ter fala ou não vai ter fala. Se as falas vão ser no começo do ato, ou no final do ato. Se vai ser jogral, se vai homenagear alguém.

Quais mulheres vão se homenagear? Se vai ter, por exemplo, tem uma bandeira e se não me engano é da frente das Mulheres contra a legalização do aborto é isso? Ou contra a violência? Que tem um bandeirão que sempre é utilizado no Rio de Janeiro, que é pela legalização do aborto. Já é um símbolo inclusive nos atos de mulheres. Se vai ter apresentações artísticas, e quais blocos vão chamar para tocar no ato. E se a bateria vai ser unificada ou não. Se as organizações políticas vão poder ter suas próprias baterias. Palavras de ordem, ou seja, todos estes detalhes têm grupos, de trabalho para poder organizar e poder preparar nos mínimos detalhes de como vai ser o ato de conjunto.

Em geral estes atos são historicamente convocados no Centro do Rio de Janeiro que é também onde está localizado e tem dois elementos por estar localizado o centro de poder, por exemplo, Alerj, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, muitos atos são convocados ou terminam lá ou começam lá. A Candelária é um lugar histórico dentro da esquerda, são atos historicamente que a esquerda faz atos ali, para andar pelo centro do Rio de Janeiro.

Sempre tem vários argumentos do por que ser lá. Porque é um lugar central e onde passam muitas mulheres, indo e vindo do trabalho e já tivemos atos que andaram inclusive até a Central do Brasil, onde tem uma concentração muito grande, andando por ali pela Presidente Vargas. Mas em geral este é um debate do local e como fazer e tudo mais, mas em geral são feitos nestes locais a maioria dos atos que a gente faz de mulheres. Eventualmente

tem um ato ou outro que é em Copacabana, na Praia no final de semana, mas estes são mais esporádicos assim, faz tempo que eu não me recordo que tenha algum no Rio.

Rita: Cacau você pode falar quais são as datas que geralmente se organizam, para além dos atos que eventualmente ocorrem, mas tem datas específicas que geralmente se articulam, os movimentos de mulheres os diferentes grupos, e quais seriam estas datas?

Ana: Em geral a gente tem o principal ato é o ato de 8 de Março, que o ano passado inclusive foi a Greve Internacional de Mulheres, era 100 anos da Revolução Russa, então expressou isso com mais força.

Rita: Inclusive se não me engano, o ano passado também o movimento aderiu à greve internacional convocada nos Estados Unidos. Você pode falar um pouquinho como foi isso? Se houve uma greve efetiva?

Ana: Aqui no ano passado se aderiu ao chamado da Greve Geral, da Greve internacional de Mulheres, que foi muito forte nos Estados Unidos e em outros países. E aqui na verdade foi simbólico, não teve uma greve. Foi parte das batalhas que se deu nestas reuniões para que a chamada Greve não fosse algo simbólico. Mas, para que de fato a gente batalhasse inclusive porque o Rio de Janeiro é um lugar onde a esquerda dirige centenas de sindicatos, para se efetivar uma paralisação, mesmo nestes locais de trabalho, não só formal, e levar para as Centrais Sindicais que estavam representadas por mulheres nestas organizações como a CTB, como PC do B, a CUT pelo PT.

E estavam nestas reuniões de mulheres para que isso fosse uma pauta efetiva das Centrais Sindicais também, mas não teve greve no Brasil. Isso é bastante concreto. Este ano, teve um novo chamado, se não me engano, e aqui não aderiram ao chamado, e este ano diferente do ano passado, mas tiveram lugares, como, por exemplo, como no Estado Espanhol, que foi fortíssimo a paralisação.

A paralisação do transporte, o transporte de vias, e tinha piquetes e atos de mulheres aos milhares assim, por todo Estado Espanhol, em várias cidades, mostrando na verdade como é uma política que tem muita força para ser efetivada em qualquer lugar. O destaque na verdade para o 8 de março, e tiveram outros destaques nacionais importantes mundialmente, mas o Oito de Março no Estado Espanhol foi fortíssimo, inclusive com as mulheres adotando métodos da classe trabalhadora, piquetes e corte de rua, com mobilizações que obrigaram mesmo o País a parar sim.

As outras datas geralmente a gente faz atos também, que tem a ver com retomar com mais força a questão da pauta com a legalização do aborto no dia 28 de setembro que é o dia Latino Americano e Caribenho pela legalização do aborto, legalização e discriminação do

aborto e 25 de novembro que é o Dia Internacional contra a Violência às mulheres. São em geral estes principais atos, que se tem no Brasil pelo menos. Tem a Marcha das Mulheres Negras, que não tem uma data específica, mas que costuma acontecer também anualmente.

Rita: Então para finalizar eu queria que você falasse sobre a perspectiva do Grupo de Mulheres do Pão e Rosa, como se organiza, e você também disse que é um grupo internacional, eu queria que você contasse um pouco da história. E do por que é um grupo internacional? E enfim o que você quiser falar para finalizar.

Ana: O Pão e Rosas é um grupo internacional de mulheres e ele surgiu na Argentina. A Argentina é um País que tem uma tradição, de ter movimentos e encontros nacionais de mulheres massivos e ele surgiu lá e aqui ele surgiu em 2007. Aqui foi a partir de a gente tentar organizar, se contrapor à exploração do trabalho das mulheres e estas serem organizadas em São Paulo. A gente é um grupo que existe na Argentina, no Brasil, no México, nos Estados Unidos, no Chile, na Bolívia, no Peru, no Uruguai, na Alemanha, na França, na Espanha.

Nós temos elaborações inclusive que são internacionais feitas por uma das fundadoras do grupo na Argentina. A gente faz campanhas internacionais, inclusive no último período a gente fez, uma Campanha Internacional contra a Intervenção Federal e obviamente pela questão da morte da Marielle a gente fez um vídeo com companheiros de todos os lugares, do Pão e Rosas, expressando a nossa indignação e a necessidade que tenha justiça, e nenhuma confiança no Estado, para poder resolver esta questão que até agora inclusive segue sem nenhuma resolução.

A própria questão da legalização do aborto, a qual na Argentina tem um movimento massivo e avança para poder ser aprovado. Quanto à questão da legalização do aborto na Argentina, a gente é parte fundamental, tanto com os nossos parlamentares, tanto com o movimento. Inclusive foi pauta do Primeiro de Maio e mostra também um pouco da nossa perspectiva de não separar as demandas da classe trabalhadora das demandas das mulheres, e a gente é um grupo internacionalista.

Na história do Pão e Rosas está marcado por campanhas em Defesa das Mulheres Haitianas, enfim. Expressou-se também dentro do Pão e Rosas, a questão da luta contra o golpe institucional, sempre podendo colocar isso com peso em todos os lugares onde a gente está. E a gente também pela via do site “Esquerda Diário” que é uma ferramenta que se tem em onze países em mais de cinco línguas, expressar a nossa atuação, expressar as discussões que a gente esta fazendo, as discussões inclusive teóricas e ideológicas que a gente, foi fazendo no último período.

A gente é um grupo de mulheres internacionalista, anticapitalista, que entende que é preciso se organizar junto à classe trabalhadora. Que esta é a única forma de a gente poder ter direitos concretos, acabar efetivamente com o machismo, com a violência e dar passos concretos contra isso e que para a gente o feminismo é um feminismo marxista e tem uma perspectiva socialista revolucionária e por isso a gente bate tanto na questão de se ligar a classe trabalhadora.

E, acho que mais do que nunca esta colocado inclusive para a gente manter os direitos que a gente conquistou até então e poder avançar nas pautas históricas do movimento de mulheres. O que é urgente no Brasil é o movimento de mulheres ser parte da luta contra o aprofundamento do golpe institucional que trouxe ataques muito importantes como a reforma trabalhista, que atinge as mulheres mais o conjunto da classe trabalhadora, a lei da terceirização, a PEC do teto dos gastos, enfim uma série de medidas e a própria tentativa de aprovar a reforma da previdência não está descartada que o governo tente fazer depois das eleições, que se expressou profundamente com a morte da Marielle, que é uma ferida aberta do Golpe Institucional, o Estado matando o Estado.

A morte de uma representante do Estado, a quinta vereadora mais votada do Rio de Janeiro, mulher negra, da favela, um crime que até agora não foi solucionado. Igualmente a prisão do Lula como uma expressão aguda do avanço dos elementos reacionários na conjuntura que a gente esta vivendo, para impedir que milhares de pessoas possam votar em quem quiser, inclusive com cada vez mais o Judiciário, não só como medida elitista, mas decidindo os rumos políticos do nosso País.

Inclusive, a partir de opinião política do próprio exército, como uma amostra do momento político que se esta vivendo. E, como a gente é mais do que nunca pressionada a cerrar fileiras junto à classe trabalhadora para poder combater o avanço destes ataques políticos e econômicos que estão colocados para a gente no Brasil e entender que isso está para além de uma perspectiva de uma saída eleitoral e isso precisa ser discutido política e programaticamente.

**ENTREVISTA REALIZADA POR ESCRITO EM 08/05/2018 – RIO DE JANEIRO
COM GOPALA MIRON DE ASSIS. ESTUDANTE DE CIENCIAS SOCIAIS.**

1) Nome, idade, profissão ou estudo.

Gopala: Gopala Miron de Assis. Estudante de Ciencias Sociais.

2) Considera-se feminista? Quando e como tomou consciência que se considerava feminista?

Gopala: De alguma maneira o feminismo sempre esteve presente na minha vida, mas, não sabia especificar o que era isso. Comecei a me identificar como militante feminista e conhecer mais sobre o movimento em 2015, justamente com a primavera das mulheres. Mas desde 2014, quando entrei na faculdade sabia o que era feminismo e agia de acordo com ele. Apenas não me considerava uma militante da causa.

3) Faz parte de algum grupo ou coletivo feminista? Qual feminismo é reivindicado por seu grupo? Ele se organiza de qual maneira?

Gopala: Com as longas greves da UERJ, comecei a me organizar em Petrópolis, minha cidade natal. Eu e outras 5 meninas fundamos um coletivo feminista chamado Coletivo Clã das Mulheres. Faço parte dele, mesmo com muitas dificuldades que vimos enfrentando devido ao seu crescimento no último ano. Justamente divergências quanto ações e qual tipo de feminismo reivindicamos tem sido nossas questões atuais. Mas podemos considerar que a ampla maioria se identifica enquanto feminismo interseccional.

Iniciamos nossos trabalhos organizando o primeiro ato de esquerda da cidade no 8 de março de 2017. Desde então trabalhamos de diversas maneiras. Desde aulas públicas cineclubes, organização de palestras e afins. Somos um coletivo sem hierarquias, mas com funções definidas entre cada uma das integrantes.

4) Esteve nas manifestações da Primavera Feminista em 2015? Conte-nos porque e como teve a ideia de fazer um evento convocando uma das manifestações?

Gopala: Estive presente nas manifestações de 2015. Nesse momento era administradora de uma página no facebook chamada "Fora Eduardo Cunha" que vinha lançando eventos online que denunciavam sua conduta enquanto presidente da câmara. Antes de lançar o ato contra o PL 5069, vínhamos denunciando sua conduta moralista, religiosa, assim como seus envolvimento com escândalos de corrupção. A página servia como uma porta voz diário do que acontecia na Câmara. E quando vimos a votação do PL5069, com certeza não íamos deixar passar de graça. Tinha a dimensão do que isso representava pras mulheres. Então dessa maneira resolvi usar desse espaço que tinha criado para denunciar mais essa ação conservadora de Cunha.

5) Qual importância você atribui a Primavera Feminista?

Gopala: Além de ter conseguido arquivar o PL 5069 e derrubar Eduardo Cunha, acho que o principal ponto da primavera das mulheres foi dar amplitude à voz das mulheres de diversas maneiras. Foi muito mais do que apenas naquele momento, que já fazem mais de dois anos. Mas conversando com muitas mulheres, é praticamente consenso que esse momento foi um marco pra legitimar a organização das mulheres. Acredito que a partir da Primavera se organizar em algum movimento feminista passou a ser muito mais legítimo do que já era, além das pessoas terem a dimensão de que era necessário pra sua própria existência.

Dessa forma, acho que a Primavera foi importante pra reviver e reexperimentar o feminismo que nos é passado a gerações. Fazer o nosso próprio a partir do que nos foi deixado. Passar pra mais mulheres, passar adiante, de maneira potente, essa forma de resistência encontrada por nossas avós.

6) Participa dos atos tradicionais do movimento feminista como o 8 de março? 28 de setembro e o 25 de novembro?

Gopala: Sim, participo. Quando posso no Rio. Se não, em Petrópolis. Ajudando a organizar atos ou atividades para esses dias

7) Participa das reuniões que organizam esses atos?

Gopala: Participo. Ultimamente em Petrópolis, onde tenho organizado os últimos atos. Mas anteriormente no Rio. Onde aprendi muito em conjunto com as mulheres estratégias de se trabalhar em grupo, divisões de grupos de trabalho e qual é a estrutura necessária pra se realizar os atos. Tudo isso foi levado para Petrópolis

8) Aonde geralmente ocorrem esses atos? Sabe qual o motivo da escolha do local?

Gopala: Faz mais ou menos 1 ano que eu não consigo participar dos atos no Rio. Mas nos primeiros a concentração aconteceu na ALERJ. Inicialmente porque estava acontecendo a CPI do aborto, se não me engano. Ela aconteceu no dia de um dos primeiros atos (se não o primeiro) da primavera feminista. Além disso, por ser um lugar representante das esferas legislativas do Rio de Janeiro. Não podemos esquecer a dimensão simbólica e histórica desse lugar, assim como pra Candelária e Cinelândia.

Quando estamos na rua nesses lugares, revivemos as lutas já travadas lá. Além também da questão central da cidade. Por acreditarem que será um local em que o ato terá mais visibilidade

- 9) Como enxerga o papel da internet na articulação do movimento feminista?
- 10) Como vê a relação do papel da internet e o ativismo feminista nas redes com os atos de rua?

Gopala: 9. e 10. A internet, em especial o facebook, se mostrou um meio muito importante de comunicação para realização de atos. Principalmente a possibilidade de se criar "eventos" que conseguiram propagar a mensagem de que haveria ato na rua. Além disso, muitos movimentos têm se organizando por meio de redes que usam como suporte a internet, por exemplo, Whatsapp. Sem duvidas a internet veio como um meio de interação que uniu muito as pessoas neste ultimo tempo. Talvez seu uso venha decaindo, devido a diversos outros fatores. Mas a principio a internet foi o meio principal de comunicação. Quero dizer, tanto para organização interna dos movimentos, como pra alguma ação externa.

ENTREVISTA COM CLARICE

- 1) Nome, idade, profissão ou estudo.

CLARICE: Clarice Luiza Cruzeiro dos Santos, 17 anos, fazendo pré-vestibular na UFRJ para ingressar na faculdade.

- 2) Considera-se feminista? Quando e como tomou consciência que se considerava feminista?

CLARICE: Sim, me considero feminista, tomei plena consciência disso no começo de 2017, porém antes disso, já considerava as pautas importantes.

- 3) Faz parte de algum grupo ou coletivo feminista? Qual feminismo é reivindicado por seu grupo? Ele se organiza de qual maneira?

CLARICE: Sim, faço parte do Pão e Rosas, um coletivo de mulheres revolucionárias que procuram debater e combater o machismo desde sua raiz. Um grupo que procura acolher todas as mulheres.

- 4) Esteve nas manifestações da Primavera Feminista em 2015? Conte-nos porque e como teve a ideia de fazer um evento convocando uma das manifestações?

CLARICE: Não estive porém, como disse antes, já achava importante o debate sobre pautas feministas.

5) Qual importância você atribui a Primavera Feminista?

CLARICE: Eu acredito que a primavera feminista foi um evento marcante pois foi uma forma de demonstrar a revolta das mulheres em relação aos ataques ocorridos naquela época.

6) Participa dos atos tradicionais do movimento feminista como o 8 de março? 28 de setembro e o 25 de novembro?

CLARICE: Sim, geralmente participo e acho importante a existência de todos esses eventos.

7) Participa das reuniões que organizam esses atos?

CLARICE: Geralmente sim, porém fui em poucas reuniões sobre.

8) Aonde geralmente ocorrem esses atos? Sabe qual o motivo da escolha do local?

CLARICE: Geralmente ocorrem no centro das cidades e eu não sei o motivo.

9) Como enxerga o papel da internet na articulação do movimento feminista?

CLARICE: Acho importantíssimo, a forma como as informações circulam pela internet é fantástico, a internet tem um papel fundamental no acesso a informação, ainda mais sobre feminismo, pois é o principal meio de comunicação e troca de informações, hoje em dia.

10) Como vê a relação do papel da internet e o ativismo feminista nas redes com os atos de rua?

CLARICE: Enxergo duas relações, existem tanto ativistas de internet, que não descarto a importância, como também existem ativistas "de rua", que participam de atos. Não considero a relação de certo ou errado entre os dois, porque cada um deles tem um papel importante, porém acho que a junção dos dois é extremamente potente.

11) Quais as pautas centrais na atualidade no movimento de mulheres no Rio de Janeiro? E como você acha que a luta das mulheres deveria estar organizada no atual contexto político e econômico nacional e no Rio de Janeiro?

CLARICE: As pautas centrais são contra o feminicídio, assédio, descriminalização do aborto e, principalmente, a violência contra a mulher. Acho que a luta deveria se organizar ao redor

de pautas que associem todas as mulheres, a super valorização de pautas mais individuais do que gerais também causa desvalorização de pautas julgadas menos importantes.

12) Você participou das ocupações de escola no Rio de Janeiro em 2016? Como era a discussão de gênero na ocupação que você participou?

CLARICE: Sim, participei. A relação da ocupação com a questão de gênero era bem mascarada, porque, ao mesmo tempo que nós tínhamos representantes em cargos importantes, a não-padronização de tarefas, por exemplo, deixar as mulheres fazendo comida enquanto os homens ficavam na segurança, nós também tínhamos os dormitórios separados por gênero, porque se misturasse, supostamente, as meninas iriam fazer um bacana. A ocupação das escolas foi um evento extremamente importante, porém, a forma como foi executado toda a ocupação causou desgaste nas pessoas que participaram.